



**UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Cruz Alta – RS

2019

Reitora

Prof.^a Dr.^a Patrícia Dall’Agnol Bianchi

Pró-Reitora de Graduação

Prof.^a Dr.^a Solange Beatriz Billig Garces

Pró-Reitor de Administração

Prof. Me. Carlos Eduardo Moreira Tavares

Pró-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão

Prof. Dr. Diego Pascoal Golle

Diretor do Centro de Ciências Humanas e Sociais

Prof. Me. José Ricardo Libardoni dos Santos

Coordenadora do Curso de Ciências Contábeis

Prof.^a Ma. Prof^a. Jaciara Treter Sippert

Núcleo Docente Estruturante

Jaciara Treter Sippert (Presidente)

Isadora Wayhs Cadore Virgolin

Eduardo Muller Reck

Enedina Maria Teixeira da Silva

Vinicius Camargo Machado

Cruz Alta, 2019

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
1 CONTEXTUALIZAÇÃO	11
1.1 Contexto Geográfico, Histórico, Econômico e Social da Região	12
1.2 Contexto Científico-Cultural e Educacional da Região	18
1.3 Contexto Histórico da Universidade	20
1.4 Missão e Valores Institucionais	26
1.5 Contexto de Inserção do Curso na Região	29
1.6 Contexto de Inserção do Curso na Instituição	31
2 FUNDAMENTOS, PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DO CURSO	32
2.1 Bases teórico-conceituais	33
Tendo como base fundamentadora os princípios da Universidade de Cruz Alta, enquanto instituição impulsionadora do desenvolvimento da comunidade, o Curso de Ciências Contábeis centraliza a ação formadora no homem, entendido como um ser de relações em busca de sua completude.	33
2.1.1 Fundamentos e Princípios Filosóficos	35
2.1.2 Fundamentos e Princípios Teórico-metodológicos	37
2.2 Bases Teórico-instrumentais	43
2.2.1 Objetivos do Curso	43
2.2.1.1 Objetivo Geral	43
O Curso de Ciências Contábeis da UNICRUZ tem por objetivo formar profissionais com espírito crítico e criativo, capacidade de julgamento, agilidade de raciocínio e gerenciamento de pessoas, conhecimentos do cenário econômico e financeiro, nacional e internacional, com interesse de atualização e comprometimento com valores éticos e sociais que assegurem o bem comum, caracterizando o profissional como homem, agente de seu próprio desenvolvimento.	43
O Curso prima pela capacitação que permite atuar com responsabilidade no acompanhamento e controle da gestão das entidades e no entendimento da dinâmica organizacional dos espaços em que for chamado a atuar.	43
2.2.1.2 Objetivos Específicos	44
3 PERFIL PROFISSIONAL	45
3.1 Perfil do Curso	45
3.2 Perfil do Egresso	46
3.3 Mundo do Trabalho, o Profissional e Seus Saberes	48
4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA	52
4.1 Dinamização e Intencionalidade Curricular	52
4.2 Representação gráfica do perfil de formação	55

4.3 Estrutura do Curso	55
LÍNGUA PORTUGUESA	56
CIÊNCIAS SOCIAIS	56
TOTAL	57
ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	58
Laboratório de Prática Contábil I	60
Laboratório de Prática Contábil II	60
Laboratório de Prática Contábil III	60
Trabalho Final de Graduação I	60
Trabalho Final de Graduação II	60
4.4 Grade Curricular	60
4.4.1 Habilidades, Competências e Conhecimentos que integram os Componentes Curriculares	65
4.5 Ementário	69
4.6 Metodologias Utilizadas nos Processos de Ensino e Aprendizagem	69
4.7 Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem	70
4.8 Atividades Complementares (ANEXO II)	74
4.9 Trabalho Final de Graduação (ANEXO III)	76
4.10 Integralização do Curso e Flexibilização da oferta do currículo	77
4.11 Número de vagas	78
4.12 Atividades e cenários da prática profissional	78
4.12.1 Empresa Júnior	80
4.12.2 Projeto Negócio a Negócio	81
4.12.3 Laboratório De Desenvolvimento Humano – LDH	82
4.12.4 Núcleo de Estatística Aplicada – NEA	83
4.13 Inovações consideradas significativas	84
4.13.1 Desenvolvimento de Materiais Pedagógicos	84
4.13.2 Incorporação de Avanços Tecnológicos	86
4.13.2.1 Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs	86
4.13.2.2 Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA	89
4.13.3 Núcleo Comum	90
4.13.4 Seminário Integrador Interdisciplinar	91
4.13.5 Componentes Curriculares, Optativos e Eletivos	91
4.13.6 Atividades de Monitoria	92

4.13.7 Acadêmico Apoiador	92
4.13.8 Laboratório de Ideias	93
4.13.9 Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em Humanidades Sorge Lebens – “O conhecimento implicado na dimensão do cuidado para com o todo da vida”	93
4.13.10 Núcleo de Estatística Aplicada - NEA	94
4.13.11 Núcleo de Conexões Artístico Culturais	95
4.13.12 Temáticas Transversais	95
4.13.13 Programa a Extensão que Queremos - PEQ	96
4.13.14 Laboratório de Estudos e Práticas Socioculturais Interdisciplinares - LEPSI	99
4.13.15 Laboratório de Aprendizagem em Práticas Inclusivas	100
4.13.16 Programa para Melhoria do Ensino nos Cursos de Graduação – PROEN	102
4.13.17 Grupo de Estudos em Metodologias Ativas, inventivas e Ensino Híbrido – GEMAIH	103
4.13.18 Laboratório de Metodologias Ativas	103
5 RELAÇÃO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO COM A PÓS-GRADUAÇÃO, A PESQUISA E A EXTENSÃO E AS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DO PDI	104
5.1 Políticas de Ensino	104
5.2.1 Grupos e Linhas de Pesquisa do Curso	111
5.3 Política de Extensão	112
5.4 Política de Pós-Graduação	115
5.5 Política de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia	115
5.6 Política de Internacionalização	119
5.7 Política de Responsabilidade Social do Curso	128
5.8 Política de Acessibilidade	128
5.8.1. Plano de Acessibilidade Institucional	133
5.9 Política de Direitos Humanos	134
5.9.1. Núcleo de Pró-Ação em Direitos Humanos	134
5.9.1.1 Fórum Permanente de Direitos Humanos	134
5.9.2. Programa de Inclusão de Menor Aprendiz Especial	135
5.9.3. Programa Universidade Aberta à Terceira Idade - UNATI	138
5.10 Política de Meio Ambiente	138
5.11 Política Institucional de Memória e Patrimônio Cultural	140
6 GESTÃO ACADÊMICA	144
6.1 Coordenação do Curso	144
6.2 Gestão do Curso e os Processos de Avaliação Interna e Externa	147

6.2.1	Gestão do Curso	149
6.2.2	Avaliação externa	150
6.2.3	Articulação da Avaliação Institucional com as ações do curso	151
6.2.4	Plano de Ação da Coordenação de Curso	152
6.3	Colegiado do Curso	152
6.4	Núcleo Docente Estruturante	154
6.4.1	Plano de Ação do NDE	155
6.5	Recursos Humanos	156
6.5.1	Corpo Docente do Curso	156
6.5.1.1	Titulação e Regime de Trabalho	156
6.5.1.2	CrITÉrios de Seleção e Contratação do Corpo Docente do Curso	157
6.5.1.2.1	Plano de Carreira do Corpo Docente	159
6.5.1.3	Programas Institucionais de Formação Pedagógica para o Corpo Docente	159
6.5.1.3.1	Programa de Formação para a Docência no Ensino Superior	160
6.5.1.3.2	Programa Institucional de Capacitação Docente - PICD	162
6.5.1.3.3	Políticas Institucionais de Estímulo à Produção Docente	163
6.5.1.3.3.1	Programa de Incentivo à Publicação da Produção Científica e Tecnológica – PIPPCT	163
6.5.1.3.3.2	Revistas Institucionais	165
6.5.2	Corpo Técnico Administrativo que Atua no Curso	171
6.5.2.1	Situação Funcional do Corpo Técnico-Funcional	171
6.5.2.2	Programa de Qualificação do Corpo Técnico-Funcional	172
6.5.2.3	Plano de Carreira do Corpo Técnico-Funcional	173
7	AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	175
7.1	Programa de Avaliação Institucional - PAI	175
7.1.1	Comissão Própria de Avaliação - CPA	176
7.1.2	Comissão de Avaliação Institucional - CAI	176
7.2	Processo de Auto avaliação Institucional	177
7.3	Forma de Participação do Curso no Processo de Auto Avaliação	181
7.4	Qualificação dos Processos do Curso a Partir dos Resultados das Avaliações	181
7.5	Análise e Divulgação dos Resultados	182
7.6	Relatório de Autoavaliação	183
8	POLÍTICA DE ATENDIMENTO E APOIO AOS DISCENTES	185

8.1	Formas de Acesso dos Candidatos ao Curso	185
8.2	Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro	186
8.2.1	Programa Universidade para Todos - PROUNI	186
8.2.2	Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior - PROIES	186
8.2.2.1	Programa Institucional de Apoio aos Interessados no Enem - PROENEM	187
8.2.3	Programa de Bolsas Institucionais – PROBIN	187
8.2.4	Universidade para Associados – Sicredi/UPA	188
8.2.5	Bolsas de Iniciação Científica e de Extensão	189
8.3	Descontos e Convênios Reembolsáveis	189
8.4	Financiamentos	189
8.4.1	Fundo de Financiamento Estudantil – FIES	190
8.4.2	Fundação APLUB de Crédito Educativo – FUNDAPLUB	190
8.4.3	Crédito Universitário – CrediUni	190
8.5	Sistema de Registro Acadêmico	190
8.6	Estímulo à Permanência	192
8.6.1	Programa de Nivelamento	192
8.6.2	Núcleo de Apoio ao Estudante e ao Professor - NAEP	194
8.6.2.1	Atendimento Psicopedagógico	196
8.6.3	Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Unicruz – NAIU	196
8.6.4	Programa de Mobilidade Acadêmica da Graduação	197
8.7	Organização Estudantil	197
8.8	Espaços de Apoio e Atendimento aos Discentes	198
8.8.1	Secretaria Acadêmica	198
8.8.2	Centros de Ensino	199
8.8.3	Salas de Atendimento aos Discentes	199
8.8.4	Setor de Gestão de Permanência	199
8.8.5	Espaços de Convivência	199
8.8.6	Núcleo de Apoio ao Estudante e Professor	200
8.8.7	Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Unicruz - NAIU	200
8.8.8	Núcleo de Conexões Artístico Culturais – NUCART	201
8.8.9	Núcleo do Projeto RONDON	202
8.9.10	Biblioteca	202
8.9	Política Institucional de Ação e Estímulo à Produção Discente	203

8.10 Perfil Profissional do Egresso	204
8.10.1 Acompanhamento de Egressos	205
9 ESTRUTURA INSTITUCIONAL QUE ASSEGURA A DINÂMICA DO CURSO	207
9.1 Órgãos de Apoio às Atividades Acadêmicas	207
9.1.1 Assessoria Pedagógica	207
9.1.2 Núcleo de Legislação	208
9.1.2.1 Divisão de Registros de Diplomas	208
9.1.3 Comunicação com a Sociedade	209
9.1.3.1 Comissão de Vestibular	209
9.1.3.2 Núcleo Integrado de Comunicação - NIC	209
9.1.4 Convênios Institucionais que Possuem Relação com o Curso	210
9.1.5 Apoio Financeiro	212
9.2 Infraestrutura Física e Instalações Acadêmicas	213
9.2.1 Salas de aula	214
9.2.2 Sala de professores	214
9.2.3 Sala de professores em Regime de Tempo Integral - TI	215
9.2.4 Sala da Direção de Centro e Secretarias Pedagógicas	215
9.2.5 Sala de Coordenação de Curso	216
9.2.6. Laboratórios	216
9.3 Espaços para Atendimento aos Acadêmicos	217
9.3.1 Centros de Ensino	217
9.3.2 Secretaria Acadêmica	217
9.3.3 Núcleo de Apoio ao Estudante e ao Professor - NAEP	217
9.3.4 Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UNICRUZ - NAIU	218
9.3.5 Núcleo de Educação à Distância - NEAD	218
9.3.6 Setor de Gestão de Permanência	218
9.3.7 Setor de Gestão de Permanência	219
9.4 Auditórios	219
9.5 Biblioteca	220
9.5.1 Distribuição do Acervo Geral	224
9.5.2 Periódicos Especializados	231
9.5.3 Bibliografias Básica e Complementar	232
9.5.3.1 Relatório de Adequação da Bibliografia	232

9.5.4	Repositório Institucional	233
9.6	Biblioteca Digital	233
ANEXOS		235
ANEXO I – Ementário		235
ANEXO II – Regulamento de Atividades Complementares		276
ANEXO III – Regulamento de Trabalho Final de Graduação		285
ANEXO IV – Plano de Ação do Coordenador de Curso		294
ANEXO V – Plano de Ação do Núcleo Docente Estruturante - NDE		296
ANEXO VI- Plano de Carreira Docente		299

APRESENTAÇÃO

A sociedade atual requer profissionais de contabilidade capazes de responder às nuances de um ambiente de negócios em constante transformação, não só para atender as empresas, no que tange as suas demandas específicas de registros empresariais e fiscais e ações de planejamento e controle, mas que também sejam capazes de contribuir para o desenvolvimento do conhecimento científico. Ciente da importância social de uma escola superior, a Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ, através de seus cursos de graduação, extensão e pós-graduação, têm agido de forma a propiciar que seus bacharéis e especialistas sejam capazes de reagir aos desafios permanentes que a competição crescente e a velocidade das mudanças têm trazido aos gestores de negócios.

Neste contexto, o curso de Ciências Contábeis busca a formação profissional pautada pelos princípios de cidadania e da formação consciente e ética de seus alunos. Através de sua proposta curricular pretende resgatar para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, a função de preparar profissionais dotados de competências e habilidades no âmbito de sua responsabilidade na empresa.

A globalização da economia e a crescente exigência de profissionais cada vez mais capacitados, representa um desafio para a profissionalização em contabilidade. À medida que profundas e frequentes transformações ocorrem, tanto em âmbito nacional quanto no âmbito internacional, nos aspectos da vida econômico-financeira, política e social das nações, mais aumentam os desafios da formação profissional.

O Curso de Ciências Contábeis da UNICRUZ busca qualificar seus acadêmicos para que participem ativamente da história da sua comunidade enquanto pesquisadores, produtores e difusores de conhecimentos. A articulação entre o desenvolvimento do senso de responsabilidade, do empreendedorismo, do espírito crítico e do profissionalismo, está relevantemente comprometida com os valores éticos e sociais que assegurem o bem comum.

Justifica-se a importância do Curso para o crescimento e desenvolvimento da comunidade empresarial da região, através da formação de profissionais qualificados para atuar com competência nos diferentes campos ligados à área contábil das empresas da região. Para tanto, pretende-se que o Bacharel em Ciências Contábeis reúna características do indivíduo culto e equilibrado tais como: senso de responsabilidade e liderança, espírito crítico e criativo, capacidade de julgamento, agilidade de raciocínio e gerenciamento de pessoas, conhecimentos gerais e específicos de sua área profissional, interesse de atualização e comprometimento com valores éticos e sociais que assegurem o bem comum, caracterizando o profissional como homem, agente de seu próprio desenvolvimento.

Em consonância com o PPI – Projeto Pedagógico Institucional e o PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade, este documento registra a operacionalidade da proposta pedagógica do Curso de Ciências Contábeis, traçando linhas de ação que orientam o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão de acordo com os princípios que fundamentam a educação na instituição e em consonância com as bases científicas da profissão.

Atendendo às Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, conforme a Resolução CNE/CES nº 10 de 16 de dezembro de 2004, a Universidade de Cruz Alta aprovou no primeiro semestre letivo de 2017 a nova base curricular que visa à formação do egresso/profissional Contador, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, para atuar em todos os níveis profissionais, com base no rigor científico e intelectual.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

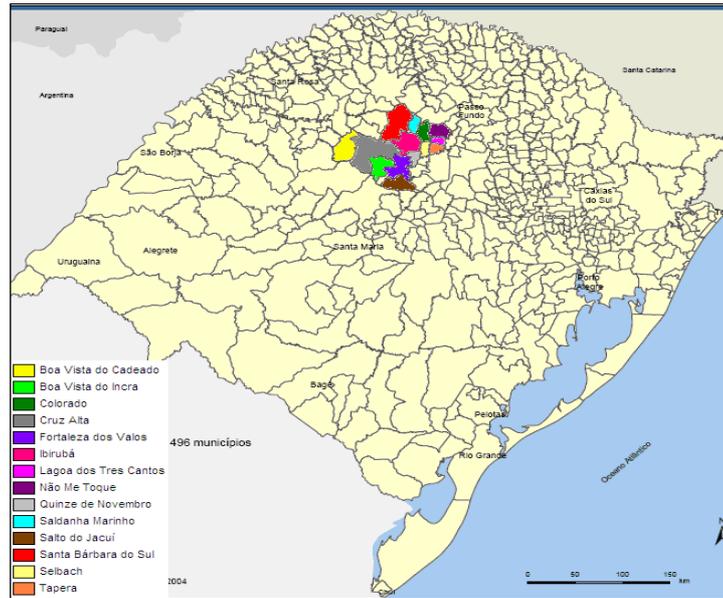
A Universidade de Cruz Alta, identificada com as demais Universidades Comunitárias do Estado do Rio Grande do Sul pelo traço comum de terem “a finalidade de prestação de serviço público, de interesse coletivo, a ele consagrando-se inteiramente, sem fins lucrativos”, tem procurado aprofundar as questões que envolvem o desenvolvimento de novas tecnologias e conhecimento contemplando todas as áreas do conhecimento. Dentre estas, inserido na área das Ciências Humanas e Sociais, está o curso de Ciências Contábeis contribuindo de maneira significativa na consolidação destes ideais.

1.1 Contexto Geográfico, Histórico, Econômico e Social da Região

A Universidade de Cruz Alta está inserida, predominantemente, na região do Alto Jacuí, embora os acadêmicos sejam provenientes também de municípios de outras regiões. Tem sob sua coordenação técnico-científica o Conselho Regional de Desenvolvimento Alto Jacuí (COREDE Alto Jacuí), um dos 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul. A base de atuação do Conselho fundamenta-se nos valores: participação social; responsabilidade social e ambiental; ética e transparência nas ações; comprometimento com o desenvolvimento regional.

Possui uma população total de 159.329 habitantes (FEE/2016) em uma área de 6.893,8 km² (FEE/2016). A cidade polo do COREDE Alto Jacuí é Cruz Alta, que abrange também os municípios de Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Incra, Colorado, Fortaleza dos Valos, Ibirubá, Lagoa dos Três Cantos, Não Me Toque, Quinze de Novembro, Saldanha Marinho, Salto do Jacuí, Santa Bárbara do Sul, Selbach e Tapera, conforme visto na figura 1.

Figura 1 – Localização dos Municípios no COREDE Alto Jacuí.



Fonte: IBGE Mapas, 2009.

Na figura 1 e no quadro 1, observa-se a distribuição da população residente urbana, rural e total (por número de habitantes) do COREDE Alto Jacuí referente aos censos demográficos de 2000 e 2010, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

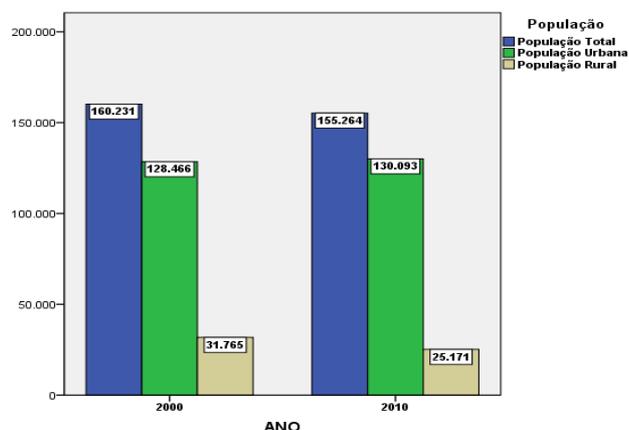
Quadro 1: População urbana, rural e total (por números de habitantes) do COREDE Alto Jacuí para os anos de 2000 e 2010.

ANO	URBANA	RURAL	TOTAL
2000	128.466 (80,2%)	31.765 (19,8%)	160.231 (100%)
2010	130.093 (83,8%)	25. 171 (16,2%)	155.264 (100%)

Fonte: IBGE (2010).

Em 2000, a população urbana do Corede Alto Jacuí era de 128.466 habitantes, representando 80,2% da população total, enquanto que a população rural era de 31.765 habitantes, correspondendo a 19,8% da população total, conforme Figura 2.

Figura 2 – Gráfico da população residente urbana, rural e total (por número de habitantes) do COREDE Alto Jacuí para os anos de 2000 e 2010.



Fonte: IBGE (2010).

Em 2010, a população urbana do Corede Alto Jacuí correspondia a 130.093 habitantes (83,8% da população total), indicando um acréscimo de 1.627 habitantes em 10 anos e um percentual de crescimento de 1,27% (ou uma taxa média geométrica de crescimento de 0,13% a.a.).

A população rural, em 2010, era de 25.171 habitantes (16,2% da população total), contabilizando 6.594 habitantes a menos do que em 2000 e um percentual negativo de crescimento de -20,76% (ou uma taxa média geométrica de crescimento de -2,3% a.a.).

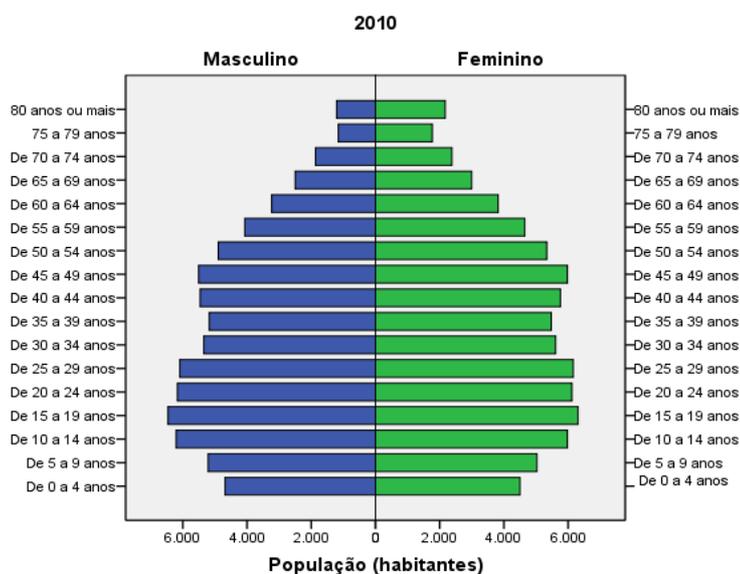
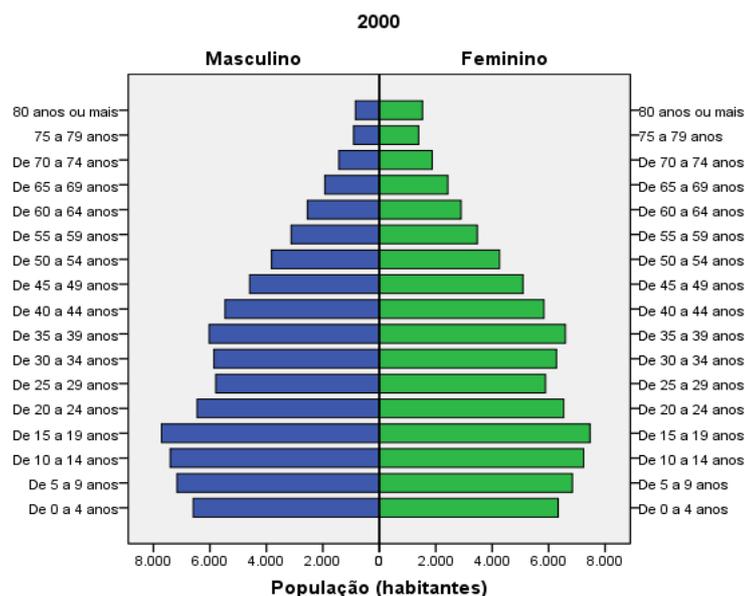
Entre 2000 a 2010, a população total do Corede Alto Jacuí teve sua população reduzida de 160.231 habitantes para 155.264 habitantes, representando um percentual negativo de crescimento de -3,1% (ou uma taxa média geométrica de crescimento de -0,31% a.a.).

A Figura 3 mostra as pirâmides etárias da população do Corede Alto Jacuí para os anos de 2000 e 2010. Nota-se que a pirâmide etária de 2000 apresenta uma base extremamente larga e um topo extremamente estreito. A maior concentração da população estava na faixa etária de 15 a 19 anos, aproximadamente 9,47% da população total. Enquanto que a menor concentração da população estava na faixa etária de 75 a 79 anos, aproximadamente 1,43% da população total.

Em 2010, a forma da pirâmide etária mostra sinais de mudança na distribuição populacional. Sua primeira barra referente à faixa etária de 0 a 4 anos é mais estreita enquanto que seu topo é ligeiramente mais largo. A maior concentração da população continua sendo na faixa etária de 15 a 19 anos (aproximadamente 7,97% da população total), mas com um percentual negativo de crescimento de -15,85% (ou uma taxa média geométrica de crescimento de -1,71% a.a.) em relação a 2000. A menor concentração da população continua sendo na faixa etária de 75 a 79 anos (aproximadamente 1,88% da população total), mas com um percentual de crescimento de 21,43% (ou uma taxa média geométrica de crescimento de 2,44% a.a.) em relação a 2000.

Outro aspecto importante para as projeções da Universidade é o fato de que, entre 2000 a 2010, a população nas faixas etárias de 0 a 14 anos e de 15 a 44 anos obtiveram percentuais negativos de crescimento de -24% (ou uma taxa média geométrica de crescimento de -2,7% a.a.) e -7,6% (ou uma taxa média geométrica de crescimento de -0,8% a.a.), respectivamente. Enquanto que a faixa etária de maiores de 45 anos obteve um percentual de crescimento significativo de 27,11% (ou uma taxa média geométrica de crescimento de 2,43% a.a.).

Figura 3 – Pirâmides etárias da população do COREDE Alto Jacuí para os anos de 2000 e 2010.



Fonte: IBGE (2010)

Entre 2000 a 2010, a população masculina continuou sendo maior que a feminina na faixa etária de 0 a 14 anos, mesmo que esta diferença tenha apresentado uma redução de 20,93%. Na faixa etária de 15 a 44 anos, a população feminina foi maior do que a masculina, porém esta diferença obteve uma forte diminuição de 41,47%. Enquanto que na faixa etária de maiores de 45 anos, a

população feminina se sobressaiu e esta diferença obteve um aumento significativo de 24,81%.

Com base nestas análises, a Universidade busca estratégias para oferta de cursos que atinjam a população jovem desta região, mas, em função dos dados apresentados, a Universidade também oferece a possibilidade de estudos para populações adultas ou com mais idade (Edital PROBIN¹).

A região apresenta várias potencialidades entre essas estão às relacionadas aos aspectos geográficos. O clima subtropical, com as quatro estações bem definidas, os solos de boa fertilidade e o relevo suavemente ondulado permitem que a agricultura de grãos para exportação seja a maior atividade econômica da região. A dinâmica desse setor orienta o desenvolvimento econômico da região.

Essa atividade tem atraído indústrias do setor metal mecânico e de transformação de matérias-primas agrícolas. Soja e leite são as principais. Outra potencialidade prospectada pela sua comunidade é o turismo rural.

Os quatorze municípios estão agrupados em microrregiões nas quais o trabalho da Unicruz, como gestora técnica do COREDE, tem diagnosticado não só as potencialidades como também os gargalos a serem desobstruídos para que a macrorregião atinja um estágio satisfatório de desenvolvimento. Entre esses os de maior relevância são: falta de logística mais adequada para circulação da produção agrícola e metal-mecânica; falta de planejamento ambiental que envolva solução regional para destinação dos resíduos sólidos e de escoamento sanitário; falta de profissionais capacitados para alguns setores; baixa participação da população em processos deliberativos de interesse regional; fragilidade nos processos de gestão; relação desigual entre custo da produção e preços praticados pelos mercados, bem como a diminuição da população rural.

Essa caracterização da região de inserção, em especial os gargalos, orienta a atuação da Universidade comunitária que tem como compromisso social o desenvolvimento sustentável.

¹ Programa de Bolsas Institucionais que prevê descontos nas mensalidades de pessoas com mais de 50 e 60 anos.

1.2 Contexto Científico-Cultural e Educacional da Região

A Universidade de Cruz Alta é concebida como uma instituição particular de ensino superior, de caráter social e comunitário, dotada de objetivos e funções próprias, destinada a preservar, organizar, desenvolver e transmitir o saber em todos os graus. Em seu significado mais amplo, o saber significa poder manter-se na verdade. A busca do saber, razão de ser fundamental da Universidade, ocorre no exercício das suas principais funções: a criação, elaboração da ciência e o desenvolvimento da tecnologia a serviço do bem-estar do homem e da sociedade.

A Universidade de Cruz Alta integra o Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas - COMUNG -, instância articuladora de projetos coletivos, construtores de alternativas de soluções aos problemas estruturais comuns às universidades consorciadas. O sentido da Universidade Comunitária, no contexto do ensino superior no Brasil, explicita-se pela relevância do seu papel social de Instituição nesse modelo, abrangendo diversas comunidades e trilhando um caminho que busca a qualificação cada vez maior de seu trabalho, já que tem consolidada sua inserção, de forma participativa, na sua região de abrangência.

A UNICRUZ integra o Conselho Regional de Desenvolvimento do Alto Jacuí – COREDE -, desde 1991 e do Polo de Modernização Tecnológica, a partir de 1994. Nesse espaço, atua como gestora científica, cuja participação se dá através da focalização em ações de pesquisa, gestão, ensino e extensão, contribuindo com diversas ações e procurando diagnosticar os interesses fundamentais da Região em termos de educação, pesquisa científica e tecnológica, saúde, agricultura, agroindústria, indústria, comunicação, ecologia, transporte entre outros. Apesar de sua região de abrangência atingir quatorze municípios, a Universidade amplia sua ação, uma vez que contempla estudantes e professores de outras regiões e estados da federação.

Localiza-se num contexto educacional singular, atuando como polo irradiador de transformações nas áreas da cultura, da economia e da vida social,

especialmente na Região Alto Jacuí do Rio Grande do Sul. A região possui, também, número expressivo de clientela escolar atendida em escolas de educação básica, abrangendo educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. A educação de jovens e adultos é estimulada através de oportunidades educacionais apropriadas, tais como: acesso gratuito ao Centro de Estudos Supletivos de Cruz Alta, ou participação em exames promovidos pelo poder público estadual.

A educação profissional é oferecida em escolas públicas e particulares da região aos alunos matriculados ou egressos do ensino fundamental e médio. Os alunos portadores de necessidades especiais merecem, também, oportunidades de atendimento através de escolas e centros de educação especial.

O contexto educacional da região atende às necessidades sociais caracterizadas nos três níveis de ensino, buscando, através de novas propostas curriculares, corresponderem aos avanços da ciência e da tecnologia.

As manifestações artístico-culturais da região relacionam-se, fortemente, ao seu contexto histórico. Nos últimos anos, essas manifestações vêm presas à história do povoamento, evidenciando as diferentes etnias que formam a população regional. A Universidade vem dando assessoria à organização dos centros culturais próprios de cada etnia.

As oportunidades oferecidas e as conquistas alcançadas que inferem nas ciências em suas diversas aplicações, destacam a região como polo centralizador de recursos que promovem o desenvolvimento do homem em todas as suas dimensões.

A visão filosófica do humano na formação profissional perpassa todo o trabalho educacional da Universidade e define o rumo das suas ações, cuja concretização pretende acrescentar, à realidade social, recursos que participem com eficácia dos movimentos de mudança ou transformação.

As linhas básicas que sustentam as ações pedagógicas da Universidade constituem-se em diretrizes na construção das propostas pedagógicas, efetivando a articulação das diferentes áreas de conhecimento na oferta de cursos para a

formação de indivíduos.

Neste contexto insere-se o profissional da contabilidade, como figura imprescindível no ambiente empresarial, tanto nas atividades meio que configuram suas habilidades e competências técnicas, científicas e humanas, como nas que envolvem diretamente o processo decisório, participando ativamente na prospecção de cenários e no desenvolvimento regional.

1.3 Contexto Histórico da Universidade

A Universidade de Cruz Alta está inserida no contexto histórico da Região Noroeste do Estado desde a década de 1947. Primeiro, sob a forma da Associação de Professores da Escola Técnica de Comércio "Cruz Alta". A Associação iniciou suas ações como mantenedora do Curso técnico em Contabilidade. Em 1958, a entidade passou a denominar-se Associação dos Professores de Cruz Alta - APROCRUZ, constituída por Faculdades Isoladas. A primeira criada foi a Faculdade de Ciências Econômicas, (1958) e na sequência vieram a de Direito (1968), a de Filosofia Ciências e Letras (1969) e a de Educação Física (1972).

A transformação dessas Faculdades Isoladas em uma Universidade resultou da mobilização da comunidade regional. A primeira conquista foi a da Lei 7.676, de 6 de outubro de 1988, que autorizava o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Cruz Alta. Por razões que ainda hoje não são claras para a comunidade no mesmo ano é instituída, através do Decreto 97.000 de 21 de outubro de 1988, a Universidade de Cruz Alta sob a forma de Fundação Universidade de Cruz Alta, mas com personalidade jurídica de direito privado. A seguir foram desencadeadas ações necessárias para a efetiva instalação da Universidade que foi reconhecida pela Portaria do MEC nº 1704 de 03 de dezembro de 1993. A partir desse ano houve acelerada criação de novos cursos. É uma instituição de Ensino Superior, de natureza comunitária, sem fins lucrativos. Integra o Consorcio das Universidades Comunitárias Gaúchas – COMUNG e o Conselho Regional de Desenvolvimento do Alto Jacuí – COREDE Alto Jacuí.

Em 2005, houve a destituição da Reitoria através da operação TOGA. No dia 07/11/2005, os então administradores foram afastados das funções a pedido do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e deferido pelo Poder Judiciário, sob suspeição e indícios de gestão temerária, conforme autos do Processo nº 1.050005014-6. Na sequência foi nomeado um Administrador Judicial pelo mesmo poder.

No momento da intervenção, a Instituição encontrava-se em situação caótica: endividamento fiscal, a maior soma correspondente a Imposto de Renda retido e não recolhido aos cofres públicos; dívidas com fornecedores até mesmo de energia elétrica e telefonia; salários atrasados; dívida bancária muito significativa; falta de regularidade fiscal até mesmo na esfera municipal; a maioria dos cursos sem renovação de reconhecimento e um enorme passivo trabalhista.

No período de novembro de 2005 a abril de 2008, tempo da gestão judicial, buscou-se resolver as questões da dívida através de parcelamentos, estruturou-se a dívida trabalhista e implementaram-se medidas que viessem permitir a obtenção de regularidade fiscal. Os então dezessete cursos com reconhecimento por renovar ou até mesmo dois sem reconhecimento foram avaliados por comissões externas do Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais Anísio Teixeira do Ministério da Educação e Cultura – INEP/MEC.

Nesse período fez-se também a reestruturação estatutária e a preparação para a retomada da gestão universitária de forma democrática, legitimada por eleição com colégio eleitoral composto por todos os segmentos da comunidade acadêmica. Mobilizou-se essa comunidade para definir os rumos da Universidade. Acadêmicos, funcionários, professores e representantes da comunidade externa participaram das discussões que levaram aos novos estatutos, ao PPPI e ao Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, 2008-2012.

Esses processos culminaram com a separação da gestão da mantenedora e da mantida. A posse dos gestores das duas instituições ocorreu em 11 de abril de 2008. A Fundação Universidade de Cruz Alta, mantenedora, é regida pelo Estatuto próprio, aprovado pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul –Procuradoria das Fundações- Portaria 322/2007, de 26/11/2007 e reformulado, conforme aprovação

do mesmo órgão, Portaria nº 265/2010 – PF, de 17/11/2010. A nova estrutura da Instituição, definida também pelo Estatuto da Universidade, aprovado pela portaria do MEC nº 914, de 01/11/2007, publicada pelo DOU de 05/11/2007 e pelo Regimento aprovado pela Assembleia Geral da Universidade, em 17 de novembro de 2009, encontra-se totalmente implantada.

Neste momento a Instituição estava estruturada em quatro centros os quais congregam cursos por afinidades, consideradas as grandes áreas do conhecimento (Centro de Ciências da Saúde; Centro de Ciências Sociais e Aplicadas; Centro de Ciências Humanas e Comunicação e Centro de Ciências Agrárias, Exatas e da Terra). Em março de 2009, a instituição passou por avaliação externa, conforme processo e-MEC n.º 20077098. Os resultados apontaram para fragilidades decorrentes do período crítico vivenciado. Os anos de 2008 a 2013 permitiram avanços na reorganização institucional. Em novembro de 2011, a instituição passou por nova avaliação externa-processo e-MEC n.º 2001103941, que resultou em avaliação satisfatória para credenciamento da mesma, conforme a Portaria n.º 711, de 08 de agosto de 2013, publicada no D.O.U., seção 1, de 09 de agosto de 2013.

Em 2012, houve uma nova atualização do Estatuto da Universidade de Cruz Alta, sendo alterada a estrutura institucional, passando a ser constituída por dois Centros de Ensino, sendo eles: Centro de Ciências da Saúde e Agrárias (CCSA) e Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS).

Desde 2006, a Instituição trabalha com o foco de consolidar-se como Universidade e, nesse sentido, fortaleceu as bases necessárias para a constituição da pós-graduação *Stricto sensu*. Observou-se que, para contribuir efetivamente com o desenvolvimento social, econômico, científico, tecnológico e inovador, a pós-graduação da Universidade de Cruz Alta deveria se constituir com olhar permanente à interdisciplinaridade, bem como às áreas correlatas à interdisciplinar da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Os grupos desenvolveram um longo e articulado trabalho para a constituição

de propostas *Stricto Sensu*. Portanto, essa linha histórica da busca pela verticalização institucional nestes últimos anos pode ser assim resumida: em 2012, foi aprovado na área interdisciplinar da CAPES o Curso de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural (MPDR), o qual iniciou suas atividades em 2013.

No ano de 2013, dois programas acadêmicos foram aprovados, os quais iniciaram suas atividades em 2014: o Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (PPGPSDS) e o Programa de Pós-Graduação em Atenção Integral à Saúde (PPGAIS).

Em 2017, todos os cursos de pós-graduação *Stricto sensu* passaram pela primeira avaliação quadrienal da CAPES. O MPDR e o PPGAIS mantiveram o conceito 3. O PPGPSDS ampliou seu conceito para 4.

No ano de 2014, com base no direcionamento presente no PDI, grupos docentes relataram à reitoria a possibilidade e a demanda por um curso acadêmico, com foco interdisciplinar na área de Ciências Ambientais, capaz de contribuir com a produção animal e vegetal nos contextos dos ambientes produtivos, mantendo o olhar permanente à sustentabilidade. Assim, com a expedição da portaria n.º 26/2014, criou-se uma Comissão responsável por direcionar uma nova proposta *Stricto sensu*. O grupo iniciou o trabalho ainda no ano de 2014, sendo que submeteu à Apreciação de Propostas de Cursos Novos (APCN) do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia Vegetal e Animal (PPGCiências) no ano de 2015. A proposta foi avaliada e teve vários aspectos considerados positivos, contudo, não foi recomendada na ocasião.

Com base nesta avaliação, o Grupo reestruturou a proposta e encaminhou no ano de 2016 uma nova APCN, atendendo às questões presentes na avaliação. A proposta mudou sua denominação para Produção e Ambiente (PPGPA) e foi submetida à Área de Ciências Ambientais. A proposta não foi recomendada, entrando o grupo com recurso ao Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) e, posteriormente, recurso direto à presidência da CAPES. Paralelamente, em razão do atraso no retorno dos recursos, submeteu-se novamente a APCN no ano de 2017, a qual encontra-se em avaliação.

No ano de 2016, o PPGPSDS, submeteu para a APCN a sua proposição de Doutorado. A análise evidenciou diversos aspectos positivos: crescimento e desenvolvimento das ações do curso, interdisciplinaridade, incremento da produção acadêmica e formação de recursos humanos. Contudo, não foi aprovada, especialmente pelo fato do programa ter conceito 3. Houve interposição de recursos ao CTC-ES e à presidência, pois os docentes observaram que, mesmo não possuindo conceito 4, o curso possuía todas as condições necessárias para elevação de conceito na avaliação quadrienal. Entretanto, a solicitação foi indeferida. Em face do exposto, foi reencaminhada a APCN no ano de 2017, após o resultado da avaliação quadrienal onde o Programa ampliou seu conceito para 4. Atualmente está em fase de análise.

Desde o ano de 2007, a partir de uma demanda instituída pela Universidade de Cruz Alta, com o COMUNG, iniciou-se um movimento junto ao Governo Federal com o objetivo de obter uma solução para as dívidas fiscais que as Universidades Comunitárias apresentavam. Esse movimento culminou com a aprovação da Lei n.º 12.688, de 18 de julho de 2012, a qual instituiu o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (PROIES). Através dessa legislação, foi possível a UNICRUZ obter a regularidade fiscal, a partir do pagamento de suas dívidas, com bolsas de estudo.

Em 2013, o governo federal sancionou a Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013, a qual estabeleceu uma terceira modalidade de Universidade no sistema de ensino superior brasileiro: as Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES). Assim, em 19 de dezembro de 2014, através da Portaria nº 784, publicada no D.O.U. 22/12/2014, a Universidade de Cruz Alta é qualificada como Instituição Comunitária de Ensino Superior (ICES).

A partir do ano de 2014 a Universidade de Cruz Alta passou a organizar, juntamente com sua comunidade acadêmica um encontro anual para organização do Planejamento Estratégico, onde Fundação e Reitoria definiram cinco objetivos estratégicos Estes objetivos serão balizadores para que os setores e cursos de

graduação e pós-graduação, definam suas metas e indicadores. Desde o primeiro encontro de planejamento estratégico os objetivos giram em torno da melhoria dos processos institucionais no sentido de alcançar a excelência acadêmica e tornar-se Universidade referência na região. O que se observa neste período é que estes objetivos vêm sendo alcançados já que o número de alunos ampliou de 2000 (em 2013) para mais de 3.000 no ano de 2017.

A atualização permanente do PDI contempla o processo de redimensionamento e de garantia de continuidade da instituição. Fundamentados nas características político-sócio-econômicas da região de inserção, nos relatórios das avaliações internas e externas, na própria dinâmica institucional e também nas políticas governamentais que criam mais condições para sanar dificuldades estruturais, além de estar encaminhando o crescimento vertical, trabalhou-se no sentido de colocar a Universidade de Cruz Alta como referência, também, nas áreas de Engenharias e Tecnológicas.

Atualmente um dos grandes desafios da Universidade é a busca pelo credenciamento para a oferta de ensino à distância, com o objetivo de se colocar frente aos paradigmas atuais da educação mundial e, de se alinhar com as novas políticas da educação federal, preconizadas pelo INEP, MEC e CAPES. Todavia, a UNICRUZ está se preparando para a oferta de um ensino que não seja totalmente EaD mas que possa articular de forma parcial um ensino presencial e a distância, que vem se configurando como um ensino híbrido, que mescla momentos presenciais e à distância, pautado por metodologias ativas e inventivas.

Outra preocupação institucional é a busca constante pela inovação, tanto nos processos de gestão como nos processos acadêmicos, com a implantação de novas tecnologias e espaços para que os acadêmicos possam vivenciar esses processos em sua formação, sendo um dos maiores exemplos dessa concretização na IES a implantação da agência de Desenvolvimento, Inovação e Tecnologia, a START, no ano de 2016.

1.4 Missão e Valores Institucionais

A Unicruz tem como missão a produção e socialização do conhecimento qualificado pela sólida base científica, tecnológica e humanística, capaz de contribuir com a formação de cidadãos críticos, éticos, solidários e comprometidos com o desenvolvimento sustentável.

A UNICRUZ tem o ensino como sua atividade preponderante, que acontece na interrelação com a pesquisa e a extensão. A pesquisa institucional caminha para sua consolidação e torna-se o grande desafio institucional. Isso permitirá alcançar os patamares necessários a um fazer universitário, centrado no ensino qualificado, cujos fundamentos e resultados se alicerçam e se concretizam na pesquisa e na extensão, bem como na verticalização para a pós-graduação.

Ao se definir produção como missão institucional, estamos considerando a pesquisa, em especial a aplicada, como o ideal para a produção de novos conhecimentos e tecnologias, porém o produzir conhecimento remete aqui também ao aspecto pedagógico da reelaboração dos conhecimentos acumulados historicamente pelo universo das diferentes ciências ou disciplinas.

Esses são sempre o velho que, retomado como estrutura, permite reconstruções ou novas construções. Por menor que possa ser essa produção, ela ocorrerá e será objeto a ser socializado, não só entre os pares da academia, mas como um bem social do qual a comunidade de inserção da universidade poderá se beneficiar.

A socialização diz respeito a essa distribuição que tanto se dá pela publicização dos resultados do trabalho acadêmico, feito através de diferentes meios, entre os pares, quanto pela apropriação que a sociedade faz desse conhecimento produzido, transformando-o em desenvolvimento humano, social, cultural, econômico e ambiental. A qualificação dessa produção resulta da capacidade de buscar, no conhecimento acumulado, pressupostos teórico-metodológicos capazes de permitirem, no próprio espaço das ciências e tecnologias, avanços e até mesmo rupturas que levem à produção de conhecimento capaz de possibilitar o desenvolvimento sustentável demandado

como condição para a cidadania ampla.

A base humanística presentifica-se no trabalho institucional focado no alcance dos objetivos e princípios estatutários. A humanidade buscada caracteriza-se pela vivência e difusão da ética, da liberdade, da igualdade, da democracia, da solidariedade e do respeito ambiental. Para alcançar avanços que considerem essas três dimensões, será necessário trabalhar pela qualificação de todos os processos no interior da instituição: pedagógicos, de gestão, avaliação e convivência.

O perfil do egresso da UNICRUZ carregará, na capacidade crítica, ética e solidária, a formação propiciada, considerando o conhecimento acumulado sustentado por diferentes correntes teórico-políticas e reelaborado no contato com a realidade social, proporcionado pela pesquisa e pela extensão; os processos pedagógicos qualificados pela metodologia crítico-reflexiva; a vivência universitária pautada pela liberdade, responsabilidade e pela gestão democrática e colegiada. A ética e a solidariedade também decorrem do fazer universitário assim sustentado. A qualificação dos processos, coerente com os princípios e objetivos institucionais expressos no seu estatuto, é que garante que esses valores sejam incorporados pela comunidade acadêmica.

O fazer universitário pautado nesses referenciais tem como finalidade mais ampla contribuir com a humanidade para o desenvolvimento que, inicialmente, envolve a transformação da realidade, no que diz respeito ao crescimento propiciador da universalização do acesso aos bens sociais, sejam eles econômicos, culturais, educacionais ou ambientais. O ensino, a pesquisa e a extensão materializam valores, princípios e objetivos que conduzem à consecução desse compromisso social.

O desenvolvimento sustentável para a Universidade de Cruz Alta possui uma significação referendada em princípios humanizadores, defendendo a formação profissional enquanto protagonista de ações críticas e reflexivas pautadas na tomada de decisões e na (co)participação de sujeitos comprometidos com a vida, com os direitos humanos e com os rumos de um planeta mais justo e solidário para todos os que dele fazem parte. Aliada ao paradigma reflexivo, a educação para a sustentabilidade busca contribuir na tomada de decisões do

cidadão.

Nesse processo, a qualificação acontece de forma democrática e consciente, tanto no campo individual como no campo coletivo, tornando a academia propulsora ativa no estabelecimento de relações entre os conhecimentos vividos e os estudados, gerando um caminho real e significativo no processo de aprender.

A Universidade atenta aos acontecimentos da contemporaneidade e as demandas da sociedade atual, caracterizada pela rápida aceleração dos processos de comunicação mediados pelas tecnologias, prevê a possibilidade de oferta de formas diferenciadas de qualificação profissional.

Esses processos são perspectivados tanto para o ensino presencial como a distância, em razão de que otimizar tempo e espaço também faz parte do desenvolvimento sustentável.

É nessa perspectiva que se apresenta a possibilidade de implantação da educação à distância, a partir de uma concepção de formação pautada na autonomia intelectual, na autoaprendizagem, na inovação metodológica e na abordagem interdisciplinar e multidimensional do conhecimento.

Assim, o modelo desenvolvido para a modalidade a distância da Universidade de Cruz Alta decorre e está integrado às concepções pedagógicas que norteiam o ensino presencial da IES para fomentar e disseminar o conhecimento e adequar a Universidade as formas atuais da oferta da educação: presencial, à distância e semipresencial (híbrido). Portanto, como Universidade Comunitária da região estar atenta a estas demandas e ofertá-las é missão institucional e compromisso com a comunidade regional.

A Universidade de Cruz Alta se compromete com a educação do ensino superior da sua região por meio da produção de conhecimento científico e tecnológico qualificado, pautada nos seguintes valores:

- Compromisso Social;
- Democracia;

- Educação;
- Ética;
- Inovação e Desenvolvimento;
- Justiça;
- Liberdade;
- Respeito às diversidades; e,
- Responsabilidade Social.

1.5 Contexto de Inserção do Curso na Região

O Curso de Ciências Contábeis integra a Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ que é concebida como uma instituição de ensino superior, de caráter social e comunitário.

A UNICRUZ integra o Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas - COMUNG, instância articuladora de projetos coletivos, construtores de alternativas de soluções aos problemas estruturais comuns às universidades consorciadas. O sentido da Universidade Comunitária, no contexto do ensino superior no Brasil, explicita-se pela relevância do seu papel social de Instituição nesse modelo, abrangendo diversas comunidades e trilhando um caminho que busca a qualificação cada vez maior de seu trabalho, já que tem consolidada sua inserção, de forma participativa, na sua região de abrangência.

A UNICRUZ representa um contexto educacional singular, com expressiva atuação enquanto pólo irradiador de transformações nas áreas da cultura, economia e vida social. O compromisso com o desenvolvimento regional e nacional é consubstanciado em uma proposta político-pedagógica de qualidade, buscando a

qualificação de profissionais com competência técnica, relevância científica e consciência crítica, capazes de se integrar ao meio e transformá-lo.

Nessa intenção, as ações estabelecidas na Universidade, estão fundamentadas numa concepção de educação que visa à formação integral do homem contribuindo com o processo histórico de desenvolvimento técnico, científico e cultural de sua realidade regional. A ação comunitária regional é sua identidade, que é consolidada pelo ensino oferecido, pela pesquisa e pela extensão, funções indissociáveis do conhecimento.

Desta forma, participa crítica e ativamente do processo de transformações sociais com propostas alternativas de assessoria para o desenvolvimento integrado e o enfrentamento das desigualdades sociais, da construção da paz e da formação de homens capazes não só de avaliar o modelo presente da sociedade, mas, sobretudo de conceber e implementar sociedades alternativas.

O Projeto da Instituição enfatiza os princípios de liberdade de pensamento, de ensino e de pesquisa e os demais direitos do homem. A educação é vista:

Como desenvolvimento da liberdade e da solidariedade humana, pelo cultivo de valores que dignifiquem o próprio homem, na medida em que ele aprende a ser livre, aprende como escolher, como agir em relação a si mesmo e aos outros (...), que deve caracterizar-se na formação de uma cultura genuína e nacional, isto é, na formação da consciência do cidadão, que ajuda a construir a sociedade, que contribui para seu aperfeiçoamento, tendo em vista o bem comum^[1].

A comunidade acadêmica da UNICRUZ entende que a educação se faz:

- Inserida num processo histórico que considere as mudanças sociais, econômicas e políticas; e

- Adotando metodologias específicas que favoreçam a visão crítica da realidade, promovendo a integração entre técnica e humanismo, através de propostas curriculares.

Ao estabelecer seu espaço de reflexão e crítica, a Universidade pretende buscar pressupostos que confirmem sua concepção como Instituição Comunitária. Sua instituição e prática visam à melhoria da qualidade dos serviços oferecidos e, conseqüentemente, contribuir para a qualidade de vida do Homem visto na sua totalidade.

Ao entender o Homem como ser de relações, a Universidade desenvolve um projeto institucional no qual objetiva seu compromisso que é: **com o processo histórico de desenvolvimento técnico, científico e cultural de sua realidade regional**. Com este propósito, concebe o Homem como agente de transformação, contextualizado e comprometido com sua comunidade através:

- Do estabelecimento de sua visão de mundo;
- De sua competência técnica; e
- Da consciência crítica da realidade.

No entendimento de que a Universidade, através do Ensino, Pesquisa e Extensão contribui de forma democrática, humana e igualitária, elimina, assim, as grandes distâncias entre os homens, quer de ordem política, econômica, social, educacional e cultural.

[1] Relatório Final da Universidade de Cruz Alta apresentado e aprovado pelo C.F.E.

1.6 Contexto de Inserção do Curso na Instituição

Inserindo-se entre os demais cursos da Instituição, o Curso de Ciências

Contábeis centra-se na qualificação de profissionais da área, que atuam na região de abrangência da Universidade, bem como busca a inserção de novos profissionais no mercado de trabalho, dotando-os de competência e eficiência necessárias aos diferentes procedimentos no âmbito da sua profissão.

O Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Cruz Alta foi criado através da Resolução CONSUN nº 07/94 e reconhecido, conforme Portaria Ministerial/MEC 191 de 23/02/2000 (publicado no DOU de 25/02/2000). Posteriormente, atualizou reconhecimento sob a Portaria 282/09 que foi publicada no DOU em 06/03/09 e atualmente reconhecido pela Portaria 706 de 18 de dezembro de 2013, publicada no DOU em 19 de dezembro de 2013.

Atualmente, o Curso de Ciências Contábeis observa ao disposto na Resolução CNE/CES, 10 de 16/12/04. A referida Legislação Federal estabeleceu Diretrizes Curriculares específicas a serem observadas e a Universidade de Cruz Alta adequou-se à nova proposta. As disciplinas do curso estão articuladas através de ações interdisciplinares apresentando uma carga horária que perfaz um total de 3.000 h/a, correspondentes a 184 créditos integralizados em oito semestres. Deste total, 2.520 horas referem-se às disciplinas, 240 horas reservadas aos Trabalhos Finais de Graduação e 240 horas para as atividades complementares.

2 FUNDAMENTOS, PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DO CURSO

O Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis procura atender ao disposto nas Diretrizes Curriculares conforme a Resolução CNE/CES nº10 de 16 de dezembro de 2004, no comprometimento com a profissionalização de seus egressos.

A proposta de grade curricular para o curso de Ciências Contábeis da UNICRUZ atende às disposições previstas e visa o comprometimento com a formação humanística e teórica, além da formação profissionalizante.

2.1 Bases teórico-conceituais

Tendo como base fundamentadora os princípios da Universidade de Cruz Alta, enquanto instituição impulsionadora do desenvolvimento da comunidade, o Curso de Ciências Contábeis centraliza a ação formadora no homem, entendido como um ser de relações em busca de sua completude.

Nesse sentido, os princípios Epistemológicos que o Curso adota perpassam as concepções de:

- Homem como sujeito social e ideológico constituído do conjunto das práticas histórico-sociais que, por isso mesmo, está inserido em um conjunto de valores que regulam as relações no grupo proporcionando condições de progressiva qualificação do aluno-professor;
- O trabalho do professor formador de profissionais da área contábil pressupõe o conhecimento e prática da interdisciplinaridade e da importância dos outros campos de conhecimento inerentes à ciência contábil;
- O conhecimento da área contábil torna-se imprescindível na medida em que o desenvolvimento pleno da sociedade, na figura das empresas de um modo geral, está diretamente ligado à geração de informações precisas e coerentes com sua realidade econômico-financeira;
- A reflexão acerca das práticas contábeis nos permite definir como eixo norteador dos procedimentos metodológicos do Curso de

Ciências Contábeis a prática laboratorial e o entendimento das demandas empresariais atuais.

Estas questões perpassam todas as disciplinas durante todo o Curso, considerando que mudanças poderão ocorrer, mas sobremaneira deverão interferir na busca de seus objetivos.

Os princípios éticos que o Curso assume para nortear a prática política-pedagógica das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão são:

- Comprometimento com um trabalho educativo que respeite o sujeito na sua pluralidade, enquanto ser histórico–social;
- Comprometimento com a organização do espaço político–pedagógico, buscando que os ideais pragmáticos, que movem as instituições de ensino, se articulem com os ideais de uma sociedade participativa, movida pelo compromisso com a construção da cidadania simbolizada no compartilhamento dos bens sociais;
- Participação na construção dos rumos e das normas que determinam as relações na coletividade formada por professores e acadêmicos do Curso;
- Comprometimento com a observância das normas estabelecidas e legitimadas pelo Curso e pela Profissão.

Os princípios didático-pedagógicos que o Curso de Ciências Contábeis concebe como orientadores de suas atividades, de certa forma, são decorrência dos princípios epistemológicos e éticos. Estes princípios didático-pedagógicos no qual se pauta a formação do profissional da área de Ciências Contábeis consistem basicamente:

- no princípio da competência do sujeito enquanto membro de uma comunidade que o legitima como profissional dotado de saber

técnico–político capaz de permitir a ação constitutiva efetiva em seu espaço social;

- no direito à voz como condição de existência do próprio sujeito–aluno, que não pode, portanto, perdê-la no emaranhado das redes científicistas;
- no trabalho docente formador de profissionais da área de Ciência Contábeis, pressupondo-se articulações com outros campos do conhecimento;
- na prática coerente com as concepções já assumidas, devendo estar consubstanciada na articulação entre teorias científicas e teorias do sujeito/sentido enquanto efeitos das práticas histórico–sociais.

2.1.1 Fundamentos e Princípios Filosóficos

Os princípios filosóficos da Instituição são fundamentados pelos principais elementos presentes nos seus processos e que trazem implicadas as concepções adotadas pela Instituição. Os conceitos que a comunidade acadêmica adota para nortear os principais elementos presentes nos seus processos são:

a) Ser humano: compreendido como sujeito histórico e social, que se constrói e se transforma, (inter)subjetivamente, através das interações com os outros seres e com o meio em que vive. É também sujeito político, cidadão capaz de buscar a autonomia e a autorrealização, a participação responsável e crítica nas esferas socioeconômica-política, ambiental e cultural;

b) Sociedade: embora a sociedade esteja organizada pelo modo de produção capitalista, geradora de considerável avanço científico e tecnológico, bem como de desigualdade, de competitividade e seletividade, a Universidade de Cruz Alta possibilita a produção e socialização do conhecimento científico, tecnológico, mas

também humanístico, capaz de contribuir com a formação de cidadãos críticos, éticos, solidários e comprometidos com o desenvolvimento sustentável;

c) Educação: entendida neste contexto como processo social, cultural, dinâmico e complexo, intencional ou espontâneo, que pode e deve possibilitar a constituição de sujeitos humanizados, para, a partir da educação, contribuir para o desenvolvimento humano;

d) Conhecimento: construção resultante do movimento sócio-histórico, no qual o já acumulado é ponto de partida para o novo que pode corroborar e acrescentar novos dados ao já existente, produzindo rupturas e/ou inovações em cada campo da ciência ou das tecnologias. Aliado a isso, a Universidade, por meio da ecologia de saberes, valoriza a cultura popular pelo conhecimento acumulado das culturas populares, da comunidade local e regional;

e) Ciência e produção do conhecimento: a Universidade é espaço de produção e disseminação de conhecimento científico, fortalecido pelo protagonismo dos sujeitos envolvidos, pelo desenvolvimento da cultura da pesquisa na dinâmica da atuação docente e discente, bem como pela responsabilidade social inerente a esse processo de produção. O conhecimento produzido na Universidade e por ela socializado emerge da pesquisa e visa à solução aos problemas estudados. A busca pelo conhecimento científico, tecnológico e pela inovação em cada campo da ciência é de fundamental importância para o desenvolvimento socioeconômico sustentável permeando o ensino, a pesquisa e a extensão, tanto na graduação quanto na pós-graduação.

f) Desenvolvimento: concebido como global que se relaciona aos avanços do sujeito, na sua constituição, mas como efeito reflexo do desenvolvimento do seu entorno; a concepção mais adequada é a de desenvolvimento sustentável, em consonância com a missão institucional e que, além do econômico, social e ambiental, incorpora o cultural, o ético e o estético.

g) Ética: na confluência dos inúmeros princípios, está a ética como postura do homem frente aos seus pares e a natureza; as atitudes de cada membro da

comunidade acadêmica devem traduzir a observância à (ao): impessoalidade, moralidade, publicidade, respeito ao meio ambiente, dignidade das pessoas e seus direitos fundamentais;

h) Estudante: sujeito sócio-histórico capaz de (re)elaborar, construir, produzir e sistematizar conhecimentos a partir do ensino, da pesquisa e da extensão, e do estímulo à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, crítico, ético e solidário, visando à inserção em diferentes setores e ao exercício de uma profissão. Capaz de compreender o mundo que o cerca, pela busca na resolução de questões provocadas ou existentes neste contexto;

i) Professor: aquele que é capaz de trabalhar com a diversidade de alunos e que tem como foco a aprendizagem, mediada pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão. Comprometido com a sua formação continuada e permanente, sendo ela científica, pedagógica e humanística, e pela reflexão constante de sua práxis. Tem participação na produção e sistematização do saber e é capaz de utilizar as novas metodologias e tecnologias;

j) Inovação e Empreendedorismo: conjunto de práticas capazes de transformar ideias e conceitos em atitudes e propósitos de mudanças de forma criativa, inovadora e com otimização de recursos. A arte de fazer acontecer projetos pessoais e organizacionais com capacidade de gerar e distribuir riqueza, ao mesmo tempo em que agrega benefícios à sociedade, de forma construtiva, ética e responsável. A partir disso, vislumbra a oportunidade de mudança com a garantia do desenvolvimento humano e social de forma sustentável

2.1.2 Fundamentos e Princípios Teórico-metodológicos

Os princípios apresentados anteriormente determinam a adoção de concepções relativas aos principais elementos implicados na prática pedagógica os quais materializam a linha básica da ação institucional no que diz respeito ao ensino,

pesquisa e extensão. Estes elementos são constituídos por:

a) Currículo: um currículo que tenha como pressuposto o fazer humano, uma cultura e prática social que deve impregnar as situações de produção de conhecimento, com respeito ao “outro”, integrando histórias de vida enquanto construtor de identidades; comprometido com as habilidades e competências necessárias ao exercício profissional dos egressos, pensado e atualizado, de acordo com as demandas de cada área. Um currículo integrado, contextualizado na história, na política e articulado de forma interdisciplinar com as necessidades elencadas pela sociedade.

b) Interdisciplinaridade: a Universidade de Cruz Alta traça seu caminho, a partir da interdisciplinaridade como meio de superação de conhecimentos lineares e fragmentados, possibilitando ao sujeito uma postura crítica na compreensão da realidade, constitutiva do meio em que se encontra inserido. A interdisciplinaridade é concebida como um processo que permeia todos os princípios institucionais. Acredita-se que essa configuração favorece a construção de projetos inovadores e a integração dos saberes, no exercício permanente do diálogo entre os componentes curriculares e as áreas do conhecimento, bem como na formação integral do cidadão.

c) Aula: espaço interativo de debates, questionamentos, argumentações e tomada de posições entre sujeitos que, fundamentados em princípios éticos e através da linguagem enquanto meio, produzem conhecimento. Os sujeitos da aula são tanto os professores, com os conhecimentos construídos no âmbito da ciência que praticam, quanto os estudantes com os saberes e conhecimentos que trazem para a aula; seus aspectos metodológicos substituem a ênfase no ensino pela ênfase na aprendizagem. A aula é concebida como espaço e tempo de aprendizagens/ensinagens capazes de transcendência para todos. Reunindo características diversas enquanto mobilidade acadêmica, considerando tempos e contextos, a aula reflete dimensões regional, nacional e internacional tanto no ensino, quanto na pesquisa e na extensão, possibilitando a interação em diferentes âmbitos, tais como culturais e conhecimentos da humanidade;

d) Planejamento: são os pilares sobre os quais se assentam, não só a prática pedagógica, mas todos os processos decorrentes dela, planejados como trabalho coletivo que permite pensar a práxis que surge da realidade e que à mesma retorna em ações transformadas. É concebido como mapas traçados previamente à prática pedagógica, embasados em um conhecimento preliminar do contexto, do grupo de estudantes e da ciência;

e) Pesquisa: na prática pedagógica, é fundamento norteado por uma perspectiva teórica, ética e socialmente responsável que organiza a relação dos sujeitos com os conhecimentos, em bases dialógicas. A atividade ensino coloca-se como nascedouro do questionamento que provoca a atividade pesquisa, o problema que gera a pergunta e encaminha a investigação como procedimento, mas também como espaço de socialização, reelaboração e apropriação de conhecimentos produzidos;

f) Extensão: oportuniza a ampliação do conhecimento, articulando-se à pesquisa, favorecendo a consolidação do ensino acadêmico. Assim, ensino, pesquisa e extensão, respeitadas as peculiaridades próprias de cada um, revestem-se de características que se complementam entre si, garantindo o êxito do processo educativo e da indissociabilidade na Universidade;

g) Avaliação: constitui-se na leitura permanente e prospectiva do contexto institucional, dos processos, sejam eles de gestão ou pedagógicos, com o objetivo de verificar o que ainda é possível produzir em termos de melhoria da gestão e da produção do conhecimento. Nesse sentido, não interessa descobrir somente o que já foi feito, ou o que os estudantes já sabem, mas o que ainda deve ser feito e o que ainda podem conhecer. Caracteriza-se como contínua e dialógica, implicando interação entre os sujeitos na dinamização da Missão da UNICRUZ e no domínio dos saberes necessários ao exercício profissional. Acontece sempre que são envidados esforços pedagógicos, seja no espaço-tempo da aula, seja nas esferas pedagógicas informais no âmbito da instituição. A avaliação é contextual, dinâmica e coerente com os objetivos dos projetos pedagógicos dos cursos. É processo, enquanto articula ensino, pesquisa e extensão, guardando íntima relação com as áreas de conhecimentos que permitem perceber as dimensões qualitativas e

quantitativas, como expressões do vivido, do estudado e do aprendido;

h) Práxis Pedagógica: a aula, o conhecimento, a avaliação, a pesquisa e a extensão, tendo a linguagem como meio de veiculação, caracterizam a práxis pedagógica e são indissociáveis, não se entendendo um dos elementos sem os demais. Tal processo, objetiva a formação do profissional reflexivo, cuja prática consiste na reflexão, na ação/reflexão/ação, num contínuo movimento educativo dialético;

i) Excelência do fazer universitário: a busca da excelência é um processo que compromete a comunidade acadêmica. Envolve o repensar contínuo de todas as ações institucionais. A excelência institucional é priorizada, não apenas para atender às regulamentações oficiais do ensino superior, mas também como referência à identidade institucional, que se consolida como uma instituição referência, na comunidade local e regional. Os aspectos políticos, filosóficos e teórico-metodológicos definem as concepções dos processos de ensino e aprendizagem. Tudo isso se apresenta como condição básica para a definição das diretrizes, políticas e metas que são priorizadas pela Instituição.

j) Acessibilidade Plena: a partir da Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva (2008), considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, pode ter restringida sua participação plena e efetiva, na escola e na sociedade. Em consonância com essa definição, com a missão e as políticas institucionais e a legislação específica, a Universidade oferece apoio a pessoas com deficiência, viabilizando sua permanência pela facilitação do acesso, sejam elas estudantes, professores ou colaboradores. A ação institucional envolve o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade nas dependências, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão. Assim, para ser considerada acessibilidade plena precisa atender as dimensões da acessibilidade arquitetônica, das comunicações e digital, a pedagógica e a atitudinal.

k) Metodologias Ativas e Inventivas – De um modo geral podemos dizer que as metodologias ativas são práticas educacionais inovadoras que atendem as DCNs. Nas metodologias ativas o foco deixa de ser o ensino e passa ser a aprendizagem do aluno, exigindo, portanto, um aluno capaz de gerenciar seu processo de formação. As metodologias ativas são muito usadas na Educação à Distância, mas também podem ser utilizadas em aulas presenciais. Mas o maior desafio atualmente é que os alunos sejam inventivos e empreendedores e não apenas meros executores de tarefas. Essa transformação de postura é que inclui o conceito de metodologias inventivas. Assim, se permite que os processos de ensino e aprendizagem contemporâneos sejam realizados em espaços-tempos diferenciados.

l) Espaços-tempo em educação – com a incorporação das tecnologias dos mundos virtuais na educação, o processo formativo atualmente exige que as instituições de ensino superior repensem seus espaços de ensino e aprendizagem, não mais restritos à uma sala de aula. Com isso surgem novas possibilidades de ofertar os processos de ensino aprendizagem, seja de modo presencial, semipresencial (híbridos) ou totalmente à distância. Um grande aliado é o AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem, que propicia maior autonomia tanto do professor na sua capacidade de criação de metodologias alternativas, quanto do aluno que também se torna protagonista no processo ensino-aprendizagem. Esses novos espaços tempos de aprendizagem permitem, especialmente ao aluno, desenvolver sua criatividade, inventividade, inovação e empreender novas ideias. Schlemmer (2002 apud BACKES; 2007 p. 131) “entende que o conceito de presença se modifica e adquire um novo significado quando utilizamos as tecnologias digitais que possibilitam a flexibilização de tempo e espaço em processos educacionais. ”

Os aspectos políticos, filosóficos e teórico-metodológicos definem as concepções dos processos de ensino e aprendizagem. Tudo isso se apresenta como condição básica para a definição das diretrizes, políticas e metas que são priorizadas pela Instituição.

A Universidade de Cruz Alta está ciente de que uma Instituição de Ensino Superior (IES) deve ser um espaço permanente de inovação, na qual o ensino – incluindo a

atualização dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), o perfil do profissional, as grades curriculares, as competências e habilidades, os conteúdos (conceituais, procedimentais e atitudinais), as disciplinas (unidades curriculares) e eixos temáticos, as metodologias de ensino, as atividades de aprendizagem, o processo de avaliação – a pesquisa e a extensão encontrem espaços para discussões e, conseqüentemente, revisão de paradigmas, mudança de modelos mentais e de hábitos e culturas.

A UNICRUZ compreende que as tecnologias de informação e comunicação transformaram as nossas relações e a relação do aluno com o processo de ensino e aprendizagem. A UNICRUZ desenvolve soluções de aprendizagem que criam novas articulações entre professores, alunos e conhecimento, como vídeos, áudios, multimídias etc.

A Instituição tem buscado novas linguagens e novos meios para se comunicar com os alunos que hoje são “navegadores”, circulam por uma ampla gama de informações, fazem uso de diversos meios de comunicação e interagem por meio das redes sociais.

Oferecer educação a distância é, portanto, para a instituição, a continuidade de um conjunto de ações educacionais que a Instituição realiza para transformar o processo de ensino aprendizagem adaptando-o aos novos tempos.

Desta forma, as práticas metodológicas desenvolvidas pelo curso Ciências Contábeis, promovem a articulação teórico-prática, adotando os elementos da prática pedagógica citados anteriormente, como pontos estratégicos de interação e interdisciplinaridade entre conteúdos básicos e específicos da formação do contador.

Neste contexto, a articulação teórico-prática é implementada e estimulada precocemente em atividades sendo adotados como métodos de construção do conhecimento: práticas em laboratórios, vivências nas diversas áreas de formação, a elaboração e apresentação de trabalhos finais de graduação ou de investigação, desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, visitas e palestras técnicas e

viagens de estudo, eventos de atualização, participação em eventos científicos internos e externos à instituição, seminários de discussão de artigos científicos e outras metodologias que priorizem um processo dialético, criativo e dinâmico de trabalho, autonomia de decisão e pro-atividade, características que fazem parte do perfil do egresso e demandadas pelo mercado de trabalho.

2.2 Bases Teórico-instrumentais

A fim de promover a formação de um profissional de Ciências Contábeis, o conhecimento teórico adquirido deve ter um enfoque interdisciplinar e inter-relacionado com os saberes práticos. A articulação teórico-prática é implementada e estimulada em atividades, tais como: práticas em laboratórios, estágio extracurricular, monitorias, trabalhos de pesquisa e extensão, viagem de estudo e momentos de atualização.

Neste contexto, a educação dos profissionais de Ciências Contábeis exige das instituições formadoras um perfil profissional que inclua visão empreendedora e sistêmica, capacidade de comunicação e negociação, habilidades para gerenciar serviços, hábito de autoaprendizagem e um olhar bem mais preparado para lidar com a complexidade e a incerteza dos ambientes organizacionais.

2.2.1 Objetivos do Curso

2.2.1.1 Objetivo Geral

O Curso de Ciências Contábeis da UNICRUZ tem por objetivo formar profissionais com espírito crítico e criativo, capacidade de julgamento, agilidade de raciocínio e gerenciamento de pessoas, conhecimentos do cenário econômico e financeiro, nacional e internacional, com interesse de atualização e comprometimento com valores éticos e sociais que assegurem o bem comum, caracterizando o profissional como homem, agente de seu próprio desenvolvimento.

O Curso prima pela capacitação que permite atuar com responsabilidade no

acompanhamento e controle da gestão das entidades e no entendimento da dinâmica organizacional dos espaços em que for chamado a atuar.

2.2.1.2 Objetivos Específicos

O Curso de Ciências Contábeis contempla uma formação integral através do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, visando:

- Compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização;
- Apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com plena utilização de inovações tecnológicas;
- Revelar capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação;
- Aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis.

3 PERFIL PROFISSIONAL

3.1 Perfil do Curso

O Curso, em seu momento inicial, vinculou-se a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas criada e autorizada a funcionar com o Curso de Ciências Econômicas conforme Decreto nº 46.532 de 13/08/59, e com reconhecimento concedido através do Decreto nº 54.125 de 12/08/64.

Como primeira Faculdade da então APROCruz, perpassa toda a história pregressa desta Instituição, desde a sua fundação formando profissionais que alcançaram destaque em termos regional e nacional, assumindo cargos de importância em assessorias técnicas de ministérios e secretarias de estado e municípios, em direção e superintendências de cooperativas agrícolas, entre outros.

As organizações dos mais variados setores da economia, independente de sua situação jurídica (pública ou privada), de seu porte (micro, pequena, média ou grande) ou de seu setor de atuação (primário, secundário ou terciário) devem cumprir as exigências legais, fazendo o elo da organização com o poder público, principalmente no que se refere à questão tributária.

Desta forma, essas organizações exigem profissionais cada vez mais preparados, capacitados e atualizados, capazes de atuar eficiente e eficazmente em suas funções viabilizando alternativas e soluções que assegurem elevados padrões de desenvolvimento e produtividade na empresa gerenciada.

Considera-se o Curso com relevante importância para o crescimento e desenvolvimento da comunidade empresarial da região na qual está inserido, seja através da formação de profissionais qualificados, seja como prestador de serviços ligados à área contábil, tais como elaboração de concursos públicos (suprimento de pessoal na área contábil para Prefeituras Municipais); trabalhos de implantação de sistemas de contábeis gerenciais nas empresas da região; e assessoria econômico-financeira e tributária para empresas da região.

3.2 Perfil do Egresso

O campo de atuação desta ciência necessita de um profissional com elevado nível de conhecimentos e que revele comprometimento com a qualidade de seu trabalho. À medida que profundas e frequentes transformações ocorrem, tanto em âmbito nacional quanto no âmbito internacional, nos aspectos da vida econômico-financeira, política e social das nações, mais aumentam os desafios da formação profissional e exigem uma atitude de atualização constante.

O acadêmico, enquanto futuro contador, deve estar comprometido com a apreensão e construção de conhecimentos. Necessita compreender a relação entre teoria e prática no exercício competente da sua profissão, estando ciente da responsabilidade ética a ser assumida perante a sociedade e organizações que dela fazem parte, revelando sua capacidade gerencial e empreendedora.

O perfil do profissional que a UNICRUZ pretende qualificar em Ciências Contábeis respeita diferentes aspectos da natureza do indivíduo, estimulando sua formação continuada e a qualificação do seu desempenho profissional. Capacita profissionais para exercer com competência e responsabilidade sua função no espaço social, (inter)relacionando conhecimentos técnicos, científicos e também humanizadores.

Neste aspecto, atribuições de natureza humana, de natureza social e de natureza profissional, se constituem referências básicas na organização das atividades teóricas ou práticas do Currículo Pleno e são articuladas aos demais requisitos indispensáveis no exercício profissional.

Através das disciplinas oferecidas na Base Curricular, busca-se desenvolver e aprimorar as competências comunicativas, sociais e políticas para que os acadêmicos tenham uma formação técnica e humanística, além de primar pela oferta de um ambiente de liberdade e criatividade proativa no âmbito do Curso.

Além das disciplinas curriculares, também se procura desenvolver

competências e habilidades indispensáveis ao exercício profissional. Busca-se através de diferentes ações pedagógicas, enfocar temas fundamentais favorecedores do entendimento dos saberes e fazeres do profissional Contador. Palestras, Semanas Acadêmicas, Seminários Interdisciplinares, viagens de estudos e incentivo à produção de artigos para publicação em revistas técnicas da área contábil, são iniciativas que colaboram na ampliação de saberes e competências profissionais.

As habilidades e competências do profissional qualificado em Ciências Contábeis na Universidade de Cruz Alta, de um modo geral, são reveladas nas seguintes ações:

a) utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis;

b) demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;

c) elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;

d) aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;

e) desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;

f) exercer funções com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atuária, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento econômico ou institucional o pleno cumprimento da sua responsabilidade quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas da sua gestão perante a sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;

g) desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítico analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação;

h) favorecer a comunicação interpessoal, de forma a permitir o desenvolvimento de sistemas de informações contábeis e gerenciais que, além do seu conteúdo técnico, demandam compreensão de fenômenos de ordem administrativa, econômica e social;

i) aplicar raciocínio, concebido em bases quantitativas, para a identificação, mensuração, acumulação e comunicação de eventos de natureza contábil;

j) exercer com ética, responsabilidade social e proficiência as atribuições e prerrogativas que são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.

3.3 Mundo do Trabalho, o Profissional e Seus Saberes

Objetivando a formação de indivíduos críticos e participativos, os saberes docentes na UNICRUZ privilegiam ações educacionais pautadas no princípio do diálogo. Tais saberes interagem num sistema educacional concreto, capaz de fazer parte da realidade e influenciá-la produtivamente. Através de uma prática interdisciplinar em sintonia com o tempo-espço, as ações docentes são contextualizadas favorecendo a abertura para o novo. Nesse processo dialético dialógico, a voz do educador interage com uma multiplicidade de vozes nos diferentes espaços nos quais transita, possibilitando a construção de novas formas de conhecimento, subjetividade e identidade profissional. A formação interdisciplinar possibilita, aos discentes e docentes, o estabelecimento de relações e vínculos de confluência, que contribuem na desfragmentação dos saberes num processo rico em possibilidades de troca e construção.

A ação docente no Curso busca o desenvolvimento do senso de responsabilidade e da liderança; do empreendedorismo; do espírito crítico e da criatividade; da capacidade de discernimento nas horas de decisão e da agilidade de raciocínio, de maneira que os conhecimentos gerais e específicos da formação profissional estejam comprometidos com os valores éticos e sociais assegurando o bem comum.

Os profissionais em Ciências Contábeis dispõem de um amplo campo de trabalho. Além das prerrogativas profissionais estabelecidas na legislação da categoria, as mudanças tecnológicas, a globalização e a crescente conscientização da comunidade ampliam, a cada dia, o campo de atuação de um Contador. Sua qualificação profissional na UNICRUZ permite trânsito em diferentes áreas de atuação, tais como:

- Contador societário (elabora contabilidade geral, empresarial e de serviços);
- Contador de custos (elabora contabilidade de custos ou industrial para apuração dos custos de produção);
- Contador gerencial (é um auxiliar direto dos administradores fornecendo informações e/ou relatórios para tomada de decisões);
- Perito contábil (auxiliar direto da Justiça, nomeado por um juiz de Direito para dirimir pendências judiciais relativas a assuntos contábeis);
- Contador público (admitido através de concurso público para exercer suas atividades nos setores governamentais);
- Auditor contábil interno (realiza funções na própria empresa); auditor externo independente (realiza suas funções em períodos determinados para fornecer pareceres sobre as demonstrações contábeis);
- Contador de empresas rurais: específico para os setores agrícola, pecuário e agroindustrial;

- Autônomo ou empresário contábil: elabora consultoria contábil, fiscal, trabalhista, custos, gerencial, auditoria e perícia.

Com o objetivo de proporcionar aos acadêmicos uma visão real do mercado de trabalho, o Curso procura incentivar a promoção de eventos para aproximar do acadêmico, profissionais que já atuam na área, contribuindo com sua experiência.

Da mesma forma, há um grande incentivo na academia, no que se refere à realização de Semanas Acadêmicas, visando proporcionar uma interação maior entre os acadêmicos e a comunidade, através de um espaço socializador de produções e troca de informações.

O Curso favorece, também, a realização de viagens de estudos a organizações de destaque no meio empresarial e a eventos da classe contábil, tanto profissionais quanto acadêmicas, a fim de oferecer ao acadêmico a possibilidade de contextualizar seu conhecimento teórico com a realidade empresarial, onde irá atuar profissionalmente e aprofundar a discussão acerca de elementos teóricos científicos.

Semestralmente, a realização do processo de avaliação do Curso, através de discentes e docentes, busca a melhoria da qualidade do desenvolvimento curricular, pois se entende que é de extrema importância o acompanhamento do processo ensino-aprendizagem, visando o crescimento do Curso e conseqüentemente do acadêmico.

Enfatiza-se, também, a avaliação através dos egressos do mesmo, objetivando-se conhecer se o desempenho do profissional/acadêmico da UNICRUZ condiz com as expectativas e necessidades das organizações que absorvem a demanda de mercado na área de formação do Curso.

Os professores, constantemente, participam de eventos educacionais e tecnológicos para sua atualização e reciclagem. Desta maneira, se habilitam a discutir com os acadêmicos o uso dos mais novos instrumentais da área contábil.

No Curso, os alunos percebem que há vários meios de se adaptarem à realidade empresarial, para tanto, eles são orientados a consultar periódicos, livros e revistas especializadas, além das bases de dados *online*, o que lhes permitirá, no exercício de sua profissão, o acesso às novas tecnologias e instrumentais e aos novos conhecimentos que surgem na área.

Para dar apoio à capacitação do egresso, tanto na comunidade empresarial quanto na comunidade científica, a UNICRUZ procura manter os Laboratórios de Informática equipados com tecnologia de ponta aplicada à gestão administrativa, econômica e contábil de organizações. Dessa maneira, busca, constantemente, oferecer ao aluno um ambiente que envolve a atualidade tecnológica, com software e hardware utilizados na ambiência empresarial.

Em 2014 foi adquirido software didático, *Account* Contabilidade Didática que permite ao acadêmico a utilização do sistema em seu computador pessoal, realizando as atividades a qualquer momento e em qualquer lugar, facilitando sua operacionalidade e familiarização com a prática contábil.

Procura, ainda, incentivar a continuidade a seus estudos em Cursos de Aperfeiçoamento e Programas de Pós-Graduação *Lato* e *Stricto Sensu*, valorizando a importância da sua atualização para o desempenho profissional.

4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

4.1 Dinamização e Intencionalidade Curricular

A grade curricular é parte integrante do Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Sua construção é compreendida não somente como enumeração de componentes curriculares ou de atividades de ensino e aprendizagem, mas como estabelecimento de um campo de questionamento e solução embasados e de temas relevantes, propício ao amadurecimento intelectual e motivador para a prática profissional. Sua sustentação depende não apenas de fidelidade à legislação em vigor, mas também de um plano de desenvolvimento de competências e habilidades intelectuais e práticas, esperadas no perfil do egresso.

A racionalização da estrutura curricular, no interior do PPC, leva em conta os modos como as atividades de ensino e aprendizagem se relacionam entre si e o papel dessas relações para chegar ao perfil do egresso. Poderão ser utilizados recursos como a atribuição de carga horária a atividades de iniciativa dos alunos ou elaboradas pelos respectivos colegiados, a serem contabilizadas na parte flexível dos currículos e a elaboração de projetos de ensino, destinados à articulação entre diferentes componentes curriculares, de acordo com as normas institucionais vigentes.

As conexões entre ensino, pesquisa e extensão, capazes de tornar o processo de formação mais produtivo, devem ocorrer por iniciativa tanto de professores como de alunos, por meio das práticas de cada componente curricular.

No processo de formação, alunos e professores são responsáveis pelos resultados, cabendo aos professores orientar todo o processo de construção do conhecimento, utilizando-se de metodologias ativas e inovadoras. Ambos devem estar atentos à realidade externa, sendo hábeis para observar as demandas por ela colocadas.

O curso preconiza o conhecimento de diversos ramos do saber, com

disciplinas de formação básica, profissional e teórico-prática (art. 5 ° da Resolução n ° 10 de 2004).

Na formação básica, o Curso contempla os conteúdos de economia, matemática, direito, estatística, português, sociologia, antropologia, filosofia, ética profissional e responsabilidade social, metodologia da pesquisa e administração. Essa formação básica perfaz um total de 60 créditos e 900 horas aula.

Visando atender o que estabelecem a Resolução CNE/CP nº 01 de 30/05/2012 sobre Direitos Humanos, a Lei nº 10.639/2003 e a resolução nº 01 de 17/06/2004 do CNE/CP, Lei nº 11.645 de 10/03/2008 acerca do enfoque da educação Afro-brasileira e Indígena e, ainda, aspectos relacionados à Educação Ambiental, Lei nº 9.795 de 27/04/1999, o curso de Ciências Contábeis entende que a importância da abordagem desta temática deve reforçar-se nos princípios preconizados pela Instituição, ou seja, “a visão filosófica do humano na formação profissional perpassa todo o trabalho educacional da Universidade e define o rumo das suas ações, cuja concretização pretende acrescentar, à realidade social, recursos que participem com eficácia dos movimentos de mudança ou transformação” (PPI/Unicruz). Nesse sentido, corroborando com o propósito de aprimorar, em todas as esferas, práticas pedagógicas que proporcionem a convivência com a diversidade étnica, racial e de gênero, em todas as esferas da sociedade, inclui conteúdos acerca dos Direitos Humanos, Diversidade Étnico Racial, Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Tais conteúdos são abordados de forma transversal nas disciplinas de formação geral, mais especificamente Português, Antropologia, Filosofia e Sociologia, e nas disciplinas específicas de formação profissional Iniciação ao Ensino Superior e Ética Profissional, e Ética e Responsabilidade Social do Contador.

Na área de formação profissional, mais direcionada à área contábil, o Curso trabalha com conteúdos de teoria da contabilidade, contabilidade geral, análise de demonstrações e financeiras, auditoria e perícia contábil, administração financeira, finanças corporativas, orçamento empresarial, contabilidade pública, contabilidade e planejamento tributário, contabilidade e análise de custos, controladoria, noções

de atuária, contabilidade ambiental e contabilidade para entidades do terceiro setor. Essa formação profissional perfaz um total de 90 créditos e 1.350 horas aula.

Em relação à Lei nº 9.795/1999, a Educação Ambiental é um componente essencial e deve constituir preocupação constante no sentido de oportunizar a discussão dos conhecimentos relativos ao tema, também de modo transversal, considerando temáticas relacionadas ao meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental. Os conteúdos previstos na área de Educação Ambiental são atendidos na disciplina de Contabilidade Ambiental, constante da grade curricular vigente do curso, bem como na disciplina de Controladoria, especialmente no conteúdo relacionado à responsabilidade social, evidenciada através do *Balanced Scorecard* e relatório social.

E, por fim na área de formação teórico-prática, com disciplinas optativas num total de 06 (seis) créditos, Trabalho Final de Graduação – TFG I e II (com regulamento próprio), e a inserção do componente curricular atividades complementares (regulamento próprio). Esta formação teórico-prática perfaz um total de 07 disciplinas, 34 créditos e 510 horas aula, além de 240 horas das atividades complementares.

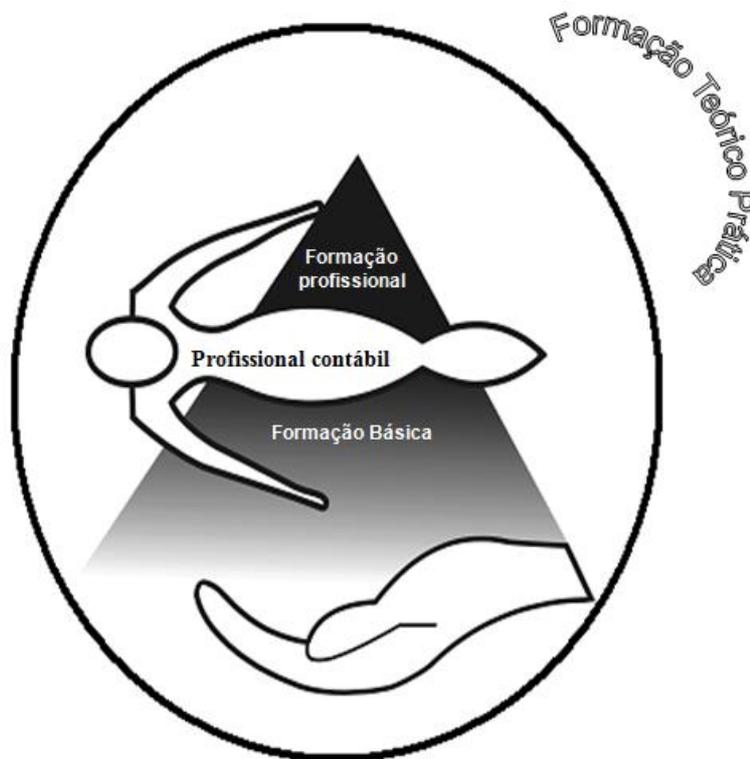
Em sua dinâmica o Curso procura conciliar a teoria com a prática, através das disciplinas onde se procura levar ao dia-a-dia do aluno situações de empresa, procurando desenvolvê-lo e prepará-lo para atuar no mercado de trabalho.

O acadêmico tem a oportunidade de realizar pesquisas relacionadas com os conteúdos abordados em sala de aula, e de utilizar o laboratório de informática nas mais diferenciadas disciplinas do curso, onde há softwares básicos e específicos que possibilitam tal realização, como é o caso da prática contábil em laboratório contábil.

Além disso, o acadêmico desenvolve no último semestre um trabalho, sob o acompanhamento de um professor orientador, onde elabora um projeto de pesquisa, desenvolvendo e resultando num artigo científico a ser oportunamente

publicado.

4.2 Representação gráfica do perfil de formação



Formação básica
 Microeconomia, Macroeconomia, Economia Brasileira e Regional, Modelos matemáticos e financeiros, Estatística, Pesquisa Operacional, Fundamentos de direito civil e empresarial, Legislação Trabalhista, Direito Tributário, Direito Previdenciário, Português, Sociologia, Antropologia, Filosofia, Introdução à Administração, Iniciação ao Ensino Superior e Ética Profissional, Ética e Responsabilidade Social do Contador, Métodos de Pesquisa.

Formação Teórico prática:
 Laboratório de Prática Contábil I, Laboratório de Prática Contábil II, Laboratório de Prática Contábil III, Optativa 1 (disciplinas de 60 h/cada), Optativa 2 (disciplinas de 30 h/cada), Atividades complementares, Trabalho Final de Graduação I, Trabalho Final de Graduação II.

Formação Profissional
 Introdução à Teoria da Contabilidade, Teoria da Contabilidade, Contabilidade Introdutória, Contabilidades I, II e III, Análise de Demonstrações Financeiras, Administração Financeira I e II, Auditoria Contábil, Perícia Contábil, Finanças Corporativas, Orçamento Empresarial, Contabilidade e Orçamento Público I e II, Contabilidade de Custos, Análise de Custos, Controladoria, Contabilidade Tributária I e II, Contabilidade para Entidades Terceiro Setor, Noções de Atuária, Contabilidade Ambiental e Contabilidade Rural.

4.3 Estrutura do Curso

A estrutura curricular do Curso Ciências Contábeis é formada por 49 disciplinas, sendo duas optativas (Optativa I de 30 horas, 02 créditos, e Optativa II de 60h, 04 créditos) distribuídas em 03 (três) blocos de disciplinas:

I - CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO BÁSICA: Composta de 18 disciplinas e um total de 960 horas-aula;

II - CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL: Composta de 24 disciplinas e um total de 1.290 horas-aula;

III - CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA: Composta por 07 matérias, mais as atividades complementares, perfazendo um total de 750 horas-aula.

FORMAÇÃO BÁSICA

LÍNGUA PORTUGUESA	CH	CRÉDITOS	SEMESTRE
Português	60	4	1°
DIREITO	CH	CRÉDITOS	SEMESTRE
Fundamentos de direito civil e empresarial	60	4	2°
Legislação Trabalhista	60	4	3°
Direito Tributário	60	4	4°
Direito Previdenciário	30	2	8°
ADMINISTRAÇÃO GERAL	CH	CRÉDITOS	SEMESTRE
Introdução à Administração	60	4	1°
<i>CIÊNCIAS SOCIAIS</i>			
Sociologia	60	4	2°

Antropologia	30	2	3º
ECONOMIA	CH	CRÉDITOS	SEMESTRE
Microeconomia	60	4	2º
Macroeconomia	60	4	3º
Economia Brasileira e Regional	60	4	4º
FILOSOFIA DA CIÊNCIA	CH	CRÉDITOS	SEMESTRE
Filosofia	30	2	3º
ÉTICA PROFISSIONAL	CH	CRÉDITOS	SEMESTRE
Iniciação ao ensino superior e ética profissional	60	4	1º
Ética e Responsabilidade Social do Contador	30	2	8º
MATEMÁTICA	CH	CRÉDITOS	SEMESTRE
Modelos Matemáticos e Financeiros	60	4	2º
Estatística	60	4	1º
Pesquisa operacional	60	4	4º
METODOLOGIA DA PESQUISA	CH	CRÉDITOS	SEMESTRE
Métodos de Pesquisa	60	4	3º
<i>TOTAL</i>			960 H/A

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

TEORIA DA CONTABILIDADE	CH	CRÉDITOS	SEMESTRE
Introdução à Teoria da Contabilidade	60	4	1º

Teoria da Contabilidade	30	2	6°
CONTABILIDADE GERAL	CH	CRÉDITOS	SEMESTRE
Contabilidade Introdutória	60	4	1º
Contabilidade I	120	8	2º
Contabilidade II	60	4	3º
Contabilidade III	60	4	5º
ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	CH	CRÉDITOS	SEMESTRE
Análise das Demonstrações Financeiras	60	4	5º
AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL	CH	CRÉDITOS	SEMESTRE
Perícia Contábil	30	2	6º
Auditoria Contábil	60	4	7º
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	CH	CRÉDITOS	SEMESTRE
Administração Financeira I	60	4	6º
Administração Financeira II	60	4	7º
Finanças Corporativas	60	4	6º
ORÇAMENTO EMPRESARIAL	CH	CRÉDITOS	SEMESTRE
Orçamento Empresarial	60	4	7º
CONTABILIDADE PÚBLICA	CH	CRÉDITOS	SEMESTRE
Contabilidade e Orçamento Público I	60	4	4º

Contabilidade e Orçamento Público II	60	4	5º
CONTABILIDADE E ANÁLISE DE CUSTOS	CH	CRÉDITOS	SEMESTRE
Contabilidade de Custos	60	4	4º
Análise de Custos	60	4	5º
CONTROLADORIA	CH	CRÉDITOS	SEMESTRE
Controladoria	60	4	7º
CONTABILIDADE APLICADA E AVANÇADA	CH	CRÉDITOS	SEMESTRE
Contabilidade Tributária I	30	2	5º
Contabilidade Ambiental	30	2	8º
Contabilidade Tributária II	60	4	6º
Contabilidade rural	30	2	8
Contabilidade para Entidades Terceiro Setor	30	2	8º
ATUÁRIA	CH	CRÉDITOS	SEMESTRE
Noções de Atuária	30	2	8ª
TOTAL	1.290 H/A		

FORMAÇÃO TEÓRICO – PRÁTICA

LABORATÓRIO DE PRÁTICA CONTÁBIL	CH	CRÉDITOS	SEMESTRE
----------------------------------------	-----------	-----------------	-----------------

<i>Laboratório de Prática Contábil I</i>	60	4	5°
<i>Laboratório de Prática Contábil II</i>	60	4	6°
<i>Laboratório de Prática Contábil III</i>	60	4	8°
FORMAÇÃO INDEPENDENTE	CH	CRÉDITOS	SEMESTRE
Optativa 1	60	4	3°
Optativa 2	30	2	6°
Atividades complementares	240		
TRABALHO FINAL DE CONCLUSÃO	CH	CRÉDITOS	SEMESTRE
<i>Trabalho Final de Graduação I</i>	120	8	7°
<i>Trabalho Final de Graduação II</i>	120	8	8°
TOTAL	3.000 H/A		

4.4 Grade Curricular

A organização curricular do curso configura o caminho para a operacionalização dos objetivos propostos. Traz em si mesma a marca do estágio de saberes do campo de conhecimento, da instituição universitária e das reflexões da comunidade acadêmica do curso. Atende ainda às diretrizes curriculares nacionais próprias.

A atual grade curricular, em vigor desde 2017, é aquela que faz parte da proposta pedagógica, atendendo o que determinam os textos legais vigentes, especialmente às diretrizes curriculares, conforme a Resolução MEC nº 10 de dezembro de 2004, compreendendo grupos de matérias articuladas entre si,

objetivando as de formação básica, proporcionando-lhes condições de entendimento dos aspectos básicos que formam, agem e interagem na sociedade. As de formação profissional, as disciplinas específicas da Contabilidade, as quais contribuem no conjunto das demais matérias em que se incluem as complementares, para a efetivação de uma estrutura curricular flexível que, possibilite o alcance dos objetivos pretendidos. Por fim, as disciplinas de formação teórico prático, que ensejam as práticas em laboratório contábil, o Trabalho Final de Graduação, os conteúdos optativos e as atividades complementares.

A dinamização curricular é realizada através de metodologia adequada que permite enfoques variados nos conteúdos programáticos, ou programas de trabalho para atender aos interesses e necessidades do meio. Na grade de 2017, foi proposta de nova estruturação, contemplando a oferta de disciplinas em núcleo comum com o curso de Administração. Em 2019 a atual grade passou por duas readequações. Segue a grade atual já com as readequações.

Semestre	Disciplina	Pré-requisito	CR	CH
1º	Introdução à Teoria da Contabilidade	-	04	60
	Estatística	-	04	60
	Português - EAD	-	04	60
	Contabilidade Introdutória	-	04	60
	Introdução à Administração	-	04	60
	Iniciação ao Ensino Superior e Ética Profissional	-	04	60
		Total		24

Semestre	Disciplina	Pré-requisito	CR	CH
2º	Fundamentos de Direito Civil e Empresarial	-	04	60

	Contabilidade I	Contabilidade Introdutória	08	120
	Microeconomia	-	04	60
	Modelos Matemáticos e Financeiros	-	04	60
	Sociologia - EAD	-	04	60
		Total	24	360

Semestre	Disciplina	Pré-requisito	CR	CH
3º	Macroeconomia	-	04	60
	Contabilidade II	Contabilidade Introdutória	04	60
	Métodos de Pesquisa	-	04	60
	Optativa de Curso I	-	04	60
	Legislação Trabalhista	-	04	60
	Antropologia - EAD	-	02	30
	Filosofia - EAD	-	02	30
		Total	24	360

Semestre	Disciplina	Pré-requisito	CR	CH
4º	Pesquisa Operacional	-	04	60
	Contabilidade de Custos	Contabilidade Introdutória	04	60
	Contabilidade e Orçamento Público I	Contabilidade Introdutória	04	60
	Direito Tributário	-	04	60
	Economia Brasileira e Regional - EAD	-	04	60
		Total	20	300

Semestre	Disciplina	Pré-requisito	CR	CH
	Análise de Custos	Contabilidade de Custos	04	60
	Laboratório de Prática Contábil I	Contabilidade Introdutória	04	60

5º	Análise das Demonstrações Financeiras	Contabilidade Introdutória	04	60
	Contabilidade e Orçamento Público II	Contabilidade e Orçamento Público I	04	60
	Contabilidade III	Contabilidade II	04	60
	Contabilidade Tributária I - EAD	-	02	30
		Total	22	330

Semestre	Disciplina	Pré-requisito	CR	CH
6º	Administração Financeira I	Contabilidade Introdutória	04	60
	Perícia Contábil	Contabilidade Introdutória	02	30
	Laboratório de Prática Contábil II	Laboratório de Prática Contábil I	04	60
	Optativa de Curso II	-	02	30
	Finanças Corporativas	-	04	60
	Contabilidade Tributária II	Contabilidade I	04	60
	Teoria da Contabilidade - EAD	Introdução à Teoria da Contabilidade	02	30
		Total	22	330

Semestre	Disciplina	Pré-requisito	CR	CH
7º	Administração Financeira II	Administração Financeira I	04	60
	Auditoria Contábil	Contabilidade I	04	60
	Trabalho Final de Graduação I	Administração Financeira I Análise das Demonstrações Financeiras Análise de Custos Contabilidade e Orçam. Público II	08	120
	Controladoria - EAD	Análise de Custos Administração Financeira I	04	60
	Orçamento Empresarial	Contabilidade de Custos	04	60
		Total	24	360

Semestre	Disciplina	Pré-requisito	CR	CH
8º	Direito Previdenciário	Legislação Trabalhista	02	30
	Contabilidade Ambiental	-	02	30
	Laboratório de Prática Contábil III	Laboratório de Prática Contábil II	04	60
	Trabalho Final de Graduação II	Trabalho Final de Graduação I	08	120
	Ética e Responsabilidade Social do Contador - EAD	-	02	30
	Noções de Atuária	-	02	30
	Contabilidade para Entidades Terceiro Setor - EAD	Contabilidade I	02	30
	Contabilidade Rural	Contabilidade I	02	30
		Total	24	360

De acordo com a Resolução da Câmara de Ensino e Legislação n ° 17/2006, o art. 2 ° define o conceito de disciplinas optativas “entende-se por disciplinas optativas as disciplinas integrantes do núcleo flexível do currículo pleno do Projeto Político-Pedagógico do curso, afins de cada área, integralizáveis à carga horária, cuja opção coletiva deverá ocorrer dentro da oferta elencada.” A seguir discriminam-se o rol de disciplinas optativas do curso:

DISCIPLINAS OPTATIVAS/ELETIVAS		
Disciplina	CR	CH
Administração e Avaliação de Projetos	04	60
Agronegócio	04	60
Derivativos e Mercado Futuro	02	30

Empreendedorismo	04	60
Empreendedorismo e inovação	04	60
Governança Corporativa	02	30
Informática para Contadores	04	60
Inglês Instrumental para Contadores	04	60
Laboratório de Práticas de Gestão	04	60
Libras	02	30
Mercado Financeiro	04	60
Responsabilidade Social e Meio Ambiente	04	60
Seminário Integrador do Profissional Contábil	02	30
Tópicos Contemporâneos de Contabilidade	02	30

4.4.1 Habilidades, Competências e Conhecimentos que integram os Componentes Curriculares

O egresso de Ciências Contábeis, a ser formado pela Universidade de Cruz Alta, deverá ter garantida sua formação ao longo do período de integralização do curso levando em conta, principalmente as habilidade e competências desejadas, em consonância com o perfil estabelecido pela Instituição e com o que preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais. A seguir apresentam-se os componentes curriculares da atual matriz curricular vigente e sua inter-relação com estes aspectos.

PERFIL DO EGRESSO	HABILIDADES, CONHECIMENTOS E COMPETÊNCIAS DESEJADAS	COMPONENTE CURRICULAR CORRESPONDENTE
-------------------	-----------------------------------------------------	--------------------------------------

<p>O campo de atuação desta ciência necessita de um profissional com elevado nível de conhecimentos e que revele comprometimento com a qualidade de seu trabalho. À medida que profundas e frequentes transformações ocorrem, tanto em âmbito nacional quanto no âmbito internacional, nos aspectos da vida econômico-financeira, política e social das nações, mais aumentam os desafios da formação profissional e exigem uma atitude de atualização constante. O acadêmico, enquanto futuro contador, deve estar comprometido com a apreensão e construção de conhecimentos. Necessita compreender a relação entre teoria e prática no exercício competente da sua profissão, estando ciente da responsabilidade ética a ser assumida perante a sociedade e organizações que dela fazem parte, revelando sua capacidade gerencial e empreendedora.</p>	a) utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis;	Trabalho Final de Graduação I e II
	b) demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;	Atividades Complementares, Laboratórios de Prática Contábil I e II, Optativas I e II
	c) elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;	Perícia Contábil; Auditoria Contábil
	d) aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;	Fundamentos de Direito Civil e Empresarial;
	e) desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;	Contabilidade de Custos, Análise de Custos, ADF, Administração Financeira I e II, Finanças Corporativas, Noções de Atuária, Planejamento Tributário
<p>O perfil do profissional que a UNICRUZ pretende qualificar em Ciências Contábeis respeita diferentes aspectos da natureza do indivíduo, estimulando sua formação continuada e a qualificação do seu desempenho profissional. Capacita profissionais para exercer com competência e responsabilidade sua função no espaço social,</p>	f) exercer funções com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atuária, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento econômico ou institucional o pleno cumprimento da sua responsabilidade quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas da sua gestão perante a	Introdução a Teoria da Contabilidade, Contabilidade Introdutória, Contabilidade I, Contabilidade II, Contabilidade III, Contabilidade e Orçamento Público I e II, Contabilidade Tributária, Teoria da Contabilidade, Controladoria, Contabilidade Ambiental, Contabilidade Rural, Contabilidade para Entidades do Terceiro Setor.

(inter)relacionando conhecimentos técnicos, científicos e também humanizadores.	sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;	
	g) desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítico analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação;	Introdução a Administração, Laboratório de Prática Contábil III, Orçamento Empresarial
	h) favorecer a comunicação interpessoal, de forma a permitir o desenvolvimento de sistemas de informações contábeis e gerenciais que, além do seu conteúdo técnico, demandam compreensão de fenômenos de ordem administrativa, econômica e social;	Português, Iniciação ao Ensino Superior e Ética Profissional, Sociologia, Métodos de Pesquisa, Antropologia, Filosofia, Ética e Responsabilidade Social do Contador, Microeconomia, Macroeconomia, Economia Brasileira e Regional
	i) aplicar raciocínio, concebido em bases quantitativas, para a identificação, mensuração, acumulação e comunicação de eventos de natureza contábil;	Estatística, Modelos Matemáticos e Financeiros, Pesquisa Operacional
	J) exercer com ética, responsabilidade social e proficiência as atribuições e prerrogativas que são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais	Ética e Responsabilidade social do Contador

4.5 Ementário

O Ementário do Curso encontra-se no Anexo I.

4.6 Metodologias Utilizadas nos Processos de Ensino e Aprendizagem

Os princípios metodológicos que permeiam as ações acadêmicas são traduzidos pelo movimento de ação-reflexão-ação, em que o foco deve estar voltado para o campo de atuação do futuro profissional, sem descuidar, no entanto, da formação da cidadania. Teoria e prática são inseparáveis, uma olha a outra de modo investigativo. A teoria não como verdade absoluta, mas como possibilidade. A prática não como algo imutável, mas para interagir, ser observada, avaliada, transformada ou mantida, a partir dos processos de reflexão-ação.

Na metodologia a ser utilizada os princípios filosóficos e os teórico-metodológicos precisam estar evidenciados. Focada nesses princípios, a Universidade de Cruz Alta busca incorporar aos seus cursos abordagens que conduzam a recíproca interação com a sociedade, priorizando ações metodológicas que insiram os estudantes nos cenários de práticas futuras, caracterizada pela ação educativa que objetiva o conhecimento da realidade, na qual atuará futuramente, de modo a contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Os processos de ensino aprendizagem contemporâneos precisam ser inovadores, criativos e despertar no aluno o desejo e a necessidade de ser protagonista de sua própria formação. Nesse sentido, as metodologias que a Universidade de Cruz Alta está em processo de implantação e que deseja que se tornem consolidadas nos próximos anos têm como características ser ativa e inventiva, ou seja, o aluno precisa participar do processo criando, refletindo, (re)significando conhecimentos, conteúdos, habilidades e competências, projetando ideias e colocando em prática nos espaços virtuais e reais que a Universidade destina para isso.

Assim, o acadêmico estará vivenciando a profissão na forma de experiências reais, as quais encontrará quando se inserir no mundo do trabalho. Da mesma forma entendemos que esse é um novo paradigma que se apresenta ao ensino superior no

país e que já vem sendo evidenciado pelo Ministério da Educação e cabe às Universidades se adequarem a essa realidade, sob pena de se tornarem tradicionalmente ultrapassadas.

Portanto, a educação atualmente exige ações inovadoras, tanto que o INEP prevê como “adoção de práticas e procedimentos que oportunizem a criação ou desenvolvimento de novos produtos ou ideias que permitam a melhoria de processos, apontando para ganhos de eficiência e para adaptação inédita a situações que se apresentem” (BRASIL, 2018, p.33).

Nesse sentido, uma das estratégias evidenciadas pela UNICRUZ é o uso de Metodologias Ativas e Inventivas em suas práticas pedagógicas a fim de colocar o ensino superior em consonância com a realidade contemporânea que a sociedade está a exigir.

Nesta proposta do uso de metodologias ativas as Universidades precisam (re) significar a organização curricular de seus cursos de graduação e (re)adequar a oferta com proposições curriculares inovadoras, em espaços – tempos diferenciados, com o uso de tecnologias associadas e com um protagonismo amplo dos discentes. Há possibilidade de desenvolvimento de atividades pelos discentes na instituição com acompanhamento do professor, mas também fora da Instituição com a realização de atividades de forma autônoma pelos acadêmicos. Essas se pode dizer que são as principais inovações que o Ensino Superior está a enfrentar nas próximas décadas. Como tudo ainda é muito recente, não há receitas prontas, mas um caminho que se está iniciando e em construção, onde cada Instituição cria as suas inovações a partir de suas possibilidades e, também se prepara em infraestrutura e novas tecnologias, mas também com a oferta de formação para os seus docentes.

4.7 Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem

A avaliação do processo ensino e aprendizagem é um processo em constante construção, fruto de discussões entre discentes e docentes, que objetiva identificar o nível de conhecimento na área, consolidado em habilidades específicas assimiladas pelo acadêmico.

Este processo perpassa por todas as disciplinas de forma a identificar possíveis falhas ou insuficiências decorrentes das constantes exigências que o mercado de trabalho apresenta, entre outras, a instabilidade do mercado financeiro, que atinge de imediato na tomada de decisões nas empresas, o avanço da informática e a necessidade de informações de modo mais rápido e confiável.

Para tanto, retoma-se como fundamental os princípios norteadores do curso, a produção (investigação) científica e a prática laboratorial, como ponto de partida para a construção permanente de uma formação profissional alicerçada em bases sólidas e condignas com a realidade social em que se vive.

A avaliação Pedagógica deve observar a disciplina regimental que regula o modo de expressão do rendimento do acadêmico e determina os critérios numéricos para aprovação e reprovação (Artigo 72 a 79). Cabe ao professor de cada disciplina determinar quais serão esses critérios e quais os instrumentos a serem utilizados para a avaliação, estando sob a responsabilidade do Curso a observância e aprovação dos procedimentos a serem adotados.

Há que se ressaltar a preocupação da Coordenação do Curso em relação ao desempenho das diversas turmas, para tanto, serão realizadas avaliações semestrais a fim de acompanhar o desempenho aluno/professor nas atividades curriculares. Os resultados dessas avaliações são encaminhados a cada professor, fornecendo-lhe os pontos fortes e fracos de sua disciplina, objetivando a retroalimentação do processo.

Avalia-se principalmente a forma, ou seja, a metodologia de aula adotada visto que há disciplinas bastante complexas. Também há toda uma dinâmica de trabalho para atendimento individual ao aluno, procurando sanar dificuldades e incentivando o desenvolvimento de trabalhos extraclasse, pesquisas, estágios, entre outros.

O Curso de Ciências Contábeis visa formar profissionais capacitados para a (re) construção permanente do conhecimento, numa visão integral, interdisciplinar, crítica, criativa e ética. Nesse enfoque, a avaliação é concebida como um processo construído na prática coletiva. Seus critérios são permanentemente atualizados, considerando os princípios que orientam a prática pedagógica. Sendo assim, a avaliação do processo ensino e aprendizagem, está articulada aos princípios norteadores do Curso expressos

no PPC e é uma atividade contínua. Acontece, sempre que são envidados esforços pedagógicos, seja no espaço de tempo da aula ou nas esferas pedagógicas informais, de modo a garantir saberes técnico/científico/profissional na seleção e processamento das informações, dos conhecimentos gerais e específicos da área de formação.

O acompanhamento do processo ensino-aprendizagem prevê, também, o atendimento ao acadêmico, de forma individual ou coletiva, de modo a proporcionar a retomada dos objetivos não alcançados.

Para aprovação sem exame, o acadêmico necessita obter média 7,00(sete) e comprovar frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária fixada no currículo pleno.

O acadêmico deve prestar exame, quando a média final das suas avaliações for inferior a 7,00(sete). Para aprovação, a média de aproveitamento entre as avaliações parciais e a nota do exame, deverá ser igual ou superior a 5,00(cinco).

Os exames deverão ser realizados, no período previsto pelo Calendário Acadêmico e no plano de ensino da disciplina. A revisão do exame, por solicitação do acadêmico, deverá ser encaminhada junto à coordenação do curso, no prazo de 48 horas, após a divulgação da nota, observados dias letivos.

Será considerado em exame o acadêmico que obtiver média da(s) nota(s) da(s) avaliações parciais inferior a "7,0" (sete), e frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária fixada, no respectivo currículo.

No que se refere às metodologias pedagógicas adotadas em sala de aula, os professores além de buscarem aporte no acervo bibliográfico, também fazem uso de softwares específicos ligados às áreas desenvolvidas nas linhas do conhecimento que permeiam o Curso de Ciências Contábeis. Como forma de articulação teoria-prática, busca-se, por meio de trabalhos de conclusão, de algumas disciplinas específicas e pelo uso de softwares que simulam situações empresariais aprimorarem o conhecimento do acadêmico do Curso.

Há que se destacar ainda, neste sentido, a importante função da Agência Start desempenha no desenvolvimento e integração do acadêmico com a sociedade. Em

decorrência dessa concepção, as avaliações feitas pelos professores consideram tanto o desenvolvimento teórico quanto prático do acadêmico, uma vez que, são criadas situações em sala de aula simulando o ambiente organizacional, onde se realizam discussões, apresentações e avaliações a respeito dos conteúdos trabalhados.

Considerando que cada disciplina possui suas singularidades, faz-se necessário que cada professor tenha garantido o seu direito de optar pela forma de avaliação de seus acadêmicos, desde que utilize o mesmo critério para todos os avaliados. Contudo é dever do professor fornecer dois conceitos durante o semestre para a elaboração da média final de cada acadêmico.

A avaliação pedagógica vincula-se aos princípios norteadores do curso e o exposto no Manual de Normas e Procedimentos Acadêmicos. A avaliação do desempenho é realizada por disciplina, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento. Cabe ao professor de cada disciplina determinar quais serão esses critérios e quais os instrumentos a serem utilizados para avaliação, estando sob a responsabilidade do curso a observância e aprovação dos procedimentos a serem adotados.

A avaliação é contextual, dinâmica e coerente com os objetivos dos projetos pedagógicos dos cursos. É parte integrante do ensino, da pesquisa e extensão e deve guardar íntima relação com a área de conhecimentos, com a verificação da capacidade de domínio do programa de estudos e permite olhar as dimensões qualitativas e quantitativas, como expressões do vivido e do almejado.

Nesse sentido, a avaliação do ensino aprendizagem torna-se emancipatória, mas ainda requer constante reflexão, pois o desejo é de tornar essas ações comuns para todos os professores, abandonando aos poucos uma prática tradicional de avaliação (classificatória/ momentos específicos com uma única prova em cada bimestre), que traz como resultados a exclusão. Na verdade, o que se deseja é que a avaliação seja emancipatória e libertadora para o aluno, a partir de uma concepção de ensino investigativo e reflexivo.

Cabe ao docente registrar as avaliações no sistema *on-line*, possibilitando aos acadêmicos acesso aos resultados, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas antes do exame final.

O acompanhamento permanente do processo ensino-aprendizagem, na UNICRUZ, é realizado através do NAE – Núcleo de Apoio aos Estudantes e da Assessoria Pedagógica. Para tal é realizado acompanhamento contínuo do processo de ensino aprendizagem e, se necessário, em casos específicos é ofertado um programa de nivelamento.

Ao acadêmico impossibilitado de realizar a avaliação bimestral, nos dias e horários determinados, por motivo de doença ou de força maior, são facultadas duas possibilidades:

- requerer realização da avaliação em segunda chamada, desde que munido de justificativa e de recibo de pagamento da taxa específica do respectivo componente curricular. Nesse caso, o acadêmico encaminha-se ao professor da disciplina, apresentando o cupom fiscal, já pago, para receber orientações sobre o local e a data da nova avaliação, prevista no cronograma do curso. Se o mesmo não comparecer na avaliação de segunda chamada, no horário determinado, perderá o direito de nova oportunidade. A solicitação de segunda chamada deve ser realizada no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, após a data de realização da avaliação não realizada;

- realizar avaliação cumulativa no final do semestre. O aluno tem a possibilidade de realizar avaliação com acumulação de conteúdos ao final do semestre.

A definição da forma de realização da avaliação em cada disciplina é determinada pelo docente de cada disciplina, apresentada pelo mesmo, no início de cada semestre. A revisão de avaliação (parcial e final) é solicitada ao coordenador de curso com exposição de motivos fundamentada mediante carta ofício, protocolada junto à secretaria do seu centro de ensino. O prazo para essa solicitação é de 24 (vinte e quatro) horas, após a postagem das notas, observado os dias úteis.

4.8 Atividades Complementares (ANEXO II)

As Atividades Complementares previstas no Curso de Ciências Contábeis são compostas de carga horaria de 240 horas e compreendem:

- I. participação e organização de eventos;
- II. participação em semana acadêmica;
- III. atividades de intervenção social ou ação comunitária;
- IV. atividades como bolsista de iniciação científica, de pesquisa e de extensão;
- V. publicação de trabalhos científicos;
- VI. atividades de monitoria;
- VII. apresentação de produção científica em eventos;
- VIII. atividades extracurriculares;

IX. participação em órgãos colegiados superiores da Fundação e da Universidade de Cruz Alta, bem como Diretório Acadêmico e Diretório Central dos Estudantes;

X. disciplinas eletivas específicas em Direitos Humanos, Educação Ambiental, História Afro-Brasileira e Indígena, Empreendedorismo, Libras e Prática de Extensão e Inovação, as quais deverão ter um quantitativo maior na avaliação visando o estímulo acadêmico, o aprofundamento de questões sociais que embasam a formação geral, humana e cidadão dos alunos.

XI. participação no Programa Mesário Universitário, mantido em convênio com o Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul.

XII. outras atividades específicas oferecidas pelo curso e a critério do Colegiado do mesmo.

O registro e validação das atividades serão efetuados pela coordenação do Curso, mediante entrega da ficha de organização das horas de atividades complementares e comprovação dos certificados originais ou atestados das atividades realizadas, no último semestre do curso.

Bibliografia:

Todas as bibliografias correspondentes às atividades realizadas.

4.9 Trabalho Final de Graduação (ANEXO III)

O Trabalho Final de Graduação do Curso de Ciências Contábeis constitui-se em 240 horas, sendo 120 horas referentes a cada uma das disciplinas de Trabalho Final de Graduação I e II, ambas equivalentes a 08 créditos, ministradas respectivamente no sétimo e oitavo semestres do curso.

A disciplina de TFG I configura-se como o momento de elaboração do projeto das atividades de estágio, ou seja, definição do tema e sua problematização, dos objetivos geral e específicos, da justificativa, dos seus métodos de consecução e do levantamento do referencial teórico da pesquisa a ser desenvolvida. Já a disciplina de TFG II objetiva o desenvolvimento da etapa prática do trabalho com a redação do relatório das atividades desenvolvidas e conclusões obtidas na forma de um artigo científico.

A coordenação geral das disciplinas de TFG I e II é de responsabilidade de professor alocado pela coordenação do curso de Ciências Contábeis cabendo-lhe elaborar o plano de ensino da disciplina; ministrar as aulas de orientação geral e metodologia; compor e divulgar a lista dos professores orientadores de TFG por área; organizar a banca examinadora dos trabalhos e elaborar o calendário de suas atividades; encaminhar casos e questões duvidosas e/ou omissas ao colegiado do curso; administrar e supervisionar de forma global o TFG de acordo com este regulamento; avaliar os trabalhos parciais na impossibilidade do orientador de estágio; fixar o cronograma de entrega dos trabalhos e de apresentações das bancas examinadoras; registrar os conceitos atribuídos aos relatórios.

Poderá integrar a relação de professores orientadores todo o docente que estiver em atividade no Curso de Ciências Contábeis, cabendo a ele a decisão de aceitar ou não a orientação do aluno, sendo permitindo ao professor desistir da orientação, após comunicar por escrito os motivos que o levaram a essa atitude. As funções, direitos e

deveres, tanto do orientador e quanto do aluno-orientado estão descritos no Regulamento de Trabalho Final de Graduação do Curso de Ciências Contábeis.

O relatório final na forma de artigo se constitui no instrumento básico de explicitação do conteúdo e da qualidade do TFG II e deverá ser estruturado de acordo com as normas de elaboração de trabalhos técnicos e científicos estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Conforme o Regulamento, o relatório se constitui no instrumento básico de explicitação do conteúdo e da qualidade do TFG II e deverá ser estruturado na forma de um artigo (científico ou técnico-científico) de acordo com as normas estabelecidas no referido regulamento.

O artigo do TFG II deverá ser encaminhado via correio eletrônico para o Professor da Disciplina, após as correções sugeridas em banca, para fins de publicação da página do curso, mediante autorização por escrito do acadêmico.

Os casos omissos no regulamento do TFG serão resolvidos pelo colegiado do curso.

4.10 Integralização do Curso e Flexibilização da oferta do currículo

A flexibilidade curricular implica na formação do discente em um cenário aberto às novas demandas dos diferentes campos de conhecimento e de atuação profissional. Isso significa imprimir a dinamicidade e diversidade aos currículos dos cursos de graduação, permitindo que o discente tenha opção de lapidar o seu perfil profissional, sem detrimento da sua formação generalista, além de contribuir para a autonomia intelectual.

Abrem-se, então, espaços curriculares que oportunizam ao acadêmico como sujeito do seu processo de aprendizagem, a realização de atividades e/ou disciplinas que complementem sua formação, assegurando-lhe através da opção individual a busca de saberes considerados indispensáveis para seu futuro desempenho profissional.

Em sua organização e dinâmica, o currículo do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Cruz Alta, procura ajustar-se às diretrizes curriculares que propõem a operacionalização dos componentes curriculares e atividades em áreas de concentração de estudos, buscando a adaptação às propostas pedagógicas atuais.

Visando a aquisição do saber de forma articulada, a dinâmica curricular contempla o desenvolvimento de habilidades e atitudes formativas quando, então, a interdisciplinaridade flui entre as áreas de concentração e enriquece o produto da ação pedagógica, priorizando a total integração da teoria com a prática. Ainda, enfatiza a necessidade de valorização da criatividade do estudante e a importância do trabalho individual e em equipe (nos encontros presenciais), entre outros aspectos, assegurando o perfil desejado de seus egressos e o desenvolvimento de suas habilidades e competências descritas no perfil do egresso.

Outro aspecto relevante é a interdisciplinaridade. A interdisciplinaridade dentro de uma organização curricular parte do pressuposto que o conhecimento adquirido em uma determinada disciplina não deve ter um fim em si mesmo, mas deve servir de base para a assimilação de conteúdos que serão abordados em outras atividades formativas. Assim, o desenvolvimento das habilidades e competências dos discentes não se faz a partir de uma única fonte de conhecimento, e sim pelo sinergismo entre conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais provenientes das mais variadas disciplinas e áreas do conhecimento.

4.11 Número de vagas

O número de vagas do curso é de 80 vagas para o Presencial e 100 vagas para o EAD.

4.12 Atividades e cenários da prática profissional

A prática profissional é estabelecida para permitir ao estudante qualificar seu processo de formação ao longo do curso. Nesse sentido, a prática profissional na

UNICRUZ pode ser realizada tanto no ambiente interno da Instituição, quanto na comunidade, mas de forma que estabeleça interação com a mesma.

As práticas profissionais e as atividades complementares são componentes do projeto pedagógico dos cursos e requisito indispensável à conclusão dos mesmos, devendo atender suas especificidades, seu integral cumprimento, conforme a legislação vigente.

Diante disto, os objetivos da prática como componente curricular incluem:

- Proporcionar ao aluno vivências práticas dos conteúdos teóricos envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão;

- Promover a interdisciplinaridade na abordagem e na construção dos conteúdos, como base para a investigação e solução dos problemas, em níveis crescentes de complexidade, através da análise de situações problema sob diferentes perspectivas;

- Introduzir os alunos à realidade do exercício da profissão em seus distintos campos de atuação, no âmbito local e regional, através de atividades práticas propiciando, assim, a relação teoria-prática e a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, através dos estágios obrigatórios e não obrigatórios;

- Possibilitar a avaliação participativa, com troca de experiências entre todos os membros do corpo social da universidade e da comunidade, considerando a possibilidade de serem participantes nas reflexões, decisões e na busca de alternativas para a formação do profissional.

Para atingir estes objetivos, os cursos de graduação da UNICRUZ utilizam ferramentas metodológicas que propiciem um olhar crítico sobre a realidade, a fim de identificar situações relacionadas a profissão. Este processo proporciona a contextualização do tema e estimula uma aprendizagem ativa, sendo o docente o facilitador e orientador do mesmo, tendo como base as seguintes ações norteadoras:

- Ampliar e fortalecer as relações entre os outros cursos, através do ensino, pesquisa e extensão. Como exemplo temos as atividades desenvolvidas nos grupos de

pesquisa que culminam em produções científicas das experiências discentes e docentes;

- Promover ações de Educação Continuada, tais como: cursos, seminários, simpósios, semanas acadêmicas e palestras, com o objetivo de aproximar a comunidade acadêmica e os demais envolvidos no processo de formação dos discentes, bem como qualificar os egressos;

- Articular ações de vivência da profissão por meio de viagens de estudos.

Portanto, define-se como cenários de práticas pedagógicas os espaços institucionais, onde os acadêmicos dos cursos de graduação têm a possibilidade de replicar práticas específicas de cada curso como se fossem na própria realidade.

Dentre os cenários de prática que a Universidade oferece como espaço para as práticas de intervenção profissional citamos:

4.12.1 Empresa Júnior

Empresa Júnior é uma associação civil sem fins lucrativos, formada e gerida por alunos de cursos de graduação.

A Jr Consulting, empresa júnior da UNICRUZ, é uma associação civil sem fins lucrativos, formada e gerida por alunos de diversos cursos superiores da UNICRUZ, cujos principais objetivos são:

- fomentar o aprendizado prático do universitário em sua área de atuação;
- aproximar o mundo do trabalho à Universidade e aos próprios estudantes;
- gerir com autonomia em relação à Coordenação do Curso ou Centro de Ensino;
- elaborar projetos de consultoria na área de formação dos estudantes.

As atividades da Jr Consulting contemplam as necessidades de três elementos principais:

Os estudantes: que se utilizam da interação entre os membros da empresa e da troca de conhecimento e experiências para se desenvolverem pessoal, profissional e academicamente.

As empresas: que se beneficiam com os projetos desenvolvidos pelos estudantes, cujas características são a alta qualidade dos trabalhos, garantida pela orientação dos professores, e o baixo investimento, uma vez que as empresas juniores não visam ao lucro. Assim, as empresas conseguem bons projetos a um custo muito baixo, colaborando, desta forma, para o desenvolvimento local e regional.

A Universidade: que é favorecida pelo retorno em imagem institucional, garantido pela divulgação que a Jr Consulting necessariamente faz ao seu nome. As Universidades que investem nas Empresas Juniores têm o retorno de imagem e, também, um retorno no que diz respeito à atração de novas parcerias, alunos e clientes (no caso de prestação de consultorias).

Todo estudante da UNICRUZ, de qualquer curso, que desejar ingressar em uma empresa júnior deverá participar de um processo seletivo.

A Jr Consulting contribui ativamente para o desenvolvimento da sociedade local e regional, oferecendo serviços de baixo custo para a comunidade local. A partir do crescimento da Jr Consulting, de forma saudável e sustentável, será possível a criação de empresas formais que gerem benefícios para a sociedade e renda para os profissionais envolvidos.

A Jr Consulting se apresenta como uma excelente alternativa para alicerçar uma revolução em toda a metodologia de ensino superior na UNICRUZ. Substitui arraigados paradigmas, rumo à uma política de completo incentivo ao empreendedorismo acadêmico, além de ser um exemplo típico da aprendizagem baseada em projetos (PBL), que faz parte do rol de metodologias ativas aplicadas em diversos cursos da UNICRUZ.

4.12.2 Projeto Negócio a Negócio

O Projeto Sebrae Negócio a Negócio, firmado entre UNICRUZ e Sebrae em 2016, busca atender as microempresas da região de atuação, com foco na melhoria da

gestão das mesmas. Por meio do Projeto, os acadêmicos da UNICRUZ podem colocar em prática os conhecimentos adquiridos na academia através da consultoria realizada por eles às microempresas da Região do COREDE ALTO JACUÍ, como agentes, em estágio remunerado.

4.12.3 Laboratório De Desenvolvimento Humano – LDH

O Laboratório de Desenvolvimento Humano – LDH, é um espaço interdisciplinar de articulação de estudos e pesquisas, voltadas às questões do desenvolvimento do ser, cujas ações se voltam ao atendimento das necessidades dos diferentes ciclos da vida humana: infância, adolescência, adulto e senescência. O Laboratório também está voltado para a produção e socialização desses conhecimentos pelas linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, pelos cursos de licenciatura e por grupos de pesquisas a elas vinculadas. O LDH, objetiva oportunizar um trabalho voltado para autoestima, sociabilidade, psicomotricidade, afetividade e inclusão de pessoas em um processo de educação permanente.

O Laboratório tem as seguintes finalidades:

- produzir estudos e pesquisas referentes ao desenvolvimento Humanos em suas diferentes fases;
- divulgar a produção, através da publicação de artigos e livros e da participação dos pesquisadores vinculados ao Laboratório em eventos de caráter técnico e científico;
- promover encontros sistemáticos para discussão e análise de textos, livros e filmes relacionados aos temas;
- organizar e manter repositório do acervo referente às pesquisas realizadas a respeito de Desenvolvimento Humano;
- integrar acadêmicos da graduação e da pós-graduação em estudos e discussões, pesquisas e atividades de extensão nas temáticas sobre desenvolvimento humano nas diferentes fases; e,

- articular com o Grupo Interdisciplinar de Estudos de Envelhecimento Humano – GIEEH – estudos, discussões, pesquisas e atividades de extensão .

O Laboratório é composto por uma Coordenação, Pesquisadores, Docentes e Discentes de Graduação e do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social e demais grupos de pesquisas vinculados ao Laboratório, bolsistas de pesquisa e do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social e pesquisadores externos vinculados aos grupos de pesquisa. Outros Programas de Pós-Graduação também podem participar das ações do laboratório com docentes, discentes e bolsistas quando considerarem pertinente.

4.12.4 Núcleo de Estatística Aplicada – NEA

O Núcleo de Estatística Aplicada – NEA da UNICRUZ é o órgão responsável pela assessoria e/ou consultoria à aplicação da estatística em investigações técnico-científicas desenvolvidas por docentes e discentes da graduação e pós-graduação da Universidade de Cruz Alta, contribuindo com o planejamento metodológico, a obtenção e a organização dos dados, bem como, a análise e interpretação dos resultados obtidos sejam de caráter qualitativo e/ou quantitativo.

Atua no delineamento de pesquisas, na orientação e na análise estatística dos dados por meio de ferramentas estatísticas computacionais, de técnicas de análise de dados qualitativos e na interpretação dos resultados obtidos que serão apresentados na forma de relatórios.

As atividades desenvolvidas pelo NEA/UNICRUZ ocorrerão nas modalidades de assessoria, consultoria e capacitação técnico-científica. Ainda é responsável pela organização e análise estatística de dados institucionais ligados aos setores de gestão, desde que oficializados por sua coordenação.

Este núcleo está subordinado à Pró-Reitoria de Graduação e à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da Universidade de Cruz Alta.

4.13 Inovações consideradas significativas

Inserida nos diferentes programas educativos lançados pelo MEC – Ministério da Educação, a Universidade de Cruz Alta vem construindo sua história com vistas à busca da excelência da qualidade do ensino, ao fomento da pesquisa científica e da extensão comunitária e à inclusão social. Assim, destacam-se como inovações significativas:

4.13.1 Desenvolvimento de Materiais Pedagógicos

A Universidade de Cruz Alta prevê a possibilidade do docente da instituição elaborar seus materiais didáticos e disponibilizá-los aos estudantes por meio do AVA ou do sistema do aluno online pela TOTVS. O professor da UNICRUZ também é incentivado a produzir seu material didático e disponibilizá-lo em uma publicação própria e indexada chamada Caderno Didático Institucional, a qual passa por revisão interna da Comissão Editorial da própria Instituição e é diagramado e impresso na Gráfica da Universidade.

Ainda, há a possibilidade de elaboração de materiais didáticos pedagógicos em formatos digitais para aplicação na Educação a Distância (EaD) para utilização em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA). Entende-se que esta requer um embasamento teórico consistente, a fim de possibilitar a construção de materiais que atendam ao contexto da EaD, superando a mera transposição do ensino presencial para o ensino a distância. Assim os materiais didáticos que integram os AVA devem oferecer uma interface otimizada e uma navegação não-linear que permita a autonomia e a eficácia do trabalho do aluno, mas ao mesmo tempo ofereça um conteúdo de qualidade que desafie o alunos para o seu aprendizado por meio de atividades complexas, conforme explicitam Gulartt et al. (2017).

A utilização do design instrucional na construção de materiais didáticos possibilita utilizar um conjunto de técnicas, métodos e estratégias para estimular o interesse e absorção de informações com maior facilidade. (LOURENÇO, 2012). Neste contexto o Design Pedagógico insere-se na articulação dos recursos e ferramentas digitais com os objetivos educacionais, ou seja, “a integração de parâmetros técnicos, gráficos e pedagógicos objetivando a contemplação de práticas pedagógicas que possibilitem ao aluno a construção de uma aprendizagem significativa” com o aporte de materiais didáticos digitais (BEHAR, 2009, p. 63).

O design instrucional é uma metodologia que favorece o aprendizado por meio da organização dos recursos tecnológicos de acordo com parâmetros e critérios específicos para o contexto do curso ou área do conhecimento, possibilita assim, estratégias para uma melhor estruturação de materiais digitais em ambientes virtuais de aprendizagem, tanto para o ensino presencial quanto a distância, uma vez que ambos podem ser mediados por ambientes online. Segundo a autora Filatro (2008), o design instrucional é desenvolvido nas seguintes fases:

Análise: Envolve a filosofia de educação a distância dentro da instituição; o levantamento das necessidades de implantação de um curso ou programa; a caracterização da audiência/público alvo; a análise da infraestrutura tecnológica da instituição e de mídias potenciais; o estabelecimento de objetivos para o curso.

Design: Abrange a criação da equipe (coordenador ou gerente de projeto, designer instrucional, professor da disciplina, especialista em conteúdo, pedagogo, técnico em mídias, tutores); a definição da grade curricular; a seleção de estratégias pedagógicas e tecnológicas; a fixação de cronogramas.

Desenvolvimento: Compreende a produção e adaptação de materiais impressos e digitais; a montagem de configuração de ambientes; a capacitação de professores e tutores; a definição de suporte técnico e pedagógico.

Implementação: Constitui-se na situação didática propriamente dita, quando ocorre a aplicação da proposta de design instrucional.

Avaliação: inclui a consideração sobre a eficácia do curso e a eficiência do sistema; a revisão da caracterização da audiência e a análise das estratégias pedagógicas e tecnológicas implementadas.

A concepção e o desenvolvimento de um material didático digital, centrado no aluno e com foco no conteúdo envolvem o design da interface, que deve ser baseado nas teorias do design, na percepção visual, nos conceitos de semiótica e, principalmente, nas abordagens da ergonomia.

A produção de material didático integra os investimentos da Instituição a fim de ofertar uma educação superior a distância de qualidade. Envolve a formação de uma

equipe multidisciplinar, a fim de atender os requisitos de design e aspectos pedagógicos, bem como infraestrutura em equipamentos.

O material didático impresso e digital tem como objetivo oportunizar o acesso dos alunos aos conteúdos das diversas disciplinas. Trata-se de um recurso pedagógico facilitador de auxílio ao professor e ao aluno. Pode incluir sugestões de leituras complementares, resumos de conteúdos, ilustrações e fotografias que facilitem a compreensão das disciplinas.

O Núcleo de Educação a Distância deverá disponibilizar uma Equipe Multidisciplinar, que auxilie e ofereça suporte para o desenvolvimento de materiais didáticos. Para isso, o professor primeiramente deverá agendar uma reunião com a Equipe Multidisciplinar, através do e-mail ead@unicruz.edu.br a fim de obter as orientações para dar início ao processo de elaboração e distribuição de material didático.

Uma equipe multidisciplinar deve ser constituída por analista educacional, responsável pela orientação didático-pedagógica durante o processo de elaboração dos materiais didáticos; por profissionais da área de audiovisual, responsável pela produção e execução de materiais didáticos como videoaulas, tutoriais, e afins; por designers, responsável pela diagramação e ilustrações para materiais didáticos, interface do AVA Moodle, e materiais gráficos de divulgação; por revisores linguísticos, responsáveis pela revisão textual; por uma equipe de suporte administrativo, responsável pelo suporte à equipe multidisciplinar; por uma equipe de capacitação, responsável por promover ações de capacitação em torno de conteúdos, de práticas e de metodologias que abordam tecnologias educacionais, além de familiarizar a comunidade com o ambiente virtual de aprendizagem.

Considerando que o material didático será distribuído em um Ambiente Virtual de Aprendizagem é essencial a articulação com a equipe do Ctec – Centro Tecnológico da Informação que prestará suporte técnico para o AVA Moodle, infraestrutura em TI e desenvolvimento de sistemas.

4.13.2 Incorporação de Avanços Tecnológicos

4.13.2.1 Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs

A aplicação dos recursos e ferramentas disponíveis nas plataformas virtuais

possibilita não só o gerenciamento dos conteúdos disponibilizados, mas também, dos processos de ensino-aprendizagem.

No contexto da educação que utiliza as TIC's é importante ressaltar que o todo o processo se dá através da interação, em relações dialógicas, onde emissores e receptores trocam mensagens, utilizando diferentes linguagens e ambos assumem os dois papéis.

A utilização destas tecnologias traz uma série de vantagens, como por exemplo: os alunos têm a possibilidade de buscar informações por conta própria, desenvolvendo a autonomia; os métodos de ensino utilizados na porcentagem EaD do curso possibilitam a troca de experiências entre os alunos, professores e tutores; as aulas ficam disponíveis para qualquer aluno que desejar acessá-las novamente, e, com isso, aqueles que perderam alguma aula ou não entenderam algum conteúdo poderão revisá-los quando necessário; o aluno tem a comodidade de assistir às aulas, realizar atividades, contribuir com coletas, esclarecer dúvidas e consultar materiais de estudo em qualquer horário e lugar.

Na educação mediada pelas TIC's o que se percebe é que as diferentes linguagens que estas possibilitam, têm diversas aplicações e podem ser exploradas pelo professor de maneiras distintas, contanto que este tenha em mente as características construtivistas desse modelo e saiba se utilizar dos recursos e ferramentas disponíveis em busca de uma Educação à Distância com qualidade. São várias as ferramentas utilizadas no AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem, que propiciam a interação entre os alunos, os professores e os tutores e que, principalmente, fazem a mediação do ensino aprendizagem, dentre as mais comuns pode-se citar o chat, o fórum, o e-mail, a vídeo aula, o hipertexto, sala de aula virtual e a videoconferência, entre outros.

Com o uso das TIC's tem-se instalado a terceira geração de educação a distância que se caracteriza pelo uso de ambientes virtuais de aprendizagem, interativos. Nesta geração o uso de tecnologias interativas – como a internet e a videoconferência – prioriza os processos de comunicação.

A terceira geração foi determinada pelo desenvolvimento (final 1980) da fibra ótica, que permitiu transmissão interativa em tempo real. Como exemplo de TIC's de

terceira geração temos: Blogs, Flogs, Wikis e Podcast.

O blog é um meio de comunicação universal, popular e que se utiliza em todas as áreas de conhecimento e atividades sociais. Há diferentes tipos de blogs educacionais: produção de textos, narrativas, poemas, análise de obras literárias, opinião sobre atualidades, relatórios de visitas e excursões de estudos, publicação de fotos, desenhos e vídeos produzidos por alunos.

Na EaD temos: alunos que publicam textos próprios; publicam textos produzidos em conjunto; comentam outros textos para os quais os próprios autores podem ser chamados a contribuir e os professores que fornecem informações atualizadas; comentários sobre suas áreas de especialidade; propõe questões, exercícios e links para outros sites; informam as notas a seus alunos.

Os flogs (fotologs ou videologs) são utilizados mais pelos alunos do que pelos professores, principalmente como espaço de divulgação pessoal. Com a crescente utilização de imagens, sons e vídeos, os flogs têm tudo para explodir na educação e se integrarem com outras ferramentas tecnológicas de gestão pedagógica. As grandes plataformas de educação à distância iniciam a incorporação dos blogs e flogs.

O Wiki é um software colaborativo que permite a edição coletiva dos documentos de uma maneira simples. Em geral, não é necessário registro, e todos os usuários podem incluir, alterar ou até excluir textos, sem que haja revisão antes de as modificações serem aceitas. Ambientes wikis devem também ser incorporados pelo professor, em seu trabalho de desenvolvimento de conteúdo e tutoria colaborativa.

O Podcast (programa de áudio ou vídeo digital) envolve produção, transmissão e distribuição na Internet de arquivos de áudio ou vídeo que podem ser ouvidos ou vistos em aparelhos móveis, como mp3, telefones celulares (smartphone, por exemplo) ou computadores pessoais. A utilização mais promissora do podcast acontece quando os alunos e professores produzem seus próprios programas, projetos e os divulgam.

Algumas das possibilidades entre muitas outras de utilização dos Blogs, Flogs, Wikis e Podcast na EaD: para o desenvolvimento de projetos individuais, de grupos de uma mesma instituição ou de instituições diferentes; para divulgação do processo, de cada etapa e dos seus resultados; para discutir coletivamente a aprendizagem em cada

momento; para a discussão de cases, de situações concretas, de notícias de interesse dos alunos, para o acompanhamento, discussão e publicação de produtos multimídia, como jornais on-line, podcasts (programas digitais de áudio, etc.); para elaboração de desafios, de concursos, de gincanas, de situações lúdicas, onde os alunos aprendem e se divertem, ao mesmo tempo.

O uso do AVA e suas ferramentas de interação e comunicação tem sido um desafio para muitos professores/tutores no que diz respeito, principalmente, às suas habilidades para delas se apropriarem e com elas se beneficiarem. Capacitações devem ser oferecidas para ambientação e familiarização com as ferramentas. Não há dúvida que o professor, principalmente, aquele que trabalha na EaD, deve ter em mente que esta modalidade de ensino implica em interação e relação dialógica entre os sujeitos, na qual o professor deve assumir o papel de facilitador do processo ensino-aprendizagem assumindo juntamente com os alunos uma posição de parceria.

4.13.2.2 Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA

A evolução tecnológica trouxe, principalmente, a integração do mundo real ao mundo digital com o advento dos ambientes virtuais de aprendizagem. A definição de ambiente virtual de aprendizagem – AVA, pode ser elaborada segundo a sua função primária que é promover o processo ensino – aprendizagem, através da mediação pedagógica entre alunos e professor (tutor) que podem estar separados geograficamente, porém, unidos pela intenção. Ele se apresenta em forma de portais, plataformas virtuais e pode ser utilizado por biblioteca virtuais, museus virtuais, grupos de estudo e, principalmente, nos cursos à distância.

O AVA tem papel primordial no processo de aquisição de conhecimento, tendo em vista que através dele organizam-se as ferramentas para acessos aos cursos, promove-se a interação com os conteúdos e possibilita -se a realização das atividades de aprendizagem. A aprendizagem mediada por AVA pode permitir que, através dos recursos da digitalização, várias fontes de informações e conhecimentos possam ser criadas e socializadas através de conteúdos apresentados de forma hipertextual, mixada, multimídia, com recursos de simulações.

Além do acesso e possibilidades variadas de leituras, o aprendiz que interage com o conteúdo digital poderá também se comunicar com outros sujeitos de forma síncrona e assíncrona em modalidades variadas de interatividade: um-um e um-todos, comuns das mediações, estruturados por suportes como os impressos, vídeo, rádio e TV; e principalmente todos-todos, própria do ciberespaço.

A Unicruz trabalha com o Big Blue Button que oferece uma experiência colaborativa que envolve todos os participantes o tempo todo. Oferecer uma experiência de aprendizagem mais colaborativa e interativa tornará todos os participantes comprometidos. É isso o que a plataforma Big Blue Button permite realizar. Ela ajuda a criar salas de aulas, áreas de trabalho e espaços de reunião virtuais que estendem as possibilidades de uso a mais estudantes.

Oferece formas inovadoras e atraentes de desenvolver a aprendizagem entre pares e a mediação docente, ao mesmo tempo que envolve cada aluno individualmente.

Assim, as disciplinas integrantes dos Cursos ofertados nas modalidades presencial e a distância podem ser programadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle que integra recursos e atividades que possibilitam a mediação, a interação e a colaboração na construção do conhecimento pelo estudante.

4.13.3 Núcleo Comum

Na perspectiva de viabilizar e oportunizar a flexibilização para que o acadêmico possa agregar mais componentes curriculares ao seu horário, é que a Universidade propõe um Programa de Disciplinas de Núcleo Comum.

Dessa forma, é facultado, ao estudante, a possibilidade de cursar os componentes curriculares do referido núcleo comum, na continuidade de seu curso superior, quando, por uma razão ou outra de ordem pessoal, resolver trocar de curso.

As disciplinas estão organizadas em três eixos: formação geral, formação básica e formação específica e estas podem ser trabalhadas por meio dos núcleos comuns.

As disciplinas de formação geral são agrupadas, considerando os dois Centros de Ensino, objetivando garantir ao acadêmico a integração entre os cursos, e a flexibilização dos horários. Estudantes de todos os cursos da Instituição têm a

possibilidade de matricular-se nos componentes curriculares do Núcleo Comum, atendendo ao disposto na matriz curricular de seu curso de origem. As disciplinas de formação básica poderão ser organizadas, de acordo com a proximidade das áreas.

Com isso se procura flexibilizar horários, já que o estudante dispõe de opções para escolha da classe de um mesmo componente curricular. Há também maior socialização entre os acadêmicos, o que permite uma dinâmica produtiva de saberes. A aula, assim, constitui-se em oportunidade real de interação entre sujeitos. Eles são tanto os professores, com os conhecimentos produzidos, no âmbito da ciência que praticam, quanto os estudantes com os saberes e conhecimentos que trazem para a aula.

Além disso, o núcleo comum também colabora para o desenvolvimento integrado de conteúdos, como: meio ambiente, sustentabilidade, direitos humanos e questões étnico-raciais.

4.13.4 Seminário Integrador Interdisciplinar

Estratégia coordenada pelos centros/cursos, em que são organizados projetos interdisciplinares, numa atitude de diálogo e busca permanente do conhecimento que permite ser, desde o planejamento até a culminância, momentos de articulação dos saberes, finalizando no seminário integrador.

Seu caráter permeia a capacidade de interpretação, análise e relações, na busca de um conhecimento em constante atualização e permitindo conferir aprofundamento, criatividade e autonomia ao estudante, na sua formação profissional. Tal processo permite a contextualização dos saberes em estudo, articulados ao referencial teórico e experiências vivenciais, possibilitando reflexão na ação efetiva.

4.13.5 Componentes Curriculares, Optativos e Eletivos

A inserção nos currículos de componentes curriculares optativos e eletivos dos diversos cursos, possibilitam que os acadêmicos transitem por áreas diferentes e tenham maior mobilidade acadêmica. Os optativos são componentes curriculares integrantes do núcleo flexível do currículo pleno do curso, cuja opção coletiva deverá ocorrer dentro do elenco de oferta. Os eletivos são de livre escolha entre os

componentes curriculares oferecidos em qualquer curso e podem ser aproveitadas como atividades complementares.

4.13.6 Atividades de Monitoria

A Universidade de Cruz Alta preocupada com o aumento do senso de responsabilidade, autonomia e a ampliação do vínculo entre professor e estudante, constituiu o Programa de Monitoria, regulamentado pela Resolução nº 40 de 2011.

Esta atividade visa auxiliar à docência com função didático – pedagógica exercida por acadêmicos regularmente matriculados nos Cursos de Graduação da UNICRUZ. Ainda estimula o interesse pela docência, contribui para o aprofundamento técnico – científico do acadêmico possibilitando a interação em atividades didáticas, ampliando assim sua participação efetiva na vida acadêmica.

Vale salientar também, que o Programa de Monitoria da Universidade de Cruz Alta é uma importante estratégia para a consolidação do conhecimento, contribuindo assim para o alcance dos objetivos acadêmicos – institucionais.

4.13.7 Acadêmico Apoiador

A necessidade de valorização dos estudantes que apresentam altas habilidades em determinados conhecimentos e conteúdos oferta-se a oportunidade de participação na Modalidade Acadêmico Apoiador.

Nesse sentido a Universidade de Cruz Alta instituiu por meio da Resolução nº 08/2015, a Modalidade Acadêmico Apoiador, que compreende o acompanhamento em estudos práticos nos Laboratórios da Universidade de Cruz Alta, possibilitando a ampliação dos conhecimentos de formação profissional e o aprofundamento de conteúdos considerados necessários à compreensão dos componentes curriculares dos cursos de graduação.

A atividade constitui-se ainda como um instrumento de aprimoramento pedagógico extraclasse envolvendo um grupo de estudantes sob a orientação de um Acadêmico Apoiador indicado pelo professor responsável pelo componente curricular e/ou que se habilite para tal.

4.13.8 Laboratório de Ideias

O Laboratório de Ideias da Universidade de Cruz Alta é um espaço de discussões e conexões criativas, voltado para a criação, desenvolvimento, validação e disseminação de ideias de professores a respeito de tecnologias de ensino e aprendizagem, nos ensinos fundamental, médio e superior.

A partir da identificação das demandas, através de um processo colaborativo, são desenvolvidas metodologias de ensino que possam suprir necessidades específicas de ensino dos professores e, também, apresentar novas perspectivas de aprendizagem em todas as áreas do conhecimento. A assessoria para implementação dessas propostas também é oferecida pelo laboratório.

Entre as tecnologias de ensino adotadas estão o ensino por meio de projetos, o uso de laboratórios virtuais, a construção de experimentos a partir de materiais recicláveis e a gamificação de conteúdos e componentes curriculares.

Contempla-se ainda entre as atividades do laboratório o Desafio das Engenharias, a elaboração de vídeo aulas para o nivelamento de componentes curriculares; apoio a eventos que tenham como objetivo disseminar estas iniciativas e a promoção da mostra anual PROINTEC - Mostra de Projetos Integradores e Tecnológicos das Engenharias da Unicruz.

4.13.9 Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em Humanidades *Sorge Lebens* – “O conhecimento implicado na dimensão do cuidado para com o todo da vida”

O “Laboratório de Ensino Pesquisa e Extensão em Humanidades *‘Sorge Lebens* – o conhecimento implicado na dimensão do cuidado para com o todo da vida” é um projeto institucional de Ensino, Pesquisa, Extensão e Formação de Professores.

Iniciou suas atividades em 2016, diante da necessidade de fortalecer os propósitos dos componentes curriculares de Núcleo Comum da Universidade de Cruz Alta, como Antropologia, Sociologia, Filosofia e Psicologia.

A finalidade do projeto é proporcionar um espaço de diálogos transdisciplinares

articulados aos fundamentos de um ensino humanístico aos diversos cursos de graduação e pós-graduação da Unicruz, gerando integração e promovendo um diálogo crítico entre os acadêmicos de distintas áreas do conhecimento e estudantes do ensino médio, bem como com a comunidade regional em geral.

O laboratório desenvolve a cultura da paz, pesquisa sobre as temáticas que envolvem os problemas da vida e estimula a criação de propostas de intervenções para os estudantes do ensino médio das escolas estaduais de Cruz Alta, em parceria com a 9ª Coordenadoria Regional de Educação, que abrange os municípios de Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Incra, Cruz Alta, Fortaleza dos Valos, Ibirubá, Jacuizinho, Jari, Pejuçara, Quinze de Novembro, Salto do Jacuí e Tupanciretã.

O Laboratório de Humanidades é um espaço de reflexão e ação da Universidade, que enfatiza e fortalece uma formação pautada no conhecimento associado ao “modo ser ético”, ou seja, o ensino compreendido como um agir profissional prudente e preocupado com a sustentabilidade e a manutenção da vida em toda sua extensão e que tem como ênfase a garantia da dignidade à vida e dos Direitos Humanos.

4.13.10 Núcleo de Estatística Aplicada - NEA

O Núcleo de Estatística Aplicada – NEA da UNICRUZ é o órgão responsável pela assessoria e/ou consultoria à aplicação da estatística em investigações técnico-científicas desenvolvidas por docentes e discentes da graduação e pós-graduação da Universidade de Cruz Alta, contribuindo com o planejamento metodológico, a obtenção e a organização dos dados, bem como, a análise e interpretação dos resultados obtidos sejam de caráter qualitativo e/ou quantitativo.

Atua no delineamento de pesquisas, na orientação e na análise estatística dos dados por meio de ferramentas estatísticas computacionais, de técnicas de análise de dados qualitativos e na interpretação dos resultados obtidos que serão apresentados na forma de relatórios.

As atividades desenvolvidas pelo NEA/UNICRUZ ocorrerão nas modalidades de assessoria, consultoria e capacitação técnico-científica. Ainda é responsável pela organização e análise estatística de dados institucionais ligados aos setores de gestão, desde que oficializados por sua coordenação.

Este núcleo está subordinado à Pró-Reitoria de Graduação e à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da Universidade de Cruz Alta.

4.13.11 Núcleo de Conexões Artístico Culturais

O NUCART – Núcleo de Conexões Artístico-Culturais constitui-se como espaço de convergência de diferentes atividades culturais, concebidas e vivenciadas pela comunidade acadêmica da Universidade de Cruz Alta, por meio da arte e da cultura em sua forma mais ampla. Nesse sentido, abarca projetos que possibilitem o ensino, pesquisa e extensão na universidade com vistas ao desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural da região. Apresenta-se como canal de diálogo entre os diversos saberes desenvolvidos e construídos na universidade nos diferentes agentes e instâncias com os quais a instituição se relaciona.

Por meio do NUCART, a Universidade reafirma o papel preponderante e a importância de atuar nas instâncias da cultura e da arte, e por elas instigar o debate artístico-cultural, através de exposições, palestras, apresentações, oficinas e encontros com artistas, com vistas a experiências que propiciem a construção de conhecimento, aprendizagem e a promoção da cidadania, no que enaltece conexões entre os objetos da arte, o sujeito, a cultura e a própria Arte.

De origem interdisciplinar, o Plano de Desenvolvimento de Ações, procura estar aberto a projetos oriundos de todos os cursos da instituição e propõe atividades de exibição, fruição e debate nas diferentes linguagens da Arte, sejam elas: a bidimensionalidade (pintura, desenho, gravura, fotografia, pintura mural, etc.) a tridimensionalidade (escultura, objetos, instalações, etc.) as artes móveis (cinema, vídeo arte, performance, arte experimental, etc.). Contempla ainda a dança, a música, o cinema e a literatura e tem vistas para o debate do Artesanato e a produção da cultura popular em geral.

4.13.12 Temáticas Transversais

O desenvolvimento das temáticas transversais como as questões étnico- raciais e afro indígenas, dos Direitos Humanos, Inclusão e Acessibilidade e Meio Ambiente são

trabalhadas na forma de Programas, Projetos de Pesquisa e Extensão, Palestra, Oficinas, Fóruns e Grupos de Estudos. Ainda são desenvolvidos na forma de componentes curriculares optativos e/ou eletivos ofertados a todos os cursos de graduação da Unicruz. Os principais espaços que desenvolvem estas atividades são NUCART – Núcleo de Conexões Artístico Cultural, o Núcleo de Ação em Pró-Direitos Humanos, o Fórum de Sustentabilidade e o Projeto Profissão Catador, O UNATI – Universidade Aberta à Terceira Idade e o Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão Sorge Lebens.

4.13.13 Programa a Extensão que Queremos - PEQ

A extensão universitária é uma atividade que constitui um novo paradigma para as instituições de ensino superior, pois agrega a exigência da interação com a sociedade e da democratização do saber. Conforme a Constituição Federal de 1988 em seu art. 207. “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9.394/96, em seu capítulo IV – Da Educação Superior, expressa, em seu art. 43, incisos VI e VII, as seguintes finalidades da educação superior:

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Em resposta ao mandamento constitucional de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei no 9.394), de 1996, estabelece a Extensão Universitária como uma das finalidades da Universidade (Artigo 43), o Plano Nacional de Educação 2014/2024 traz em sua Meta 12 , a Estratégia 12.7 que prevê que as IES devem assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social. E ainda, no mesmo plano, há maior previsão de entrelaçamento com a extensão no Plano por meio das estratégias 9.11; 13.7 e 14.10.

Nesse sentido, a concepção de extensão na Unicruz está expressa em seu Estatuto, no Capítulo II - Dos princípios e objetivos institucionais, art. 4º. que expressa: A Universidade, através do ensino, pesquisa e extensão, rege-se a partir dos seguintes princípios:

II – Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§3o - A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa, de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade, visando o desenvolvimento do espírito científico, pensamento reflexivo e criativo de modo a possibilitar o crescimento intelectual, científico e tecnológico.

No Regimento Geral da Unicruz, no capítulo Capítulo III – Da Extensão, aduz em seu artigo 49. – A extensão tem por finalidade estender e divulgar a comunidade conhecimento científico e tecnológico visando o aprimoramento profissional e cultural, bem como a troca de saberes pedagógicos e sociais. E ainda, traz complementações expressas em seus artigos, 50, 51 e 52:

Art. 50. A Extensão na Universidade objetiva:

I – Aproximar a comunidade da universidade, promovendo a integração entre a práxis pedagógica e a práxis social.

II – Responder às demandas regionais e locais, gerindo e socializando o conhecimento produzido na interpretação destas realidades.

III – Instituir a prática da ação e do trabalho competentes e de práticas dialógicas com a comunidade.

IV – Ampliar a integração da instituição, seja sob aspecto educativo, cultural ou técnico-científico, gerando novos desafios e novos conhecimentos para serem difundidos nas várias instâncias pedagógicas.

V – Estabelecer parcerias com diferentes instituições públicas e privadas, visando à troca de experiências.

Art. 51. Articulando-se com o ensino e a pesquisa, a extensão viabiliza a relação entre a Universidade e a sociedade, e é desenvolvida através de programas e/ou projetos, cursos, eventos e serviços.

Art. 52. A coordenação, supervisão e direção das linhas, grupos, programas e projetos de extensão são coordenados pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, de acordo com normas aprovadas pelo Consun.

Na prática a concretização da extensão na Unicruz está prevista nas Diretrizes/Políticas institucionais para a extensão, os Programas Institucionais de Pesquisa e Extensão, os quais foram constituídos a partir da vocação institucional visando as possibilidades e necessidades da região. Optou-se por evidenciar as experiências vivenciadas nas ações de pesquisa e extensão, valorizando o trabalho realizado pelos grupos de pesquisa institucionais e suas linhas de investigação, bem como as demandas locais e regionais que servem para embasar propostas de projetos e que estão em consonância com os atuais paradigmas que engendram a sociedade atual.

Outras ações institucionais que concretizam a extensão na IES é a oferta anual do PIBEX – Programa Institucional de Bolsas de Extensão, destinado aos acadêmicos de graduação, por meio da concessão de bolsas de projetos de extensão e o Café Extensão, evento este inserido junto ao Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão, o qual traz para a pauta as discussões teóricas atuais sobre a Extensão, com a possibilidade da comunidade acadêmica da Unicruz aprofundar o conhecimento sobre a Extensão e a sua contribuição no alcance da indissociabilidade efetiva. Outra ação é a publicação da Revista Cataventos - Revista de Extensão da Unicruz, que desde o ano de 2009 tem o propósito de socializar os resultados dos trabalhos desenvolvidos na área da extensão universitária, para que se constituam em importante contribuição de disseminação de saberes produzidos a partir dos programas e projetos de extensão desenvolvidos pela Universidade de Cruz Alta e demais Instituições de Ensino Superior. No ano de 2014, também se instituiu a Comissão Permanente de Extensão (COPEX), com a finalidade de estabelecer, de forma democrática e dialógica, a política e a gestão da Extensão na Unicruz, a fim de avaliar permanentemente as atividades realizadas com foco na relevância social das ações desenvolvidas pela universidade com vistas à qualidade acadêmica, científica e com o compromisso social da instituição.

Portanto, a Unicruz vem constituindo um debate com a sua comunidade acadêmica no sentido de implantar a necessária curricularização da extensão, trazendo momentos de encontros, diálogos, debates e mesas de trabalho para efetivação dessa política e por isso essa agenda propositiva que instituímos denominamos de PEQ – Programa a extensão que queremos.

O PEQ tem buscado assegurar o processo de mobilização institucional para o reconhecimento e incorporação da extensão no fazer acadêmico para além de sua inserção nos projetos pedagógicos dos cursos, mas como processo vivencial que transversaliza as ações institucionais numa perspectiva dialética e interdisciplinar, para além do cumprimento de uma exigência legal interposta pela meta 12.7 do PNE 2014/2024. Mas em um movimento de produção e renovação do conhecimento, de fortalecimento de vínculos comunitários para exercício da cidadania e participação crítica. Para tanto, têm sido realizados encontros de formação pedagógica para o corpo docente institucional, por meio da Pedagogia Universitária e do Café Extensão, nos quais a extensão tem sido temática recorrente, especialmente considerando sua relevância enquanto princípio de aprendizagem para o desenvolvimento social e sustentável e ainda que contribui com a formação humana e cidadã dos acadêmicos (COSTA; GARCES, 2017).

4.13.14 Laboratório de Estudos e Práticas Socioculturais Interdisciplinares - LEPSI

O Laboratório de Estudos e Práticas Socioculturais Interdisciplinares – LEPSI, ligado ao Programa de Pós -Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social – Mestrado, é um espaço interdisciplinar de articulação de estudos e pesquisas, voltadas às questões sociais, que apresentem vivências e experiências, busquem a emancipação e o desenvolvimento social. O Laboratório também está voltado para a produção e socialização desses conhecimentos.

As ações do LEPSI são desenvolvidas em interação com movimentos sociais, grupos e associações que compõem a sociedade e estão voltadas para as temáticas: cultura e arte, necessidades especiais, diversidade sexual, de gênero e geracional, inclusão étnico-racial, preservação e sustentabilidade ambiental, geração de trabalho e renda;

transparência no setor público, participação e cidadania. Vários núcleos de estudos e práticas integram suas ações, dentre os quais estão: o NAEP – Núcleo de Atendimento ao Estudante e ao Professor; o NAPDH - Núcleo de Ação em Pró-Direitos Humanos; e, o NUCART - Núcleo de Conexões Artístico-Culturais. Estão ainda vinculados ao Laboratório, grupos de pesquisas com projetos que visam à preservação e sustentabilidade ambiental, associativismo, cooperativismo solidário e melhoria social-econômica dos grupos sociais emergentes. Portanto, seu principal objetivo é empreender estudos e pesquisas sobre práticas socioculturais que estão sendo vivenciadas na contemporaneidade e que visem a emancipação social, as repercussões desse processo e possibilidades de desenvolvimento social. As ações do LEPSI são:

- Integração de acadêmicos da Graduação e da Pós-Graduação, pesquisas, estudos e discussões nas temáticas sobre práticas e demandas socioculturais;
- Divulgação e socialização da produção, por meio da publicação de artigos e livros e da participação dos pesquisadores e extensionistas vinculados ao LEPSI, em eventos de caráter técnico-científico;
- Encontros e grupos de estudo para reflexão, análise e diálogo sobre textos, livros e filmes relacionados as principais temáticas e questões sociais que são pertinentes as práticas socioculturais da contemporaneidade.

4.13.15 Laboratório de Aprendizagem em Práticas Inclusivas

Os caminhos que a humanidade percorreu em seu desenvolvimento são significados e mediados pela convivência entre os seres humanos e interação com o seu meio. No entanto, ainda há muito a se percorrer e o espaço universitário torna-se propício a fomentar o debate em relação às ações que devem acontecer para instigar e garantir a aprendizagem, a educação inclusiva, autônoma e a acessibilidade. Essas temáticas emergem pela necessidade de se pensar que a aprendizagem acontece por diferentes formas, lugares e tempos e perpassam também o espaço universitário.

No contexto da valorização dos saberes, a Universidade tem por objetivo, promover a educação inclusiva por ser um espaço de formação profissional e acolhimento a todos; tem como Missão “a produção e socialização do conhecimento qualificado pela sólida base científica, tecnológica e humanística, capaz de contribuir

com a formação de cidadãos críticos, éticos, solidários e comprometidos com o desenvolvimento sustentável”.

Desta forma a Universidade pautada nos pressupostos legais que sustentam a formação de professores, os cursos de licenciatura, como Pedagogia e Educação Física e demais Cursos da Instituição, tem o compromisso com a aprendizagem de todos os alunos, considerando seus diferentes perfis e necessidades. Assim, busca constantemente a inserção de diferentes recursos que garantam a efetivação da aprendizagem. Tal processo perpassa pela formação de professores e dos acadêmicos, especialmente, do Curso de Pedagogia, o qual tem o comprometimento com a formação de professores com competências para o exercício da docência na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Cursos de Educação Profissional e na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, como por exemplo o contexto das Instituições de Ensino Superior.

Quando se refere sobre o processo de Inclusão nos sistemas educacionais e as demandas de ações de apoio que delas decorrem, partimos do pressuposto que vai além de uma mudança do sistema de ensino para o aluno com necessidades educacionais especiais. Define-se então, a importância das transformações profundas neste ambiente quanto à metodologia, currículo e avaliação bem como na oferta de subsídios das tecnologias assistivas e tecnologias acessíveis que são essenciais durante o processo para que se obtenha sucesso educacional.

Neste contexto surge o Laboratório de Aprendizagem em Práticas Inclusivas tem como objetivos fomentar e consolidar a área de ensino e pesquisa na Educação Inclusiva e em Tecnologia Assistiva através de uma rede de cooperação entre os cursos da Universidade; ofertar um espaço de formação e de práticas, tanto para acadêmicos como para egressos e da comunidade regional, em cursos e oficinas que venham a subsidiar o atendimento aos diversos perfis de alunos atendidos pelas instituições de ensino; busca a ampliação dos espaços de estudo e elaboração de estratégias metodológicas de modo a qualificar a atuação docente visando a aprendizagem para todos os alunos; estimula a utilização dos equipamentos de forma interdisciplinar, associando os diferentes saberes e habilidades quer seja na formação

e na atuação docente; promove e possibilita aos acadêmicos dos cursos de formação de professores a vivência de práticas inclusivas integradas ao currículo; disponibiliza a vivência de situações de aprendizagem condizentes com o contexto do Atendimento Educacional Especializado e Salas de Recursos Multifuncionais; e oferta o aprimoramento, aplicação e avaliação de metodologias ativas no processo de ensino e de aprendizagem.

Assim o Laboratório de Aprendizagem em Práticas Inclusivas busca consolidar a cultura da inclusão e da aprendizagem para todos, ou seja, um novo olhar e uma nova postura conceitual e metodológica para atender as necessidades da formação de pessoas; e através de uma atuação qualificada na formação de professores nos Cursos de Licenciaturas e na formação continuada com o uso de Tecnologias Assistivas e Acessíveis, qualificar o atendimento na Educação Especial e no Atendimento Educacional Especializado nos diferentes níveis e espaços de ensino; propor o desenvolvimento de materiais didáticos e pedagógicos voltados para o Atendimento Educacional Especializado, tanto físico quanto digital.

O Laboratório de Aprendizagem de: Práticas Inclusivas é integrado fisicamente com o Espaço Ludopedagógico e o Laboratório de Desenvolvimento Humano(prédio 12), incentivando assim a vivencia acadêmica em espaços diferenciados e a articulação com o programa de pós-graduação interdisciplinar na área de Desenvolvimento e Práticas Sócio Culturais.

4.13.16 Programa para Melhoria do Ensino nos Cursos de Graduação – PROEN

Esse programa foi constituído no ano de 2014, entre Fundação e Reitoria, visando, através de Edital anual, contribuir para a melhoria do ensino de graduação, a partir de projetos apresentados pelos cursos de graduação da Universidade, tendo em vista a excelência das práticas pedagógicas nos cursos, por meio da qualificação do desempenho dos docentes (cursos, oficinas, encontros de formação pedagógica), da aquisição de equipamentos para laboratórios, de informática, audiovisual e/ou materiais bibliográficos. No edital, concorrem todos os cursos e podem ser apresentados projetos nas modalidades de investimento, manutenção e custeio, devendo os recursos ser

destinados à melhoria dos processos de ensino e aprendizagem. Os projetos encaminhados via edital são escolhidos por meio de comissão de avaliação externa, constituído por pró-reitores de graduação de outras IES comunitárias do Rio Grande do Sul.

4.13.17 Grupo de Estudos em Metodologias Ativas, inventivas e Ensino Híbrido – GEMAIH

Frente à demanda institucional de se implantar as metodologias ativas, inventivas e o ensino híbrido nos cursos de graduação, a Unicruz sentiu a necessidade da criação de um grupo de estudos sobre essas metodologias e tipo de ensino com o objetivo de promover estudos sobre este assunto e disseminar boas práticas na instituição. O GEMAIH foi criado em 2016 e desde então os encontros ocorrem mensalmente, em dia de semana e horário combinados com os participantes do mesmo.

A experiência em ter um grupo de estudos como este na instituição possibilita a socialização do conhecimento, tornando-se um espaço de discussão sobre o uso das metodologias ativas e inventivas de ensino e a modalidade do ensino híbrido, proporcionando maior motivação entre os docentes da instituição. Assim, possibilitando a implantação e fortalecimento do uso dessas metodologias de ensino tanto em de sala de aula quanto em espaços na comunidade.

A necessidade de implantar estas metodologias no ensino justifica-se pela importância de promover para os discentes uma aprendizagem significativa sobre o conhecimento, tendo como foco primordial a qualidade da educação no ensino superior nos diferentes cursos ofertados pela Unicruz.

4.13.18 Laboratório de Metodologias Ativas

A Unicruz disponibiliza de laboratório de metodologias ativas, que dispõe de um espaço físico diferenciado e atrativo para o desenvolvimento de aulas e atividades nas quais o aluno é o centro do ensino e de aprendizagem. A referida sala de aula proporciona autonomia aos discentes, seja em atividades individuais e/ou em trabalhos desenvolvidos em grupos.

Diante do uso dessas metodologias de ensino e de aprendizagem o professor é o ativador, facilitador e mediador do conhecimento nesse processo. Ainda, a referida sala contribui para a formação docente, principalmente em atividades vinculadas à Pedagogia Universitária.

5 RELAÇÃO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO COM A PÓS-GRADUAÇÃO, A PESQUISA E A EXTENSÃO E AS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DO PDI

5.1 Políticas de Ensino

Em consonância com o PPI, a missão institucional, o ensino de graduação reafirma seu compromisso com a excelência em seus processos, ou seja, a educação de qualidade, superando fragmentações e dicotomias do conhecimento e da ciência, a partir de ações interdisciplinares. Além disso, considera metodologias de pesquisa e de extensão como princípios educativos, que fortalecem a cientificidade do conhecimento e o diálogo permanente com a sociedade.

Portanto, para que isso se cumpra efetivamente, propõe-se políticas e ações para o ensino, focadas na missão, nos objetivos e princípios norteadores da Universidade de Cruz Alta. Dentre estas políticas destacam-se:

1. *Fortalecimento da formação continuada dos docentes, visando qualificar a ação pedagógica, nos cursos de graduação:*
 - Oportunizar a formação continuada dos docentes, através do Programa Pedagogia Universitária, visando qualificar a prática docente;
 - Incentivar a verticalização da formação docente, especialmente doutorado, através de programas de apoio, tais como o Programa Institucional de Capacitação Docente (PICD);
 - Acompanhar e assessorar o trabalho pedagógico do docente;
 - Fomentar ações educativas, metodologias e práticas inovadoras

integradoras, nos currículos dos cursos de graduação, tecnológico e sequenciais;

- Incentivar e valorizar a produção acadêmico-científica dos docentes, através do Programa de Apoio à Produção Científica.

2. *Qualificação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação:*

- Promover e acompanhar a atualização permanente dos PPCs, qualificando os cursos de graduação;
- Promover a participação da comunidade acadêmica, na avaliação sistemática dos PPCs, com vista à sua qualificação;
- Instituir sistema de acompanhamento online de atualização e avaliação dos projetos pedagógicos dos cursos, a ser dinamizado em conjunto com o NDE – Núcleo Docente Estruturante dos cursos;
- Realizar, sistematicamente, encontros com coordenadores de cursos, Núcleo Docente Estruturante e diretores de centros visando à implementação de políticas educacionais;
- Desenvolver, apoiar e utilizar novas tecnologias didático-pedagógicas, que garantam a qualidade do processo pedagógico no ensino superior;
- Considerar os resultados da Avaliação Institucional (autoavaliação; ENADE e avaliação in loco) como diagnóstico constante com vista à inovação e ao avanço didático-pedagógico dos cursos;
- Consolidar o processo do núcleo comum para os componentes curriculares que sejam comuns a diferentes cursos;
- Ampliar oferta de disciplinas à distância (EAD) na graduação (20%), facilitando o acesso ao ensino.
- Promover a articulação do ensino da graduação com o da pós-graduação.

3. *Fortalecimento da integração entre a Universidade, sistemas de ensino e demais segmentos da comunidade (local, regional, nacional e internacional):*

- Construir e implementar projetos que favoreçam a integração teoria e prática com os demais sistemas de ensino;
- Participar de programas em todas as esferas (municipal, estadual e federal) que possibilitem a qualificação da docência, nos diferentes níveis;
- Oportunizar monitorias, estágios e outras atividades que contribuam com a geração de conhecimentos e integração com a sociedade;

- Constituir as ações de formação inicial e continuada, através da criação do Núcleo Interdisciplinar de Formação e Programas Institucionais (NIFPI), visando fortalecer as políticas de formação inicial e continuada, na IES;
 - Socializar resultados das ações pedagógicas inovadoras à comunidade externa;
 - Criar Programa de Apoio às Licenciaturas, visando fortalecer a formação de professores para a Educação Básica;
 - Incentivar o empreendedorismo e a inovação de processos, na universidade, e consolidar-se como uma instituição regional.
4. *Qualificação da gestão e da infraestrutura de apoio aos cursos de graduação:*
- Implementar processos de formação para gestores: diretores de centro, coordenadores de curso e setores de apoio pedagógico da graduação;
 - Renovar e ampliar o acervo bibliográfico básico e complementar, conforme as demandas/necessidades dos cursos;
 - Ampliar e modernizar os laboratórios de ensino de graduação;
 - Acompanhar o desempenho e a sustentabilidade dos cursos, considerando os resultados da avaliação interna e externa;
 - Consolidar o portal do professor e do aluno, de forma a se constituir em um efetivo e dinâmico canal de comunicação, para docentes e discentes;
 - Constituir espaço digital repositório e socializador de referenciais bibliográficos e de trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses e demais produções científicas;
 - Implementar edital de apoio ao ensino (PROEN), visando atender demandas dos cursos de graduação em relação a infraestrutura, laboratórios, qualificação de professores, incremento de metodologias, entre outras, através de aporte financeiro específico;
 - Revisar a oferta atual de cursos de graduação, ocupação de vagas e as possibilidades de expansão;
 - Estimular a maior participação de docentes e discentes nas instâncias colegiadas da universidade;
 - Participação efetiva da gestão, no Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação, bem como incentivo à participação dos gestores dos cursos em conselhos e órgãos de classes;

- Obter credenciamento institucional para oferta de ensino superior a distância;
- Oferecer cursos de graduação na modalidade EaD;
- Oferecer Cursos de Pós-Graduação *Lato sensu* através da EaD;
- Estabelecer convênio, para a oferta de cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*;
- Manter atualizados e renovados o acervo bibliográfico e as redes de informação da Biblioteca na sede e no polo.

5. *Apoio e valorização aos acadêmicos:*

- Fortalecer o NAEP – Núcleo de Apoio ao Estudante e ao Professor, ampliando recursos humanos;
- Realizar pesquisas sobre processos de ensino-aprendizagem com acadêmicos iniciantes, visando à adequação de metodologias;
- Oportunizar diferentes formas de nivelamento aos estudantes, seja através de aulas de reforço, disponibilização de vídeo-aulas e acompanhamentos individuais em casos de comprovada necessidade;
- Implementar ações para a retenção dos acadêmicos e consequente redução da evasão nos cursos de graduação;
- Oportunizar seminários e encontros com alunos bolsistas PROIEs, PROUNI e Sicredi Upa, visando conhecer o perfil desses acadêmicos, suas necessidades e potencialidades;
- Viabilizar diferentes formas de ingresso, a partir de uma política de captação de novos acadêmicos;
- Implementar projetos específicos de apoio aos estudantes, proporcionando espaços de vivência, de experiência sociocultural e de exercício da cidadania;
- Criar programa de acompanhamento ao estudante ingressante e egresso, capaz de facilitar a inserção, a aprendizagem na formação pretendida e continuidade do aperfeiçoamento e da qualificação profissional;
- Consolidar ações do NAEP - Núcleo de Apoio ao Estudante e ao Professor, oportunizando acompanhamento didático-pedagógico e psicopedagógico;

- Consolidar ações do NAIU- Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UNICRUZ, ao Estudante e ao Professor, oportunizando acompanhamento didático-pedagógico e específico às pessoas com deficiência;
- Manter e fortalecer os processos de mobilidade acadêmica (internacionalização) e intercâmbios nos cursos de graduação;
- Manter e ampliar o número de alunos nos cursos de graduação, nos próximos cinco anos.

6. *Avaliação como processo de gestão e qualificação dos processos de ensino:*

- Consolidar Programa de Avaliação Institucional (PAI), por meio do apoio da Comissão de Avaliação Institucional (CAI), a articulação dos resultados da autoavaliação, da avaliação institucional in loco e os resultados do ENADE com os processos de gestão dos cursos e a gestão, com vista a alcançar a excelência nos cursos de graduação;
- Consolidar uma cultura de avaliação institucional, ampliando o número de participantes no processo de autoavaliação da IES por parte de docentes, discentes e corpo funcional;
- Consolidar a CAI como órgão institucional responsável pelo acompanhamento dos indicadores dos cursos de graduação, a realização de ações de divulgação junto aos cursos, com os estudantes, corpo docente e coordenação de curso, tendo em vista a busca de indicadores e ações de melhorias;
- Possibilitar cursos de formação contínuos sobre avaliação institucional, aos membros da CPA e CAI;
- Criar cultura de planejamento estratégico, a partir dos resultados da avaliação institucional, de forma dialógica entre CPA, CAI e gestores;
- Instituir política de avaliação dos egressos;
- Melhorar o nível de satisfação geral da comunidade acadêmica, a partir da autoavaliação.

5.2 Políticas de Pesquisa

O pensar e o fazer universidade se consubstanciam na institucionalização da ciência, da educação e da extensão. Elas são o eixo em torno do qual se concretiza a função da universidade como instituição da sociedade.

Assim as políticas de pesquisa, de pós-graduação e de extensão encontram-se imbricadas e há uma intencionalidade explícita na Instituição em articulá-las. A solidificação da pesquisa em torno das linhas estabelecidas exige que os grupos qualificados que a desenvolvem, façam expandir na iniciação científica e pela educação sistemática tanto na graduação quanto na pós-graduação, os conhecimentos por ela gerados.

A consolidação de uma cultura de pesquisa na UNICRUZ está implicitamente ligada à busca permanente dos objetivos constantes na missão institucional. Esses objetivos incluem a formação de recursos humanos e o desenvolvimento de tecnologias capazes de impulsionar o desenvolvimento regional e de contribuir com a busca de soluções para os problemas enfrentados pela sociedade. Nesse sentido, a pesquisa, orientada pela criatividade e com uma postura questionadora, crítica e de construção de alternativas, assume papel fundamental para atender a tais necessidades.

Assim, a consolidação da cultura de pesquisa que está emergindo na instituição é premente e é perseguida por meio do estímulo à ampliação e qualificação das atividades de iniciação científica junto aos alunos dos cursos de graduação da instituição, do apoio à consolidação dos grupos de pesquisa certificados pela UNICRUZ junto ao CNPq, do incentivo à apresentação de trabalhos científicos em eventos, pelo estímulo à divulgação e socialização dos resultados das pesquisas desenvolvidas, pelo apoio à produção científica qualificada, e pela constante busca da integração entre ensino, pesquisa e extensão e, pela mobilização crescente de grupos de docentes pesquisadores na montagem de propostas de pós-graduação *Stricto sensu* articuladas às linhas de pesquisa que passaram a ser priorizadas.

Como principais diretrizes para a pesquisa estabeleceram-se:

I - Consolidação do Programa de Iniciação Científica, servindo de incentivo à formação pela participação em projetos de pesquisa com qualidade acadêmica, mérito científico e orientação adequada estabelecendo as metas a seguir detalhadas;

II - Consolidação dos Grupos de Pesquisa da UNICRUZ certificados junto ao CNPq, visando às áreas de atuação da Instituição às linhas de pesquisa definidas, bem como o fortalecimento das linhas de pesquisa em áreas prioritárias estabelecidas, potencializando a missão institucional e a inserção da Universidade no contexto regional;

III - Qualificação da pesquisa institucional estabelecendo as bases legais para sua execução;

IV - Consolidação do Comitê de Ética em Pesquisa na Universidade de Cruz Alta;

V - Integração da UNICRUZ com o estado e municípios da região de forma que o avanço da ciência, tecnologia e inovação na UNICRUZ contribuam para o desenvolvimento regional sustentável.

Além disso, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da UNICRUZ constituiu programas de pesquisa e de extensão que fomentem a capacidade intelectual da comunidade acadêmica, qualificando as relações inter e transdisciplinares dos estudos e pesquisas e a consequente aprendizagem para a formação de um perfil profissional mais competente e flexível de professores e egressos implementados a partir do ano de 2009 pelos Editais PIBIC e PIBEX UNICRUZ.

A criação desses programas visa articular pesquisa, extensão e ensino na elaboração e desenvolvimento de projetos de investigação nos quais os docentes efetivem a sua responsabilidade social e política no processo de construção do conhecimento, facilitando ao conjunto da sociedade o acesso a este conhecimento.

Com isso, busca-se incentivar a interdisciplinaridade e a cooperação acadêmica na busca por resultados inovadores e que vão não só ao encontro das metas institucionais, como também, para suprir as demandas da sociedade. Os programas são:

Programa 1 - Atenção Integral à Saúde e Qualidade de Vida

Objetivos: Agenciar ações educativas que promovam a atenção integral à saúde e qualidade de vida de diferentes populações locais e regionais, através do ensino, da pesquisa e da extensão, formando profissionais capazes de desenvolver suas atividades de forma coletiva e multidisciplinar.

Programa 2 - Desenvolvimento Local e Regional Sustentável

Objetivo: Promover através da pesquisa, do ensino e da extensão possibilidades de alavancar o desenvolvimento regional de forma ética e sustentável, evidenciando o progresso social e humano de populações locais e regionais, buscando sempre a melhoria da qualidade de vida.

Programa 3 - Sociedade, Comunicação e Cultura

Objetivo: Compreender os processos sociais atuais que estão a ocorrer no mundo e as mudanças geradas por tais circunstâncias, visando refletir sobre as políticas públicas necessárias suscitadas a partir das novas demandas evidenciadas pelos atuais sujeitos sociais, que passam a ser vistos como atores sociais reflexivos.

Programa 4 - Educação, Políticas Públicas, Trabalho e Cidadania

Objetivo: Evidenciar a educação através do ensino, da pesquisa e da extensão como oportunidade de aprendizagem teórico-prática de participação político-democrática em espaços públicos dialógicos visando o desenvolvimento como atores sociais autônomos e cidadãos.

Programa 5 - Desenvolvimento e Difusão de Tecnologias

Objetivo: Possibilitar espaço dinâmico de atuação entre a comunidade acadêmica e a sociedade para o desenvolvimento de sua criatividade, através da invenção e da inovação no desenvolvimento e difusão de novas tecnologias, contribuindo para a comunidade local e regional

5.2.1 Grupos e Linhas de Pesquisa do Curso

Pela sua característica de Universidade Comunitária, a Instituição valoriza a investigação do contexto social, político, econômico e cultural em que está inserida, cujas informações e dados pertinentes, embasam o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, promovendo ações de transformação social.

Neste sentido, procura desenvolver a sensibilidade do acadêmico para fazer a leitura da realidade levantando problemas concretos de pesquisa. Desta maneira, oportuniza o mesmo a refletir acerca do processo científico, onde passa, a partir do embasamento teórico, a definir temas de trabalho, problematizando-os, bem como, definindo objetivos e justificativa. A partir daí, procura-se fazer com que o aluno leve à comunidade uma contribuição que ajude a melhorar e/ou transformar seus processos de trabalho.

Considerada como instrumento e meio para o desenvolvimento do ensino, a pesquisa no Curso de Ciências Contábeis, dentro de suas possibilidades, dá suporte à aprendizagem, constituindo-se fator de geração de novos conhecimentos.

O curso de Ciências Contábeis, juntamente a seus cursos coirmãos (Administração e Ciências Econômicas) constituiu, em 2001, o grupo de pesquisas intitulado NUPEAD (Núcleo de Pesquisas Econômicas e Administrativas), devidamente registrado no banco de dados do CNPq.

Atualmente, o curso participa ativamente do Grupo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional – GEPEDER, contemplado pela linha de pesquisa Controladoria e Finanças, ao qual estão vinculados os professores do curso. Também participa do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Práticas Sociais – NEPPS, contemplado pela linha de pesquisa Campo Social, Saberes, Práticas e Geração de Trabalho e Renda.

Os órgãos financiadores de pesquisa, no momento, restringem-se a FAPERGS (Fundação de Amparo a Pesquisa no RS) e Programas PIBIC UNICRUZ.

5.3 Política de Extensão

A extensão efetiva a interação Universidade/Comunidade, possibilitando o desenvolvimento do ensino e da pesquisa sobre problemas reais. Utilizando procedimentos próprios, a Extensão abre um canal de comunicação com o contexto social, oportunizando aos professores e acadêmicos condições de trabalho e reflexão crítica sobre o meio ambiente, seus problemas, suas aspirações, associando teoria e prática. Institucionalmente quanto à extensão, as políticas previstas são:

1. Incentivo ao desenvolvimento de práticas acadêmicas que dialoguem com as demandas econômicas e necessidades sociais:
 - Ampliar a inserção das demandas econômicas e necessidades regionais nas propostas curriculares dos cursos de graduação e pós-graduação;
 - Associar as propostas de extensão aos grupos de pesquisa, favorecendo ainda mais a integração entre ensino, pesquisa e extensão;
 - Oferecer editais de demanda induzida em áreas prioritárias estabelecidas pelos programas de pesquisa e extensão construídos, a partir das demandas locais e regionais e potencialidades institucionais;
 - Ampliar a interlocução com a comunidade através de encontros, seminários e da participação em conselho;
 - Otimizar o processo de aproximação com organismos governamentais e não governamentais para a realização de projetos e programas que objetivem o desenvolvimento social, econômico e ambiental;
2. Vinculação das atividades de extensão ao processo de formação dos sujeitos e geração de conhecimento:
 - Institucionalizar a participação de docentes e discentes nas instâncias participativas da sociedade civil, contribuindo para a construção de políticas públicas fundamentais para o enfrentamento de desafios da sociedade atual;
 - Propiciar, na formação docente, melhor compreensão sobre o papel da extensão como referencial teórico e metodológico, tanto no processo formativo do educador e do educando, como na produção de conhecimentos;
 - Inserir as atividades de extensão nos PPCs;
 - Ampliar a participação de professores e alunos de graduação e pós-graduação em atividades de extensão, valorizando-as na avaliação da produção acadêmica e para a progressão profissional dos docentes;
 - Ampliar a oferta de bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Extensão PIBEX UNICRUZ;
 - Aperfeiçoar e implementar instrumentos de avaliação das atividades de extensão;
3. Estímulo à criação de instrumentos para socialização dos conhecimentos produzidos pela instituição:

- Criar condições para que a comunidade, tanto acadêmica, como externa, tenha a possibilidade de usufruir e ter acesso aos bens científicos, técnicos, culturais, esportivos ou artísticos da instituição, por meio de ações vinculadas ao processo de educação continuada, prestação de serviços e transferência de inovação e tecnologias;
- Implantar e alimentar sistema de divulgação das ações e resultados de pesquisa e extensão, na página institucional da UNICRUZ, na rede mundial de computadores, canal local de televisão universitária, jornal institucional e programas de rádio;
- Divulgar os conhecimentos gerados, a partir do desenvolvimento de programas e projetos de extensão, por meio da publicação digital e semestral na revista específica, coordenada pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, e incentivar a publicação dos resultados de extensão em livros, capítulos de livros e artigos em revistas indexadas.

O Curso, por meio das disciplinas do seu currículo pleno, procura articular as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, promovendo eventos como palestras, semanas acadêmicas, fóruns, seminários, viagens de estudos, pesquisas, de forma a propiciar a integração teoria e prática profissional. Dentre estes se podem destacar a Semana Acadêmica que ocorre anualmente, palestras individuais, aulas inaugurais, incentivo permanente a participação em eventos da área contábil, além de cursos de extensão na área financeira, pública e atuária.

Durante a Semana Acadêmica, uma das programações realizadas são encontros com egressos atuantes no mercado de trabalho, em diversos ramos da Contabilidade, os quais compartilham suas experiências, anseios, expectativas e contribuições para a formação dos futuros profissionais.

Em uma parceria com o Instituto Annes Dias, semestralmente o curso de Contábeis ministra uma palestra por ocasião do seminário de apresentação dos trabalhos de conclusão do curso, naquela instituição, aproximando uma escola de formação técnica em Contabilidade com a Instituição de ensino superior.

E em parceria com o Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul – CRCRS efetivam-se palestras de formação técnico profissionais, aproximando os acadêmicos com os profissionais contábeis da cidade e região.

5.4 Política de Pós-Graduação

Na instituição universitária, embora os cursos de graduação sejam normalmente os mais numerosos é a pós-graduação que caracteriza o avanço e assegura a oportunidade de aprofundamento dos níveis continuados de formação superior. Ela representa a maturidade institucional, contextualizada à realidade social. Baseada na ciência e no esforço intelectual busca a construção de respostas aos problemas humanos, ambientais, econômicos, sociais e culturais do seu entorno.

Imbuída de sua função como universidade comunitária e alicerçada na experiência construída ao longo de três décadas, desde a realização de seu primeiro curso de pós-graduação *Lato Sensu* da UNICRUZ. Sendo que na atualidade encontra-se em funcionamento cursos *Lato sensu* e *Stricto Sensu*, nas área de Agrárias, Saúde e Sociais e Humanas.

A política de Pós-Graduação em nível de especialização busca promover cursos de pós-graduação que atendam as expectativas de formação permanente dos egressos dos cursos de graduação da IES e demais instituições da região, aprofundando conhecimentos e técnicas em áreas específicas de atuação profissional.

A oferta de cursos que deverão acontecer, atenderá as metas da Universidade dentro de sua política de qualificação do quadro docente e também a formação de profissionais que, no contexto regional, colocam-se como agregadores privilegiados de grupos que podem construir soluções para o avanço das condições da cidadania.

5.5 Política de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia

Quadro 12 – Objetivos e Metas para o Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia na UNICRUZ

Objetivo 1 - Fomentar a cultura do empreendedorismo e da inovação em um eixo transversal à pesquisa, à extensão e à pós-graduação:

Metas	Ações/Indicadores	Prazo de realização	Responsáveis
<p>1.1 Fortalecimento dos programas institucionais de pesquisa em inovação e tecnologia, com base nas necessidades elencadas pela</p>	<p>Captação permanente de recursos e editais que viabilizem o fortalecimento dos programas.</p>	<p>Permanente</p>	<p>Coordenação da START e dos demais Núcleos que a compõe.</p>
<p>relacionados diversos setores às atividades desenvolvidas no âmbito da Universidade de Cruz Alta;</p>	<p>Fortalecimento da Agência de Empreendedorismo, Inovação e Transferência de Tecnologia, responsável pelo gerenciamento e operacionalização das atividades realizadas pelas seguintes unidades: Núcleo de Captação de Recursos; ao Escritório de Empreendedorismo; Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia; Polo de Inovação Tecnológica do Alto Jacuí; Serviços Sociais e Tecnológicos; Incubadora Social; Incubadora Tecnológica;</p>	<p>Permanente</p>	<p>Coordenação da START e dos demais Núcleos que a compõe.</p>
	<p>- Aproximação do Núcleo de Captação de Recursos aos docentes que compõe os grupos de pesquisa na busca de fomento</p>	<p>Permanente</p>	<p>Coordenação da START e dos demais Núcleos que a compõe.</p>

	externo para o desenvolvimento de projetos;		
	Fortalecimento do Polo de Inovação Tecnológica do Alto Jacuí, auxiliando no desenvolvimento das demandas elencadas como prioritárias pelo Planejamento Estratégico de Desenvolvimento Regional;	Permanente	Coordenação da START e dos demais Núcleos que a compõe.
1.2 Estímulo à visão empreendedora e inovadora nos espaços de convivência comunitária por meio do Escritório de empreendedorismo;	Realização semestral de seminários sobre Empreendedorismo e Inovação.	Permanente	Coordenação da START e dos demais Núcleos que a compõe
	Desenvolvimento de estratégias junto aos cursos de Graduação para o desenvolvimento de uma cultura empreendedora presente nas grades curriculares.	Permanente	Coordenação da START e dos demais Núcleos que a compõe
	- Participação e socialização de ações junto à comunidade regional.	Permanente	Coordenação da START e dos demais Núcleos que a compõe
1.3 Aprimoramento do Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia no assessoramento aos processos de registro de	Qualificação dos profissionais da Agência para o atendimento às demandas em termos de registro de propriedade industrial/	- até 2019	Coordenação da START e dos demais Núcleos que a compõe

propriedade intelectual/industrial;	intelectual (PI).		
	- Criação de regulamento sobre o encaminhamento de processos de PI e partição de benefícios na instituição.	- até 2019	Coordenação da START e dos demais Núcleos que a compõe.
1.4 Consolidação da incubadora social como referência regional na incubação e aceleração de empreendimentos sociais, na geração de trabalho e renda baseada nos princípios do associativismo;	- Estímulo a cultura do empreendedorismo social e criativo.	permanente	- Coordenação da START e da InatecSocial.
1.5 Implementação da incubadora tecnológica mista para contribuir com o desenvolvimento regional e com a consolidação de conhecimentos em processos que viabilizem a troca de informações entre a universidade e os setores produtivos, bem como propiciar a criação e fortalecimento de negócios por parte dos acadêmicos da instituição e empreendedores;	- Ampliação da oferta de serviços técnicos especializados a partir do estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas nas diversas áreas do conhecimento.	- 2019	Coordenação da START e dos demais Núcleos que a compõe.
	- Constituição do espaço para a incubação	- até 2019	Coordenação da START e dos demais Núcleos que a compõe.

5.6 Política de Internacionalização

A internacionalização da UNICRUZ constitui uma das estratégias fixadas pelo Planejamento Institucional desde o ano de 2011, quando foi composta a Assessoria de Assuntos Internacionais (AAI), em consonância com as diretrizes e iniciativas desenvolvidas pela Universidade, onde se definiu como meta o estabelecimento de uma política institucional para o processo de internacionalização.

Portanto, para que isso se cumpra efetivamente, propõem-se as seguintes diretrizes para a internacionalização, focadas na missão da Universidade de Cruz Alta.

Quadro 13 – Indicadores, objetivos metas das políticas de internacionalização

I – Consolidação de uma cultura de internacionalização entre toda a comunidade acadêmica da UNICRUZ com vistas à qualificação das atividades-fim acadêmicas

Objetivo 1.1 - Consolidar a cultura de internacionalização entre toda a comunidade da UNICRUZ com vistas à qualificação das atividades-fim acadêmicas.

Metas	Ações	Indicadores	Responsáveis
1.1.1 Promoção do envolvimento de docentes, discentes e técnicos com o processo de internacionalização.	Organização e/ou participação em eventos (debates, fóruns, seminários e palestras) focados na internacionalização	Anual	AAI, PROGRAD, PRPGPE, PROADM, ConAI.
	Apoio e incentivo a participação de visita técnicas e estágios em instituições estrangeiras	Permanente	AAI, PROGRAD, PRPGPE, PROADM.
	Oportunidade de	Permanente	AAI, PROGRAD e PRPGPE.

	espaços para que estudantes, docentes e técnicos relatem suas experiências no exterior a fim de divulgar e publicizar as ações de internacionalização.		
1.1.2 Estímulo à participação do corpo docente e discente em eventos internacionais	a- Divulgar eventos internacionais de relevância.	Permanente	AAI, PROGRAD e PRPGPE.
	- Divulgar editais e programas com auxílio de agências de fomento.	Permanente	AAI, PROGRAD e PRPGPE.
1.1.3 Dar visibilidade à internacionalização.	contínua- Divulgar as ações de internacionalização em meios de comunicação internos e externos e redes sociais da UNICRUZ.	Permanente	AAI e NIC
	- Publicizar, por meio de informativo eletrônico, notícias de internacionalização internas e externas	Trimestral	AAI e NIC

II. Ampliação das oportunidades de mobilidade para discentes e docentes de graduação e pós-graduação nas modalidades *incoming* e *outgoing*

Objetivo 2.1 Promover e ampliar as oportunidades de mobilidade para alunos de graduação e pós-graduação.

Metas	Ações	Indicadores	Responsáveis
2.1.1 Estímulo ao ensino de línguas estrangeiras.	- Aplicar testes de proficiência na língua inglesa e espanhola aos seus alunos e as comunidades nas quais a UNICRUZ	Semestral	PROGRAD e PRPGPE
	- Organizar Feira de Intercâmbios	Bianual	AAI, PROGRAD e PRPGPE.
2.1.2 Incentivo aos cursos de graduação e pós-graduação a identificarem potenciais parceiros internacionais para criar novas oportunidades.	- Intermediar o contato com as instituições com <i>expertise</i> nas áreas de cada curso.	Contínuo	PROGRAD, PRPGPE, Coordenadores de Curso
2.1.3 Fortalecimento a iniciativas em andamento e promover novas parcerias no âmbito da América Latina, Europa e América do Norte.	- Buscar novos acordos e parcerias.	Permanente	AAI
	- Ampliar o escopo das parcerias existentes.	Permanente	AAI

•**Estabelecimento de parcerias e redes internacionais com a finalidade de aprimorar as atividades de pesquisa e de extensão**

Objetivo 3.1 - Aprimorar as atividades de pesquisa e extensão por meio do estabelecimento de parcerias com redes internacionais

Metas	Ações	Indicadores	Responsáveis
3.1.1. Incentivo a elaboração conjunta de pesquisa com instituições e/ou pesquisadores estrangeiros.	- Divulgar em âmbito internacional os núcleos de pesquisa da UNICRUZ.	Contínuo	AAI
	- Buscar por recursos de financiamento para pesquisas conjuntas.	Permanente	AAI e PRPGPE
	- Aumentar a divulgação externa, enviando aos parceiros internacionais material de divulgação multilíngue com foco nos cursos de graduação, pós-graduação e projetos de pesquisa.	Permanente	AAI e PRPGPE

3.1.2 Aumento do número de publicações em periódicos internacionais com relevante fator de impacto e atrair autores internacionais para publicarem nos periódicos da UNICRUZ	Incluir nas comissões internas e externas das revista e/ou eventos pesquisadores estrangeiros das IES conveniadas formando o Comitê Científico Internacional	Até 2019	PROGRAD PRPGPE Coordenação de Pesquisa Coordenação de Extensão Líderes de Grupos de Pesquisa
IV Aumento da participação de alunos estrangeiros na UNICRUZ			
Objetivo 4.1 - Aumentar a participação de alunos estrangeiros na UNICRUZ			
Metas	Ações	Indicadores	Responsáveis
4.1.1 Atrair alunos estrangeiros	Transformar o web site em versão multilíngue	Até 2022	NIC
	Transformar a comunicação visual do Campus em multilíngue	Até 2022	AAI, NIC, PROADM
	Capacitar o corpo técnico – funcional para o atendimento ao aluno estrangeiro	Até 2022	AAI, RH
	Ofertar curso de Português para estrangeiros conforme a demanda	Até 2022	AAI, PROGRAD
	Promover editais de seleção para alunos estrangeiros e divulga-	Anual	AAI

	los entre as instituições conveniadas e redes de ensino superior		
4.1.2 Construção de catálogo de disciplinas e / ou cursos de curta duração em inglês e espanhol prioritariamente.	- Prospectar potenciais professores para a oferta de disciplinas e/ou cursos em língua estrangeira.	2020	AAI, PROGRAD e PRPGPE.
4.1.3 Criação de um sistema de tutoria para alunos estrangeiros envolvendo a comunidade acadêmica e comunidade do entorno.	Implementar o PMAIG Incoming	Até 2022	AAI
	Implementar o programa Host Family	Até 2022	AAI
	Implementar o Programa Padrinho Internacional	Até 2022	AAI
V. Fortalecimento do conselho de assuntos internacionais			
Objetivo 5.1- Fortalecer o conselho de assuntos internacionais com o objetivo de apoiar nos mecanismos de gestão das tomadas de decisão.			
Metas	Ações	Indicadores	Responsáveis
5.1.1 Intensificação das ações do conselho para o desenvolvimento e consolidação dos processos de internacionalização na UNICRUZ	- Criação de regulamento para estabelecer normas e procedimentos do conselho (ConAI).	Segundo semestre de 2018	Conselho da AAI.

Atualmente a Assessoria de Assuntos Internacionais conta com um Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional para a Graduação (PMAIG), o qual visa estabelecer atividades de Mobilidade Internacional de natureza acadêmica, científica, esportiva, artística e/ou cultural, como cursos, estágios e pesquisas orientadas que objetivem a complementação e o aprimoramento da formação do estudante, sendo estas realizadas por intermédio da universidade, mais especificamente da Assessoria de Assuntos Internacionais, em universidades ou instituições estrangeiras conveniadas ou previamente acordadas com a Unicruz. Este programa tem regulamento próprio aprovado em CONSUN conforme Resolução nº 02/2016 de 30 de março de 2016.

Os alunos são avaliados e selecionados por um Comitê de Avaliação composto por um titular e suplente representante da Assessoria de Assuntos Internacionais, por um titular e suplente representante de cada Centro de Ensino e por um titular e suplente representante da Pró-Reitoria de Graduação a partir de princípios de meritocracia que envolve o desempenho acadêmico dos alunos e a participação em programas institucionais de pesquisa, extensão e iniciação científica.

Da mesma forma há atualmente necessidade de constituição de um Conselho de Assuntos Internacionais – ConAI, o qual tem a finalidade de ser interdisciplinar e apoiar as ações da AAI para o desenvolvimento e consolidação do processo de internacionalização, aprimorando procedimentos já vigentes e adotando novos mecanismos de gestão das tomadas de decisão. Os objetivos e atribuições do ConAI serão:

- Avaliar regimentos e regulamentos da Assessoria de Assuntos Internacionais, bem como a implantação, atualização e/ou extinção deles;
- Estabelecer a política de internacionalização;
- Definir os membros do Comitê de Avaliação do PMAIG;
- Aprovar os Editais dos Programas de Intercâmbio da Graduação e da Pós Graduação;

- Aprovar o relatório anual da AAI;
- Decidir sobre os casos omissos nos Editais;
- Promover o processo de internacionalização, visando o desenvolvimento de uma cultura institucional favorável a experiências internacionais;
- Criar mecanismos institucionais que favoreça a participação de docentes e técnico-administrativos no processo de internacionalização.

Ainda como estratégias institucionais a Assessoria de Assuntos Internacionais da UNICRUZ participa em Fóruns e Redes Institucionais e internacionais, pois em um mundo de relações globais o trabalho em redes é importante para o desenvolvimento estratégico da internacionalização. A UNICRUZ participa das seguintes redes e fóruns:

- FAUBAI: Fórum dos Assessores das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais;
- RED CIDIR: Rede de Cooperação Universitária para o Desenvolvimento e a Integração Regional;
- REDINE: Rede de Pesquisa em Educação;
- COMUNG: Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas.

Os países e Instituições conveniadas com a Universidade de Cruz Alta estão elencados a seguir:

Quadro 14 – Universidades, Institutos e Centros de Pesquisa internacionais conveniados com a UNICRUZ

Pais	Universidade, Institutos e Centros de Pesquisa
Alemanha	Universidade de Ciências Florestais de Rottenburg
	Universidades de Ciências Aplicadas da Alemanha (UAS7), localizadas nas cidades de Berlim, Bremen, Colônia, Hamburgo, Munique, Münster e Osnabrück.
	<i>Obs.: Convênio firmado pelo Consórcio das Universidades Comunitárias - COMUNG, do qual a Unicruz é integrante.</i>
Argentina	Universidade Gastón Dachary
	Universidade Nacional de Misiones UNaM
	Universidad de Ciencias Empresariales Y Sociales de La Republica Argentina - UCES
	Instituto Privado Carlos Linneo - IPCL
	Instituto Privado de Estudos Superiores - IPET 1308
	Instituto de Reprodução Animal Córdoba- IRAC
Canadá	Universidade de Montreal
Chile	Universidade Mayor do Chile - UMayor
Cuba	Centro de Pesquisa de Criação Animal de Pecuária Tropical - CIMAGT
Espanha	Universidade de León - UNILEÓN
	Universidad Politécnica de Madrid
Finlândia	Universidade de Ciências Aplicadas Turku
Paraguai	Universidad Católica Nuestra Señora de La Asunción - UC
	Universidad Autónoma de Encarnación - UNAE
Portugal	Instituto Politécnico de Leiria
	Universidade de Aveiro
	Universidade de Coimbra
	Universidade do Algarve
Uruguai	Instituto Nacional de Investigación Agropecuária - INIA

5.7 Política de Responsabilidade Social do Curso

Deve ser considerado um dever de todo contador demonstrar à sociedade sua responsabilidade social, utilizando seus conhecimentos e competências como forma de contribuir para o aumento da taxa de sucesso das pessoas e das empresas, gerando assim o desenvolvimento social e econômico de nosso país e, conseqüentemente, o desenvolvimento da própria profissão contábil. Com a ascensão da sociedade do conhecimento, o contador torna-se uma figura chave nos processos de gestão da formação empresarial, sendo que a informação é o maior valor, a sua correta e eficiente utilização pode gerar amplos benefícios sociais.

Neste ambiente organizacional modificado, a figura do contador pode emergir como um agente de mudanças, através da adoção de uma postura ética e proativa, tornando-se um difusor das ideias de responsabilidade social.

Neste sentido, o curso de Ciências Contábeis da UNICRUZ busca desenvolver suas competências e habilidades em busca de maiores benefícios sociais promovendo oficinas de educação financeira junto a instituições de ensino municipais e estaduais, procurando incentivar os jovens de maior vulnerabilidade social a gerir adequadamente seus recursos de forma a propiciar uma melhora significativa em sua qualidade de vida. Ações como estas são desenvolvidas na Escola Estadual de Ensino Médio Professora Maria Bandarra Westphalen e também no Instituto Estadual de Educação Professor Annes Dias.

Também no sentido de pautar suas ações para o desenvolvimento social, o curso oferece todos os anos uma oficina de elaboração da declaração do imposto de renda pessoa física, de modo a que as pessoas da comunidade possam realizar suas próprias declarações.

5.8 Política de Acessibilidade

A inclusão de pessoas com deficiências no sistema de ensino tem sido uma prática educacional que vislumbra um olhar atento, pois envolve uma mudança de paradigma educacional que propõe a participação de todos os envolvidos neste processo. Isto posto significa que se façam adaptações quanto ao preparo para entender e atender as necessidades educacionais especiais de cada aluno (KARAGIANNIS, STAINBACK; STAINBACK, 1999).

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, publicada em 2008 pelo Ministério da Educação, reforça o compromisso do país no atendimento educacional igualitário, preconizando assim, o aumento progressivo de estudantes com deficiências matriculados nos sistemas de ensino.

A Lei 13.146 de 06 de julho de 2015 foi promulgada reafirmando os direitos das pessoas com deficiências em várias esferas sociais, constituindo-se no Estatuto da Pessoa com deficiência. No tocante da educação, o artigo 27 do Estatuto, estabelece: “Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida” (BRASIL, 2015).

Este olhar estava voltado prioritariamente nas fases iniciais da escolarização, porém, através do protagonismo de alguns, o tema passou a ser discutido no âmbito da inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior através da Universalização do acesso ao ensino superior por meio das políticas educacionais do Ministério da Educação (MEC).

O Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite do Governo Federal, objetiva a equiparação de oportunidades, valorizando o protagonismo das pessoas com deficiência. As ações deste plano se estruturam nos eixos: Acesso à Educação, Inclusão Social, Acessibilidade e Atenção à Saúde.

As IES, de acordo com o MEC/SECADI/SESU (BRASIL, 2013), são orientadas a propor ações voltadas à inclusão, contemplando a acessibilidade no plano de desenvolvimento da instituição; na execução orçamentária; na composição

do quadro profissional; nos projetos; na infraestrutura arquitetônica; nos serviços de atendimento ao público, entre outros.

As estatísticas demonstram que os índices de inserção de alunos com deficiência no ensino superior aumentam anualmente segundo Pieczkowski (2014). Para a autora estes dados evidenciam também o potencial de desenvolvimento das pessoas com deficiência:

Pessoas com deficiência conforme o Censo Demográfico 2010 somam 45.606.048 milhões. Esses registros, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam que o número de pessoas que declararam ter pelo menos uma das deficiências investigadas corresponde a 23,9% da população brasileira. A investigação da deficiência em enxergar, ouvir ou se locomover, e na existência da deficiência mental ou intelectual” (IBGE Censo Demográfico 2010 considerou a percepção do próprio indivíduo “[...] sobre sua dificuldade, 2012, p. 79). Essa percepção considerou também a interação com o ambiente, as condições econômicas e sociais em que o sujeito está inserido. (PIECZKOWSKI, 2014; p. 28)

Assim, o Programa INCLUIR – Programa de Acessibilidade na Educação Superior, incentiva os Núcleos de Acessibilidade a priorizar a eliminação de barreiras arquitetônicas, atitudinais, pedagógica, digital e de comunicação. Os Núcleos de Acessibilidade também têm por finalidade buscar o acesso dos estudantes com Deficiência nos seus espaços, vivenciando a acessibilidade plena. Desse modo, a UNICRUZ procura atender as normativas vigentes estabelecidas para uma boa convivência humana em sua pluralidade e diversidade. Uma das questões centrais dos ordenamentos atuais é a questão da inclusão de um modo geral e da acessibilidade de um modo particular.

Para melhor atender a comunidade acadêmica em toda a sua diversidade e complexidade, a UNICRUZ estabeleceu objetivos que organizam sua ação na permanência e no sucesso acadêmico dos estudantes, através de acompanhamento, orientação e intervenção na área da educação inclusiva no que se refere as dificuldades, impedimentos e /ou barreiras que impeçam o processo ensino aprendizagem. Outra questão importante é viabilizar o fortalecimento de uma

política educacional de apoio aos acadêmicos através dos programas de acompanhamento aos processos de aprendizagem. Estes se desdobram em:

1) Atendimento Educacional Especializado: seu objetivo é identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que permitam eliminar as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas;

2) Núcleo de Acessibilidade e Inclusão : promove um fluxo constante de informações sobre Acessibilidade, Legislação pertinente à Educação Inclusiva aplicada à Educação Superior e em como adequar os espaços de forma a receber as pessoas que necessitem de tais subsídios.

Para o devido cumprimento dos objetivos propostos, a política de inclusão institucional é realizada em parceria com os diversos setores da UNICRUZ, buscando alternativas para o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem dos discentes.

Os objetivos estabelecidos para a Política de Inclusão Institucional são:

- Promover a permanência e o sucesso acadêmico de estudantes;
- intervir, orientar e acompanhar a área da educação inclusiva, alunos que apresentem dificuldades e /ou barreiras que impeçam o processo de ensino

e aprendizagem e que possam ser sanadas ou atenuadas conforme a demanda;

- fortalecer uma política de acolhimento e apoio aos acadêmicos, oferecendo Atendimento Educacional Especializado por meio do Núcleo de Acessibilidade e de Inclusão;
- efetivar uma prática de respeito à diversidade e à inclusão;
- identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação da comunidade acadêmica, considerando suas necessidades específicas;
- instituir fluxo constante de informações sobre Acessibilidade, Legislação pertinente à Educação Inclusiva aplicada à Educação Superior;
- garantir acessibilidade nos espaços de forma a receber adequadamente pessoas que necessitem de tais subsídios;
- constituir um espaço de orientação e apoio ao corpo docente e ao discente de forma individual e/ou em grupo;
- promover espaços de discussões, diálogo e esclarecimentos com a comunidade acadêmica e externa sobre a inclusão de pessoas com

necessidades especiais, por meio de cursos, palestras, oficinas, conferências, vídeos, simpósios;

- acompanhar os processos de implantação da política de acessibilidade na Instituição;
- monitorar os processos de acessibilidade: arquitetônica, atitudinal, pedagógica, comunicacional e digital na Universidade visando garantir a acessibilidade plena;
- oportunizar ações que garantam a formação dos estudantes com altas habilidades (aceleração, enriquecimento curricular, suplementação, tutorias e monitorias);
- orientar e apoiar os discentes na resolução de problemas acadêmicos e de relacionamento interpessoal que interferem no desenvolvimento pessoal, profissional e no processo de ensino aprendizagem;
- acompanhar o processo de ensino aprendizagem dos discentes com deficiências da universidade através de encontros semanais ou quinzenais, com vistas a assegurar o sucesso escolar, encaminhando para apoio pedagógico, psicopedagógico, recursos humanos e materiais para o processo ensino aprendizagem dos mesmos;
- oportunizar ao discente com Espectro Autista um espaço de apoio, escuta e reflexão, conforme disposto na Lei 12. 764/2012;
- incentivar o desenvolvimento da pessoa humana através do reconhecimento de seus próprios recursos e potencialidades;
- promover a inclusão no processo de ensino-aprendizagem entre docentes/ discentes e discentes/discentes, desconstruindo preconceitos e garantindo a acessibilidade atitudinal.

Assim, as políticas de inclusão institucional intencionam a difusão da democratização da permanência do discente e sua participação na instituição, tendo em vista o apoio ao aprendizado e a otimização do ensino desenvolvido pela Universidade de Cruz Alta no cumprimento de sua missão.

5.8.1. Plano de Acessibilidade Institucional

Através das demandas que a acessibilidade apresenta, a UNICRUZ constituiu no início de 2017 uma Comissão para elaborar o Plano de Implementação da Acessibilidade Plena na Instituição. Este tem por finalidade acompanhar e fiscalizar todas as ações realizadas para que a acessibilidade se efetive.

A Comissão de Implementação do Programa de Acessibilidade foi instituída pela Pró-Reitoria de Graduação por meio da Portaria de nº 01/2017 em 07 de março de 2017 a qual nomeou a referida comissão visando a implementação do Programa de Acessibilidade da Universidade de Cruz Alta, e num período de 30 dias elaborou o planejamento para melhoria das condições de acessibilidade para pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida e proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista para a Universidade de Cruz Alta com objetivos e metas. Após a constituição da Comissão se chegou a conclusão sobre a necessidade de elaborar o Plano de Acessibilidade Assistida para que os técnicos-administrativos da IES possam realizar atendimento de apoio às pessoas com deficiência que chegam nos espaços institucionais e necessitem de atendimento na área.

5.9 Política de Direitos Humanos

5.9.1. Núcleo de Pró-Ação em Direitos Humanos

O Núcleo de Ação em Pró-Direitos Humanos (NAPDH) da Unicruz objetiva desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão em direitos humanos e cidadania, mediante o emprego de abordagem interdisciplinar do interesse da Universidade, da comunidade externa e de instituições parceiras. Foi constituído no ano de 2012. Dentre as ações do Núcleo de Pró-Ação em Direitos Humanos está o Fórum Permanente de Direitos Humanos.

5.9.1.1 Fórum Permanente de Direitos Humanos

O Fórum Permanente de Direitos Humanos (FPDH) que tem como objetivos:

a) incentivar, desenvolver e apoiar ações nos cursos de graduação e pós-graduação (Lato sensu e Stricto sensu), visando fomentar uma cultura de respeito às diferenças e construção de novos valores, tendo em vista uma sociedade mais igualitária e justa socialmente;

b) oportunizar a formação em direitos humanos do corpo docente, discente e técnico-funcional, por meio de cursos, palestras, projetos e saídas de campo;

c) possibilitar um processo de sensibilização, visando construir uma consciência crítica, ética, para uma cultura social de respeito e proteção aos direitos humanos;

d) fortalecer projetos e experiências desenvolvidas pela Instituição que envolva questões de direitos humanos;

e) influenciar, compartilhar e consolidar pensamentos, costumes, hábitos e atitudes que decorram dos valores essenciais dos direitos humanos.

No ano de 2017, a Universidade de Cruz Alta aderiu ao Pacto Nacional pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura da Paz e dos Direitos Humanos do Ministério da Educação e constituiu uma Comissão Executora, constituída por gestores, docentes, discentes e técnicos administrativos para sua implementação.

5.9.2. Programa de Inclusão de Menor Aprendiz Especial

Considerando o censo de 2010, há, no Brasil, cerca de 45 milhões de pessoas com deficiência. Essas pessoas, em sua maioria, não têm acesso ao trabalho. Para mudar esta realidade, surge a proposta do Programa de Inclusão de Menor Aprendiz Especial, na Universidade de Cruz Alta, que tem como objetivo a busca de oportunidades de qualificação/aprendizagem profissional e trabalho para adolescentes, jovens e adultos com deficiência, contribuindo com a preparação do

aprendiz para que possa desenvolver habilidades e competências, a fim de facilitar sua inserção no mercado de trabalho.

Nesse sentido, a UNICRUZ cumpre com os princípios de sua missão, sustentados na produção e socialização do conhecimento qualificado pela sólida base humanística, ética e solidária. Assim, a IES contribui com a mudança da realidade social brasileira em relação às pessoas com deficiência.

O Programa de Inclusão de Menor Aprendiz Especial, na Universidade de Cruz Alta, permite a formação profissional de adolescentes, jovens e adultos com deficiência, sem comprometer seus estudos e seu desenvolvimento pessoal, facilitando, deste modo, o ingresso no mercado de trabalho.

A lei nº 11.180, publicada em 2005, possibilita às pessoas com deficiência serem aprendizes, sem o cumprimento do limite máximo de idade. O conceito de deficiência, para fins de proteção legal, corresponde a uma limitação física, mental, sensorial ou múltipla, que incapacite a pessoa para o exercício de atividades normais da vida e que, em razão dessa incapacitação, a pessoa tenha dificuldades de inserção social.

A reserva legal de cargos (lei 8.213/91, conhecida como a lei de cotas), nas empresas, para pessoas com deficiência, corresponde à seguinte porcentagem:

- I** - de 100 a 200 empregados, 2%;
- II** - de 201 a 500, 3%;
- III** - de 501 a 1.000, 4%;
- IV** - de 1.001 em diante, 5%.

Pessoas com deficiência que recebem o Benefício de Prestação Continuada da assistência social (BPC) poderão tentar o mercado de trabalho, sem perder o benefício. Em 1º de setembro de 2011, conforme publicado no diário oficial da união, foi sancionado um projeto de lei que altera a Lei Orgânica de Assistência Social

(LOAS), muda a definição conceitual de pessoa com deficiência e amplia a possibilidade de inclusão profissional desse público. Outra alteração na lei permite que pessoas com deficiência, contratadas na condição de aprendizes, continuem recebendo o BPC junto com a remuneração salarial durante o período do contrato. A lei também define que pessoa com deficiência é aquela que tem impedimentos de longo prazo (pelo menos de dois anos), de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. Os impedimentos podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais.

O BPC é um benefício mensal, no valor de um salário mínimo, concedido ao idoso, com 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, que comprovem não possuir meios para se manter, ou cuja família não tenha recursos para mantê-los.

A criação desse projeto é mais uma das ações afirmativas implantadas pela UNICRUZ, e a empresa que se comprometer junto ao MTE - Ministério do Trabalho e Emprego e a Secretaria Regional do Trabalho, em viabilizar a realização de programas de aprendizagem para pessoas com deficiência, contratando-as como aprendizes, terá um período de latência de até dois anos (período máximo de aprendizagem) para o cumprimento da lei de cotas. Ou seja, não haverá sobreposição de cotas (cumprimento das cotas de pessoas com deficiências juntamente com a cota de aprendizagem), mas a empresa poderá primeiramente contratar como aprendizes as pessoas com deficiências, na cota de aprendizagem e, ao término da qualificação e encerramento do contrato de aprendiz, a empresa deverá contratar estas pessoas como empregados na cota de PCs.

Portanto, os objetivos desse programa são:

- desenvolver e proporcionar a formação profissional, compatível com o desenvolvimento físico, moral e psicológico dos participantes com deficiência;
- aprimorar e ampliar as competências pessoais necessárias ao exercício profissional, no campo de auxiliar administrativo para pessoas com deficiência;

- oportunizar interações que permitam a construção de saberes, visando a organização, a eficiência nas ações, a responsabilidade individual, o trabalho em equipe, o relacionamento interpessoal, a criatividade e a capacidade de comunicação.

5.9.3. Programa Universidade Aberta à Terceira Idade - UNATI

Esse programa de extensão abriu espaço para os idosos se inserirem, também, nos cursos de graduação da Universidade pelo Programa Vivências Acadêmicas. O programa atende a implementação de ações práticas da missão institucional, inserindo a população de pessoas com 50 e/ou 60 anos ou mais em processos de ensino, na Universidade de Cruz Alta, por meio do Programa Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI /UNICRUZ), que tem também como objetivo oportunizar educação ao longo da vida. Essa proposta se vincula ao Edital PROBIN - Programa de Bolsas Institucionais que oferece descontos especiais para pessoas com 50 e/ou 60 anos ou mais. A proposta é ofertar aos alunos até 05 (cinco) disciplinas semestrais oferecidas pelos cursos de graduação, ficando submetidos a todas as prerrogativas legais e institucionais das demais modalidades de ensino, da Universidade de Cruz Alta.

5.10 Política de Meio Ambiente

Desde 2009, o campus universitário, incluindo o hospital veterinário, instituiu a coleta seletiva solidária, para que a comunidade acadêmica possa descartar os resíduos sem misturar os recicláveis dos biodegradáveis. Semestralmente são realizadas ações para divulgar a coleta seletiva, tendo em vista o ingresso de novos alunos. A coleta é solidária, pois os resíduos são destinados à geração de trabalho e renda para as associações de catadores de materiais recicláveis.

Os resíduos dos laboratórios são descartados conforme orientações Legal e quinzenalmente são recolhidos por empresa terceirizada através de contrato de prestação de serviços – Servioeste. Os resíduos líquidos são depositados em fosso e bombonas para serem descartados e recolhidos semestralmente por empresa também terceirizada com contrato firmado – CETRIC.

Os resíduos tecnológicos são enviados para uma empresa local – Mycata, que desmonta os equipamentos para a reciclagem dos componentes. Os setores de suporte técnico e suprimentos contata a empresa para o recolhimento conforme a demanda. Para o descarte de lâmpadas, a Instituição contrata anualmente o serviço de empresa especializada para realização do descarte desse material e até a coleta elas são armazenadas em depósito reservado. Embora a empresa fornecedora das lâmpadas possa receber e destinar corretamente este material para a reciclagem optou-se pela contratação de empresa para o destino final, como segurança quanto ao destino correto. Como medida de economia e sustentabilidade, a instituição optou pela substituição gradativa das lâmpadas tubulares fluorescentes por tubulares de LED.

Além das ações diretamente relacionadas com as atividades diárias da instituição, também projetos de pesquisa e extensão universitária são desenvolvidos, tendo como objeto a sustentabilidade ambiental, nos quais há possibilidade dos acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis participar como bolsistas ou voluntários:

- Projeto Profissão Catador: desde 2006 a instituição trabalha com a organização social e econômica de catadores de materiais recicláveis no segmento da sustentabilidade ambiental para que os resíduos recicláveis voltem a cadeia produtiva. No município de Cruz Alta criou 04 associações de catadores e nos municípios de abrangência da universidade: Tupanciretã, Júlio de Castilhos, Salto do Jacuí e Ibirubá, 01 associação em cada município.

- Projeto Coleta Seletiva Solidária na Unicruz: destinar os resíduos recicláveis descartados na instituição para as Associações de Catadores de Materiais Recicláveis de Cruz Alta, de modo a contribuir para mudar valores e atitudes para com o ambiente através da mobilização da comunidade universitária.

- Projeto Construindo Alternativas para a Inclusão Produtiva de Mulheres: cujo objetivo é construir alternativas de geração de trabalho e renda para inclusão sócio produtiva de mulheres, através da elaboração e comercialização de

produtos sustentáveis, a partir de produtos descartados.

- Projeto Descarte Correto de Medicamentos e Cosméticos: com o objetivo de realizar a coleta referente ao descarte correto de medicamentos e cosméticos entre professores e corpo técnico-funcional da Universidade de Cruz Alta.

- Projeto Produção de Vassouras Ecológicas: ampliar as alternativas de geração de trabalho e renda com a produção de vassoura social de PET.

- Projeto Comportamento Pró-Ambiental do Cidadão Cruzaltense: averiguar a postura ambiental no contexto de práticas sustentáveis em Cruz Alta – RS.

- Projeto Compostagem como Alternativa de Reciclagem de Resíduos Orgânicos em Associações de Catadores: preocupação com a destinação correta de resíduos orgânicos como forma de minimizar o impacto ambiental.

- Projeto de Educação Ambiental: uma contribuição para a formação de cidadãos sustentáveis.

Todos estes projetos, assim como outros que se referem a outras dimensões da sustentabilidade estão vinculados a Inatecsocial – Incubadora e aceleradora tecnológica de negócios sociais da Universidade de Cruz Alta.

Na sustentabilidade ambiental, também se consolida na Universidade o Fórum de Sustentabilidade do Corede Alto Jacuí. O evento é destinado à comunidade acadêmica e a sociedade em geral, abrangendo catorze municípios do Conselho Regional de Desenvolvimento – Corede Alto Jacuí.

Educar para o desenvolvimento sustentável é uma das missões das IES, para que a universidade tenha capacidade de lidar com a dimensão da sustentabilidade em seu cotidiano, os vínculos entre a educação e a vida devem ser valorizados, renovando as práticas educativas e administrativas.

5.11 Política Institucional de Memória e Patrimônio Cultural

Desde a sua fundação, a Universidade vem desenvolvendo uma política cultural coerente com os princípios humanistas que orientam a sua ação produtora, portanto, em estreita sintonia com a sua política educacional.

Ao ser reconhecida como narrativa legítima do passado de um grupo social, a memória coletiva atua como elemento constituinte de uma identidade social e também como patrimônio deste. Nesse momento, a memória para além de lembrança de um passado que já se foi aponta para as potencialidades de um futuro que se deseja construir.

Foi justamente em razão desse elemento identitário que os Estados nacionais, os grupos étnicos e diferentes instituições passaram a desenvolver políticas de registro e difusão de sua memória coletiva e preservação do patrimônio cultural da Nação.

As ações da UNICRUZ são voltadas à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural, que são trabalhadas nas atividades e projetos de extensão com participação dos cursos de graduação por meio da realização de eventos tais como: a difusão da cultura afro-brasileira, discussão e conscientização sobre o meio ambiente bem como produção artística e ao patrimônio cultural material e imaterial.

Dentre os principais objetivos desta política institucional destacam-se:

- ▶ Estabelecer estratégias para superação das dificuldades/problemas individuais dos educandos, de forma que ele seja incluído no processo de ensino aprendizagem, respeitando-se as diversidades;

- ▶ Promover a educação multicultural, contribuindo com a equidade de seu corpo discente no acesso ao conhecimento científico, habilidade e competências;

Para que esses objetivos se concretizem algumas ações já estão sendo trabalhadas na UNICRUZ e haverá a proposição de novos projetos e ações para o período 2018-2022:

Núcleo de Ações em Pró- Direitos Humanos- todas ações do Núcleo efetivadas a partir do Fórum Permanente de Direitos Humanos e a inserção da UNICRUZ no Pacto de Direitos Humanos e a Promoção da Cultura da Paz;

Projeto Memória Institucional- 30 anos;

Projetos do NUCART, por meio de lançamentos de obras literárias, exposição de obras artístico-culturais, apoio da Universidade nos eventos artístico culturais do município, como Coxilha Nativista e a articulação com Secretaria Municipal de Cultura, Casa de Cultura e Museu Erico Verissimo;

Projetos de Pesquisa e Extensão na área de Arte, Literatura, Cultura e Memória

Revista Hemisférios publicada em 2018 para comemoração aos 30 anos da UNICRUZ;

Busca de fomento por meio da Agência Start para elaboração e execução de Projetos de Fomento na área Artístico, Cultural e/ou de Memória e Patrimônio cultural;

Semana da Consciência Negra.

Em 2018, visando comemorar os 30 anos da UNICRUZ como Universidade, o NUCART elaborou o Projeto Estações Culturais, que se justifica a medida que pretende ser uma possibilidade de aproximação entre espectador e objetos estéticos, e também disseminar, divulgar e expor bens, objetos culturais e artísticos pertencentes a instituição, e que podem contar parte de sua história e a história dos que por ela passaram neste recorte de 30 anos de existência. Nesta alternativa de exposição, os objetos estéticos citados, ficarão expostos em espaços de circulação em alguns prédios do campus, onde sua visibilidade contribua para a apreciação estética coletiva dos que por ali circulam.

Exibir publicamente bens culturais, torna evidente seu valor de mercado, mas principalmente revela valor cultural, é uma possibilidade de contato e de gerenciamento de conhecimento, aprendizagem, opção estética e de experimentação de valores sociais, políticos, filosóficos e morais embutidos em seus conteúdos.

A exposição sempre leva em conta uma pesquisa e reflexão que considera as relações com a vida pública, assim, a proposta de Estações culturais pretende aproximar o público presente em espaços determinados da Instituição de seu acervo cultural. Assim, os objetivos desse projeto são:

- possibilitar a fruição e o contato direto com objetos estéticos e bens culturais;
- contribuir para formação sensível do aluno;
- promover o debate interdisciplinar sobre a produção e as diferentes formas de apresentação da cultura;
- oferecer ao aluno experiências culturais em espaços públicos;
- promover a política institucional de patrimônio e memória cultural da IES e da região (haverá exposição da memória de Erico Veríssimo)

Serão pontuados, como Estações Culturais espaços físicos (paredes) próximos do balcão de informações no Prédio Central e também o mesmo espaço no segundo andar do mesmo prédio e ainda o espaço de circulação na entrada do prédio 13, próximo ao mini auditório do CCHS

A operacionalização do projeto será executada e distribuída por conceitos definidos em três estações, quais sejam:

- a) Estação da Memória: exibirá o conjunto de objetos guardados da Instituições que remetam ao conceito de memória ou registro;
- b) Estação Artística: para os objetos artísticos, ou seja, esculturas, pinturas, desenhos, gravuras recebidos pela Instituição, e c) Estação Cultural: para fotografias de personalidades ou outros temas de valor relevante para a Instituição ou comunidade.

6 GESTÃO ACADÊMICA

A gestão acadêmica do Curso de Ciências Contábeis ocorre de forma colegiada, e é integrada pela Pró-Reitoria de Graduação, Coordenação do curso, docentes do colegiado e pelo Núcleo Docente Estruturante.

6.1 Coordenação do Curso

No cumprimento de sua função sócio-político-educativa, a Universidade congrega diferentes saberes-fazeres, que, numa visão geral, concentram-se no ensino, pesquisa, extensão e administração.

Nesse sentido, o ensino de graduação ocupa um espaço de significativo relevo no âmbito acadêmico, integrado às demais instâncias da organização universitária. Com a finalidade de bem gerir a qualidade do Curso oferecido pela Instituição, a figura do Coordenador de Curso desponta pela sua importância política, administrativa e pedagógica. Como se sabe, a partir da LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996 — Lei de Diretrizes e Bases, não houve mais a exigência da existência de departamentos nas Universidades, cabendo às Direções de Centro e Coordenações de Curso, dentro do redimensionamento de sua função, assumir de forma conjunta a responsabilidade pela gestão e qualidade dos Cursos.

Portanto, o coordenador de curso possui atribuições, as quais se enquadram nas competências políticas, gerenciais, administrativas e/ou institucionais, e corroboram para o bom andamento das atividades do Curso como um todo.

Conforme o Regimento Geral da IES as funções do coordenador são:

1. Coordenar, representar e presidir as reuniões e demais atividades do Colegiado de Curso;
2. Coordenar o planejamento, a avaliação interdisciplinar e as atividades do curso;
3. Executar e fazer executar as decisões do Colegiado e as emanadas dos colegiados superiores;
4. Zelar pela qualidade do ensino, pela adequação curricular, pelo cumprimento dos planos de ensino, horários e suas alterações;
5. Fornecer informações de rotina aos órgãos de administração acadêmica;
6. Responsabilizar-se pela organização dos horários do curso de graduação;
7. Exercer a supervisão didático-pedagógica e disciplinar do respectivo curso;
8. Orientar a matrícula e a renovação de matrícula dos acadêmicos do curso;
9. Analisar e emitir pareceres sobre o aproveitamento de estudos, ouvido o respectivo docente, quando necessário;
10. Acompanhar e controlar o desenvolvimento das atividades acadêmicas do seu curso, de modo a garantir a integralização curricular;
11. Despachar os requerimentos de alunos acerca de procedimentos acadêmicos, de acordo com este Regimento e as normas pertinentes;

12. Supervisionar a frequência e o cumprimento das atividades docentes dos professores que ministram aulas no curso (exceto núcleo comum), comunicando as irregularidades ao Diretor de Centro;
13. Acompanhar as atividades de estágio, monografias e trabalhos de conclusão de curso;
14. Promover discussões a partir dos resultados de avaliações (institucional, de curso, auto avaliação, ENADE, e outras) a fim de buscar melhorias contínuas em relação a atuação docente e a qualidade do curso;
15. Exercer outras atribuições decorrentes de sua competência ou que lhe sejam delegadas pelas instâncias superiores.
16. Buscar a excelência do Curso através do contínuo desenvolvimento e aperfeiçoamento do Projeto Político-Pedagógico,
17. Responder pelo reconhecimento do Curso e suas renovações periódicas pelo Ministério da Educação;
18. Estimular o diálogo permanente entre a Coordenação, corpo docente, discente, técnico administrativo, egressos e entidades representativas da sociedade e da área do curso;
19. Propor a Direção de Centro a admissão ou demissão justificadas de docente;
20. Estimular e acompanhar o desempenho, a frequência docente e zelar pela qualidade e regularidade das avaliações desenvolvidas no curso;
21. Propor o plano econômico-financeiro do curso e acompanhar o seu desenvolvimento;
22. Supervisionar o cumprimento do regime acadêmico, dos planos de componente curricular e dos planos de trabalho docente;
23. Acompanhar o cumprimento das exigências necessárias à integralização curricular do Curso, ao aproveitamento de estudos e à adaptação de componentes curriculares;
24. Elaborar proposta para a programação acadêmica a ser desenvolvida e submetê-la ao Colegiado do Curso dentro dos prazos previstos no Calendário Escolar;

25. Submeter ao diretor do Centro os assuntos que requeiram ação dos órgãos superiores;
26. Encaminhar ao órgão competente, através do Diretor do Centro, as propostas de alteração curricular aprovadas pelo Colegiado do Curso;
27. Orientar, coordenar e fiscalizar as atividades do Curso e, quando de interesse, apresentar parecer previamente apreciado pelo Diretor de Centro;
28. Promover a adaptação curricular dos alunos quer nos casos de transferência, quer nos demais casos previstos na legislação vigente.
29. Zelar, juntamente com o Diretor de Centro, pelo eficiente andamento do processo de avaliação institucional do curso, tanto interna, quanto externamente.

Considerando a gestão atual, cujo mandato compreende o período 2017/2019, responde pela coordenação do Curso de Ciências Contábeis a professora Jaciara Treter Sippert, CRC/RS 070425/O-6 e OAR/RS 52.932. É bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas (2000) e em Ciências Contábeis (2002) pela Universidade de Santa Maria (UFSM/RS). Mestre em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania pela Universidade de Ijuí (UNIJUÍ/RS).

A experiência profissional da Coordenadora do Curso compreende a função de professora do Curso de Ciências Contábeis e Administração desde 2004, atuando na área de contabilidade geral e introdutória, contabilidade de custos, administração financeira, teoria da contabilidade, orçamento empresarial, direito empresarial e tributário e trabalhos finais de graduação.

Integra o quadro de professores em regime de tempo integral da Universidade de Cruz Alta desde 2012. Tem assento enquanto pesquisadora no Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional e no Núcleo de Estudo e Pesquisa em Práticas Sociais, ambos do Centro de Ciências Humanas e Sociais da UNICRUZ.

6.2 Gestão do Curso e os Processos de Avaliação Interna e Externa

A gestão do curso de Ciências Contábeis da Universidade de Cruz Alta está pautada tanto nos processos de avaliação institucional externa quanto na avaliação, ampara-se no caráter de realizar um diagnóstico formativo do processo avaliativo e na missão institucional, respeitando sua natureza e identidade.

Justifica-se pela responsabilidade institucional em aprimorar permanentemente a qualidade dos serviços educacionais prestados, servindo de ponto de partida para o (re) planejamento institucional, fornecendo subsídios para a consolidação de sua identidade institucional e de seus compromissos acadêmicos, sociais e culturais, atuando como processo em construção, por meio da formação da cidadania, amparando-se em valores democráticos, da solidariedade, da cooperação, da ética, do respeito e dos conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais.

A Universidade de Cruz Alta entende que mais do que uma exigência formal, a necessidade de ser avaliada e de se auto avaliar revela a disposição dos envolvidos em enfrentar os problemas vivenciados no fazer cotidiano, sendo entendida como um processo contínuo e sistemático para o redirecionamento e ressignificação de suas ações meio e fim. Assim, a avaliação institucional constitui-se em um dos instrumentos de apoio à equipe de gestão administrativa e pedagógica em situações que exigem a tomada de decisões e redefinição das metas.

Os dois momentos do processo avaliativo, a interna e a externa, não são excludentes entre si, buscam contemplar a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais da instituição e de seus cursos; contando com a participação do corpo discente, docente, técnico-administrativo e da sociedade civil, por meio de suas representações, para a condução dos processos de auto avaliação. Para os alunos do curso da modalidade presencial, ao final de cada semestre, é aplicado um questionário on-line de acordo com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) disponibilizado no AVA, em que os alunos avaliam as 10 dimensões.

Dentre eles, a qualidade do material instrucional que utilizou durante o semestre, a tutoria e aos setores ligados ao atendimento ao estudante. Desta forma, a avaliação institucional da Universidade de Cruz Alta, por meio da CPA, nas

suas dimensões diagnóstico-formativas e também regulatórias, adquire característica de permanência, consistência, coerência, validade e credibilidade, o que faz com que a excelência educacional pretendida seja construída e estabelecida pela e na comunidade acadêmica.

Tendo em mãos os resultados da auto avaliação do curso e institucional, a Coordenação do Curso juntamente com a Comissão Própria de Avaliação, analisam e buscam soluções e ações para sanar os problemas detectados.

De posse dos dados obtidos, a Coordenação de Curso e NDE, junto com a Comissão Própria de Avaliação elaboram relatório analítico do Curso, verificando e considerando o grau de dificuldade, tempo para resposta, clareza e objetividade das questões, informações fornecidas para resolver as questões propostas, etc.

O relatório visa traçar propostas no sentido de reorientar ações pedagógicas e administrativas, tanto no âmbito institucional geral bem como relacionadas ao Curso.

6.2.1 Gestão do Curso

O Projeto Pedagógico do Curso passa regularmente por avaliação e atualização, assegurando o alcance do objetivo de contribuir para a reformulação e o enriquecimento da proposta curricular inicialmente elaborada. Para tanto, junto ao NDE e demais componentes do Colegiado do Curso, o grupo realiza sessões de estudo e planejamento, observando as seguintes dimensões:

Organização Didático-Pedagógica;

Corpo Docente e

Instalações.

Em cada dimensão ocorre o desdobramento de indicadores, com o propósito de obter informações necessárias para a avaliação global do PPC e a tomada de decisões.

6.2.2 Avaliação externa

O Curso de Ciências Contábeis recebe, periodicamente, avaliação do MEC/INEP, através do Exame Nacional de Desempenho do Estudante–ENADE, como mecanismo de avaliação do Curso quanto ao desempenho do aluno e à infraestrutura disponibilizada para que o mesmo tenha o melhor proveito em seu aprendizado.

Tal avaliação demonstra se o Curso atende aos requisitos estipulados pelo MEC para o bom andamento do aprendizado do aluno. Baseado nessa avaliação, o Curso procura melhorar, utilizando os resultados dos questionários para disponibilizar cada vez mais um ensino de qualidade, bem como toda a infraestrutura necessária para o satisfatório desenvolvimento das atividades na relação aluno/conhecimento. Assim, a orientação das ações pedagógicas e administrativas do Curso e da Instituição baseia-se na identificação das dificuldades e potencialidades dos alunos do Curso.

O resultado desse processo é a entrega de profissionais qualificados para a sociedade, primando pela qualidade e responsabilidade do aluno egresso com a função desempenhada. A concretização de expectativas do Curso em relação ao mercado de trabalho, bem como o grau de satisfação do egresso e o atendimento dos padrões de qualidades exigidos pelas Condições de Ensino estabelecidas pelo MEC/INEP são aspectos considerados nesta avaliação.

Todos os anos o curso promove, na disciplina de Seminário Integrador do Profissional Contábil, aulas e seminários de revisão de conteúdos pertencentes à prova

do ENADE, já para alunos do sexto período como forma a familiarizá-los com a dinâmica da prova.

6.2.3 Articulação da Avaliação Institucional com as ações do curso

O sistema de auto avaliação do Curso de Ciências Contábeis é realizado em conformidade com o Projeto de Avaliação Institucional da UNICRUZ, para o que são observadas as normas da legislação vigente e a metodologia proposta pelo SINAES, complementada, ainda, por outros elementos próprios da Instituição.

O Projeto de Avaliação Institucional da UNICRUZ tem por objetivos:

- Traçar o perfil de qualidade acadêmica, através do levantamento de informações e elaboração de indicadores de desempenho da Universidade;
- Aferir potencialidades e os pontos frágeis de atuação dos diferentes segmentos da Universidade, contribuindo, assim, para a necessária reflexão crítica de suas ações;
- Contribuir para a adoção de medidas com vista à mudança de rumos e ao aperfeiçoamento do trabalho acadêmico da Universidade.

O processo de auto avaliação na UNICRUZ é organizado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), que adota como princípios a preparação, o desenvolvimento e a consolidação deste. A comissão busca sempre aperfeiçoar os instrumentos de avaliação, na tentativa de tornar os dados mais precisos, buscando a efetiva participação de todos.

A partir dos dados levantados na Avaliação Interna do Curso, a Coordenação promove encontros com o corpo docente, contando com o apoio do Núcleo Docente Estruturante e Colegiado do Curso, com o propósito de discutir as fragilidades apontadas e destacar pontos positivos da avaliação, possibilitando uma retomada e melhoria das condições existentes.

Cabe destacar que o Curso atinge índices satisfatórios nas avaliações institucionais, na participação dos acadêmicos, superior a 80%. Este fator possibilita

acompanhar as demandas do curso e, conseqüentemente, proporcionar aos estudantes melhorias nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como para a gestão e infraestrutura institucionais.

Entre as ações adotadas com vista à melhoria dos processos no Curso, pode-se citar o incentivo para que os docentes otimizem seu tempo de maneira a poderem atender às solicitações dos alunos de forma mais efetiva. Esta conduta também é incentivada aos acadêmicos, sendo esta uma atividade recíproca entre professor e aluno, em que os acadêmicos também são estimulados ao comprometimento com as atividades desenvolvidas no decorrer das aulas. Em consequência desta demanda, é incentivado que os professores utilizem diversos recursos didáticos com vista a tornar as aulas mais atraentes e produtivas, proporcionando que os acadêmicos sejam capazes de relacionar o conteúdo das disciplinas com outras áreas do conhecimento.

O envolvimento do corpo docente e discente nos processos de avaliação permitem avanços que conduzem a uma oferta de curso qualificada e que atenda a expectativa tanto institucional quanto do profissional a ser formado.

6.2.4 Plano de Ação da Coordenação de Curso

Elaborar um plano de ação é uma forma de separar as etapas de elaboração da execução, obtendo um estudo mais detalhado de todas as atividades necessárias para atingir o objetivo. Em anexo a este documento (ANEXO IV) encontra-se o plano de ação da coordenação do curso de Ciências Contábeis.

6.3 Colegiado do Curso

Segundo o artigo 33 do Estatuto da Universidade de Cruz Alta, o Colegiado de Curso é um órgão normativo, consultivo e deliberativo, constituído em matéria de ensino, pesquisa e extensão, na abrangência de seu Curso:

I - Pelo Coordenador de Curso, seu Presidente;

II - Pelos professores que ministram disciplinas no Curso, vinculados ao Centro de origem;

III - Por dois representantes do Diretório Acadêmico do Curso, eleitos pelos seus pares.

O Colegiado do Curso de Ciências Contábeis é um órgão de coordenação didático-pedagógica dos cursos de graduação na Universidade de Cruz Alta. Sua composição e competências estão normatizadas em Regimento próprio aprovado pela Resolução nº 46/2008, de 1º de outubro de 2008, do CONSUN.

O artigo 2º do Regimento Interno estabelece como integrantes do Colegiado de Curso: I – A Presidência na forma do inciso I do artigo 33 do Estatuto da Universidade. II – O plenário, nos termos do artigo 33 do Estatuto da Universidade. §1º - integra o plenário os professores que ministram disciplinas no curso, lotados no Centro com aulas no semestre em curso e que tenham aderido ao Plano de Carreira. §2º - é facultado aos professores que ministram disciplinas de caráter de oferta anual no Curso, lotados no Centro e que tenham aderido ao Plano de Carreira, requerer a sua participação. §3º - aos professores que ministrem disciplinas de núcleo comum, lotados no Centro e que tenham aderido ao Plano de Carreira, é obrigatória a participação em pelo menos 01 (um) Colegiado de Curso. As competências estão descritas no artigo 3º do Regimento: “I – propor alteração dos regimentos ao CONSUN de forma a dinamizar a sua execução na esfera que lhe compete; II – acompanhar a implementação do projeto pedagógico; III – propor ao Conselho do Centro, a que pertence o Projeto Pedagógico do Curso, bem como o respectivo currículo e suas alterações; obedecendo às diretrizes nacionais; IV – analisar e integrar as ementas e planos de ensino das disciplinas, compatibilizando-as ao Projeto Pedagógico do Curso; V – propor ao Centro o planejamento anual das atividades didático- pedagógicas do Curso, observando a viabilidade econômico-financeira, a unidade institucional, respeitando as diretrizes e prazos estabelecidos; VI – planejar a expansão de cursos de graduação, tecnológicos e sequenciais para integrar o Plano de Expansão Institucional; VII – propor e aprovar em primeira instância a criação de cursos e programas de pós-graduação, de pesquisa e de

extensão, visando a consolidação das linhas e grupos, institucionalmente aprovados; VIII – emitir parecer sobre o currículo do curso de graduação sob sua responsabilidade, respectivas políticas de estágios, trabalho de conclusão de curso e atividades complementares; IX – propor ao Reitor a instalação de processo de destituição do Coordenador do Curso, conforme determina o Regimento Geral. X - acompanhar a execução das metas, programas e projetos definidos para o Curso; XI – propor ao Centro a que pertence as linhas de pesquisa e extensão no âmbito do Curso; XII – propor medidas para aperfeiçoamento do curso, observando os resultados da auto avaliação; XIII – propor e apreciar medidas para aperfeiçoar metodologias de ensino, pesquisa e extensão relativas à área de conhecimento e atuação do Curso; XIV – ser a primeira instância de recursos das decisões da Coordenação do Curso; XV – exercer as demais atribuições no âmbito de sua competência e determinadas por este Regimento, respeitadas as competências das instâncias superiores; XVI – emitir parecer acerca das alterações de turno e/ou regime de funcionamento dos cursos de graduação, tecnólogos e sequenciais; XVII – propor credenciamento de professores para o magistério superior de acordo com sua esfera de atuação; XVIII - propor, sob justificativa, revisão das decisões do CONSUN, conforme o disposto no Art. 41 do Regimento Interno do CONSUN; XIX – exercer as demais atribuições no âmbito de sua competência e determinadas por este Regimento Interno, respeitadas as instâncias superiores.

O documento oficial diz que as reuniões do Colegiado de Curso devem ser realizadas ordinariamente, de dois em dois meses, por convocação de seu Presidente e, ordinariamente, sempre que convocado pelo mesmo ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.

6.4 Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante – NDE é órgão consultivo dos cursos da Universidade de Cruz Alta e funciona com base no Estatuto e Regimento Geral da Universidade de Cruz Alta e no próprio regulamento. O NDE é formado por

membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem para o desenvolvimento do curso de Ciências Contábeis da UNICRUZ.

As seguintes atribuições competem ao NDE: acompanhar o processo de concepção, consolidação, avaliação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) articulado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI); zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino previstas nos currículos do curso; contribuir com o processo de consolidação do perfil profissional do egresso do curso; incentivar o desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, advindas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho em consonância com as políticas institucionais e as políticas públicas relativas à área do conhecimento do curso; zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Ciências Contábeis no âmbito institucional; zelar pelo compromisso com os processos avaliativos em suas instâncias interna e externa (CPA, ENADE, SINAES) articulando ações que garantam a qualidade de formação proposta pelo curso de Ciências Contábeis.

O NDE do curso é constituído por cinco (5) professores que fazem parte do corpo docente do curso, inclusive o coordenador do curso. Todos os participantes do NDE são nomeados mediante portaria institucional com atenção especial para a permanência de até 60% de seus integrantes até o novo ato regulatório de seleção.

Todos os integrantes do NDE devem ser professores efetivos do curso, com regime de trabalho tempo parcial ou tempo integral. Entre os professores que compõem o NDE do curso, 80% atuam em regime de trabalho de tempo integral e 100% possuem titulação *Stricto sensu*.

6.4.1 Plano de Ação do NDE

Este documento encontra-se em anexo (ANEXO V).

6.5 Recursos Humanos

O alcance dos objetivos do Curso de Ciências Contábeis é compromisso profissional articulado e revelado no desempenho dos professores que viabilizam o desenvolvimento do currículo em consonância com as diretrizes vigentes.

6.5.1 Corpo Docente do Curso

O corpo docente do curso de Ciências Contábeis da Universidade de Cruz Alta foi configurado para ser capaz de construir, juntamente com o corpo discente, o perfil de egresso estabelecido no PPC. Desta maneira este corpo docente se caracteriza por profissionais com experiência na docência do ensino superior, presencial e a distância, assim como experiência profissional na área de Ciências Contábeis, de forma a poder trocar experiências das vivências profissionais com os alunos.

Também se espera do corpo docente com essa caracterização que promova atividades práticas experienciais para inculcar nos alunos habilidades e atitudes esperadas do profissional no mundo do trabalho.

A competência em pesquisa do corpo docente também favorece a capacitação do aluno para a utilização crítica das referências e a ampliação das mesmas, na formação de um indivíduo capaz de aprender de forma autônoma e produzir conhecimento e inovação.

6.5.1.1 Titulação e Regime de Trabalho

O corpo docente do Curso de Ciências Contábeis é integrado, para os dois primeiros anos, por 14 (quatorze) professores, sendo 05 (cinco) doutores – percentual de 35,7%, 9 (nove) mestres – percentual de 64,3%. O percentual de docentes do curso com titulação obtida em programas de pós-graduação *Stricto sensu* é de 92,8%.

Em relação ao regime de trabalho no Curso de Ciências Contábeis, o percentual do corpo docente previsto/efetivo com regime de trabalho de tempo parcial/integral é de 40%.

6.5.1.2 Critérios de Seleção e Contratação do Corpo Docente do Curso

As relações trabalhistas do corpo docente da UNICRUZ são regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, pelas Convenções Coletivas de Trabalho do Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul- SINPRO/RS – e pelas normas internas institucionais. De acordo com o Art. 45º, do Estatuto da Mantenedora, as contratações são realizadas por processo seletivo. Dentro da gestão compartilhada entre mantida e mantenedora, o processo é deflagrado pela Pró-Reitoria de Graduação e a Presidência da Fundação. A realização tem assessoria do setor de Recursos Humanos e acontece de acordo com a Legislação vigente e as normas institucionais da Fundação Universidade de Cruz Alta. A seleção consta de prova teórica, cujo ponto é sorteado no ato e é parte do conteúdo indicado no edital; análise de currículo e prova prática, na qual o candidato desenvolve uma aula, conforme conteúdo sorteado, para a banca de três avaliadores, sendo um externo. A prova objetiva avaliar as competências pedagógicas e o domínio dos conhecimentos específicos. A avaliação de currículo centra-se na experiência acadêmica e profissional do candidato, e a prova teórica objetiva mensurar conhecimentos específicos.

As contratações são realizadas em estrito cumprimento ao Regimento Geral de Contratação de Pessoal, aprovado pela Resolução do Conselho Curador Nº 01/2012, de 05/06/2012, e observando-se rigorosa ordem de classificação. O professor contratado a partir dos resultados do processo seletivo é enquadrado no Plano de Carreira do Pessoal Docente - PCPD, aprovado mediante acordo coletivo de trabalho da categoria e regularmente registrado no Ministério do Trabalho e Emprego. O docente, ao iniciar sua carreira, é contratado conforme a titulação, nos seguintes termos:

- portador do título de especialista é admitido na classe de auxiliar nível I;

- portador do título de mestre é admitido na classe de assistente nível I; e,
- portador do título de doutor, admitido na classe de adjunto.

A progressão na carreira dá-se conforme estabelece o mesmo plano. Os docentes em RTI têm sua produção avaliada anualmente. As substituições eventuais dão-se a partir de chamada pública de currículo e contratados por tempo determinado. Para ingresso no PCDP, os candidatos deverão participar de processo seletivo.

As políticas de qualificação estão definidas no PCPD e no Programa Institucional de Capacitação Docente - PICD, da Universidade de Cruz Alta, aprovado pela Resolução Nº 11/2009, do CONSUN, de 29/04/2009, reformada pela Resolução do mesmo conselho, Nº 05/2015, 25/03/2015. O PICD objetiva, conforme dispõe o artigo 1º do seu Regulamento:

- qualificar permanentemente o ensino, a pesquisa e a extensão, através da formação de seus recursos humanos;
- estimular a formação de docentes em nível de doutoramento, incentivando a intervenção crítica, criativa, produtiva e inovadora nas atividades acadêmicas;
- estimular a verticalização da formação docente e a articulação com grupos externos, aprimorando a pesquisa e/ou a extensão institucional, assim como constituir grupos aptos à atuação na pós-graduação lato e stricto sensu.
- normatizar a participação dos docentes da Universidade de Cruz Alta em cursos internos e externos, atendendo às políticas institucionais.

São consideradas modalidades formativas, no PICD da Universidade de Cruz Alta a atualização pedagógica; os eventos técnico-científicos, os cursos de treinamento e atualização; mestrado e doutorado e estágio pós-doutoral. Os afastamentos para cursos de pós-graduação podem ser integrais, quando o professor utiliza o total da sua carga horária para exercício das atividades de

capacitação, ou parciais. No afastamento parcial, o docente utiliza apenas parte da carga horária do seu regime de trabalho para exercício das atividades de capacitação. A concessão da licença dá-se a partir de edital proposto anualmente pelo CONSUN que também fará a apreciação, na Câmara de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e Pesquisa, e a deliberação pela plenária, do parecer emitido pela Câmara. A sua implementação é feita, mas corresponsabilizando o docente, para que, ao se afastar da Instituição para frequentar curso de pós-graduação *stricto sensu*, assuma o compromisso de retornar, de acordo com o tempo previsto no seu contrato de PICD.

6.5.1.2.1 Plano de Carreira do Corpo Docente

O plano de carreira do corpo docente encontra-se na página do curso e em anexo a este documento (ANEXO VI).

6.5.1.3 Programas Institucionais de Formação Pedagógica para o Corpo Docente

Como se sabe o professor dos cursos de graduação das Universidades não precisam apresentar formação pedagógica para ingressar na docência universitária. O único critério estabelecido é a formação específica na sua área de atuação e preferencialmente ter cursado pós-graduação *Lato e Stricto sensu*, com experiência em pesquisa. Neste sentido, a Universidade, preocupada com a qualidade do fazer docente do professor universitário oferece a chamada formação pedagógica por meio do que chamamos de Pedagogia Universitária.

Assim, a UNICRUZ vivencia a Pedagogia Universitária enquanto um campo teórico-prático que se consolida na construção e atualização das diferentes áreas do conhecimento e na profissionalização docente. Nesse sentido, caracteriza-se pela constante reflexão da docência na Educação Superior e da qualificação das práticas pedagógicas e de gestão desenvolvidas no âmbito da academia. Através de suas ações, busca acompanhar professores ingressantes e demais docentes da

instituição e subsidiar coordenadores e membros dos Núcleos Docentes Estruturantes, favorecendo a qualificação da formação acadêmica e de gestão dos cursos da universidade como um processo mobilizador de saberes e fazeres da prática educativa.

O programa emerge da política de qualificação da ação pedagógica de apoio aos docentes no fomento e acompanhamento dos processos formativos oferecidos nas respectivas unidades acadêmicas, estando articulado com a avaliação interna e externa, nas suas diferentes dimensões e é organizado e executado pela Assessoria Pedagógica vinculada à Pró-Reitoria de Graduação. Este programa institucional existe há muitos anos da UNICRUZ e sempre se chamou Pedagogia Universitária. Em 2015 constituiu suas ações por meio do Fórum Permanente de Pedagogia Universitária e para se consolidar a Pró-Reitoria de Graduação da UNICRUZ reorganizou esta oferta de formação no ano de 2017, regulamentado em 2018 por meio do programa institucional chamado PROFDES – Programa de Formação para Docência no Ensino Superior.

6.5.1.3.1 Programa de Formação para a Docência no Ensino Superior

O Programa de Formação para Docência no Ensino Superior – PROFDES busca a melhoria das práticas de ensino nos cursos de graduação e a garantia da compreensão das dimensões da docência no âmbito universitário, bem como a formação continuada do corpo docente da Universidade de Cruz Alta. Este programa é vinculado à Pró-Reitoria de Graduação por meio do Fórum Permanente de Pedagogia Universitária e representa o compromisso e o investimento institucional com a formação e com a construção da identidade do docente universitário.

Este Programa de Formação para Docência no Ensino Superior tem como objetivos:

I – Planejar, coordenar e realizar ações voltadas para a formação pedagógica do corpo docente da Universidade de Cruz Alta;

II – Oportunizar formação docente aos profissionais liberais que atuam na docência;

III – Articular diretrizes e ações de qualificação pedagógica com os demais programas institucionais, especialmente com o Fórum Permanente de Pedagogia Universitária e com o Programa de Avaliação Institucional;

IV – Proporcionar a reflexão da prática docente através de cursos, seminários, formação e especialização sobre docência universitária, buscando (re) significar a qualificação do fazer docente;

V – Oportunizar ao corpo docente a utilização/inserção das novas tecnologias como instrumentos pedagógicos;

VI – Possibilitar a construção de mudanças na prática educativa, a partir da reflexão sobre o fazer pedagógico;

VII – Fortalecer políticas institucionais de formação pedagógica do docente universitário; e,

VIII – Contribuir com a formação para a carreira do docente do ensino superior da Universidade de Cruz Alta visando alcançar a excelência universitária.

Portanto, o Programa de Formação para Docência no Ensino Superior é dinamizado por meio das ações do Fórum Permanente de Pedagogia Universitária, com a intencionalidade de contribuir para a excelência do fazer docente no ensino superior e se organiza por meio de três formas:

I – Ações Permanentes: que se constituem de:

Programa de Formação para Professores Ingressantes (até 02 anos na IES): consiste na oferta e participação obrigatória dos docentes no Curso de Especialização e/ou Aperfeiçoamento em Metodologia do Ensino Superior;

Semana de Formação Docente – realizada no primeiro semestre de cada ano para atualização do fazer docente no ensino superior e no final do segundo semestre de cada ano para avaliação e planejamento do fazer docente.

II – Ações Eventuais: as ações eventuais se constituem por:

Cursos de formação;

Palestras;

Encontros;

Oficinas;

Mesas Redondas;

Acolhida aos professores novos;

Diálogos Universitários.

– Ações para Gestores: as ações para os Gestores se constituem na oferta de:

Cursos de formação em gestão para coordenadores de cursos de graduação.

MBA em gestão universitária.

Para participação no PROFDES os docentes buscam a oferta dos programas através dos cronogramas institucionais semestrais e/ou anuais do Fórum Permanente de Pedagogia Universitária.

6.5.1.3.2 Programa Institucional de Capacitação Docente - PICD

Visando oferecer a formação continuada ao seu Corpo Docente, a Universidade de Cruz Alta, a partir do ano de 2010, passou a ofertar um Programa Institucional de Capacitação Docente – PICD, o qual a cada ano veio agregando novas possibilidades de acordo com a demanda institucional, como por exemplo,

em 2015 que passou a ofertar a possibilidade apoio aos professores no pós-doutoramento. Assim, atualmente o PICD tem por objetivo:

- Qualificar permanentemente o ensino, a pesquisa e a extensão, através da formação de seus recursos humanos;
- estimular a formação de docentes em nível de doutoramento, incentivando a intervenção crítica, criativa, produtiva e inovadora nas atividades acadêmicas;
- estimular a verticalização da formação docente e a articulação com grupos externos, aprimorando a pesquisa e/ou a extensão institucional, assim como constituir grupos aptos à atuação na pós-graduação Lato e Stricto Sensu;
- normatizar a participação dos docentes da Unicruz em cursos internos e externos, atendendo às políticas institucionais.

No PICD da Universidade de Cruz Alta, serão consideradas como modalidades formativas:

- a) Atualização pedagógica.
- b) Eventos técnico-científicos, cursos de treinamento e atualização.
- c) Mestrado e Doutorado.
- d) Estágio Pós-doutoral.

Os professores aprovados no edital do PICD têm direito a um período de afastamento para qualificação, conforme previsto no regulamento:

- Mestrado – até 12 (doze) meses.
- Doutorado – até 24 (vinte e quatro) meses.
- Pós-Doutorado – até 6 (seis) meses.

6.5.1.3.3 Políticas Institucionais de Estímulo à Produção Docente

6.5.1.3.3.1 Programa de Incentivo à Publicação da Produção Científica e Tecnológica – PIPPCT

O Programa de Incentivo à Publicação da Produção Científica e Tecnológica – PIPPCT da Universidade de Cruz Alta oferece concessão de prêmio e/ou apoio financeiro à publicação de trabalhos científicos e tecnológicos artigos, boletins técnicos, capítulos de livros ou livros ao corpo docente e discente que tiver interesse e apresentar seus comprovantes.

O referido Programa tem como objetivos:

- Premiar docentes e discentes autores de trabalhos científicos e tecnológicos artigos, boletins técnicos, livros e capítulos de livros.
- Apoiar financeiramente a publicação científica e tecnológica, resultante de conhecimentos gerados na Universidade de Cruz Alta, em veículos e anais eventos com reconhecimento científico.
- Disseminar o conhecimento gerado pela pesquisa científica, tecnológica e de extensão do corpo docente e discente da Universidade de Cruz Alta.
- Consolidar a produção científica dos docentes e discentes da Universidade de Cruz Alta visando fortalecer os grupos de pesquisa.

O Programa é operacionalizado por meio da apresentação de propostas à Coordenação de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, em fluxo contínuo, com vigência de 36 (trinta e seis) meses a partir da data de publicação do Edital, ou até esgotados os recursos financeiros para esta finalidade. Também será no edital que estarão previstas as modalidades de premiação e de apoio ao docente e ao discente.

No caso específico do corpo docente, poderá obter premiação e/ou apoio financeiro para publicação o professor da Universidade de Cruz Alta que atender aos seguintes critérios:

- a) Possua titulação de mestre ou doutor em programa de pós-graduação reconhecido pela Capes.
- b) Possua Currículo Lattes atualizado no ano da solicitação.

- c) Integre Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq, vinculado à Universidade de Cruz Alta.
- d) Não apresente pendências (relatórios técnicos e/ou prestações de contas) junto à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão ou em agências de fomento à pesquisa.

Dessa forma, a Universidade estará contribuindo ainda mais com a socialização do conhecimento científico e tecnológico produzido na IES.

6.5.1.3.3.2 Revistas Institucionais

Outra possibilidade de socialização da produção científica por parte do corpo docente a publicação nas revistas institucionais que a Universidade de Cruz Alta disponibiliza, tais como:

Di@logus - ISSN 2316-4034

Qualis por área:

CIÊNCIAS AGRÁRIAS I	B5
CIÊNCIAS DA RELIGIÃO E TEOLOGIA	C
EDUCAÇÃO	B5
FILOSOFIA	B5
INTERDISCIPLINAR	B4
LINGÜÍSTICA E LITERATURA	C
SOCIOLOGIA	B4

GEDECON – Gestão e Desenvolvimento em Contexto - ISSN 1982-3266

Qualis por área:

DIREITO	C
FILOSOFIA	B5
INTERDISCIPLINAR	B2
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL / DEMOGRAFIA	B4

CATAVENTOS – Revista de Extensão da Universidade de Cruz Alta - ISSN 2176-4867

Qualis por área:

ENSINO	B3
INTERDISCIPLINAR	B4
SOCIOLOGIA	C
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS II	C
EDUCAÇÃO	C

REVISTA BIOMOTRIZ - ISSN 1679-8074

Qualis por área:

ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN	B5
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS II	C
EDUCAÇÃO	B4
EDUCAÇÃO FÍSICA	B5
INTERDISCIPLINAR	B4
SOCIOLOGIA	B5

RevInt - REVISTA INTERDISCIPLINAR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO ISSN

MEDICINA VETERINÁRIA	5
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS III	
FARMÁCIA	

Revista Ciência & Tecnologia

Revista Espaço Ciência & Saúde

As revistas **Espaço Ciência e Saúde**, ISSN 2526-8546, e **Ciência e Tecnologia**, ISSN 2447-3472, não possuem qualis.

Dentre as revistas institucionais da Universidade de Cruz Alta, damos destaque à GEDECON. A Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto-

GEDECON foi criada em 2007, sob o número ISSN: 19823266. Atualmente com configuração digital, pelo Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas – SEER, sendo editada semestralmente. Seu corpo editorial é composto por professores doutores, nas mais diversas áreas das Ciências sociais aplicadas e a atual gestora da revista é professora do curso de Ciências Contábeis. Os objetivos da GEDECON são:

a) publicar trabalhos inéditos, resultados de pesquisas de natureza empírica, experimental ou conceitual, envolvendo as áreas de Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Direito, Gestão de Empresas Rurais e Serviço Social e áreas afins.

b) fomentar o intercâmbio de experiências com outras Instituições, nacionais ou estrangeiras;

c) defender e respeitar os princípios éticos da política da revista e do meio acadêmico.

A Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto está organizada em seis linhas editoriais, as quais poderão compor de forma conjunta ou exclusiva as edições, fato que dependerá dos trabalhos aprovados.

As referidas linhas são:

- 1) Economia e Desenvolvimento Regional;
- 2) Gestão Organizacional;
- 3) Gestão Pública;
- 4) Gestão Rural/Agroindustrial;
- 5) Direitos Humanos, Cidadania, Democracia e “Novos Direitos”;

6) Arquitetura e Urbanismo.

As atuais políticas de seção são as seguintes:

ARTIGOS - ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Temas de abrangência: crescimento e desigualdade; desenvolvimento regional (industrial, rural, etc); mercado de trabalho; estudos setoriais; comércio externo; demografia; políticas de desenvolvimento regional; crescimento regional; localização econômica; entre outros.

ARTIGOS - GESTÃO ORGANIZACIONAL

Temas de abrangência: administração de ciência e tecnologia; comportamento organizacional; contabilidade; empreendedorismo; ensino e pesquisa em ciências sociais aplicadas; estratégia em organizações; finanças; gestão da informação; gestão de operações e logística; gestão de pessoas; gestão internacional; gestão ambiental; marketing; teoria das organizações; entre outros.

ARTIGOS - GESTÃO PÚBLICA

Temas de abrangência: gestão pública e governança; gestão municipal; participação e responsabilidade social; políticas públicas; gestão social; terceiro setor; economia e sociedade; economia política; accountability e contabilidade pública; entre outros.

ARTIGOS - GESTÃO RURAL/AGROINDUSTRIAL

Temas de abrangência: administração rural; contabilidade rural; desenvolvimento rural; economia agrícola; agronegócio; cadeias agroindustriais; cooperação agroindustrial; agricultura familiar; sociologia rural; entre outros.

ARTIGOS - DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, DEMOCRACIA E “NOVOS DIREITOS”

Temas de abrangência: sociedade, Estado e democracia; cidadania e direitos políticos; constitucionalismo e surgimento dos direitos humanos; direitos fundamentais sociais; direitos fundamentais trans-individuais (meio ambiente,

consumidor, idoso, criança e adolescente); direitos fundamentais decorrentes da tecnologia e da biotecnologia (sociedade de informação, direito intelectual, direito industrial, bioética e biodireito); colisão entre direitos fundamentais; políticas públicas e inclusão; entre outros.

ARTIGOS - ARQUITETURA E URBANISMO

Temas de abrangência: arquitetura e urbanismo; arquitetura de interiores; patrimônio histórico, cultural e artístico; arquitetura paisagística; planejamento urbano e regional; tecnologia e resistência dos materiais; sistemas construtivos e instalações; design; informática aplicada à arquitetura; conforto ambiental; sustentabilidade; materiais e técnicas alternativas de construção, entre outros.

Processo de Avaliação pelos Pares

A seleção e o encaminhamento dos artigos para apreciação da consultoria científica caberá ao Conselho Editorial, o qual é composto por consultores internos e externos com conhecimento e trajetória em pesquisa e produção científica.

A Comissão avaliará os artigos apresentados e emitirá parecer sobre a conveniência ou não da publicação.

Política de Acesso Livre

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.

Arquivamento

Esta revista utiliza o sistema LOCKSS para criar um sistema de arquivo distribuído entre as bibliotecas participantes e permite às mesmas criar arquivos permanentes da revista para a preservação e restauração.

A Revista Gedecon está indexada nas seguintes bases de dados:

1. DOAJ- Directory of Open Access Journals
2. e-Revist@s - Plataforma Open Access de Revistas Científicas Electrónicas Españolas y Latinoamericanas
3. Diretório de Revistas do SEER
4. Google Acadêmico

6.5.2 Corpo Técnico Administrativo que Atua no Curso

6.5.2.1 Situação Funcional do Corpo Técnico-Funcional

O serviço de registro e controle da vida escolar dos alunos dos Cursos de Graduação da Unicruz é realizado na Secretaria Acadêmica. O Curso Ciências Contábeis conta com a disponibilidade de auxiliares administrativos para o atendimento aos alunos, nos assuntos relativos à sua vida acadêmica, prestando informações e emitindo documentos comprobatórios de situações escolares, também na secretaria do Centro de Ciências Sociais e Humanas.

O corpo técnico do Centro Tecnológico da Informação - CTEC, realiza o suporte necessário para o bom funcionamento dos sistemas de informações utilizados pela IES (Desenvolvimento de Sistemas, Suporte Técnico e Internet & Telecomunicações).

Os Laboratórios de Informática do Curso de Ciências Contábeis Civil contam com funcionários para auxiliar na organização dos espaços, assessorar nas aulas práticas e oferecer suporte aos docentes e acadêmicos nas atividades desenvolvidas.

A Biblioteca da Unicruz conta com um bibliotecário, na coordenação técnica e administrativa, além de assistentes de biblioteca e estagiários, aptos para atender as demandas dos acadêmicos e docentes dos cursos da instituição.

No Setor de Eventos, os acadêmicos e docentes recebem suporte para a viabilização da oferta e a organização de eventos da universidade, bem como eventos vinculados ao curso. Fica sob responsabilidade do setor o assessoramento para a realização de grande parte dos eventos da Unicruz, como também a emissão dos certificados de participação de eventos vinculados à IES.

O setor de Administração do Campus atende a Universidade e o Curso de Ciências Contábeis no que tange a novos projetos - execução e manutenção dos mesmos, infraestrutura, manutenção, limpeza dos espaços utilizados pelas pessoas vinculadas ao Curso e transporte de colaboradores. Em relação à manutenção, este setor atende diversas áreas, como: rede elétrica, hidráulica, pintura, obras, serralheria, limpeza externa, paisagismo, e, limpeza predial; além do suporte a eventos Institucionais, com o transporte e montagem de mobiliário e equipamentos.

Todos estes funcionários têm relações trabalhistas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e pelas normas internas institucionais, de acordo com o Art. 45º do Estatuto da Mantenedora, através de contratações realizadas por processo seletivo gerenciado pelo setor de Recursos Humanos.

6.5.2.2 Programa de Qualificação do Corpo Técnico-Funcional

A Universidade vem realizando um trabalho contínuo quando se trata de incentivar o aperfeiçoamento individual dos colaboradores e, conseqüentemente, a profissionalização das atividades do corpo técnico-administrativo. Assim, por meio de diversos incentivos como as Bolsas do PROBIN (Programa de Bolsas Institucionais), o desconto para Graduação e o PICCTF (Plano Institucional de Capacitação do Corpo Técnico Funcional), busca-se facilitar o acesso à Graduação,

Pós-Graduação e Mestrado, elevando a cada ano o nível de escolaridade dos colaboradores, conforme projeção a seguir.

Quadro 22 - Projeção de expansão do Corpo Técnico-Administrativo

Escolaridade	Ano				
	2018	2019	2020	2021	2022
Ensino Fundamental Incompleto	16	15	14	14	14
Ensino Fundamental Completo	15	16	17	17	17
Ensino Médio Incompleto	12	11	10	10	10
Ensino Médio Completo	37	38	39	37	35
Ensino Superior Incompleto	66	63	60	62	64
Ensino Superior Completo	56	59	62	60	57
Pós-Graduação Incompleta	9	9	7	9	12
Pós-Graduação Completa	40	40	42	40	38
Mestrado Incompleto	13	11	11	13	15
Mestrado Completo	6	8	7	7	7
Doutorado Incompleto	1	1	2	2	1
Doutorado Completo	0	0	0	0	1
	271	271	271	271	271

6.5.2.3 Plano de Carreira do Corpo Técnico-Funcional

As relações trabalhistas do corpo técnico funcional da Unicruz são regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e pelas normas internas institucionais, de acordo com o Art. 45, do Estatuto da Mantenedora, por meio de contratações realizadas por processo seletivo gerenciado pelo setor de Recursos Humanos. Conforme o Art. 3º, do Plano de Carreira do Corpo Técnico-Funcional, as contratações são realizadas em duas categorias do quadro técnico-administrativo, a saber: emergenciais, utilizadas para atender atividades de caráter especial e transitório, ou devido à inexistência de pessoal para remanejamento e de candidatos aprovados em processo seletivo, para ocupar determinada função; e efetivos, que são, mediante seleção pública, os contratos realizados por tempo indeterminado, para atender às atividades de caráter permanente, na Instituição. Os critérios gerais e as normas para contratação de pessoal efetivo, na Instituição, são

definidos pelo Regimento Geral para Contratação de Colaboradores, aprovado pela mantenedora.

Coordenado pelo setor de Recursos Humanos, os processos seletivos para contratação de pessoal são norteados pela descrição de cargos, parte integrante do plano de carreira, e pelas competências básicas, técnicas e comportamentais relevantes para o desenvolvimento das atividades previstas, pois se constituem em fontes padronizadas de referência sobre todas as atividades do corpo técnico-funcional. Existe ainda a modalidade de processos seletivos por edital para remanejamentos internos (recrutamento interno), como forma de valorização do capital humano, oferecendo oportunidade de ascensões profissionais na Instituição. Nesses casos, critérios como formação acadêmica, trajetória (tempo na Instituição e o resultado da avaliação de desempenho), bem como perfis profissionais são definidores. Além disso, através do PDC (Plano de Desenvolvimento Continuado), são ofertados continuamente cursos e qualificações para a melhoria da produtividade, bem como instrumento de pontuação para a progressão interna. As qualificações a serem ofertadas pela Instituição são definidas através de questionário respondido pelos colaboradores e seus coordenadores, como forma de atender tanto às demandas Institucionais quanto o desenvolvimento pessoal da equipe.

7 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O Projeto Político-Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis orienta o trabalho de formação dos profissionais na área das Ciências Contábeis na UNICRUZ. Na dimensão da ação formativa proposta, busca-se formar profissional cuja identidade configura-se não apenas na capacidade de (re) construção permanente do conhecimento, mas também em sólida formação ética.

O acompanhamento à operacionalização do projeto passa pela constante interação com a comunidade do curso, através de seu NDE e colegiado, no acolhimento de sugestões que o dinamizem, num processo sistemático que identifica progressos e/ou estrangulamentos no fluxo das ações programadas, bem como desafios e possibilidades para a retomada dos objetivos propostos pelo Curso. As conclusões emitidas nas avaliações dos diferentes níveis constituem-se em indicadores para o prosseguimento do processo avaliativo, tendo como vista a busca da melhoria do desempenho do curso.

7.1 Programa de Avaliação Institucional - PAI

O Programa de Avaliação Institucional – PAI tem o propósito de congrega todas as ações e os vários setores que respondem pela avaliação institucional externa e interna. O PAI congrega a Comissão Própria de Avaliação – CPA e a Comissão de Avaliação Institucional – CAI. Este programa (PAI) tem como objetivos:

- desenvolver a avaliação institucional como um processo contínuo, participativo e inclusivo de representantes da comunidade acadêmica;

- oferecer subsídios para que a atualização e a (re) construção do Planejamento Institucional, dos Planos Estratégicos dos Centros e dos Projetos Pedagógicos dos Cursos sejam norteado pela avaliação institucional;

- possibilitar a discussão e a análise dos resultados da avaliação institucional que tenham como objetivos qualificar os processos de gestão, ensino, pesquisa e extensão; e,

- efetivar os processos de articulação da avaliação institucional da Unicruz, a partir das normativas do SINAES, entre a CPA, a Reitoria e a Fundação Universidade de Cruz Alta.

7.1.1 Comissão Própria de Avaliação - CPA

A CPA é composta por representantes docentes, discentes, colaboradores e comunidade externa e tem como objetivo conduzir os processos de avaliação interna da Instituição. Dentre suas principais funções destacam-se:

- Sistematizar e prestar informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP no âmbito dos SINAES;

- Constituir subcomissões de avaliação;

- Conhecer, elaborar e analisar documentos, relatórios e pareceres e encaminhar às instâncias competentes;

- Desenvolver estudos e análises visando o fornecimento de subsídios para a fixação, aperfeiçoamento e modificação da política de avaliação institucional;

- Propor projetos, programas e ações que proporcionem a melhoria do processo avaliativo institucional; e,

- Primar pelo sigilo das informações mantendo postura ética em relação aos resultados da avaliação.

7.1.2 Comissão de Avaliação Institucional - CAI

A Comissão de Avaliação Institucional - CAI constitui-se por representantes docentes, discentes e colaboradores de diversos setores da IES, para apoiar e dar suporte aos trabalhos da CPA, reforçando a avaliação como um processo permanente. Sua função principal é a de articular os processos de avaliação, servindo de elo entre a CPA e a gestão em todos os níveis, coordenações, direções, setores e reitoria. Tem como principais objetivos:

- Promover o desenvolvimento de uma cultura de avaliação na Unicruz;
- Fortalecer, pela avaliação institucional, as relações de cooperação entre os diversos setores;
- Contribuir para a consolidação do compromisso social da Instituição;
- Divulgar os resultados e ações dos processos avaliativos realizados na Unicruz através de produções acadêmicas;
- Estabelecer um canal de comunicação entre a CPA e os gestores institucionais, a fim de efetivar e garantir ações que atendam as demandas e indicativos da avaliação.

A sistematização dos resultados tanto externos quanto internos, seja avaliação *in loco*, ENADE, infraestrutura institucional, qualificação dos docentes e colaboradores, acontece num processo contínuo, geral, integrado e crítico-reflexivo. É uma atividade intrínseca ao planejamento e um instrumento de gestão que possibilita a discussão e análise, tendo em vista a qualificação do ensino, da pesquisa, da extensão e da própria gestão. Dessa forma, o acompanhamento avaliativo é compreendido como possibilidade para o alcance da excelência institucional.

7.2 Processo de Auto avaliação Institucional

Os processos de avaliação institucional, na UNICRUZ, preconizam as ações definidas pelo SINAES que avalia as instituições, os cursos, a autoavaliação da IES e o desempenho dos estudantes no ENADE, além de usar as informações advindas do censo.

O Programa de Avaliação Institucional, através da Comissão Própria de Avaliação – CPA e com a colaboração da Comissão de Avaliação Institucional – CAI organiza o planejamento do processo avaliativo de forma pontual em dois períodos anuais. O cronograma, a distribuição de tarefas e recursos humanos, os

materiais e ferramentas operacionais, bem como a metodologia, os procedimentos e os objetivos são elementos do planejamento. As informações e o conhecimento que a avaliação interna proverá à comunidade institucional têm como finalidade subsidiar o planejamento de ações destinadas à superação das deficiências, ao aprimoramento institucional, bem como ao replanejamento, se necessário. Neste contexto, o Plano de Ação da Autoavaliação Institucional prioriza ações de curto, médio e longo prazo, planejadas de modo compartilhado e estabelecendo etapas para alcançar tanto metas simples quanto complexas, bem como a respectiva previsão orçamentária.

Em consonância com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004 e com os objetivos, princípios e missão da UNICRUZ, a proposta de autoavaliação inclui o atendimento aos eixos e dimensões propostas.

Distribuídos em cinco eixos, os processos avaliativos abrangem as dez dimensões do SINAES, que são diversificadas e desenvolvidas sistemática e periodicamente em diferentes momentos: avaliação das disciplinas de graduação; avaliação dos PPGs *Stricto e Lato Sensu*; avaliação da infraestrutura e dos serviços; avaliação da atenção ao corpo docente e discente e colaboradores; avaliação do clima organizacional e avaliação de egressos.

A avaliação técnica formal, com a coleta de dados qualitativa, envolve todos os segmentos da comunidade acadêmica, comunidade externa e se desenvolve em vários momentos. No primeiro semestre de cada ano é aplicado um instrumento de pesquisa para acadêmicos e professores, tanto da graduação como da pós-graduação, visando avaliar os processos pedagógicos desenvolvidos nos diversos cursos e programas.

No segundo semestre o processo se repete, envolvendo os mesmos atores, porém, neste momento, aborda informações da instituição como um todo. Além de avaliar as práticas pedagógicas, busca conhecer a realidade do atendimento e infraestrutura utilizada pela comunidade acadêmica nos mais

diversos setores, bem como as relações que se estabelecem nos cursos e nos centros, na pesquisa e na extensão.

O segmento dos colaboradores participa anualmente do processo de autoavaliação, respondendo a um questionário, que aborda, entre outras as relações de trabalho, a estrutura para o desenvolvimento das atividades, a missão institucional e os processos de gestão.

Após o encerramento de cada processo avaliativo, os dados são organizados em forma de tabelas e gráficos, examinados pela CPA/CAI e liberados para serem acessados por Docentes, Coordenadores de Cursos, Diretores de Centro e Reitoria. Cada professor tem acesso à avaliação referente às suas disciplinas através do portal institucional (<http://portal.unicruz.edu.br/Corpore.net/Login.aspx>).

Dando seguimento ao processo, os Coordenadores de Cursos realizam encontro com seus docentes e discentes para analisar os resultados da avaliação, focando nas propostas de qualificação dos seus respectivos cursos. Os resultados dessa discussão são encaminhados para a Reitoria, que se reúne com os representantes das turmas e apresentam as decisões tomadas a partir das discussões realizadas, elencando estratégias de ações. Tendo em vista os resultados dessa atividade, para os próximos anos, pretende-se realizar encontros mais sistemáticos entre Reitoria e Representantes dos discentes.

Os Coordenadores de Curso encaminham ao Núcleo de Apoio ao Estudante e ao Professor - NAEP problemas pedagógicos identificados ao longo do processo de avaliação para que sejam acompanhados.

Os coordenadores dos diferentes setores da instituição também recebem as informações pertinentes a eles e discutem, com seus pares, dificuldades enfrentadas e sugestões de aprimoramento de seu trabalho. A CAI se reúne com os coordenadores dos setores e representantes da Pró-Reitoria de Administração para que as proposições sejam analisadas e operacionalizadas, passando, assim, a integrar o plano de gestão e/ou o planejamento estratégico.

Os acadêmicos, após participarem respondendo ao questionário de avaliação, se reúnem durante a *Semana de Avaliação* em sala de aula para retomar as devolutivas da autoavaliação, encaminhadas pela CPA e CAI. Após, os representantes dos alunos por curso, líderes de turma, se reúnem com a reitoria para discussão dos resultados e tomada de decisões coletivas.

Os egressos são convidados a participar da avaliação institucional por meio de um questionário disponível na página da instituição, ou então, ao retornarem à Universidade para retirar seus diplomas, são estimulados a responder um instrumento avaliativo, que abrange a instituição como um todo e o curso de origem. Também, recebem um questionário enviado por meio do *Google Form* sobre a IES. Outro instrumento importante utilizado pela CPA e pelos cursos, são as redes sociais, pois as mesmas facilitam o contato. Ainda, dentre as políticas de egressos, uma ação importante e significativa se dá via Observatório Profissional, onde os egressos são convidados para palestrar nas semanas acadêmicas e em outros eventos realizados pela instituição.

Em relação aos resultados da Avaliação externa, expressos em diferentes indicadores de qualidade, como conceito do ENADE, Conceito Preliminar de Curso (CPC) e Conceitos de Cursos decorrentes de avaliação *in loco*, os mesmos são objeto de análise e reflexão por parte de toda a comunidade acadêmica. Especificamente nos cursos de graduação, após cada um dos processos o Colegiado, juntamente com o NDE, faz a discussão dos resultados identificando demandas que geram um plano de ação.

A UNICRUZ reconhece que realizar uma gestão com a participação coletiva é um processo difícil porque envolve diferentes posições, interesses e necessidades. Por outro lado, acredita que dessa forma consegue dar mais transparência e visibilidade às ações projetadas e realizadas, assim como o compromisso de todos os envolvidos com a melhoria da qualidade da instituição. A seguir é demonstrada a participação dos segmentos nos processos de avaliação.

7.3 Forma de Participação do Curso no Processo de Auto Avaliação

A participação nos processos avaliativos envolve todos os segmentos da comunidade acadêmica interna e a comunidade externa. Os resultados da autoavaliação como processo de melhorias na gestão da IES, seja nos cursos, junto às coordenações ou Direção de Centro, com os professores e seus estudantes, com os colaboradores em seus diferentes setores e a articulação com os gestores, permitem o (re)planejamento de ações para o atendimento das demandas resultantes da autoavaliação. A comunidade externa participa dos processos avaliativos por estar inserida nas comissões de forma ativa. Os representantes participam tanto dos encontros mensais para programação, análise e divulgação, quanto do período de sensibilização dos processos de avaliação.

7.4 Qualificação dos Processos do Curso a Partir dos Resultados das Avaliações

Os relatórios contendo os diagnósticos originados dos processos avaliativos devem examinar o desempenho da instituição nas áreas acadêmica, de infraestrutura e de tecnologia, observando objetivos e indicadores de resultados, previamente estabelecidos. Eles são liberados para os participantes do processo e discutidos em todas as instâncias institucionais. A partir do ano de 2013, acontece a Semana de Avaliação Institucional e o Encontro de Auto avaliação (gestores e acadêmicos) para discussão dos resultados da avaliação com a comunidade acadêmica, a fim de sugerir ações e soluções para as fragilidades observadas na auto avaliação.

Os resultados são utilizados como referências para garantir a eficiência e eficácia do planejamento institucional, elaboração de programas e projetos que embasam a gestão administrativa e do ensino. Orientam os planejamentos de ensino e de cursos e são socializados com os parceiros institucionais, no intuito de, a partir das informações e experiências vivenciadas no mundo do trabalho, mantê-los atualizados. Observa-se, assim, que a auto avaliação dá ênfase à inter-relação, à retroalimentação e ao redimensionamento como princípios fundamentais da sua concepção metodológica.

O Curso realiza o processo de avaliação pedagógica em conformidade com a Avaliação Institucional da UNICRUZ, atendendo ao disposto no Regimento Geral da instituição.

A avaliação interna procura traçar o perfil de qualidade acadêmica, aferir potencialidades e pontos frágeis do curso, contribuindo, assim, para a necessária reflexão crítica de suas ações e para a adoção de medidas com vista à mudança de rumos e ao aprimoramento do trabalho acadêmico, no curso.

7.5 Análise e Divulgação dos Resultados

A análise dos dados acontece a partir da sistematização dos questionários e é realizada da seguinte forma:

a) disponibilização do acesso aos dados dos questionários realizados à Reitoria, Pró-Reitorias, Coordenadores de Curso, Professores (das disciplinas em que atua), e aos Coordenadores de Setores;

b) análise pelo setor, curso e professor dos indicadores de potencialidades e fragilidades sistematizados;

c) reunião de cada NDE e coordenação de cursos, para destacar os apontamentos gerais mais evidenciados por estudantes e professores dos indicadores da avaliação pedagógica e de infraestrutura; plano de ação do curso para melhoria do processo de aprendizagem.

Importante ressaltar que a metodologia proposta pela Universidade de Cruz Alta, deve contemplar tanto o processo individual quanto o coletivo e contribuir significativamente para os avanços institucionais em todas as dimensões analisadas, porque, a partir dos instrumentos utilizados e dos resultados obtidos, possível manter o diálogo entre Reitoria, Fundação e CPA/CAI para a tomada de

decisões tendo em vista o (re)planejamento e atendimento a curto, médio e longo prazo das demandas.

O processo avaliativo, tanto da avaliação interna quanto externa, outras ações devem ser realizadas para dar visibilidade e transparência ao trabalho, tais como: adesivos com a seguinte frase “Isto é sua conquista”; entrevistas na UNICRUZ TV com gestores, coordenadores de curso e representantes do PAI para apresentação dos resultados tanto da Avaliação in loco, quanto da autoavaliação; distribuição de flyer aos estudantes dos resultados pedagógicos e de infraestrutura e das conquistas; confecção e exposição de banners no espaço institucional com o resultado das conquistas dos estudantes e docentes, bem como divulgação nos demais canais de comunicação.

7.6 Relatório de Autoavaliação

A elaboração do relatório é realizada pelos membros da CPA e da CAI. Após o processo de autoavaliação e análise dos resultados realiza-se a coleta de informações pelas devolutivas que permitem visibilidade do planejamento de ações com vistas a construção do relatório.

A redação do relatório é feita com base na Nota Técnica do INEP/DAES/ CONAES nº 065 e no Instrumento de Avaliação Institucional Externa publicada no DO em 04/02/2014, contemplando os eixos, as dimensões e especificamente evidenciando cada um dos indicadores presentes no instrumento institucional de avaliação externa, a partir dos seguintes itens:

- análise e contextualização do PDI e de outros documentos oficiais;
- resultados das ações do ano e do triênio;
- resultados dos processos avaliativos internos e externos;
- aspectos que emergiram das análises;
- ações decorrentes das análises.

Os relatórios de avaliação constituem-se em documento que serve de base para análise e melhoria dos processos avaliativos bem como para pesquisas realizadas sobre o tema.

8 POLÍTICA DE ATENDIMENTO E APOIO AOS DISCENTES

8.1 Formas de Acesso dos Candidatos ao Curso

O processo seletivo para os cursos de graduação e cursos superiores de Tecnologia prevê a realização, para alguns, na modalidade anual e para outros na modalidade semestral ou bimestral e para o vestibular suplementar para a complementação de vagas. A relação candidato/vaga apresentou, nas últimas décadas, uma tendência contraditória, ora ascendendo, ora, não, em razão (dentre outros fatores), do crescimento de oferta de educação superior, na região.

Embora o processo seletivo seja o principal mecanismo de ingresso nos cursos de graduação, outras formas de acesso estão previstas, tais como:

- transferência interna;
- transferência externa;
- transferência externa com PROUNI;
- acima de 35 anos;
- especial sem vestibular, para cursar número limitado de créditos;
- PROUNI – Programa Universidade para Todos;
- PROIES – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior;
- ingresso por ensino superior completo.

O acesso aos cursos de pós-graduação obedece a um calendário anual, de acordo com a oferta de cursos. Os estudantes são registrados em sistema gerenciado pelo CTEC e pela Secretaria Acadêmica, que inclui, além do registro de ingressos, dados de avaliação e o acompanhamento histórico do estudante, na Instituição.

8.2 Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro

Atuando conjuntamente com empresas, órgãos públicos e setores governamentais, a Universidade de Cruz Alta busca ampliar e aperfeiçoar os mecanismos de auxílio ao estudante, de modo a criar condições para a possibilidade de ingresso na vida acadêmica, por meio dos seguintes programas:

8.2.1 Programa Universidade para Todos - PROUNI

Em convênio com o MEC, a UNICRUZ disponibiliza bolsas integrais (100%) e parciais (50%). Podem concorrer a este benefício os estudantes de escolas da rede pública, ou aqueles que estudaram com bolsa de 100% em escolas particulares e obedeçam aos limites de renda per capita impostas pelo PROUNI, ou seja, renda per capita familiar máxima de 1,5 (um e meio) do salário mínimo nacional para bolsas integrais. O PROUNI conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, que confere transparência e segurança ao processo. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio, considerando o mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos.

8.2.2 Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior - PROIES

O Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior- PROIES, garantido por meio da Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, favorece condições de continuidade das ações de entidades mantenedoras de ensino superior, concedendo bolsas de estudo integrais em

cursos de graduação em ensino superior, nas instituições comunitárias. O programa é destinado aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular, na condição de bolsistas integrais, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 1,5 (um e meio) salários mínimos e que atendam aos demais critérios de elegibilidade às bolsas do PROUNI (conforme a Portaria Normativa MEC - nº 9, de 17/05/2013, publicada no DOU de 20/05/2013). Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio, conferindo, assim, mérito aos estudantes com os melhores desempenhos acadêmicos. As bolsas PROIES são disponibilizadas como bolsas adicionais no Sistema PROUNI, sendo destinadas exclusivamente a novos estudantes e ingressantes, na Instituição. Para concorrer às vagas PROIES, o aluno precisa atender a todos os requisitos do PROUNI.

8.2.2.1 Programa Institucional de Apoio aos Interessados no Enem - PROENEM

O Proenem-Unicruz é um Programa Institucional que busca diminuir as disparidades educacionais existentes no nosso país. Volta-se à promoção de ações que propiciem condições de inserção, no Ensino Superior, de estudantes do Ensino Médio, oriundos de escolas públicas de Cruz Alta/RS e região, aptos a prestarem a prova do Enem, para usufruírem do Prouni. Oferece, dentre outras ações, um curso preparatório, gratuito, para a prova do Enem, para alunos com perfil Prouni, terceiranistas ou já formados, com turmas à tarde e à noite.

8.2.3 Programa de Bolsas Institucionais – PROBIN

O Programa de Bolsas Institucionais – PROBIN está destinado, preferencialmente, aos discentes com bom desempenho acadêmico, nos seus respectivos cursos de graduação e não incluídos nas demais modalidades de concessão de bolsas e/ou programas de custeio do ensino superior.

O Programa de Bolsas Institucionais – PROBIN é constituído de duas modalidades:

I – público externo: constituído pelo corpo discente da Universidade Cruz Alta e será oferecido em cinco modalidades:

- a) experiência I: para alunos entre 50 (cinquenta) anos até 59 (cinquenta e nove) anos. Desconto de 40% (quarenta por cento) do valor da mensalidade;
- b) experiência II: para alunos com 60 (sessenta) anos ou mais. Desconto de 50% (cinquenta por cento) do valor da mensalidade;
- c) grupo familiar: desconto de 10% (dez por cento) do valor da mensalidade para o segundo integrante do grupo familiar e 15% (quinze por cento) , a partir do terceiro integrante do grupo familiar;
- d) segundo curso de graduação: desconto de 30% (trinta por cento) do valor da mensalidade;
- e) segundo curso de graduação simultâneo: desconto de 40% (quarenta por cento) do valor da mensalidade do segundo curso de graduação simultâneo;

II – público interno: constituído pelos corpos docente e técnico-funcional da Universidade Cruz Alta e será oferecido em três modalidades:

- a) segundo curso de graduação: desconto de 50% (cinquenta por cento) do valor da mensalidade;
- b) pós-graduação – Lato sensu: desconto de 50% (cinquenta por cento) do valor da mensalidade dos cursos de pós-graduação lato sensu, limitado a 04 (quatro) bolsas por programa.
- c) pós-graduação – Stricto sensu: desconto de 50% (cinquenta por cento) do valor da mensalidade dos cursos de pós-graduação stricto sensu, limitado a 01 (uma) bolsa por programa/ano, de acordo com o disposto no artigo 7º, §3º, deste Regulamento.

8.2.4 Universidade para Associados – Sicredi/UPA

Programa de acesso aos cursos de graduação e pós-graduação, criado a partir do interesse da Fundação Universidade de Cruz Alta em saldar débitos com a Cooperativa de Crédito – SICREDI. Forma alternativa de pagamento, por meio da oferta de vagas ao SICREDI, que seleciona associados ou familiares e distribui bolsas de 100% de desconto sobre o valor das mensalidades. Os candidatos passam por concurso vestibular e têm acesso às vagas, de acordo com os critérios de classificação e de análise das condições socioeconômicas.

8.2.5 Bolsas de Iniciação Científica e de Extensão

Por este mecanismo, o estudante desempenha atividades de auxílio em projetos de pesquisa e extensão relacionados à sua área de formação, mediante ajuda financeira. As vagas são limitadas, e a escolha é feita por meio de processo seletivo, mediante editais próprios, sempre relacionados aos projetos de pesquisa ou extensão.

8.3 Descontos e Convênios Reembolsáveis

A Unicruz concede descontos de 3,5% a estudantes que efetuem o pagamento, nas datas pré-estabelecidas e tenham vínculo com empresas e órgãos públicos, com os quais tem parceria e se encarregam de encaminhar a lista de clientes e/ou colaboradores.

Da mesma forma são firmadas parcerias entre a Unicruz e algumas prefeituras municipais, que subsidiam os estudos de professores de sua rede de abrangência. A IES possui, também, convênios com algumas empresas, órgãos públicos e privados da região, os quais custeiam por meio do pagamento de fatura, valores entre 5% e 50% das mensalidades de seus colaboradores.

8.4 Financiamentos

8.4.1 Fundo de Financiamento Estudantil – FIES

Trata-se de financiamento instituído pelo MEC, através do FNDE, em substituição ao antigo crédito educativo. A UNICRUZ está habilitada a oferecer vagas, na maioria dos cursos.

As vagas e calendário são estabelecidos de acordo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, em edital próprio onde determinam o número de vagas para cada Instituição de Ensino Superior.

8.4.2 Fundação APLUB de Crédito Educativo – FUNDAPLUB

Por este meio, a Universidade financia até 50% das mensalidades e cabe à mesma determinar quais os cursos e qual o período de disponibilização para esta modalidade de crédito.

8.4.3 Crédito Universitário – CrediUni

É um programa de financiamento estudantil para alunos da graduação e Pós-graduação estabelecido entre a Cooperativa de Crédito SICOOB e a Unicruz. Permite aos estudantes adquirirem financiamentos de até 100% das mensalidades, tendo até o dobro da duração do curso para quitar o investimento.

8.5 Sistema de Registro Acadêmico

A Central de Atendimento Acadêmico está organizada em suas atividades a partir das formas de ingresso na instituição, que, com esse ato, a vida acadêmica do aluno se dá iniciada, sendo registrada e acompanhada até o momento da conclusão do curso.

O processo de registro gera documentação como: grade de horários, faturas, Contrato de Prestação de Serviços Educacionais e protocolos, quando necessários.

No caso de rematrícula o processo se dá, na maioria das vezes, de maneira online pelo portal do aluno onde ele mesmo escolhe as disciplinas a cursar, emite a documentação para quitação e aditivo do Contrato e, pode, também, solicitar à Secretaria Acadêmica de forma online a atualização de seus dados.

Na escolha das disciplinas, caso ocorrer necessidade de choque de horário ou quebra de pré-requisito, a rematrícula deverá ser efetivada na Secretaria Acadêmica e exigirá a anuência da Coordenação do Curso ou mesmo do Diretor de Centro e Pró-Reitoria de Graduação.

Outro evento disponibilizado é o reajuste. Depois de finalizada a rematrícula, é possível alterar, cancelar e/ou incluir novas disciplinas.

A partir das limitações e fragilidades que o banco de dados apresentava e após período de análise dos produtos a disposição no mercado, a Instituição, ao final de 2012, concluiu negociação e iniciou a implantação de um novo sistema integrado de gestão empresarial (Enterprise Resource Planning - ERP), através do qual a Instituição qualificou e modernizou seus processos, principalmente no que diz respeito ao atendimento ao discente.

A equipe do setor busca agilidade no atendimento, tanto de forma pessoal como por opções à distância, tais quais: e-mail, telefone, Portal e Ouvidoria. O setor conta com equipamento/dispositivo de emissão de senhas que organiza o atendimento conforme o serviço desejado.

Para o atendimento virtual é designado um colaborador em especial para receber e repassar os e-mails para cada setor correspondente, além de responder ao que é solicitado. Ao telefone é dada atenção especial, já que a Instituição dispõe de sistema URA – Unidade de Rápido Atendimento, cujas ligações já são

direcionadas diretamente aos setores para evitar morosidade ao solicitante. No entanto, quando a solicitação requer mais detalhes, é solicitado um e-mail para um melhor entendimento e por consequência, um atendimento mais satisfatório.

A expectativa é de que o atendimento se fortaleça cada vez mais na modalidade online através do Portal Unicruz. O mesmo já está à disposição, mas vem sendo aperfeiçoado pela área de Desenvolvimento do Centro Tecnológico – CTEC com o sistema ERP, a fim de oferecer o maior número de serviços possíveis com rapidez e qualidade à comunidade acadêmica. Além disso, alinhado com a equipe de Web do Núcleo de Comunicação, foi desenvolvido, e está à disposição, o aplicativo Rocket, onde através de dispositivos móveis, o acadêmico tem acesso ao Portal de forma personalizada, independentemente da plataforma utilizada, o que evidencia o alinhamento da Universidade com as novas tendências tecnológicas. Essa iniciativa configura modernidade, agilidade e praticidade ao usuário.

8.6 Estímulo à Permanência

O apoio ao estudante, durante o seu tempo de permanência na Universidade, é um dos principais objetivos da gestão universitária, através de um programa de nivelamento e de atendimento psicopedagógico ao acadêmico. Além disso, há um espaço específico institucional com funcionários designados para atender a gestão de permanência dos acadêmicos na Unicruz. Este setor atua conjuntamente com a Secretaria Acadêmica e com o Núcleo de Apoio ao Estudante – NAEP e ao Professor e o Núcleo de Acessibilidade Institucional da Unicruz – NAIU.

8.6.1 Programa de Nivelamento

O nivelamento, para a Universidade de Cruz Alta, caracteriza-se como um processo de superação dos desafios que possam ser encontrados pelos discentes e que possibilite avançar, para além do ponto de chegada do aluno à Universidade.

Constitui-se de ações voltadas para a superação de necessidades específicas dos estudantes e parte do diagnóstico de fatores que interferem no desempenho acadêmico, constituindo-se em uma ferramenta de apoio para que eventuais dificuldades sejam minimizadas, possibilitando um melhor desempenho do acadêmico.

O Programa de Nivelamento Acadêmico tem como objetivo oportunizar ao discente a construção de conhecimentos básicos e fundamentais para o curso ao qual acessou na Universidade de Cruz Alta, de forma que as turmas mantenham um nível equitativo de aproveitamento. Assim, este programa, juntamente com outras políticas de ações institucionais, atua de forma integrada e dinâmica, contribuindo decisivamente na consolidação de políticas de acesso, permanência e sucesso na formação superior.

É ofertado pelos cursos e operacionalizado pelo NAEP - Núcleo de Apoio ao Estudante e ao Professor, para todos os discentes que apresentarem demandas por processos de aprendizagem para a construção de habilidades e competências mínimas necessárias à sua formação, não havendo custos para o acadêmico participante.

O Programa de Nivelamento teve seu Regulamento aprovado no CONSUN por meio da Resolução 33/2015 e organiza-se de duas formas:

I – Através de disciplinas extras ofertadas pelo curso de graduação e/ou pelo Núcleo de Apoio ao Estudante e ao Professor– NAEP em dias e horários previamente informados e de acordo com as demandas dos cursos de graduação e com previsão orçamentária.

II – Através de recuperação de conteúdos nas próprias disciplinas e turmas aos alunos com baixo aproveitamento acadêmico nas avaliações bimestrais e com acompanhamento e apoio dos alunos que alcançaram médias mais altas e com a supervisão do professor da disciplina.

8.6.2 Núcleo de Apoio ao Estudante e ao Professor - NAEP

O Núcleo de Apoio ao Estudante e ao Professor oportuniza aos estudantes com dificuldades de aprendizagem, apoio pedagógico e psicopedagógico em seu processo de ensino e aprendizagem, na forma de atendimento individualizado e em pequenos grupos, aos acadêmicos dos diferentes cursos da Instituição e, também oferece assessoria aos professores dos estudantes em atendimento, para melhor acompanhar e avaliar a sua aprendizagem, como também promove espaços de discussões, diálogo e esclarecimentos com os professores e coordenadores de cursos sobre processos pedagógicos especialmente relacionados a metodologias e avaliação do processo ensino e aprendizagem. Ainda, são oferecidos os serviços de orientação vocacional e de informação profissional aos vestibulandos, na etapa que antecede o processo seletivo, durante a realização da Feira das Profissões.

O NAEP – Núcleo de Apoio Ao Estudante e ao Professor atua a partir dos seguintes indicadores:

- 1- Acolhimento acadêmico;
- 2- Acompanhamento acadêmico;
- 3 - Acompanhamento específico em:
 - 3.1 - Conhecimentos em Química;
 - 3.2 - Conhecimentos em Matemática;
 - 3.3 - Conhecimentos de Cálculo;
 - 3.4 - Conhecimentos de Física;
 - 3.5 - Leitura e Produção Textual;
 - 3.6 - Estudos de Iniciação Científica

3.7 - Outras disciplinas específicas que apontarem demandas;

4 - Avaliação de desempenho;

5 - Pesquisas sobre estilos de aprendizagem;

6 - Apoio nos processos de solicitação de cancelamento, trancamento e ações para retenção de alunos no ensino superior.

O Acolhimento Acadêmico inicia através de recepção ao ambiente universitário e de acesso às informações contidas no Guia Universitário – Fique Ligado!. O Acompanhamento Acadêmico acontece, inicialmente, através do NAEP que busca traçar um perfil dos ingressantes no sentido de identificá-los em suas fragilidades e potencialidades. Este diagnóstico possibilita o conhecimento da realidade e a tomada de decisões para que aconteça Acompanhamento Específico, o qual, através de oficinas, aulas ou encontros programados, desenvolve conteúdos básicos em Química, Matemática, Física, Cálculo e de Leitura e Produção Textual suprimindo as necessidades que possam surgir ao longo do processo de formação. Oferece também, de forma sistemática, subsídios metodológicos de Iniciação Científica, nas modalidades EaD e presencial, com orientações para grupos de alunos que apresentam dificuldades nas produções acadêmicas. Outra alternativa que vem sendo utilizada como nivelamento são as vídeo-aulas, disponibilizadas para os alunos com apoio do Núcleo de Educação à Distância – NEaD.

A Universidade prevê a Avaliação do Desempenho que permite uma visão ampla com relação aos aspectos fundamentais do curso e do currículo, da mesma forma que além da conscientização profissional do acadêmico acerca do curso escolhido, se transforma em instrumento indicativo para a organização de um plano de recuperação de conteúdos. Tal processo assegura o conhecimento através dos resultados do processo seletivo inicial e prevê o acompanhamento permanente dos acadêmicos ao longo do curso, permitindo a elaboração de contínuas ações estratégicas de superação das dificuldades apresentadas nas diferentes áreas de composição da base curricular. O NAEP também realiza pesquisas com os ingressantes, visando traçar perfil de turma e de cada estudante frente ao contexto acadêmico e as formas em que os acadêmicos têm maior facilidade de aprendizagem. Oferece, também apoio nos processos de solicitação de

cancelamento, trancamento e ações para retenção de alunos no ensino superior em conjunto com o setor de Gestão de Permanência do Estudante.

8.6.2.1 Atendimento Psicopedagógico

Com o propósito de fortalecer uma política de acompanhamento e apoio aos estudantes, a Universidade oferece o Programa de Atendimento a aos Estudantes, no Núcleo de Apoio aos Estudantes (NAEP).

A partir dos dados levantados pelas pesquisas com relação ao perfil do estudante, têm-se importantes informações quanto às suas facilidades/dificuldades na compreensão dos conteúdos que estão sendo desenvolvidos; na capacidade de concentração em sala de aula; na capacidade de realização de apontamentos em relação aos assuntos trabalhados; no aproveitamento suficiente nas provas e outros tipos de avaliação, bem como no tempo dedicado aos compromissos acadêmicos. Após a análise do que foi observado, organiza-se um plano de estudo, conforme descrito no nivelamento, a fim de orientar o estudante de forma individual e/ou em grupos, considerando os aspectos nos quais o mesmo necessita de apoio. As características da turma e dos sujeitos são apresentadas aos professores, possibilitando que sejam discutidas metodologias, formas de avaliação e outras especificidades da disciplina que possam trazer benefícios e garantir avanços ao processo ensino-aprendizagem.

8.6.3 Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Unicruz – NAIU

O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Unicruz é o espaço destinado a oferecer apoio às pessoas com deficiência viabilizando sua permanência pela facilitação do acesso, sejam elas estudantes, professores ou funcionários. A ação institucional envolve o planejamento e a organização de recursos e serviços para a

promoção da acessibilidade nas dependências, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão.

O Núcleo objetiva prestar esclarecimento sobre as necessidades especiais, por meio de projetos, diálogos com professores e alunos, programas e práticas de sensibilização e conscientização da comunidade acadêmica em geral, a fim de que as atitudes preconceituosas e discriminatórias em relação às pessoas com deficiências sejam dissipadas. Também é o setor responsável pela promoção da acessibilidade na Instituição.

8.6.4 Programa de Mobilidade Acadêmica da Graduação

A Assessoria de Assuntos Internacionais – AAI, vinculada à Reitoria, foi criada no primeiro semestre de 2011, para concretizar objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional 2008 – 2012 da Universidade de Cruz Alta.

O setor tem como objetivo principal incentivar as questões de mobilidade acadêmica docente e discente, visando a qualificação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, promovendo, assim, a internacionalização da UNICRUZ, com a assinatura de convênios de cooperação técnico-científica, da organização e/ou participação de eventos e atividades afins, bem como o encaminhamento e acompanhamento de docentes e discentes intercambistas.

A Instituição apoia a cooperação internacional, pois acredita que esta ocupa um papel relevante na formação de acadêmicos, na capacitação de docentes e no desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão. Até o presente momento, a UNICRUZ juntamente a AAI mantém cooperação com instituições de diversos países tais como: Alemanha, Argentina, Canadá, Chile, Cuba, Espanha, Estados Unidos, Portugal e Paraguai.

8.7 Organização Estudantil

Conforme o Estatuto da Unicruz, no capítulo II, art. 55, são órgãos de representação estudantil:

- I. O Diretório Central dos Estudantes (DCE);
- II. Os Diretórios Acadêmicos (DA) das unidades (cursos).

Nessa organização, os presidentes de turma são representativos na articulação e encaminhamento das questões pertinentes ao interesse acadêmico.

Os estudantes participam, por meio de suas representações, dos conselhos superiores – Conselho Universitário e Conselho Curador – e dos colegiados de curso e de centro. A Universidade disponibiliza infraestrutura física para o Diretório Central dos Estudantes - DCE e aos Diretórios Acadêmicos - DAs, localizada no prédio do Centro de Convivência. Além disso, incentiva a organização dos estudantes para que o DCE tenha sua autonomia financeira.

8.8 Espaços de Apoio e Atendimento aos Discentes

8.8.1 Secretaria Acadêmica

A Secretaria Acadêmica é o local onde o estudante e a comunidade em geral tem a possibilidade de buscar informações e acompanhar, formalmente, a sua situação acadêmico-pedagógica. É nesse espaço que o acadêmico de Graduação e Pós-Graduação estabelece o vínculo formal com a Universidade, ao fazer sua matrícula ou havendo algum evento extraordinário com relação à rematrícula e ao andamento do seu percurso formativo. O setor possui arquivos próprios, onde efetiva os registros acadêmicos e a documentação dos alunos dos diferentes cursos.

8.8.2 Centros de Ensino

Os centros de ensino congregam a coordenação dos cursos da Universidade de Cruz Alta e disponibilizam secretários para informações e atendimento aos alunos e professores e secretária pedagógica para oferecer apoio pedagógico aos Coordenadores de Curso. Cada centro de ensino é coordenado por um diretor de centro, que também está à disposição do corpo docente e discente, para o apoio pedagógico e administrativo. É no centro de ensino que estão alocadas as salas das coordenações de cursos, salas de professores, os espaços dos professores de Tempo Integral e a sala de atendimento aos estudantes. O Curso de Ciências Contábeis está alocado no Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS).

8.8.3 Salas de Atendimento aos Discentes

A Universidade disponibiliza uma sala em cada centro de Ensino para o atendimento aos discentes. No Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS), esta sala localiza-se no prédio 12, a qual conta com mobiliário adequado para o desempenho das atividades acadêmicas.

8.8.4 Setor de Gestão de Permanência

O setor de Gestão de Permanência oferece atendimento aos estudantes nos três turnos, contando com colaboradores a disposição dos mesmos. O setor é amplo, arejado, climatizado, com mesas, cadeiras, poltronas e armários. Todos os equipamentos e mobiliários do setor possuem registro, gerenciamento e manutenção patrimonial.

8.8.5 Espaços de Convivência

Especificamente há um amplo espaço de convivência, com lancherias, restaurantes, sanitários, agências bancárias, serviços de reprografia, DCE, mesas e cadeiras, para o descanso dos alunos, professores, tutores e colaboradores. Além disso, é um espaço de convivência e encontro dos estudantes dos diferentes cursos, professores, tutores, colaboradores da IES e comunidade externa visitante.

Na Universidade ainda há amplos espaços externos, com áreas verdes, iluminação e assentos para recepcionar a comunidade acadêmica.

Na biblioteca, há salas de estudo, mas também espaços destinados à convivência da comunidade acadêmica, com um local destinado ao memorial da Unicruz, o qual também recebe visitas externas.

8.8.6 Núcleo de Apoio ao Estudante e Professor

O NAEP possui um espaço amplo com duas salas para atendimento individual, uma sala de espera com sofás e poltronas, e uma sala de trabalho coletivo. Neste espaço os acadêmicos podem fazer solicitações de apoio pedagógico e psicopedagógico, de escuta qualificada (psicólogo) e de nivelamento. Atuam no NAEP: psicóloga, pedagogas e psicopedagogas. Estão disponíveis mesas, cadeiras, poltronas, telefone, armários e equipamentos de informática e multimídia. O NAEP atende os estudantes nos três turnos com agendamento de horário. Todos os equipamentos e mobiliários do NAEP possuem registro, gerenciamento e manutenção patrimonial.

8.8.7 Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Unicruz - NAIU

O NAIU é um espaço de atendimento ao estudante. Tem a sua disposição intérprete de Libras, professor de braile, uma educadora especial e uma secretária. Possui a disposição uma sala de atendimento, com mesas, cadeiras e computadores com acesso a internet e wi-fi, poltronas e cadeiras no hall de entrada. Os computadores do NAIU possuem programas especiais adaptados de multimídia. Há ainda no NAIU disponível: cadeiras de rodas, muletas, material em braile, reglete e sorobã. Todos os equipamentos e mobiliários do NAIU possuem registro, gerenciamento e manutenção patrimonial.

8.8.8 Núcleo de Conexões Artístico Culturais – NUCART

O NUCART – Núcleo de Conexões Artístico-Culturais constitui-se como espaço de convergência de diferentes atividades culturais, concebidas e vivenciadas pela comunidade acadêmica da Universidade de Cruz Alta, por meio da arte e da cultura em sua forma mais ampla. Neste sentido, abarca projetos que possibilitem o ensino, pesquisa e extensão na universidade com vistas ao desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural da região. Apresenta-se como canal de diálogo entre os diversos saberes desenvolvidos e construídos na universidade nos diferentes agentes e instâncias com os quais a instituição se relaciona.

Por meio do Nucart, a Universidade reafirma o papel preponderante e a importância de atuar nas instâncias da cultura e da arte, e por elas instigar o debate artístico-cultural, através de exposições, palestras, apresentações, oficinas e encontros com artistas, com vistas a experiências que propiciem a construção de conhecimento, aprendizagem e a promoção da cidadania, no que enaltece conexões entre os objetos da arte, o sujeito, a cultura e a própria Arte.

De origem interdisciplinar, o Plano de Desenvolvimento de Ações procura estar aberto a projetos oriundos de todos os cursos da instituição e propõe atividades de exibição, fruição e debate nas diferentes linguagens da Arte, sejam elas: a bidimensionalidade (pintura, desenho, gravura, fotografia, pintura mural, etc.), a tridimensionalidade (escultura, objetos, instalações, etc.), as artes móveis

(cinema, vídeo arte, performance, arte experimental, etc.). Contempla ainda a dança, música, cinema e literatura e tem vistas para o debate do Artesanato e a produção da cultura popular em geral.

8.8.9 Núcleo do Projeto RONDON

O Núcleo do Projeto Rondon da Unicruz objetiva oportunizar formação aos acadêmicos para planejarem e desenvolverem projetos de promoção da melhoria da qualidade de vida da população, consolidando o papel transformador da Universidade em sua relação com a sociedade. Este Núcleo tem caráter permanente e consiste em duas linhas de ação: a primeira, na elaboração de atividades e execução local, na qual os acadêmicos organizam atividades de extensão para comunidades em situação de vulnerabilidade social (com foco nos multiplicadores), dentro de sua área de atuação (curso de graduação), para execução na área de abrangência da Universidade. A segunda, na elaboração de atividades e execução nacional, com preparação de atividades de extensão para municípios selecionados pelo Projeto Rondon Nacional, levando em consideração a realidade local e, caso a proposta seja aprovada, a execução das mesmas durante uma operação nacional.

Dessa forma, o Núcleo do Projeto Rondon da Unicruz propicia aos acadêmicos a vivência em comunidades vulneráveis, conhecendo outras realidades, trocas sociais e interculturais, que contribui na melhoria da qualidade de vida das comunidades e no aprendizado sociocultural dos acadêmicos.

8.9.10 Biblioteca

A Biblioteca da Unicruz está situada no campus universitário e ocupa uma área de 2.495,73 m², monitorada por câmeras de segurança, funcionando de

segunda a sexta-feira, ininterruptamente das 8h às 22h30min e sábados, das 9h30min às 13h. A biblioteca conta com um bibliotecário, na coordenação administrativa, assistentes e estagiários e é responsável por centralizar o acervo bibliográfico da Instituição. Adota o Sistema informatizado para gestão da Biblioteca, bem como o sistema nacional e internacional de classificação e catalogação do acervo bibliográfico, onde são processados livros, periódicos, CDs, DVDs, mapas, monografias, dissertações e teses. A Biblioteca possui também o espaço Braille, com literaturas adaptadas voltadas para a inclusão de deficientes visuais.

Os espaços da Biblioteca propiciam à comunidade acadêmica serviços de auxílio à pesquisa, consulta e empréstimo de seu acervo bibliográfico físico, bem como coloca à disposição dos acadêmicos, professores e colaboradores diversas bases de dados digitais de cunho científico e literário.

A Universidade disponibiliza para consulta aos seus acadêmicos dos cursos EaD e presenciais a Biblioteca Virtual Minha Biblioteca, bem como a base de dados Ebsco.

8.9 Política Institucional de Ação e Estímulo à Produção Discente

A Universidade de Cruz Alta possibilita aos estudantes participação em eventos científicos internos e externos, oferece gratuitamente aos estudantes bolsistas oficinas de formação científica, tais como: Metodologia Científica, Elaboração de Currículo Lattes, Elaboração e Organização de Artigos Científicos, Dicção e Oratória, entre outras. Ainda a Universidade oferece o incentivo para realização de viagens de estudo aos acadêmicos, com financiamento integral ou parcial dos custos, especialmente àquelas situações em que esta necessidade fica explícita no Plano de Ensino do Componente Curricular.

A Unicruz oferece também política de apoio à produção e publicação discente, por meio de edital específico, que prevê o Programa de Incentivo à Publicação da Produção Científica e Tecnológica – PIPPCT da Universidade de Cruz Alta, para docentes e discentes. Este Programa objetiva:

Premiar docentes e discentes autores de trabalhos científicos e tecnológicos, artigos, boletins técnicos, livros e capítulos de livros;

Apoiar financeiramente a publicação científica e tecnológica, resultante de conhecimentos gerados na Universidade de Cruz Alta, em veículos e anais de eventos com reconhecimento científico;

Disseminar o conhecimento gerado pela pesquisa científica, tecnológica e de extensão do corpo docente e discente da Universidade de Cruz Alta;

Consolidar a produção científica dos docentes e discentes da Universidade de Cruz Alta visando fortalecer os grupos de pesquisa.

8.10 Perfil Profissional do Egresso

A Universidade de Cruz Alta proporciona formação acadêmica contextualizada, de modo a permitir condições aos egressos de exercerem suas profissões de forma independente, autônoma e criativa, identificando os problemas, avaliando-os e conduzindo-os às possíveis soluções, a partir de sólidos saberes técnicos, científicos e humanísticos. Para tanto, o egresso deve expressar:

- visão ampla e globalizada dos aspectos técnico-científicos, sociais, culturais, políticos e econômicos relacionados às diferentes áreas de formação;
- saberes técnico/científico/profissional na seleção e processamento dos conteúdos e dos conhecimentos produzidos científica e culturalmente;
- capacidade de decisão de modo lógico, crítico e criativo com argumentação necessária;
- compreensão do trabalho coletivo e em equipe como estratégia adequada ao equacionamento dos desafios que pautam o contexto social;

- identidade profissional transformadora, capacidade de avaliar, avaliar-se e questionar a realidade social, apontando saídas para melhoria, através de relacionamento interpessoal, para a compreensão das dimensões do ser humano;

- inserção no contexto social, acompanhamento da evolução do conhecimento em sua área, comprometimento com o desenvolvimento regional e com a sustentabilidade;

- domínio das tecnologias de informação e comunicação como ferramenta facilitadora e modernizadora no acesso ao desempenho das atividades profissionais;

- concepção da aprendizagem como um processo autônomo e contínuo, com vistas à formação continuada;

- capacidade para selecionar e produzir conhecimentos científicos, por critérios de relevância e rigor, validade e responsabilidade social e ambiental, de dignidade humana, participação, diálogo e solidariedade.

8.10.1 Acompanhamento de Egressos

O Programa de Acompanhamento dos Egressos da UNICRUZ representa um processo institucional de organização de informações sobre as condições pessoais, acadêmicas e profissionais dos estudantes, formandos e ex-alunos.

A criação de mecanismos de acompanhamento de egressos, na Universidade, dá-se a partir de instrumentos de coleta de opinião dos egressos sobre a formação recebida e também pelo contato com agências empregadoras, para obtenção de informações a respeito do desempenho do egresso no mercado de trabalho. Na página da UNICRUZ e em demais redes sociais, como facebook institucional, há um espaço específico para as manifestações dos egressos. Além disso, quando o egresso volta à UNICRUZ para retirar seu Diploma, no ato da entrega há um questionário a ser respondido com questões relacionadas a Instituição, o seu curso e o mercado de trabalho.

No conjunto, as informações obtidas destinam-se à melhoria dos programas acadêmicos e ofertas de educação continuada em programas Lato e Stricto sensu, cursos e demais atividades de extensão, que promovam o aperfeiçoamento e qualificação profissional. Institucionalmente a UNICRUZ, por meio do setor de Gestão de Permanência mantêm o contato de todos os ex-alunos (egressos, trancamentos, cancelamentos) e envia aos mesmos calendário acadêmico com convite para retornar à instituição, bem como envio do Edital PROBIN aos egressos dos cursos de graduação, o qual possibilita realizarem segunda licenciatura ou pós-graduação com descontos.

Outra ação institucional é o Observatório Profissional, que possibilita a realização de oficinas, palestras e encontros sobre o mundo do trabalho, que é ofertado para os acadêmicos dos últimos semestres dos cursos de graduação da UNICRUZ e, que procura trazer como palestrantes egressos da UNICRUZ. Outra importante ação com egressos é realizada durante o Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão, onde são realizadas palestras e oficinas, nas quais são prioritariamente convidados ex-bolsistas de pesquisa e extensão, que se tornaram pesquisadores e/ou professores para realizarem tais atividades.

No âmbito dos cursos de graduação há diversas ações sendo realizadas para acompanhamento dos seus egressos. Dentre estas ações destacam-se: páginas institucionais com informações para os egressos; contato com egressos via e-mail, facebook e demais redes sociais; envio de notícias dos eventos realizados pelos cursos para os egressos com convites para participação; pesquisas específicas realizadas pelos cursos sobre os seus egressos; realização de encontros festivos de ex-alunos, e, participação dos egressos como painelistas em semanas acadêmicas.

A IES juntamente com o Curso busca acompanhar o egresso em sua formação continuada através da realização de eventos tais como: semanas acadêmicas, seminários, cursos de extensão e programas de pós-graduação. Todos estes informes são colocados na página do Curso bem como enviados para

o e-mail de cada acadêmico, que consta em um cadastro feito pela Coordenação do Curso e ainda enviados via mensagens em redes sociais.

O Curso de Ciências Contábeis está em fase de implantação de um programa de relacionamento com egressos, no site do Curso, chamado “Portal do Egresso”. Este portal visa coletar dados que possibilitem avaliar o Curso de Ciências Contábeis da Unicruz através das experiências vivenciadas pelos egressos após a entrada no mercado de trabalho. Além disso, já está em sua III edição a Mostra de artigos científicos do TFG, de forma a socializar com os acadêmicos os conhecimentos gerados a partir dos estudos de final de curso e aproximar os egressos aos atuais acadêmicos do curso.

9 ESTRUTURA INSTITUCIONAL QUE ASSEGURA A DINÂMICA DO CURSO

9.1 Órgãos de Apoio às Atividades Acadêmicas

9.1.1 Assessoria Pedagógica

O trabalho de Assessoria Pedagógica é um dos recursos institucionais da Unicruz para empreender processos de construção, acompanhamento, atualização e busca constante da excelência no campo pedagógico universitário. Tal processo possibilita apontar as demandas educacionais da Instituição, de forma a atender a legislação do ensino superior, nos diferentes cursos de graduação. Por meio deste setor são atendidas demandas pedagógicas dos cursos de graduação como:

atualização constante dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, levantamento das necessidades de infraestrutura para a qualificação do processo de ensino e aprendizagem, acompanhamento dos procedimentos e organização didático-metodológica dos cursos e formação permanente e continuada dos docentes, efetivada por meio do Fórum Permanente de Pedagogia Universitária e Programas específicos.

9.1.2 Núcleo de Legislação

Responsável pelo apoio aos coordenadores de cursos na apresentação e interpretação das legislações do ensino superior, bem como responsável pelos processos de credenciamento institucional, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos. Responde também pelas informações institucionais referentes ao Censo da Educação Superior, Enade, cadastros e acompanhamento de processos no sistema e-MEC. No Núcleo de Legislação está alocado o PI – Procurador Educacional Institucional, o qual é o responsável pelas atribuições descritas acima e pelo acompanhamento e atualização das legislações educacionais e sua divulgação junto aos setores competentes, responsável também, pela organização e acompanhamento às visitas in loco por comissões de avaliação do INEP/MEC.

9.1.2.1 Divisão de Registros de Diplomas

O setor de Divisão de Registro de Diplomas é responsável pela conferência dos processos de diplomas dos cursos de graduação e dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* da Instituição, assim como o procedimento de registro e expedição dos mesmos, além de realizar conferências relacionadas a participação do aluno junto ao ENADE; a emissão de certificados de Proficiência em Língua Inglesa e Espanhola; Certificados de Monitoria e aluno Apoiador dos Cursos de Graduação. Também é o setor responsável pelo

apostilamento nos diplomas dos cursos de graduação da UNICRUZ, quando necessário e confecção de segunda via de certificado.

9.1.3 Comunicação com a Sociedade

A Unicruz possui o Núcleo Integrado de Comunicação - NIC, um setor que centraliza os processos de comunicação institucional, aproximando os colaboradores das áreas do jornalismo, relações públicas, publicidade e propaganda, desenvolvimento/programação web e eventos. Sua principal prática é a profissionalização do trato com a informação. A uniformização do discurso, a fluidez contínua e eficiente das pautas e a credibilidade conquistada para com todos os conteúdos que giram em torno da Universidade de Cruz Alta, caracterizam o NIC como uma referência para o conceito de comunicação integrada, inevitavelmente por sua clara e objetiva atuação com as mais consagradas e também inovadoras abordagens comunicacionais, permitindo às várias formações envolvidas atuarem complementarmente.

9.1.3.1 Comissão de Vestibular

A Comissão de Vestibular constitui-se por um grupo permanente de professores e colaboradores, os quais são responsáveis pelo planejamento, elaboração e execução de todas as ações referentes ao processo seletivo, via Vestibular, para ingresso dos discentes na Universidade de Cruz Alta.

9.1.3.2 Núcleo Integrado de Comunicação - NIC

O NIC – Núcleo Integrado de Comunicação tem como principal atividade a divulgação, para os públicos interno e externo, das ações desenvolvidas pela Universidade, bem como a responsabilidade estratégica de trabalhar a imagem institucional e contribuir com a captação de novos alunos. Complementar à atividade de comunicação, também é de responsabilidade do setor assessorar na realização de grande parte dos eventos da UNICRUZ.

9.1.4 Convênios Institucionais que Possuem Relação com o Curso

A Universidade de Cruz Alta mantém em vigência aproximadamente 2.051 (dois mil e cinquenta e um) acordos de cooperação, contratos e convênios celebrados com empresas e órgãos e instituições públicas e privadas, dos quais 867 (oitocentos e sessenta e sete) destinam-se à realização de estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios, ratificando o compromisso da Instituição com a qualidade do ensino, proporcionando aos seus alunos a utilização, na prática, dos conhecimentos adquiridos em sala de aula. Além dos estágios, os convênios também tem a finalidade de promover o intercambio de alunos e professores, realização de simpósios, eventos e similares, além do desenvolvimento de ações socioeconômicas, culturais e educativas, não só na localidade sede, mas com destacada atuação na região, como por exemplo: Ministério do Exército, Banco do Brasil, Embrapa, SESC/RS, SENAI, SESI/RS, IBGE, CCGL, Fundacep/Fecotrigo, FIERGS, FEPAM, Emater/RS, IPHAN/RS, Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul, Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Ministério Público do Rio Grande do Sul, Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, e diversos hospitais, cooperativas e agências de seleção e recrutamento de estágio, bem como instituições de ensino públicas e privadas, tais como: UFRGS, UFSM, UERGS, IFFarroupilha, IFFS, PUC- RS, FURG, Unisinos, URI, ULBRA, UPF, Unijuí, Unipampa, UFPel, UFPR – Paraná, UESC – Santa Catarina, UFSC – Santa Catarina, Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Possui ainda parceria com instituições de ensino estrangeiras, destacando-se: Fundacion Catalana per la Recerca, Espanha; Fundación por el Desarrollo Humano y el Ambiente – FUDHAM, Argentina; Fundacion Suzuki – Argentina; Iniversité de Montréal, Canadá; Instituto Privado Carlos Linneo – Argentina; Instituto Universitario de Ciencias de la Salud, Argentina; IPET – Argentina; Universidad Austral – Argentina; Universidad Autonoma de Encarnación – Paraguai; Universidad Catolica de Chile; Universidad Champagnat - Mendoza/Argentina; Universidad de

La Serena – Chile; Universidad de León – Espanha; Universidad de Norte Santo Tomas de Aquino – Argentina; Universidad de Salamanca – Espanha; Universidad Mayor – Chile; Universidad Nacional de Cuyo – Argentina; Universidad Nacional de Ensino a Distancia – UNED, Espanha; Universidad Nacional de La Matanza, Argentina; Universidad Nuestra Señora de la Assunción – Paraguai; Universidade de Algarve – Portugal; Universidade de Barcelona – Espanha; Universidade de Buenos Aires – Argentina; Universidade de Ciências Florestais de Rottenburg; Holanda; Universidade de Coimbra – Portugal; Universidade de Cornell - Estados Unidos; Universidade do Texas - Estados Unidos; Universidade Politecnica Delle Marche – Itália; Universidade Politénica da Cataluña – Espanha; Universidade Nacional de La Plata – Argentina; Universidad Politécnica de Madrid, Espanha; Instituto Politécnico de Coimbra (IPC), Coimbra, Portugal; Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, Portugal, e Universidade de Ciências Aplicadas, Turku, Finlândia.

Há ainda convênios firmados através do COMUNG – Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas, e com a ABRUC – Associação Brasileira das Universidades Comunitárias, com destaque para o convênio de cooperação celebrado com o Consórcio de Universidades Aplicadas Alemãs – UAS7.

A Universidade mantém ainda em atividade parcerias com diversos Municípios da sua área de abrangência, principalmente os pertencentes ao Corede Alto Jacuí – Conselho Regional de Desenvolvimento do Alto Jacuí, buscando, por meio de cursos e assessorias, qualificar os educadores municipais para adequação e atualização às necessidades educacionais voltadas às suas realidades locais.

Destacam-se, além dos convênios supracitados, os firmados com a Empresa Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A., com o SESCOOP/RS, e com o SEBRAE/RS, que subsidiam projetos para o desenvolvimento de ações sociais que permitem a melhoria da qualidade de vida da comunidade regional, através do fomento do comércio, indústria e serviços, concomitantemente à realização de programas de inclusão social.

A Universidade mantém um convênio com o Município de Cruz Alta, através da Secretaria de Saúde, para a realização de exames laboratoriais do Sistema Único de Saúde, que são executados pelo Laboratório de Análises Clínicas.

Outra parceria que merece destaque é a cooperação firmada com o SICCOB – Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil, que disponibiliza aos alunos o CrediUni – Programa de Incentivo à Educação, sistema próprio de financiamento acessível para os cursos de graduação e de pós-graduação da Universidade.

A implementação da Fazenda Escola, que viabiliza a realização de atividades pedagógicas práticas e o desenvolvimento de projetos de pesquisa, permitiu a celebração de convênios com empresas que atuam no ramo agropecuário, que recebem lotes para o desenvolvimento de plantações e insumos para o setor, entre as quais se destacam: Dupont do Brasil S/A, KNA Aviação Agrícola, Chip Inside Tecnologia S/A, AGCO do Brasil Máquinas e Equipamentos Agrícolas Ltda., Simbiose Indústria e Comércio de Fertilizantes e Insumos Microbiológicos Ltda., Cabanha Irmãos Soldera, Agroprecision Serviços Agrícolas Ltda., BASF S/A, DOW AgroSciences Industrial Ltda., Biomonte Ltda., Syngenta Proteção de Cultivos Ltda., Sipcam Nichino Brasil S/A e Dimicron Química do Brasil Ltda (Fertiláqua).

A Universidade de Cruz Alta, atenta aos avanços sociais e tecnológicos, está em constante busca de novos rumos e novas parcerias, a fim de qualificar a sua estrutura, o seu corpo docente, e, principalmente, preparar os seus alunos para a vivência profissional e formação continuada, ratificando seu compromisso social de Instituição Comunitária voltada à discussão e solução dos anseios da sua comunidade.

9.1.5 Apoio Financeiro

O Programa de Incentivo à Publicação da Produção Científica e Tecnológica - PIPPCT da Universidade de Cruz Alta oferece concessão de prêmio e/ou apoio financeiro à publicação de trabalhos científicos e tecnológicos artigos, boletins técnicos, capítulos de livros ou livros ao corpo docente e discente que tiver interesse e apresentar seus comprovantes.

O referido Programa tem como objetivos:

- Premiar docentes e discentes autores de trabalhos científicos e tecnológicos artigos, boletins técnicos, livros e capítulos de livros.
- Apoiar financeiramente a publicação científica e tecnológica, resultante de conhecimentos gerados na Universidade de Cruz Alta, em veículos e anais eventos com reconhecimento científico.
- Disseminar o conhecimento gerado pela pesquisa científica, tecnológica e de extensão do corpo docente e discente da Universidade de Cruz Alta.
- Consolidar a produção científica dos docentes e discentes da Universidade de Cruz Alta visando fortalecer os grupos de pesquisa.

O Programa é operacionalizado por meio da apresentação de propostas à Coordenação de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, em fluxo contínuo, com vigência de 36 (trinta e seis) meses a partir da data de publicação do Edital, ou até esgotados os recursos financeiros para esta finalidade. Também será no edital que estarão previstas as modalidades de premiação e de apoio ao docente e ao discente.

O Edital PROEN, por meio da PROGRAD, também disponibiliza recursos para o investimento nos cursos de graduação em recursos humanos (qualificação) e infraestrutura, por meio de avaliação dos projetos encaminhados, com quota de bolsas.

9.2 Infraestrutura Física e Instalações Acadêmicas

A Universidade de Cruz Alta está em constante adequação quanto às necessidades acadêmicas relativas à sua infraestrutura, visando realizar manutenções e atualizações nos principais aspectos impactantes na rotina acadêmica e técnico-administrativa da Instituição, em consonância com a gestão da sustentabilidade financeira.

Assim, são demonstradas a seguir as principais infraestruturas utilizadas diretamente pelo ensino, pesquisa e extensão, em consonância com a missão de produzir e socializar o conhecimento qualificado.

9.2.1 Salas de aula

A Universidade disponibiliza para as atividades pedagógicas, em sua maioria teóricas, 93 (noventa e três) salas de aula com acessibilidade distribuídas entre os prédios do Campus, incluindo as dependências do Hospital Veterinário. Estes espaços podem ser utilizados pelos Cursos de Graduação e Pós-Graduação, tendo a sua disposição classe e cadeira para o docente e conjuntos de classes e cadeiras para os discentes, em quantidade relativa ao espaço físico disponível em cada sala. Todos os equipamentos e mobiliário das salas de aula possuem registro, gerenciamento e manutenção patrimonial. Além disso, as salas são equipadas com quadro negro ou lousa, algumas delas contam com aparelho de Datashow fixo para projeção na lousa, e todas com climatização de capacidade compatível para atender a área física de cada sala. Todas as salas de aula possuem manutenção diária de limpeza e conservação, com avaliação periódica de equipamentos, iluminação e manutenção, cuja responsabilidade é da gerência administrativa do campus universitário.

9.2.2 Sala de professores

Na UNICRUZ as salas de professores são organizadas por Centros de Ensino. Como na IES há dois Centros de Ensino – o CCSA (Centro de Ciências da Saúde e Agrárias) e o CCHS (Centro de Ciências Humanas e Sociais), há uma sala de professores em cada Centro. São salas amplas, com mesa coletiva e cadeiras, armários para os professores, computadores de mesa disponíveis para uso dos professores, sofás e poltronas para descanso, espaço para café e/ou chá. Neste espaço há a disposição dos professores tomadas para conexão dos aparelhos de celular e laptops, acesso à internet *wi-fi* e *rede*. Ambas as salas possuem acessibilidade, iluminação adequada, manutenção, limpeza diária e climatização. Todos os equipamentos e mobiliários das salas de professores possuem registro, gerenciamento e manutenção patrimonial.

9.2.3 Sala de professores em Regime de Tempo Integral - TI

Em cada Centro de Ensino (CCSA e CCHS) também estão localizadas as duas salas exclusivas para os professores com Regime de Tempo Integral, nas quais cada um deles possui um espaço específico com mesa, cadeira, tomada e acesso à internet *wi-fi*. Os professores trazem seus *laptops* para uso individual e também têm espaço para deixar seus livros e materiais didáticos. Há disponíveis dois computadores com acesso à rede interna (por meio de senha) e internet; por meio dela, os mesmos podem utilizar a impressão de materiais com o uso coletivo da impressora que se localiza na secretaria de cada Centro. Ambas as salas possuem acessibilidade, iluminação adequada, manutenção, limpeza diária e climatização. Todos os equipamentos e mobiliários das salas pertencentes à IES possuem registro, gerenciamento e manutenção patrimonial.

9.2.4 Sala da Direção de Centro e Secretarias Pedagógicas

Nos Centros de Ensino há a disposição sala específica para os (as) Diretores (as) de Centro e para as Secretárias Pedagógicas, com mesa e cadeira para cada Diretor de Centro e secretária pedagógica, computador de mesa à disposição e mesa de reuniões. As salas são iluminadas, com manutenção e limpeza diária. São

climatizadas, com acesso a linha telefônica, à internet *wi-fi* e rede.

Sob a coordenação do Diretor de Centro também fica a Secretaria do Centro, com colaboradores à disposição para atendimento aos docentes, discentes, coordenadores dos Cursos e público externo. A Secretaria do Centro também tem a sua disposição mesas, cadeiras, equipamentos de informática, reprografia para uso interno e impressora. Todos os equipamentos e mobiliários da Sala de Direção de Centro pertencentes à IES possuem registro, gerenciamento e manutenção patrimonial.

9.2.5 Sala de Coordenação de Curso

Cada Coordenador de Curso possui a sua disposição um gabinete de trabalho com mesa, cadeiras, armário, e computador com acesso à internet *wi-fi* e rede e, climatização. Para as reuniões de NDE os coordenadores de Curso têm à disposição os espaços coletivos, que são agendados previamente nas secretarias dos Centros ou no Setor de Eventos. Também têm a sua disposição os equipamentos como projetor multimídia. São nestes gabinetes que os coordenadores de curso fazem os atendimentos individuais aos acadêmicos, quando necessário. Todos os equipamentos e mobiliários da sala de Coordenadores de Curso pertencentes à IES possuem registro, gerenciamento e manutenção patrimonial.

9.2.6. Laboratórios

O custo conta com 03 laboratórios de informática equipados com computadores onde os discentes realizam atividades práticas das disciplinas de Laboratório de Prática Contábil I, II e III, utilizando o software Account Contabilidade Didática.

9.3 Espaços para Atendimento aos Acadêmicos

9.3.1 Centros de Ensino

Os centros de ensino congregam a coordenação dos cursos da Universidade de Cruz Alta e disponibilizam secretários para informações e atendimento aos alunos e professores e secretária pedagógica para oferecer apoio pedagógico aos Coordenadores de Curso. Cada centro de ensino é coordenado por um diretor de centro, que também está à disposição do corpo docente e discente, para o apoio pedagógico e administrativo. É no centro de ensino que estão alocadas as salas das coordenações de cursos, salas de professores, os espaços dos professores de Tempo Integral e a sala de atendimento aos estudantes.

9.3.2 Secretaria Acadêmica

A Secretaria Acadêmica é o local onde o estudante e a comunidade em geral têm a possibilidade de buscar informações e acompanhar, formalmente, a sua situação acadêmico-pedagógica. É nesse espaço que o acadêmico de Graduação e Pós-Graduação estabelece o vínculo formal com a Universidade, ao fazer sua matrícula ou havendo algum evento extraordinário com relação a matrícula e ao andamento do seu percurso formativo. O setor possui arquivos próprios, onde efetiva os registros acadêmicos e a documentação dos alunos dos diferentes cursos.

9.3.3 Núcleo de Apoio ao Estudante e ao Professor - NAEP

O NAEP possui um espaço amplo com duas salas para atendimento individual, uma sala de espera com sofás e poltronas, e uma sala de trabalho coletivo. Neste espaço os acadêmicos podem fazer solicitações de apoio pedagógico e psicopedagógico, de escuta qualificada (psicólogo) e de nivelamento. Atuam no NAEP psicóloga, pedagoga e psicopedagogas. Estão disponíveis mesas, cadeiras, poltronas, telefone, armários e equipamentos de informática e multimídia. O NAEP

atende os estudantes nos três turnos com agendamento de horário. Todos os equipamentos e mobiliários do NAEP possuem registro, gerenciamento e manutenção patrimonial.

9.3.4 Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UNICRUZ - NAIU

O NAIU é um espaço de atendimento ao estudante. Tem a sua disposição intérprete de LIBRAS, professor de braile, uma educadora especial e uma secretária. Possui a disposição uma sala de atendimento, com mesas, cadeiras e computadores com acesso a internet e *wifi*, poltronas e cadeiras no hall de entrada. Os computadores do NAIU possuem programas especiais adaptados de multimídia. Há ainda no NAIU disponível: cadeiras de rodas, muletas, material em braile, reglete e sorobã. Todos os equipamentos e mobiliários do NAIU possuem registro, gerenciamento e manutenção patrimonial.

9.3.5 Núcleo de Educação à Distância - NEAD

Na Universidade, as atividades de EaD são coordenadas pelo Núcleo de Educação à Distância – NEaD, o qual é composto por equipe multidisciplinar. Ainda dispõem de um professor coordenador, colaboradores e tutores. Desenvolve estratégias de apoio e realiza trabalho integrado com os demais professores da Instituição, utilizando recursos tecnológicos para ampliar os programas educacionais e oferece componentes curriculares com o uso de diferentes meios de comunicação, nas modalidades: a distância, presencial e semipresencial.

O NEaD também é responsável pelo apoio e operacionalização de todas as formações pedagógicas ofertadas aos docentes, discentes e tutores por meio da Educação à Distância.

9.3.6 Setor de Gestão de Permanência

O setor de Gestão de Permanência oferece atendimento aos estudantes nos três turnos, em amplo espaço com duas funcionárias a disposição. O setor é amplo, arejado, climatizado, com mesas, cadeiras, poltronas e armários. Todos os equipamentos e mobiliários do setor possuem registro, gerenciamento e manutenção patrimonial.

9.3.7 Setor de Gestão de Permanência

A Universidade disponibiliza uma sala em cada centro de Ensino para o atendimento aos discentes.

9.4 Auditórios

Há a disposição da comunidade acadêmica um auditório localizado no prédio 05, com área total de 197,38 m², 190 assentos e capacidade para 198 pessoas. Conta também com assentos destinados a pessoas com prioridades (necessidades especiais, idosos, gestantes, mobilidade reduzida), com acessibilidade, saídas de emergência, conforto térmico e acústico adequados, acesso à internet wi-fi e conexão de internet em rede, equipamento para videoconferência e projetor multimídia, notebook, sonorização, microfone e iluminação adequada. Todos os equipamentos e mobiliários do Auditório Central possuem registro, gerenciamento e manutenção patrimonial.

No prédio 13 há outro auditório com 156,75 m², com 120 assentos e também assentos destinados a pessoas com prioridades (necessidades especiais, idosos, gestantes, mobilidade reduzida), com acessibilidade, conforto térmico e acústico adequados, acesso à internet wi-fi e conexão de internet em rede, projetor multimídia, notebook, sonorização, microfone e iluminação adequada. Todos os equipamentos e mobiliários do Auditório do prédio 13 possuem registro, gerenciamento e manutenção patrimonial.

9.5 Biblioteca

A Unicruz, na sua estrutura de apoio pedagógico, conta com a Biblioteca Visconde de Mauá, um importante espaço de difusão e veiculação cultural e científica, que centraliza o acervo bibliográfico da Instituição para o atendimento das necessidades acadêmicas. Situada no campus universitário, ocupa uma área de 2.604,01m², monitorada por câmeras de segurança, funcionando de segundas as sextas-feiras, ininterruptamente das 8h às 22h30min e sábados, das 9h30min às 13h. A biblioteca conta com um bibliotecário, na coordenação técnica e administrativa, além de assistentes de biblioteca e estagiários.

Os quadros a seguir descrevem as instalações correspondentes à área física da Biblioteca. Dependências da Biblioteca da UNICRUZ (andar térreo).

Quadro 2 - Dependências da Biblioteca (andar térreo).

Dependências	Salas	Área (m²)
Salas de estudos (fechadas)	18	176,46
Sanitários	04	24,48
Recepção e balcão de atendimento	01	16,26
Sala do servidor	01	6,22
Guarda volumes	01	18,05
Circulação Interna		304,27
Circulação Externa		421,19

Sala Espaço Braile	01	9,35
Escada Interna	03	26,49
TOTAL		1.002,77

Fonte: Biblioteca da UNICRUZ (2018).

Quadro 3 - Dependências da Biblioteca da Unicruz (1º andar).

Dependências	Quantidade de salas	Área (m²)
Acervo bibliográfico		892,60
Administrativo	01	38,55
Sala de processamento de livros e periódicos	01	17,37
Sanitários	02	25,22
TOTAL		973,74

Fonte: Biblioteca da UNICRUZ (2018).

Quadro 4 - Dependências centrais da Biblioteca.

Dependências	Quantidade de salas	Área (m²)
Memorial da Unicruz (museu)	01	79,38
Exposição de Periódicos/ambiente de estudos	01	146,30
Espaço Lounge/ambiente de estudos	01	79,38
TOTAL		305,06

Fonte: Biblioteca da UNICRUZ (2018).

Quadro 5 - Subsolo da Biblioteca

Dependências	Quantidade de salas	Área (m²)
Cozinha	01	22,21

Sala de arquivo permanente	01	35,34
TOTAL		57,45

Fonte: Biblioteca da UNICRUZ (2018).

No subsolo da Biblioteca, além dos espaços citados no Quadro 5, ainda estão locados alguns setores e projetos, contando também com salas de aula e sanitários, conforme Quadro 6.

Quadro 6 - Demais espaços no Subsolo da Biblioteca.

DEPENDÊNCIAS	QUANTIDADE DE SALAS	ÁREA (m²)
Comissão Própria de Avaliação	02	29,44
Corede Alto Jacuí	01	30,48
Laboratório de Ideias	01	17,25
LEPSI	01	28,26
NUCART	01	38,85
Núcleo de Direitos Humanos	01	27,18
Sala de Aula 1	01	44,64
Sala de Aula 2	01	56,97

Sala 3	01	13,74
Sala 4	01	9,51
Sala 5	01	9,52
Sanitário feminino	01	7,33
Sanitário masculino	01	7,33
Total	14	320,50

Fonte: Biblioteca da UNICRUZ (2018).

Em sua organização, a biblioteca adota o Sistema de Classificação CDU (Sistema de Classificação Universal) e, para a catalogação, o AACR2 (Código de Catalogação Anglo-Americano) e a Tabela Cutter (tabela de códigos que indicam a autoria de uma obra literária), no qual são processados livros, periódicos, folhetos, teses, monografias e outros.

A biblioteca propicia aos seus usuários, serviços de auxílio à leitura, pesquisa, consulta e empréstimos de seu acervo bibliográfico. O empréstimo domiciliar é oferecido aos usuários devidamente cadastrados. Os prazos de empréstimos e a quantidade de exemplares variam de acordo com o tipo de usuário e material. A Biblioteca oferece serviço de capacitações em Base de Dados, bem como de elaboração de fichas catalográficas para os documentos institucionais.

Ao acessar as dependências da biblioteca, os usuários têm acesso à Internet wi-fi para pesquisa de artigos científicos nacionais e internacionais nas Bases de Dados EBSCO, e nas Bases de dados de acesso livre como Scielo, Capes e outros.

9.5.1 Distribuição do Acervo Geral

A distribuição do acervo da Biblioteca encontra-se nos quadros a seguir:

Quadro 7 - Usuários, Materiais e Prazos.

Categoria dos usuários	Quantidade de Obras	Período de retirada para livros	Período de retirada para DVD
Estudantes de Graduação	06	10 dias úteis	03 dias úteis
Estudantes de Pós-Graduação	07	15 dias úteis	03 dias úteis
Professores	09	15 dias úteis	03 dias úteis
Colaboradores	06	15 dias úteis	03 dias úteis

Fonte: Biblioteca da Unicruz (2018).

Quadro 8 – Distribuição do acervo: livros por áreas do conhecimento.

Área	Livros		
	Títulos	Volumes	Monografias
Ciências Agrárias	3.396	6.746	1.100
Ciências Biológicas	2.345	4.610	453
Ciências da Saúde	6.434	11.080	1.857
Ciências Exatas e da Tecnologia	3.861	7.270	479
Ciências Humanas	11.211	16.327	1.691

Ciências Sociais e Aplicadas	18.009	29.300	2.864
Linguística, Letras e Artes	9.004	11.738	650
Engenharias	419	719	74
Outros	52	81	15
TOTAL	54.731	87.871	9.184

Fonte: Biblioteca da Unicruz (2018).

Quadro 9 - Distribuição do acervo: periódicos.

Área	Periódico Nacional	Periódico Estrangeiro
Ciências Agrárias	301	117
Ciências Biológicas	152	128
Ciências da Saúde	478	99
Ciências Exatas e Tecnológicas	98	61
Ciências Humanas	392	59
Ciências Sociais Aplicadas	1.027	59
Linguística, Letras e Artes	166	34
Engenharias / Geral	266	17
TOTAL	2.880	574

Fonte: Biblioteca da Unicruz (2018).

Quadro 10 - Distribuição do acervo: CD-ROM.

Área	CD Rom
Ciências agrárias	382
Ciências biológicas	17
Ciências da saúde	137
Ciências exatas e tecnológicas	25
Ciências humanas	66
Ciências sociais aplicadas	411
Linguística, letras e artes	67
Engenharias	05
TOTAL	1.110

Fonte: Biblioteca da Unicruz (2018).

Quadro 11 - Total do acervo de periódicos dividido por áreas e grandes áreas.

Áreas do Conhecimento	Área	Total
Ciências Agrárias	Agronomia	291
	Medicina Veterinária	127

TOTAL		418
Ciências Biológicas	Botânica	18
	Ciências	44
	Biologia	48
	Meio Ambiente	31
	Ciência e Tecnologia	34
TOTAL		175
Ciências da Saúde	Educação Física	70
	Enfermagem/Medicina	59
	Farmácia	100
	Fisioterapia	23
	Medicina	284
	Nutrição	35
	Tecn. em Estética e Cosmética	06
TOTAL		577
Ciências Exatas e Tecnológicas	Ciência da Computação	98
	Estatística	04
	Física	10

	Matemática	25
	Química	23
TOTAL		160
Ciências Sociais Aplicadas	Administração	179
	Arquitetura	98
	Ciências Sociais	62
	Comunicação Social	125
	Direito	302
	Economia	173
	Serviço Social	32
	Ciências Contábeis	52
	Turismo	52
	Previdência Social	11
TOTAL		1.086
Ciências Humanas	Educação	248
	Filosofia	26
	Geografia	42
	História	80
	Pesquisa Científica	21

	Psicologia	31
	Religião	19
	Sociologia	10
TOTAL		477
Linguística, Letras e Artes	Dança	15
	Letras	160
	Língua Estrangeira	14
	Artes	11
TOTAL		200
Geral	Geral	224
	Geral Específico	16
	Jornais	42

TOTAL	282
--------------	------------

Fonte: Biblioteca da Unicruz (2018).

Há uma política de ampliação do acervo bibliográfico que observa as indicações feitas pelos professores de cada curso, estudantes e coordenadores, baseados nas ementas e componentes curriculares em oferta, consolidando o plano de expansão da biblioteca, que visa à atualização do acervo bibliográfico, no sistema de compra, doação ou permuta. Além disso, a biblioteca desenvolve um serviço de intercâmbio institucional com universidades da região, do Estado e do país, para desenvolvimento de pesquisas, para as quais são permutados periódicos científicos de diversas áreas do conhecimento.

O acervo está disponível no catálogo online da biblioteca, acessível à comunidade, na internet, no endereço: home.unicruz.edu.br/biblioteca/. Oferece, além da pesquisa do acervo, a possibilidade de fazer a renovação e reservas *online*. A biblioteca disponibiliza, ainda, um serviço de alerta por e-mail, comunicando aos estudantes, um dia antes, o vencimento do prazo de empréstimos dos livros, ou a disponibilidade do material reservado.

Foi implantada uma proposta de revitalização da biblioteca, visando à dinamização dos espaços e a interação da comunidade acadêmica com o acervo e sua riqueza científica e cultural. Uma das ações é o Memorial da Unicruz, situado na biblioteca e que por meio de materiais expostos, apresenta a história da Instituição. Outra ação é o ambiente de socialização que corresponde ao Espaço Alternativo, *Lounge*, de leitura e pesquisa, e também a implantação do banco de doações e divulgação de documentos existentes no acervo.

Todas as iniciativas têm a intenção de promover a revitalização e crescente valorização do espaço enquanto centro de apoio pedagógico, na busca do conhecimento que qualifica a formação profissional, humana e técnica.

9.5.2 Periódicos Especializados

A Biblioteca Visconde de Mauá, na área de Ciências Contábeis, disponibiliza títulos de periódicos qualificados pela CAPES e possui assinatura com a Base de Dados EBSCO.

9.5.3 Bibliografias Básica e Complementar

As bibliografias básica e complementar do Curso de Ciências Contábeis são definidas de acordo com as ementas das disciplinas. O número de exemplares segue a determinação da legislação. Para isso, há um planejamento do NDE para a análise, sugestão e confirmação da quantidade de bibliografias necessárias, as quais são revistas a cada semestre.

A Unicruz disponibiliza ainda o acesso aos professores e acadêmicos à Biblioteca Digital Minha Biblioteca.

9.5.3.1 Relatório de Adequação da Bibliografia

A aquisição de títulos das bibliografias básica e complementar é realizada através da elaboração de um plano contendo as novas aquisições (títulos e número de exemplares), elaborado pelo NDE, de modo a atender as demandas do curso.

Esse plano é baseado nos critérios estabelecidos pelo MEC, mediante o número de alunos matriculados no Curso, bem como através das solicitações de docentes ou a partir dos resultados da avaliação institucional.

O Coordenador do Curso e o (a) diretor (a) do Centro encaminham a solicitação de compras, via sistema. O setor de legislação da Pró-Reitoria de Graduação e a Gerência Financeira da Pró-Reitoria de Administração autorizam ou não a compra, de acordo com os recursos orçamentários destinados a cada curso e/ou centro, podendo ocorrer a curto, médio e longo prazo.

9.5.4 Repositório Institucional

O Repositório é um sistema institucional de armazenamento e publicação de Teses, Dissertações, Monografias, TCCs, Relatórios de Estágio e Artigos Científicos gerenciado pela Biblioteca da Universidade de Cruz Alta, da produção científica da instituição, criando um ambiente de disseminação, cooperação e a promoção do conhecimento em escala global.

A base de dados em que as obras estão disponibilizadas é gratuita, de acesso livre e sem custos para os autores. Os arquivos depositados no Repositório Institucional estão disponíveis gratuitamente para fins de pesquisa, estudo e referência.

O sistema da base de dados é administrado pelo Centro Tecnológico da Informação (CTEC) da UNICRUZ e gerenciado pela Biblioteca da UNICRUZ, os quais são responsáveis por disponibilizar os arquivos aos interessados. Estarão disponíveis para livre acesso externo as publicações do Repositório Institucional cuja avaliação da banca tenha sido igual ou superior à nota 9,00 (nove). Os demais ficarão como livre acesso interno.

O Termo de Concessão de Direitos Autorais será arquivado na Biblioteca. No que se refere ao aspecto jurídico para o depósito e a disponibilização dos arquivos, baseia-se na Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e em suas alterações que consolidam a legislação sobre Direitos Autorais e dá outras providências.

9.6 Biblioteca Digital

A Unicruz disponibiliza ainda o acesso aos professores e acadêmicos à Biblioteca Digital Minha Biblioteca, utilizado nas bibliografias básicas e complementares do Curso.

ANEXOS

ANEXO I – Ementário

GRADE CURRICULAR CIÊNCIAS CONTÁBEIS 2019

1º SEMESTRE

1) Introdução à Teoria da Contabilidade – CH 60h

OBJETIVO: Proporcionar ao aluno uma visão acerca da profissão contábil, seu surgimento e contextualização a fim de gerar conhecimentos capazes de alicerçar sua compreensão sobre a teoria contábil fundamentada nas escolas de pensamento contábil e princípios fundamentais, com vistas à aquisição de conhecimentos que o prepare para aprofundar o estudo posterior.

EMENTA: Evolução Histórica da Contabilidade. Conceito, aplicação e usuários da Contabilidade. Surgimento da profissão contábil. Contabilidade no Brasil. Escolas do Pensamento Contábil. Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras da Contabilidade.

Bibliografia Básica:

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RS. **Princípios Fundamentais da Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade**. Porto Alegre: CRCRS, 2010. *Disponível em:

<http://www.crcrs.org.br/janelas/downloadl.htm>

IUDICIBUS, Sérgio, MARION, José Carlos. **Introdução a Teoria da Contabilidade: para o nível de graduação**. São Paulo: Atlas, 2002.

SCHMIDT, Paulo. **História do pensamento contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

Bibliografia Complementar:

HENDRIKSEM, E S., VAN BREDA, M.F. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

MARTINS, Eliseu; et al. **Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a todas as Sociedades**. São Paulo: Atlas, 2013.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 8º ed. São Paulo: Atlas, 2006.

NIYAMA, Jorge K.; SILVA, César A. T. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

RIBEIRO FILHO, J .S.; LOPES, J.; PEDERNEIRAS, M. **Estudando Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

2) Estatística – CH 60h

OBJETIVO: Instrumentar o aluno para sistematizar dados tomados em campo ou bibliografia e capacitá-lo a compreender os fenômenos estatísticos

EMENTA: Conceitos Fundamentais. Series Estatísticas. Distribuição de Frequências. Medidas de Posição. Medidas de Dispersão. Probabilidade. Distribuições de probabilidade. Distribuições Contínuas de Probabilidade. Distribuições Amostrais. Estimação. Testes de Hipóteses. Análise de Variância.

Bibliografia Básica:

FONSECA, J. S.; MARTINS, G. de A. **Curso de Estatística**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1981.

KAZMIER, L. **Estatística Aplicada a Economia e a Administração**. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1982.

STEVENSON, W. J. **Estatística Aplicada a Administração**. São Paulo: Harbra, 1981.

TRIOLA, M. F. **Introdução à Estatística**. 7 ed. Rio de Janeiro: LTC(Livros Técnicos e Científicos), 1999.

Bibliografia Complementar:

ANDERSON, D. R.; DENIS J. W.; THOMAS A. **Estatística Aplicada a Administração e Economia**. 2ª Ed. São Paulo:Thompson, 2003.

BUSSAB, W.; MORETTIN, P. A. **Estatística Básica**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRUNI, A. L. **Estatística Aplicada à Gestão Empresarial**. São Paulo. Atlas. 2007.

COSTA NETO, P. L. O. **Estatística**. 17.ed. São Paulo: Edgar Blücher, 1999.

CHARNET, R.; FREIRE, C. A. L.; CHARNET, E. M. R. **Análise de Modelos de Regressão Linear com Aplicações**. São Paulo: Unicamp, 1999.

DOUGLAS, D.; CLARK, J. **Estatística Aplicada**. 2 ed.. São Paulo: Saraiva, 2006.

MORETTIN, L. G. **Estatística Básica Inferência**. São Paulo: Makron Books do Brasil, 2000.

SIMON, G. A.; FREUD, J. E. **Estatística Aplicada: Economia Administração e Contabilidade**. 9 ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

TRIOLA, M. F. **Introdução à Estatística**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos. Ed. S.A. 7ª ed. 1999.

3) Português – CH 60h

OBJETIVO: Possibilitar ao acadêmico o aperfeiçoamento da linguagem oral e escrita através da análise e da produção de diferentes tipologias textuais; Proporcionar a retomada de aspectos gramaticais, visando a melhoria das expressões escritas.

EMENTA: Estudo do texto: análise compreensiva, interpretativa e crítica de assuntos da atualidade como inclusão social, multiculturalismo, direitos humanos e biodiversidade; Produção textual; Revisão gramatical: conteúdos necessários para retificar problemas levantados através da correção dos textos produzidos.

Bibliografia Básica:

ABREU, Antônio Suarez. **Curso de redação**. São Paulo: Atlas, 1991.

COSTA VAL, M. G. **Redação e textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. **Prática de texto para estudantes universitários**. 19. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

Bibliografia Complementar:

FARACO, Carlos Alberto & TEZZA, Cristóvão. **Prática de texto: língua portuguesa para nossos estudantes**. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. **Oficina de texto**. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____; David Mandry. **Língua portuguesa para estudantes universitários**. São Paulo: Vozes, 2006.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MOTTA-ROTH, Désirée.; HENDGES, Graciela Rabuske. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editoria, 2010.

4) Contabilidade Introdutória – CH 60h

OBJETIVO: Proporcionar condições para que o aluno adquira o entendimento básico acerca da composição e registro das alterações patrimoniais através do método das partidas dobradas e noções fundamentais sobre a equação patrimonial.

EMENTA: Definição de contabilidade. Aspectos qualitativos e quantitativos do patrimônio. Bens. Direitos. Obrigações. Equação patrimonial. Origem e aplicação de recursos. Contas Patrimoniais e de Resultado. Noções de débito e crédito. Plano de contas. Variação patrimonial: atos e fatos contábeis. Livros contábeis. Métodos de escrituração contábil. Método das partidas dobradas. Lançamento contábil.

Bibliografia Básica:

EQUIPE DE PROFESSORES FEA/USP. **Contabilidade Introdutória** (livro-texto). São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Eliseu; et al. **Manual de Contabilidade Societária**: Aplicável a todas as Sociedades. São Paulo: Atlas, 2013.

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Manual de Contabilidade básica: contabilidade introdutória e intermediária**. 7ª edição, Atlas, 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Básica Fácil**. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

Bibliografia Complementar:

BRASIL, **Planalto do Governo. Lei nº 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: < [http:// www.planalto.gov.br/ccivil/ _Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm)

CFC – **Conselho Federal de Contabilidade**- disponível em WWW.cfc.org.br/legislação/NormasBrasileiradeContabilidade .

CPC – **Comitê de Pronunciamentos Contábeis** – disponível em www.cpc.org.br

5) Introdução à Administração – CH 60h

OBJETIVO: Iniciar o contato com a ciência da Administração a fim de adquirir a base teórico-científica que permita compreensão das organizações; Compreender o processo de Administração através de suas funções.

EMENTA: Conceitos básicos de Administração de Empresas; a empresa como organizações sociais e como um sistema aberto; fatores humanos e tecnológicos; noções de estratégia empresarial; as Funções do Administrador: Planejamento; Organização, Direção e Controle.

Bibliografia Básica:

HEILBORN, G.; LACOMBE, F. Administração - Princípios e Tendências - 2ª Edição, São Paulo: Saraiva, 2008.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução a administração**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
SCHERMERHORN Jr, J. **Administração**. 8 Ed. LTC-Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 2007.

Bibliografia Complementar:

CHIAVENATO, I. **Administração de empresas**. São Paulo, MAKRON Books, 2001.

DAFT, I. R. **Administração**. Rio de Janeiro: LTC-Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1999.

MAXIMIANO, A. C. A.. **Teoria Geral da Administração**: da revolução urbana à revolução digital. São Paulo: Atlas, 2002.

ROBBINS, S. P. **Administração**: Mudanças e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2000.

SILVA, R. O. **Teorias da administração**. São Paulo: Pioneira, 2001.

BERNARDES, C.; MARCONDES, R. C. **Teoria Geral da administração**: gerenciando organizações. São Paulo: Saraiva, 2003.

6) Iniciação ao Ensino Superior e Ética Profissional – CH 60h

OBJETIVO: Iniciar o contato com o ensino superior a fim de adquirir a base para buscar o conhecimento pertinente e, quando não disponível, saber encontrar, ele próprio, as respostas por meio de pesquisa e de um comportamento ético. Além de instrumentalizar o aluno para a leitura, interpretação, análise de problemas e produção de textos e discussões acadêmicas. Inserir o acadêmico no contexto do ambiente universitário evidenciando seu papel como agente ativo na busca do conhecimento.

EMENTA: Universidade, Sociedade, Ética e Profissionalização. Universidade como Espaço de Socialização, Apropriação e Produção do Conhecimento. A distinção entre informação e conhecimento. Conhecimento tácito e explícito. Tipos de Conhecimento (conhecimento empírico, conhecimento teórico, conhecimento social, conhecimento cultural, conhecimento teológico). Teoria e Prática do Conhecimento. Comunicação e Ética empresarial. Comunicação na era digital. O Método e a Pesquisa científica. Tipos de Pesquisa. Projeto de Pesquisa. Passos

para a Elaboração de Trabalhos Acadêmicos. As normas técnicas (abnt) para Apresentação do Conhecimento Acadêmico.

Bibliografia Básica:

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e sociedade**. CFESS, 2000.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002. 242p. ISBN 858791815X.

DE VASCONCELLOS, Maria José Esteves. **Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência**. Papyrus Editora, 2003.

FLEURY, Maria Tereza Leme; OLIVEIRA JR, Moacir de Miranda. **Gestão estratégica do conhecimento: integrando aprendizagem, conhecimento e competências**. São Paulo: Atlas, p. 294-3, 2001.

ZABOT, João Batista Martins; DA SILVA, Luiz Carlos Mello. **Gestão do conhecimento: aprendizagem e tecnologia, construindo a inteligência coletiva**. Atlas, 2002.

Bibliografia Básica:

DEMO, P. **Professor do futuro e reconstrução do conhecimento**. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 111 p. ISBN 978-85-326-3006-3.

ELMI, A. **Éticas: Histórias de líderes e vencedores** (2000). Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul/Federasul, 2000.

SIQUEIRA, Fabio et al. **Como elaborar projetos de pesquisa: linguagem e método**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

MEIRA, Ana Cláudia Hebling (Ed.). **Ética: ensaios, interdisciplinares sobre teoria e práticas profissionais**. UNIFEOB, 2006.

Publicações on-line:

GASQUE, Kelley Gonçalves Dias; TESCAROLO, Ricardo. Sociedade da aprendizagem: informação, reflexão e ética. **Ciência da Informação**, v. 33, p. 35-40, 2004.

2º SEMESTRE

7) Fundamentos de Direito Civil e Empresarial – CH 60h

OBJETIVO: Estimular a apropriação de conhecimentos técnico-jurídicos relativos ao Direito Civil e Empresarial. Estudar as origens, institutos e tendências do Direito Civil e Empresarial e discutir repercussões sobre a ordem socioeconômica.

EMENTA: Direito, Sociedade e Estado. Origem do Direito, definição e elementos. Divisão do direito: público e privado. Introdução ao direito civil. Pessoas naturais: personalidade e capacidade. Pessoas jurídicas: constituição e natureza. Considerações históricas, noções e âmbito do Direito Empresarial. Fontes e características do Direito Empresarial. Empresa. Empresário. Tipos societários no Código Civil. Elementos constitutivos e estruturais das sociedades empresárias. Falência e recuperação judicial e extrajudicial. Títulos de crédito. Propriedade intelectual.

Bibliografia Básica:

CURIA, L. R.; CÉSPEDES, L.; NICOLETTI, J. **Civil e Empresarial**: 4 em 1. 11º ed. São Paulo: Saraiva, 2015. (21 volumes)

NADER, Paulo. **Introdução ao direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

MAMEDE, Gladston. **Manual de direito empresarial**. São Paulo: Atlas, 2006.

REQUIÃO, R. **Curso de Direito Comercial**. 1º volume. São Paulo: Saraiva, 2015. (6 volumes)

REQUIÃO, R. **Curso de Direito Comercial**. 2º volume. São Paulo: Saraiva, 2015. (11 volumes)

Bibliografia Complementar:

BRASIL. **Lei nº 10.406/2002** (Código Civil Brasileiro).

_____. **Lei nº 8.934/1994** (Lei do Registro Público de Empresas Mercantis).

_____. **Lei nº 6.404/1976** (Lei das Sociedades Anônimas).

_____. **Lei nº 11.101/2005** (Lei da Falência e da Recuperação Judicial e Extrajudicial).

HOOG, W. A. Z. **Lei das Sociedades Anônimas**. Curitiba: Juruá, 2008. (3 volumes)

OLIVEIRA, F. R. N. de. **Manual Prático de Constituição em empresas**. 11º ed. São Paulo: Atlas, 2004. (2 volumes)

8) Contabilidade I – CH 120h

OBJETIVO: Aprofundar o conhecimento da estrutura e dos elementos patrimoniais das empresas. Conhecer o registro dos fatos relacionados à folha de pagamento, das operações de entradas e saídas de mercadorias e das provisões com base no regime de competência e elaborar os demonstrativos financeiros principais.

EMENTA: Escrituração Contábil. Operações com Mercadorias: Registro de inventário pelos métodos permanente e periódico; Método de controle de estoque PEPS, UEPS, custo médio. Registro das operações relacionadas à folha de pagamento; instrumentos financeiros; duplicatas; ativo imobilizado, intangível, investimento; constituição de provisões e reservas. Apuração do resultado. Elaboração das demonstrações financeiras: demonstração de resultado e balanço patrimonial.

Bibliografia Básica:

Equipe de Professores da FEA/USP. **Contabilidade Introdutória**. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Eliseu; et al. **Manual de Contabilidade Societária**: Aplicável a todas as Sociedades. São Paulo: Atlas, 2013.

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Manual de contabilidade básica: contabilidade básica e intermediária**. São Paulo: Atlas, 2010.

Equipe de Professores da FEA/USP. **Contabilidade Introdutória**. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Básica Fácil**. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm

CFC – **Conselho Federal de Contabilidade**- disponível em www.cfc.org.br/legislação/NormasBrasileiradeContabilidade

CPC – **Comitê de Pronunciamentos Contábeis** – disponível em www.cpc.org.br

9) Microeconomia – CH 60h

OBJETIVO: Iniciar os acadêmicos dos Cursos de Graduação, na ciência econômica, a fim de que adquiram uma base teórica sólida possibilitando o conhecimento e

análise dos principais aspectos relacionados ao comportamento e a interação de agentes econômicos (Microeconomia).

EMENTA: Conceito de microeconomia, Sistemas econômicos e problemas econômicos, oferta e demanda, equilíbrio de mercado, elasticidade, teoria do consumidor, teoria da firma e teoria dos custos (produção, custos e lucros). Estrutura de Mercado.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, L. C. **Microeconomia introdutória:** para cursos de administração e contabilidade: com questões e soluções. São Paulo: Atlas, 2000.

PASSOS, C. R. M. NOGAMI, Otto. **Princípios de economia.** 6.ed. São. Paulo: Pioneira, 2014

VASCONCELOS, M. A. S. **Economia:** micro e macro. 5. ed São Paulo: Atlas, 2011.

VARIAN, H.R. **Microeconomia:** princípios básicos. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

Bibliografia Complementar:

CANO, W. **Introdução à economia:** uma abordagem crítica. São Paulo: UNESP, 1998.

GARCIA, M. & VASCONCELOS, M. A. S. **Fundamentos de economia.** São Paulo: Saraiva, 2002.

ROSSETTI, J. P. **Introdução à economia.** 17. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SOUZA, N. J. **Curso de economia.** São Paulo: Atlas, 2003.

TROSTER, R. L. & MOCHÓN, F. **Introdução à economia.** São Paulo: Makron Books, 1999

10) Modelos Matemáticos e Financeiros – CH 60h

OBJETIVO: Proporcionar aos alunos conhecimento e capacidade de desenvolver cálculos elementares que envolvam o conhecimento da aplicação de funções de primeiro grau e quadráticas, identificar e realizar cálculos financeiros com aplicações práticas desses conhecimentos. Compreender o valor temporal do dinheiro, os regimes de capitalização, a equivalência de capitais, as rendas, os empréstimos e as aplicações de capital.

EMENTA: Funções: linear e quadráticas; gráficos e aplicações. Matrizes. Sistemas de equações lineares. Juros simples e compostos. Descontos simples e compostos. Rendas certas. Tir e VPL.

Bibliografia Básica:

ASSAF, A. N. **Matemática Financeira e suas aplicações.** São Paulo: Ed. Atlas, 2003

CASAROTO, N. F^o. **Análise de Investimentos.** São Paulo: Ed. Atlas, 2000.

FARIAS, R. G. **Matemática comercial e financeira.** São Paulo: ad Makron Books, 2000.

SILVA, Sebastião Medeiros. **Matemática para os cursos de economia, administração e ciências contábeis.** São Paulo. Atlas, 1999.

WEBER, J. **Matemática para economia e administração.** 2 ed. São Paulo: Editora Harbra, 2001.

Bibliografia Básica:

- CHIANG, A. **Matemática para economistas**. Editora McGraw-Hill, 1982.
 FRANCO, W. **Matemática Financeira**. São Paulo: Ed. Atlas, 1996
 HAZZAN, S. et al. **Matemática Financeira**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2005.
 IEZZI, G. **Fundamentos de matemática elementar**. Vol. 4. São Paulo: Editora Atual, 1995.
 PARENTE, E. **Matemática Comercial e Financeira**. São Paulo: Ed. FTD, 1996.
 VERAS L. L. **Matemática Financeira**. São Paulo: Ed. Atlas, 1991.
 VERAS, L. **Matemática aplicada à economia**. São Paulo: Ed. Atlas, 1995.
 SWOKOWSKI, E. **Cálculo com geometria analítica**. Vol. 2. Editora Makron Books, 1994.

11) Sociologia – CH 60h NC

OBJETIVO: Entender o objeto de estudos da Sociologia para chegar a uma melhor compreensão dos mecanismos sociais; Compreender a Sociologia como instrumento de análise, reflexão, forma de transformação da consciência, esclarecimento e politização da sociedade; Estimular a visão crítico-reflexiva do acadêmico, levando-o a relacionar os conhecimentos sociológicos à sua área de interesse; Compreender a sociedade como algo inacabado e resultado de diferentes processos; Estimular a percepção sobre os fatos sociais, relacionados com a realidade da sociedade brasileira.

EMENTA: O contexto da sociedade moderna e contemporânea. Introdução, conceitos, teorias e caracterização da Sociologia como ciência social. Movimentos e mudanças sociais. A sociedade de consumo e as políticas culturais. Principais pensadores. A linguagem sociológica. Paradigmas clássicos da Sociologia. Modos de Produção Social. Cultura. Ideologia e Controle Social. Estratificação e Mudança Social. Desmitificação e ampliação de concepções sociológicas.

Bibliografia Básica:

- ARON, Raimond. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
 LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia Geral**. São Paulo: Atlas, 1997
 MARTINS, Carlos Benedito. **O que é Sociologia**. São Paulo; Brasiliense, 2004.
 QUINTANEIRO, Tânia et al. **Um Toque de Clássicos**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
 COSTA, Maria Cristina. **Sociologia: Iniciação à Ciência da Sociedade**. São Paulo: Moderna, 1997.

Bibliografia Complementar:

- BAUMAN, Zigmund. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
 BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
 CASTRO, A. M.; DIAS, E. F. **Introdução ao Pensamento Sociológico**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.
 GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1991.
 QUINTANEIRO, T. et al. **Um Toque de Clássicos**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
 MARTINS, Carlos Benedito. **O que é Sociologia**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
 NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio. **Pierre Bourdieu: escritos de educação**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da Educação**. 4. ed. Rio de Janeiro: DP e A. 2003.

ROSSATO, E. et al. **As Bases da Sociologia**. Santa Maria: Biblos, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – do Pensamento Único a Consciência Universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SENNETT, Richard. **A Corrosão do Caráter**. Rio de Janeiro: Record, 1999

3º SEMESTRE

12)Macroeconomia – CH 60h

OBJETIVO: Fornecer aos estudantes um instrumental teórico básico sobre a teoria econômica, para que estes possam compreender os fatos da realidade econômica, em nível macroeconômico que têm efeitos diretos sobre a vida das pessoas e empresas.

EMENTA: Conceito de Macroeconomia, Políticas Macroeconômicas, Contabilidade Social, Política Monetária e Fiscal, Inflação, Setor Externo e Crescimento e Desenvolvimento econômico.

Bibliografia básica:

PASSOS, Carlos R. M. e NOGAMI, Otto. **Princípios de economia**. 6ª edição. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SOUZA, N. J. **Curso de economia**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

TROSTER, R.Luis, MORCILLO,F. Mochón. **Introdução à Economia**. São Paulo: Makron Books,1994

VASCONCELOS, M. A. S. **Economia: micro e macro**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Bibliografia Complementar:

CANO, W. **Introdução à economia: uma abordagem crítica**. São Paulo: UNESP, 1998.

GARCIA, M. & VASCONCELOS, M. A. S. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 2002.

HALL, Robert E. & LLIEBERMAN Marc. **Macroeconomia: Princípios e Aplicações**. São Paulo: Pioneira, 2001.

STIGLITZ, Joseph E. & WALSH Carl. E. **Introdução à macroeconomia**. Tradução da 3ª ed. Americana, Rio de Janeiro: Campus, 2003.

MANKIWI, N. Gregory, **Introdução à Economia: princípios de micro e macroeconomia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

13)Contabilidade II – CH 60h

OBJETIVO: Capacitar o aluno a compreender e desenvolver os procedimentos de reconhecimento, mensuração e evidenciação das informações contábeis referentes à estrutura de capital (próprio e de terceiros) e aplicações no ativo não circulante. Elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias.

EMENTA: Elaboração das demonstrações financeiras: demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração de lucros e prejuízos acumulados,

demonstração de valor adicionado, demonstração de fluxo de caixa, notas explicativas e demonstração do resultado abrangente.

Bibliografia Básica:

Equipe de Professores da FEA/USP. **Contabilidade Introdutória**. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Eliseu; et al. **Manual de Contabilidade Societária**: Aplicável a todas as Sociedades. São Paulo: Atlas, 2013.

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Manual de contabilidade básica: contabilidade básica e intermediária**. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Intermediária**. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Lei 11.638/2007. Disponível em www.planalto.gov.br.

SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo. **Contabilidade Societária**. Atualizado pela Lei nº 10.303/01. São Paulo: Atlas, 2002.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz; GOMES, José Mário Matsumura.

Fundamentos de Contabilidade Intermediária. São Paulo: Atlas, 2004.

14) Métodos de Pesquisa – CH 60h ADM

OBJETIVO: Fornecer ao aluno uma visão geral da metodologia utilizada na pesquisa empírica e bem como as formas de identificar e responder a problemas científicos do meio empresarial e da sociedade. Com esse domínio pretende-se que o aluno seja capaz de produzir um conhecimento de qualidade, adequado a realidade brasileira.

EMENTA: Tipos de pesquisas. Quanto à abordagem. Quanto à natureza. Quanto aos objetivos. Quanto aos procedimentos. Construção de uma Pesquisa. Validade e Confiabilidade de um estudo, Princípios para Coleta de Dados, Estratégias e Métodos de Análise.

Bibliografia Básica:

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa** São Paulo: Atlas, 2007.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**.

Petrópolis: Vozes, 2001.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. de Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Alegre: Bookman, 2001.

Bibliografia Complementar:

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1996

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. São Paulo; bookman, 2001.

SAMARA, Beatriz Santos; BARROS, José Carlos de. **Pesquisa de marketing: conceitos e metodologia**. E.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

15) Legislação Trabalhista – CH 60h

OBJETIVO: Oportunizar o conhecimento das relações social-laborais, bem como obter uma visão global da legislação trabalhista, além de proporcionar o conhecimento das diversas fontes e institutos do Direito trabalhista, bem como sua aplicabilidade nos contratos laborais.

EMENTA: Evolução Histórica, denominações, conceitos, posição no direito positivo, fontes, hierarquia e princípios. Direito individual do trabalho, contrato de trabalho, decorrendo deste a relação jurídica de emprego e de trabalho, Sujeitos da relação de emprego, o contrato de trabalho, sua classificação, os contratos afins, tipos especiais de empregados, a alteração, a suspensão, a interrupção e a extinção, aviso-prévio, a duração do trabalho: Jornada de trabalho – duração e horários, turno ininterrupto de revezamento, trabalho extraordinário, banco de horas, repousos, horas in itinere e trabalho noturno; e Prescrição e decadência.

Bibliografia Básica:

CASTRO, C. A. P.; LAZZARI, J. B. **Manual de Direito Previdenciário**. 16ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. (14 volumes)

IBRAIM, F. Z. **Curso de Direito Previdenciário**. 21º ed. Niterói: Impetus, 2015. (14 volumes)

SARAIVA, R.; MANFREDINI, A.; SOUTO, R. T. **CLT consolidação das leis do trabalho**. 10º ed. São Paulo: Método, 2014. (5 volumes)

Bibliografia Complementar:

DELGADO, M. G. **Curso de Direito do Trabalho**. 14º ed. São Paulo, LTR, 2015. (3 volumes)

MARTINS, S. P. **Direito do Trabalho**. 30º ed. São Paulo: Atlas, 2014. (10 volumes)

NASCIMENTO, A. M. **Curso de Direito do Trabalho**. 26º ed. São Paulo: Saraiva, 2011. (7 volumes)

NASCIMENTO, A. M. **Iniciação ao Direito do Trabalho**. 36º ed. São Paulo: LTR, 2011. (8 volumes)

16)Antropologia – CH 30h NC

EMENTA: O estudo da disciplina de antropologia tem como finalidade oferecer aos acadêmicos um conteúdo que proporcione uma visão ampla e crítica das sociedades atuais, considerando as dimensões sociais, econômicas, políticas, linguísticas, estéticas e comunicativas, através do estudo de conceitos antropológicos como cultura, etnocentrismo, diversidade, relativismo, identidade e globalização. Bem como, os conhecimentos concernentes à educação em direitos humanos, abordados de forma transversal a todo conteúdo da disciplina.

OBJETIVOS: Fornecer aos alunos conceitos básicos de Antropologia e uma introdução ao método etnográfico de pesquisa; aproximar o aluno do desenvolvimento histórico da Antropologia, enfatizando as principais correntes teórico-analíticas através de autores representativos das diversas tendências; estudar e pesquisar a organização e a diversidade cultural existente na sociedade em que está inserido e reconhecer os modelos sociais e culturais de outras sociedades; desenvolver um pensamento crítico sobre os processos etnocêntricos que perpetuam o modelo ocidental como o único capaz de ordenar a sociedade e

possibilitar um desenvolvimento cultural; e trabalhar de forma transversal os conhecimentos concernentes à educação em direitos.

Bibliografia Básica:

DA MATTA, R. **Relativizando: uma introdução a antropologia social.**

Petrópolis, Vozes, 1984.

_____. **Explorações:** ensaios de sociologia interpretativa. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

SIQUEIRA, E. D. **Antropologia: uma introdução.** Disponível em:<

http://www.faad.icsa.ufpa.br/admead/documentos/submetidos/Antropologia_completo_revisado.pdf.pdf>. Acesso em 7 mar. 2013.

VELHO, Gilberto. **A aventura sociológica:** objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Bibliografia Complementar:

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

LAPLANTINE, F. **Aprender Antropologia.** São Paulo. Brasiliense, 1987.

LARAIA, R de B. **Cultura: um conceito antropológico.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1986.

MALINOWSKI, B. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental.** Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné-Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

ROCHA, E. **O que é etnocentrismo?** São Paulo, Brasiliense, 1991.

17)Filosofia – CH 30h NC

EMENTA: Filosofia e seus campos de investigação. Conceitos, métodos da tradição Filosófica. Existencialismo - o homem como ser-no-mundo compartilhado e participado. A condição Humana. O pensar e o fazer Humano. Aspectos filosóficos e socioculturais da circularidade da vida e da cultura humana: o homem como ser simbólico. Direitos Humanos e ambientais. O pensamento crítico e criativo perante o contexto atual da política, da justiça e da sociedade. Filosofia prática no horizonte de Aristóteles. Correntes da Filosofia no Brasil. Perspectivas atuais da Filosofia no Brasil. Resistência ao preconceito.

Bibliografia Básica:

ALVES, Rubem. **Filosofia da Ciência.** São Paulo: Loyola, 2006.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda e MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando. Introdução à Filosofia.** 2ª.ed. São Paulo. Moderna, 1993.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia.** 9ª. Ed. São Paulo: Atica, 1997.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da Filosofia.** São Paulo: Saraiva, 1988.

OS PENSADORES. **História da Filosofia.** São Paulo: Nova Cultural, 1999.

Bibliografia Complementar:

ACOT, Pascal. **História das Ciências.** Lisboa: Edições 70, 2001.

ANDREY, Maria Amália et al. **Para Compreender a Ciência.** Rio de Janeiro: Grammond, 2006.

CHASSOT, Attico. **A ciência através dos tempos.** São Paulo: Moderna, 2004.

CAMBELL, Joseph. **A História do Pensamento Ocidental.** 7ª. Ed. Bertrand do Brasil, 2005

HELFERICH, Cristoph. **História da Filosofia.** São Paulo: Martins Fontes, 2006.

4º SEMESTRE

18)Pesquisa Operacional – CH 60h

OBJETIVO: compreender o papel da Pesquisa Operacional no contexto empresarial, bem como seus pressupostos e os diversos sistemas e metodologias que a constituem; desenvolver as diferentes fases num estudo em Pesquisa Operacional: - formulação do problema; - construção do modelo; cálculo da solução através do modelo; - teste do modelo e da solução; - estabelecimento de controles da solução. Conhecer e operar *softwares* de Pesquisa Operacional.

EMENTA: Apresentação da pesquisa operacional. Programação linear. Método Gráfico. Método simplex. Dualidade. Problemas de transporte e análise de sensibilidade. Estudos de Caso.

Bibliografia Básica:

CORRAR, Luiz J. **Pesquisa operacional para decisão em contabilidade e administração.** São Paulo: Atlas, 2004.

CAIXETA F^o, José V. **Pesquisa Operacional – Técnicas de Otimização Aplicadas a Sistemas Agroindustriais.** São Paulo: Atlas, 2011.

LACHTERMACHER, Gerson. **Pesquisa Operacional na Tomada de Decisões.** Rio de Janeiro: Campus, 2002

Bibliografia Complementar:

COLIN, Emerson Carlos. **Pesquisa Operacional.** Rio de Janeiro: LTC, 2007.

SILVA, Ermes Medeiros; Et al. **Pesquisa Operacional para os cursos de administração e engenharia.** São Paulo: Atlas, 2010.

19) Contabilidade de Custos – CH 60h

OBJETIVO: Entender o papel da contabilidade de custos na geração de informações relevantes ao processo decisório, evidenciando os principais aspectos conceituais e aplicados a prática empresarial.

EMENTA: Introdução à contabilidade de custos. Conceitos básicos sobre custos. Terminologia contábil e implantação de sistemas de custos. Classificação de custos e despesas. Visão sistêmica da contabilidade de custos. Esquema básico da contabilidade de custos. Departamentalização. Custos diretos de produção (materiais diretos e mão de obra direta): controle e valoração. Custos Indiretos de Fabricação: critérios de rateio. Custos dos produtos vendidos e demonstração de resultado. Sistema de acumulação de custos: por ordens ou por processo. Custeamento da produção conjunta.

Bibliografia Básica:

CREPALDI, Sílvio Aparecido. **Curso básico de contabilidade de custos.** São Paulo: Atlas, 2002.

HORNGREN, Charles T., FOSTER, George, DATAR, Srikant M. **Contabilidade de Custos.** Rio de Janeiro: LTC, 2000.

GUERREIRO, Reinaldo. **Estruturação de sistemas de custos para a gestão da rentabilidade.** São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS, Eliseu. **Métodos de custeio comparados:** custos e margens analisados sob diferentes perspectivas. São Paulo: Atlas, 2010.

MEGLIORINI, Evandir. **Custos.** São Paulo: Makron Books, 2002.

PEREZ Jr, José Hernandez, OLIVEIRA, Luis Martins de, COSTA, Rogério Guedes da. **Gestão estratégica de custos.** São Paulo: Atlas, 2003.

Bibliografia Complementar:

COLEÇÃO SEMINÁRIOS CRC-SP/IBRACON. **Custos – ferramentas de gestão**. São Paulo: Atlas, 2000.

KAPLAN, Robert S, COOPER, Robin. **Custo & Desempenho – administre seus custos para ser mais competitivo**. São Paulo: Futura, 1998.

LEONE, George S. G. **Custos – planejamento, implantação e controle**. São Paulo: Atlas, 2000.

SANTOS, Joel José. **Análise de custos**. São Paulo: Atlas, 2000.

20)Contabilidade e Orçamento Público I – CH 60h

OBJETIVO: Propiciar aos acadêmicos as noções relevantes sobre os orçamentos públicos, no que tange ao planejamento até na consecução de despesas públicas e receitas públicas, seja no entendimento sob a ótica legal, desmistificando a legislação que norteia o orçamento público, e ao mesmo tempo dar noções de entendimento do funcionamento do Estado.

EMENTA: Estado e economia: necessidades humanas e gastos públicos; Orçamento público: evolução e princípios; Orçamento e planejamento; Receitas e despesas públicas: classificações orçamentárias; Processo orçamentário: estrutura, elaboração, discussão e aprovação – Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual; Execução das despesas públicas; Controle da execução orçamentária: Controles Interno e Externo; e, Lei de Responsabilidade Fiscal.

Bibliografia Básica:

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas, 1997.

KOHAMA, Hélio. **Contabilidade Pública: teoria e prática**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2010

QUINTANA, Alexandre C., MACHADO, Daiane P., QUARESMA, Jozi C. C., MENDES, Roselaine C. **Contabilidade Pública: de acordo com as novas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público e a lei de responsabilidade fiscal**. São Paulo: Atlas, 2011. 1ª Ed.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de Contabilidade Pública: Um enfoque na Contabilidade Municipal**. São Paulo: Atlas, 2003.

Bibliografia Complementar:

ACKEL, Diomar Filho. **Município e prática municipal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.

BARROS, Luiz Celso. **Ciência das Finanças e o Direito Financeiro**. Edipro, 1991.

BRASIL. Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993. **Licitações e Contratos Administrativos**. Edição atualizada contendo as inovações das Leis nº 9.032/95 e 9.648/98.

BRASIL. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. Disponível em <http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/Partel_PCO2011.pdf>

CAMPELLO, Carlos A .G.B.Alli. **Administração financeira municipal**. São Paulo: Atlas; 2000.

GANDRA, Ives. **Constituição Federal comentada**. São Paulo: Saraiva, 1991.

GIAMBIAGI, Fábio. **Finanças Públicas: teoria e prática**. Rio de Janeiro; Campus, 1999.

MATIAS Pereira, José. **Finanças Públicas: a política orçamentária no Brasil**. São Paulo: Atlas, 1999.

REIS, J.T. Alli. **Lei 4.320 comentada**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 1999.

SANTOS, Darcy Francisco Carvalho dos. **Noções Básicas de Orçamento e Finanças Públicas para Municípios**. Porto Alegre. Promoarte, 1996.

21)Direito Tributário – CH 60h

OBJETIVO: Conhecer os principais tributos e sua relação com as atividades organizacionais. Evidenciar a responsabilidade pertinente ao cumprimento do dever jurídico tributário quando na condição de sujeito passivo de uma obrigação tributária. Conhecer o funcionamento do sistema tributário nacional.

EMENTA: Histórico e conceito do direito tributário no Brasil e no mundo. Fontes do direito tributário. Limitações ao poder de tributar. Sistema tributário nacional. Tributos: impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios, contribuições especiais. Obrigação, lançamento e crédito tributário. Suspensão, exclusão e extinção do crédito tributário. Administração tributária.

Bibliografia Básica:

FABRETTI, L. C.; FABRETTI, D. R. **Direito Tributário para os cursos de Administração e Ciências Contábeis**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 2004. (2 volumes)

OLIVEIRA, V. K. de M. **Direito Tributário – Sistema Tributário Nacional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001. (2 volumes)

SABBAG, E. **Manual de Direito Tributário**. 7º ed. São Paulo: Atlas, 2015. (19 volumes)

Bibliografia Complementar:

ALEXANDRINO, M.; PAULO, V. **Manual de Direito Tributário**. 4º ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2007. (1 volumes)

ALEXANDRINO, M.; PAULO, V. **Direito Tributário – na constituição e no STF**. 13º ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2007. (2 volumes)

ANDRADE FILHO, E. O. **Imposto de renda das empresas**. 7º ed. São Paulo: Atlas, 2010. (2 volumes)

Código Tributário Nacional.

Constituição da República Federativa do Brasil.

22)Economia Brasileira e Regional – CH 60h

OBJETIVO: Permitir que os estudantes tenham conhecimento sobre a contextualização da economia brasileira e regional entendendo sua formação econômica e sua situação atual, podendo assim entender a realidade e tomar decisões compreendendo os contextos em que a decisão está sendo tomada.

EMENTA: As mudanças na economia brasileira dos anos 30 até os dias atuais. Os diversos planos econômicos de combate à inflação e crescimento econômico. A economia brasileira e regional atual, problemas, oportunidades e tendências futuras.

Bibliografia Básica:

CASTRO, A. B. de & PIRES DE SOUZA, F. E. **A economia Brasileira em marcha forçada**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 32ª ed. São Paulo: Nacional, 2003.

LANZANA, Antonio E. Teixeira. **Economia brasileira: Fundamentos e atualidades**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

VASCONCELLOS, M. A. S.; GREMAUD, A. P. ; TONETO JÚNIOR, R. **Economia Brasileira Contemporânea**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Bibliografia Complementar:

BRESSER PEREIRA, L.C. **Economia Brasileira: uma introdução crítica**. 3ª ed. São Paulo: 1998.

FURTADO, M.B. **Síntese da Economia Brasileira**. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

LESBAUPIN, I. (org.). **O desmonte da nação: balanço do governo FHC**. Petrópolis: Vozes, 1999.

LONGO, C.A. **A economia brasileira de 1985 a 1994: a transição inacabada**. São Paulo: Atlas, 1994.

PEREIRA, J.M. **Economia Brasileira**. São Paulo: Atlas, 2003.

Outras referências:

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Expediente Portal IPEA**. Brasília, 2016.

RS. Fundação de Economia e Estatística. **Portal FEE**. Porto Alegre, 2016.

5º SEMESTRE

23)Análise de Custos – CH 60h

OBJETIVO: Proporcionar ao aluno condições para o desenvolvimento da capacidade de avaliação dos sistemas de custeio global utilizando as informações de custos como instrumento de apoio gerencial ao processo decisório das organizações.

EMENTA: Custos para decisão e controle. Métodos de custeio: variável, absorção e Custeio Baseado em Atividades. Análise diferencial, lucro, margem de contribuição e ponto de equilíbrio. Relação custo, volume e lucro. Os custos e as estratégias de formação do Preço de Venda.

Bibliografia Básica:

CREPALDI, Sílvio Aparecido. **Curso básico de contabilidade de custos**. São Paulo: Atlas, 2004.

HORNGREN, Charles T., FOSTER, George, DATAR, Srikant M. **Contabilidade de Custos**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

KAPLAN, Robert S., NORTON, David P. **A estratégia em ação – Balanced Scorecard**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

GUERREIRO, Reinaldo. **Estruturação de sistemas de custos para a gestão da rentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS, Eliseu. **Métodos de custeio comparados: custos e margens analisados sob diferentes perspectivas**. São Paulo: Atlas, 2010.

PEREZ Jr, José Hernandez, OLIVEIRA, Luis Martins de, COSTA, Rogério Guedes da. **Gestão estratégica de custos**. São Paulo: Atlas, 2003.

Bibliografia Complementar:

COLEÇÃO SEMINÁRIOS CRC-SP/IBRACON. **Custos – ferramentas de gestão**. São Paulo: Atlas, 2000.

KAPLAN, Robert S, COOPER, Robin. **Custo & Desempenho – administre seus custos para ser mais competitivo**. São Paulo: Futura, 1998.

LEONE, George S. G. **Custos – planejamento, implantação e controle**. São Paulo: Atlas, 2000.

24) Laboratório de Prática Contábil I – CH 60h

OBJETIVO: Proporcionar aos acadêmicos conhecimentos práticos das atividades relacionadas com a escrituração contábil, contemplando desde a abertura de uma organização à sistematização contábil, bem como o conhecimento de um sistema de *software* de contabilidade.

EMENTA: O plano de estruturação de uma empresa. Abertura da escrita contábil. Operações com mercadorias e avaliação de estoques. O custo das mercadorias vendidas. A prática da escrituração de rotinas trabalhistas e previdenciárias.

Bibliografia Básica:

Equipe de Professores da FEA/USP. **Contabilidade Introdutória**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Eliseu, *et al.* **Manual de contabilidade societária**. 2^a ed. São Paulo: Atlas, 2013.

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Manual de contabilidade básica: contabilidade básica e intermediária**. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar:

FRANCO, H. **Contabilidade Geral**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

GONÇALVES, E. C.; BAPTISTA, A. E. **Contabilidade Geral**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. **Contabilidade Comercial**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SILVA, César Augusto Tibúrcio, TRISTÃO, Gilberto. **Contabilidade Básica**. São Paulo: Atlas, 2000.

25) Análise das Demonstrações Financeiras – CH 60h

OBJETIVO: Capacitar os acadêmicos a entender a análise financeira numa perspectiva de avaliação econômico financeira das organizações. Oportunizar o conhecimento da estrutura das principais demonstrações financeiras das empresas, reestruturá-las para fins de análise e extração de informações, e dos métodos e técnicas de avaliação por indicadores financeiros, o uso e a interpretação aprimorada dos dados e informações obtidos como suporte à tomada de decisão.

EMENTA: Estrutura das principais Demonstrações Financeiras. Objetivos da análise e interpretação das Demonstrações Financeiras. Análise das Demonstrações Financeiras através de Índices (liquidez, estrutura e endividamento, lucratividade e rentabilidade). Análises Vertical e Horizontal. Efeito tesoura, Capital Circulante Líquido e Índice Operacional em Giro. Relatórios de análise.

Bibliografia Básica:

IUDÍCIBUS, S. de. **Análise de Balanços**. 10^o ed. São Paulo: Atlas, 2010. (3 volumes)

MARION, J. C. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 3^o ed. São Paulo: Atlas, 2005. (5 volumes)

MATARAZZO, D. C. **Análise Financeira de Balanços**. 7^o ed. São Paulo: Atlas, 2010. (4 volumes)

Bibliografia Complementar:

FRANCO, H. **Estrutura, análise e interpretação de balanços**. 15^o ed. São Paulo: Atlas, 1992. (7 volumes)
 HERRMANN JÚNIOR, F. **Análise de Balanços para a Administração financeira** (Análise Econômica e Financeira do Capital das Empresas). 12^o ed. São Paulo: Atlas, 2004. (3 volumes)
 OLINQUEVITCH, J. L.; SANTI FILHO, A. de. **Análise de Balanço para controle gerencial**. 4^o ed. São Paulo: Atlas, 2004. (3 volumes)

26) Contabilidade e Orçamento Público II – CH 60h

OBJETIVO: Oportunizar aos acadêmicos de Ciências Contábeis, a completar e aprofundar os estudos na área da Administração Pública, enfocando os aspectos técnicos legais da Contabilidade Pública com vista aos exercícios das funções do Contador na área Governamental, preferencialmente na esfera Municipal.

EMENTA: Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público. Patrimônio Público. Sistema Contábil e Subsistemas. Demonstrações Aplicadas ao Setor Público. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Lançamentos Contábeis. Lei de Responsabilidade Fiscal e seus Demonstrativos. Custos nas Entidades Públicas.

Bibliografia Básica:

KOHAMA, Helio. **Contabilidade Pública: teoria e prática**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

QUINTANA, Alexandre C., MACHADO, Daiane P., QUARESMA, Jozi C. C., MENDES, Roselaine C.. **Contabilidade Pública: de acordo com as novas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público e a lei de responsabilidade fiscal**. São Paulo: Atlas, 2011.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de Contabilidade Pública: Um enfoque na Contabilidade Municipal**. SP. Atlas, 2003.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>

_____. **Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964** - Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320compilado.htm>

_____. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000** - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>

BRASIL; MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Parte II à V**. Disponível em: < <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp->>

CFC. **Normas brasileiras de contabilidade: contabilidade aplicada ao setor público**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012. Disponível em: < http://portalcfc.org.br/wordpress/wpcontent/uploads/2013/01/Setor_P%C3%BAblico.pdf>

CRC/RS. **NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público sob a ótica das IPSAS: um estudo comparativo**. Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em:

<http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_NBCASP.pdf>

FEIJÓ, Paulo Henrique. **Entendendo as mudanças na contabilidade aplicada ao setor público**. 1.ed. Brasília: Gestão Pública Ed., 2013.

FEIJÓ, Paulo Henrique; RIBEIRO, Carlos Eduardo. **Entendendo o plano de contas aplicado ao setor público**. 1.ed. Brasília: Gestão Pública, 2014.

27)Contabilidade III – CH 60h

OBJETIVO: Realizar cálculos de equivalência patrimonial, avaliações a valor justo e investimentos; conceituar, relacionar e descrever aspectos contábeis e de operações societárias.

EMENTA: Investimentos: Ágios e deságios. Coligação e controle societário. Equivalência patrimonial e valor justo. Dissolução. Liquidação. Extinção de Empresas. Incorporação, fusão, cisão e transformação. Consolidação. Conversão das demonstrações financeiras em moeda constante.

Bibliografia básica:

BRASIL. Lei 11.638/2007. Disponível em www.planalto.gov.br.

CFC – **Conselho Federal de Contabilidade** - disponível em:

www.cfc.org.br/legislação/NormasBrasileiradeContabilidade .

CPC – **Comitê de Pronunciamentos Contábeis** – disponível em

<www.cpc.org.br>

MARTINS, Eliseu; et al. **Manual de Contabilidade Societária:** Aplicável a todas as Sociedades. São Paulo: Atlas, 2013.

RIBEIRO, Osni M. **Contabilidade Avançada**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar:

PADOVEZE, Clóvis Luis. Manual de contabilidade básica: contabilidade básica e intermediária. São Paulo: Atlas, 2010.

SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo. Contabilidade Societária. Atualizado pela Lei nº 10.303/01. São Paulo: Atlas, 2002.

28)Contabilidade Tributária I – CH 30h – EAD

OBJETIVO: Abordar os principais conceitos inerentes à tributação das pessoas jurídicas e seus reflexos no desempenho das empresas; Estudar as modalidades de tributação do lucro e seus efeitos nos resultados.

EMENTA: Aspectos introdutórios da contabilidade tributária. Escrituração, apuração e controle dos principais tributos municipais, estaduais e federais. Substituição tributária. Livros Fiscais.

Bibliografia Básica:

ANDRADE FILHO, Oliveira Edmar. **Imposto de Renda das Empresas**. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Luis Martins de, PEREZ JR, José Hernandez, SILVA, Carlos Aberto dos Santos. **Controladoria Estratégica**. São Paulo: Atlas, 2002.

POHLMANN, Marcelo Coletto e IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Tributação e política tributária:** uma abordagem interdisciplinar. São Paulo: Atlas, 2006.

Bibliografia Complementar:

COAD – Informativo tributário. Disponível na Biblioteca.

OLIVEIRA, Luis Martins de. **Manual de Contabilidade Tributária**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SILVA, Lourivaldo Lopes da. **Contabilidade Geral e Tributária**. 2ª ed. São Paulo: IOB Thomson, 2005.

6º SEMESTRE

29) Administração Financeira I – CH 60h

OBJETIVO: Capacitar os acadêmicos a identificar e se valer de dados e informações financeiras relevantes na tomada de decisões na área de finanças corporativas de curto prazo.

EMENTA: Introdução à administração financeira. Estratégias e decisões financeiras de curto prazo. Administração do Capital de Giro. Administração das disponibilidades (Fluxo de Caixa). Administração de estoques e de Contas a Receber. Contas a pagar Fundamentos e Práticas de Tesouraria. Técnicas de gestão de tesouraria, relacionamentos bancários, planejamento e controle de fluxo de caixa. Decisões de Investimentos: Classificação de investimentos; Métodos e técnicas de avaliação de investimentos; Análise de Investimentos.

Bibliografia Básica:

BRIGHAM, Eugene F.; EHRHARDT, Michael C. **Administração Financeira: Teoria e Prática**. SÃO PAULO: Cengage Learning, 2010.

HOJI, Masakazu. **Administração Financeira o Orçamentária**. São Paulo: Atlas, 2010.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira na prática: guia para educação financeira corporativa e gestão financeira pessoal**. São Paulo: Atlas, 2010.

MATIAS, Alberto Borges. **Finanças Corporativas de Curto Prazo – a gestão do valor do capital de giro**. São Paulo: Atlas, 2007.

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.; JORDAN, Bradford D.

Princípios de administração financeira. São Paulo: Atlas, 2002.

Bibliografia Complementar:

ASSAF NETO, Alexandre, SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Administração do capital de giro**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GITMAN, Lawrence. **Princípios de Administração Financeira**. 12ª ed. São Paulo: Pearson: 2010.

FREZATTI, Fábio. **Gestão do fluxo de caixa diário**. São Paulo: Atlas, 1997.

SANTOS, Edno O. **Administração Financeira da Pequena e Média Empresa**. São Paulo: Atlas, 2001.

SANVICENTE, Antônio Z. **Administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1997.

30) Perícia Contábil – CH 30h

OBJETIVO: Propiciar a utilização plena dos instrumentos contábeis de Perícia Contábil, visando o melhor desempenho de suas funções; Capacitar o aluno para a execução de exames de documentos, inspeções, controles, e análise de registros, objetivando o funcionamento perfeito de sua atividade; Instrumentalizar os participantes para competência técnica e postura ética no exercício profissional; Intermediar conhecimentos entre os profissionais já atuantes em Auditoria e Perícia Contábil.

EMENTA: Os princípios, normas, conceitos, tipos de perícia contábil, responsabilidade do perito. A atuação do perito contador.

Bibliografia Básica:

HOOG, Wilson Alberto Zappa. **Perícia Contábil**: normas brasileiras interpretadas e comentadas a luz do código civil, processo civil e penal. Curitiba: Juruá, 2009.
 ZANNA, Remo Dalla. **Prática de Perícia Contábil**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.
 WAKIM, Vasconcelos Reis; WAKIM, Elizete Aparecida de Magalhães. **Perícia Contábil e Ambiental**: fundamentação e prática. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar:

ORNELAS, Martinho Maurício Gomes de. **Perícia Contábil**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.
 MAGALHÃES, Antonio de Deus F.; SOUZA, Clóvis de.; FAVERO, Luiz.; LONARDONI, Mário. **Perícia Contábil**: Uma abordagem Teórica, Ética, Legal, Processual e Operacional. São Paulo: Atlas, 2009.
 SÁ, Antônio Lopes de. **Perícia contábil**. São Paulo: Atlas, 2012.

31) Laboratório de Prática Contábil II – CH 60h

OBJETIVO: Proporcionar aos acadêmicos conhecimentos práticos das atividades relacionadas com a escrituração contábil, apuração do resultado do exercício e o balanço patrimonial, apuração de tributos e escrituração fiscal com a utilização de *software* de contabilidade.

EMENTA: Encerramento e análise das principais demonstrações financeiras (DRE e BP). Determinação dos principais tributos incidentes sobre a receita operacional bruta das organizações, determinação dos principais impostos: ICMS, IPI, ISS. Escrituração fiscal dos livros fiscais. Escrituração contábil relacionada aos fatos geradores destes tributos e contribuições.

Bibliografia Básica:

Equipe de Professores da FEA/USP. **Contabilidade Introdutória**. São Paulo: Atlas, 2010.
 MARTINS, Eliseu, *et al.* **Manual de contabilidade societária**. São Paulo: Atlas, 2013.
 PADOVEZE, Clóvis Luis. **Manual de contabilidade básica**: contabilidade básica e intermediária. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar:

SILVA, César Augusto Tibúrcio, TRISTÃO, Gilberto. **Contabilidade Básica**. São Paulo: Atlas, 2000.

32) Finanças Corporativas – CH 60h

OBJETIVO: Capacitar os acadêmicos a entender o mecanismo de funcionamento do Sistema Financeiro Nacional, conhecer sua estrutura através das instituições que dele fazem parte, bem como seus principais indicadores e títulos. Propiciar o entendimento do funcionamento de uma Bolsa de Valores e o comportamento de um mercado de ações.

EMENTA: O ambiente financeiro. Objetivo das Finanças Corporativas: maximizar o valor ou riqueza. Processo: Renda, Poupança e Investimento. Conceitos Básicos de Finanças e Mercados. Operações e ativos financeiros. Estrutura e funcionamento do Sistema Financeiro Nacional. Organismos Financeiros

Internacionais. Bolsa de valores. Análise e Tomada de Decisões Financeiras. A relação risco, retorno e avaliação. Avaliação de ações (modelos).

Bibliografia Básica:

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. São Paulo: Atlas, 2008.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira na prática: guia para educação financeira corporativa e gestão financeira pessoal**. São Paulo: Atlas, 2010.

MATIAS, Alberto Borges. **Finanças Corporativas de Longo Prazo**. São Paulo: Atlas, 2007.

MELLAGI FILHO, Armando, e ISHIKAWA, Sérgio. **Mercado financeiro e de capitais**. São Paulo: Atlas, 2003.

SANVICENTE, Antonio Zoratto, e MELLAGI FILHO, Armando. **Mercado de capitais e estratégias de investimentos**. São Paulo: Atlas, 1996.

Bibliografia Complementar:

DAMODARAN, Aswath. **Finanças Corporativas Aplicadas**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

FERREIRA, José Antonio Stark. **Finanças Corporativas**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro - Produtos e serviços**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

LUZIO, Eduardo. **Finanças corporativas. Teoria e prática**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

SECURATO, José Roberto. **Decisões Financeiras em Condições de Risco**. São Paulo: Atlas, 1996.

33)Contabilidade Tributária II – CH 60h

OBJETIVO: Analisar os reflexos na contabilidade e das atuais metodologias contábeis utilizadas para registro, análise e divulgação desses reflexos; Instrumentalizar tecnicamente o acadêmico para a prática da escrituração fiscal, tributária e suas aplicações contábeis. Estudar os conceitos tributários relacionados ao planejamento tributário, o qual visa à diminuição de forma legal do pagamento de tributos através da elisão fiscal e conseqüentemente a redução da carga tributária das pessoas físicas e jurídicas.

EMENTA: Escrituração e apuração dos impostos. Cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. Documentos Fiscais relacionados a esses impostos. Declarações fiscais em nível federal e estadual. Sistema Simples Nacional e Lei das Micro e Pequenas Empresas LC 123/2006. Formas de tributação das pessoas jurídicas, Tributação das micro e pequenas empresas. Preço de transferência. Crédito tributário. Diferimento de tributos. Planejamento tributário estratégico.

Bibliografia Básica:

CRC-RS. **Imposto de Renda e Contribuições Federais**. Porto Alegre: CRC-RS, 2010.

FABRETTI, L. C., **Contabilidade Tributária**. 12^a ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FABRETTI, L. C., **Simples Nacional**. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, Lourivaldo Lopes da. **Contabilidade Geral e Tributária**. 2^a ed. São Paulo: IOB Thomson, 2005.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. **Regulamento do ICMS** – Decreto n^o 37.699/97.

BRASIL. **Regulamento do IR** – RIR/99. Decreto n ° 3000 de 26 de março de 1999.

BRASIL. **Lei n ° 10.833** Alteração nos aspectos tributários (PIS e Cofins); n ° 10.865, 10.925, 10.996 e 11.051.

CRC-RS. **Imposto de Renda e Contribuições Federais**. Porto Alegre: CRC-RS, 2010.

DRUM, Lidiane de Oliveira. O Planejamento tributário no Comercio de combustíveis ABC & CIA LTDA, 2009.

34)Teoria da Contabilidade – CH 30h

OBJETIVO: Discutir os aspectos mais relevantes no atual estado da arte da Teoria da Contabilidade. Propiciar ao aluno condições de aprofundar os conhecimentos teóricos que dão sustentação às metodologias contábeis de mensuração e produção de informações, desenvolvendo a condição de pensar a contabilidade.

EMENTA: Os pilares de uma nova concepção contábil: *Fair Value; Impairment Test; Goodwill; Disclosure; Accountability*. A teoria da regulação e a teoria normativa e positiva. Perspectivas da teoria da contabilidade.

Bibliografia Básica:

IUDÍCIBUS, Sergio, MARION, José Carlos. **Introdução a Teoria da Contabilidade:** para o nível de graduação. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, Eliseu, *et al.* **Manual de contabilidade societária**. São Paulo: Atlas, 2013.

SCHMIDT, Paulo. **História do pensamento contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

Bibliografia Complementar:

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RS. **Princípios Fundamentais da Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade**. Porto Alegre: CRCRS, 2010. *Disponível em:

<http://www.crcrs.org.br/janelas/downloadl.htm>

HENDRIKSEM, E S., VAN BREDA, M.F. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 8º ed. São Paulo: Atlas, 2006.

NIYAMA, Jorge K.; SILVA, César A. T. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

RIBEIRO FILHO, J .S.; LOPES, J.; PEDERNEIRAS, M. **Estudando Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

7º SEMESTRE

35)Administração Financeira II – CH 60h

OBJETIVO: Capacitar os acadêmicos a identificar e se valer de dados e informações financeiras relevantes na tomada de decisões na área de finanças corporativas de longo prazo.

EMENTA: Captação de Recursos Financeiros a Longo Prazo: Riscos Financeiros; Capital Próprio; Captação de Recursos de Terceiros ; Custo de Capital; Estrutura

de Capital. Aplicação de Recursos Financeiros ; Análise de Investimentos; Avaliação Financeira de Negócios; Gestão do Valor Financeiro.

Bibliografia Básica:

BRIGHAM, Eugene F.; EHRHARDT, Michael C. **Administração Financeira: Teoria e Prática**. SÃO PAULO: Cengage Learning, 2010.

GITMAN, Lawrence. **Princípios de administração financeira**. São Paulo: Harper Row do Brasil, 2010.

HOJI, Masakazu. **Administração Financeira o Orçamentária**. São Paulo: Atlas, 2010.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira na prática: guia para educação financeira corporativa e gestão financeira pessoal**. São Paulo: Atlas, 2010.

MOTTA, Regis da Rocha, CALÔBA, Guilherme Marques. **Tomada de Decisão em Projetos Industriais**. São Paulo: Atlas, 2002.

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.; JORDAN, Bradford D. **Princípios de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 2002.

Bibliografia Complementar:

ASSAF NETO, Alexandre, SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Administração do capital de giro**. São Paulo: Atlas, 1997.

FREZATTI, Fábio. **Gestão do fluxo de caixa diário**. São Paulo: Atlas, 1997.

SANTOS, Edno O. **Administração Financeira da Pequena e Média Empresa**. São Paulo: Atlas, 2001.

SANVICENTE, Antônio Z. **Administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1997.

36) Auditoria Contábil – CH 60h

OBJETIVO: Introduzir os acadêmicos do curso de Ciências Contábeis no estudo da técnica da Auditoria, enfocando seus fundamentos básicos, normas e procedimentos técnicos, de modo a instrumentalizá-los para a prática futura de serviços de auditoria.

EMENTA: Introdução: conceitos, objetivos e evolução histórica da auditoria. Princípios de auditoria. Auditoria interna e externa. Órgãos reguladores. Normas profissionais e técnicas. Código de ética do auditor. Formas de auditoria, procedimentos preparatórios para a prestação de serviços. Plano de auditoria. Controles internos: estudo e avaliação. Evidenciação. Tipos de auditoria: tributária, operacional, de sistemas.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: Um Curso Moderno e Completo**. São Paulo: Atlas, 2010.

ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações**. São Paulo: Atlas, 2012.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil**. São Paulo: Atlas, 2012.

CRC/RS. **Princípios fundamentais de contabilidade e Normas brasileiras de contabilidade**. Ed. CRC/RS: Porto Alegre, 2011.

JOSÉ, Hernandes Perez Junior. **Auditoria das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Atlas 2012.

LINS, Luiz dos Santos. **Uma abordagem pratica em ênfase na auditoria externa**. 2ª edição Ed. Atlas.

SILVA, Moacir Marques. **Curso de Auditoria de Acordo com as Normas Internacionais**. São Paul: Atlas, 2012.

SÁ, Antônio Lopes de. **Curso de auditoria**. São Paulo: Atlas, 1998.

Bibliografia Complementar:

ARAUJO, Inaldo da Paixão Santos. **Fundamentos da Auditoria**. São Paulo: Saraiva, 2012.

BOYNTON, Willian C., JOHNSON, Raymond N., KELL, Walter G. **Auditoria**. São Paulo: Atlas, 2002.

PEREZ JÚNIOR. José Hernandez. **Auditoria das Demonstrações Contábeis: normas e procedimentos**. São Paulo: Atlas, 1998.

37) Trabalho Final de Graduação I – CH 120h

OBJETIVO: Demonstrar o conceito de ciência e métodos de pesquisa científica para construção do conhecimento científico; Instrumentalizar os acadêmicos com o processo de elaboração de projetos de pesquisa; Proporcionar a prática dos conhecimentos adquiridos durante o Curso, em um trabalho que pode ser teórico ou teórico-prático, dentro de um dos campos de atuação da Contabilidade que o acadêmico mais se identificar, levando-o a aprimorar o seu projeto de vida profissional.

EMENTA: Estrutura do projeto de uma pesquisa científica. Estrutura formal do projeto. Contextualização da problemática do estudo. Objetivos gerais e específicos de uma proposta de estudo científico. Justificativa do estudo. Referencial teórico. Metodologia do trabalho científico. Cronograma. Referências. Normas técnicas. Apresentação.

Bibliografia Básica:

BEUREN, Ilse Maria (org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 6ed. São Paulo: Atlas, 2003.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcindo. **Metodologia Científica**. 5º ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

GIL, Antonio C. **Técnicas de pesquisa em economia**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Antonio Benedito. **Métodos e técnicas de pesquisa em Contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2003.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 32º ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 11º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 22º ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia aplicada a Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2003.

38) Controladoria – CH 60h

OBJETIVO: Integrar conhecimentos apresentados em outras disciplinas e proporcionar ao aluno a compreensão da potencialidade da Controladoria nas empresas. Estudar a contabilidade como sistema de informação integrado ao sistema de informação global da empresa, voltado ao atendimento das necessidades de informação. Contabilidade como instrumento de apoio às funções administrativas de planejamento, controle operacional, controle gerencial, tomada de decisão, sustentabilidade econômica, financeira e ambiental e responsabilidade social.

EMENTA: O papel da controladoria como sistema integrado de informações e o conceito de *accountability*. Conceito de sistema, a empresa como sistema, sua filosofia de negócios e objetivos. Conceitos de modelo de gestão. Conceitos básicos de processo de gestão. Controladoria: órgão, ramo do conhecimento, funções, perfil do *controller*. A controladoria na gestão da sustentabilidade. Avaliação de resultados e desempenhos. Programação linear e teoria das restrições: suas implicações na contabilidade gerencial.

Bibliografia Básica:

ANTHONY, Robert N.; GOVINDARAJAN, Vijay. **Sistemas de Controle Gerencial**. São Paulo: Atlas, 2002.

ATKINSON, Anthony A.; BANKER, Rajiv D.; KAPLAN, Robert S.; YOUNG, S.Mark. **Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Atlas, 2000.

GARCIA, Alexandre S. **Introdução a Controladoria**. São Paulo: Atlas, 2010.

SCHIER, Carlos U. C. **Controladoria como instrumento de gestão**. São Paulo: Juruá, 2010.

Bibliografia Complementar:

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. **Organização Orientada para a Estratégia**: como as empresas que adotam o *Balanced Scorecard* prosperam no novo ambiente de negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

NASCIMENTO, Auster. **Controladoria: um enfoque na eficácia organizacional**. São Paulo: Atlas, 2007.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Controladoria Estratégica e Operacional**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

WARREN, Carl S.; REEVE, James M.; FESS, Phillip E. **Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Editora Pioneira Thomson Learning, 2003.

39) Orçamento Empresarial – CH 60h

OBJETIVO: Capacitar o aluno a compreender a necessidade do planejamento na empresa, bem como a compreender a técnica de elaboração, implantação e análise de um sistema orçamentário, com vistas a sua preparação ao exercício profissional no campo das finanças empresariais.

EMENTA: O Planejamento e o controle no processo administrativo. Conceito e histórico do orçamento. Orçamento de Vendas. Orçamento de Produção. Orçamento do Custo dos Produtos Vendidos e em Estoque. Orçamento de Despesas. Orçamento Tributário. Orçamento de Caixa. Projeção de Demonstrações de Resultados e do Balanço Patrimonial. Gestão e Análise de Orçamentos.

Bibliografia Básica:

FREZATTI, Fábio. **Orçamento Empresarial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

HOJI, Masakazu. **Administração Financeira e Orçamentária**. São Paulo: Atlas, 2010.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira na prática: guia para educação financeira corporativa e gestão financeira pessoal**. São Paulo: Atlas, 2010.

LUNKES, Rogério João. **Manual de Orçamento**. São Paulo: Atlas, 2003.
 WELSCH, Glenn **A Orçamento Empresarial**: uma abordagem prática. São Paulo, Atlas, 1995.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Planejamento Financeiro e Orçamento**. 4 ed. Porto Alegre: Sagra, 2001.

Bibliografia Complementar:

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 7ª ed. São Paulo: Harbra Ltda., 1997.

SOBANSKI, Jaert. **Prática de Orçamento Empresarial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Planejamento Financeiro e Orçamento**. 4 ed. Porto Alegre: Sagra, 2001.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Uma Decisão de Planejamento e Controle Financeiro**. 9ª ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002.

8º SEMESTRE

40)Direito Previdenciário – CH 30h

EMENTA: Direito da Seguridade Social: Origens e evolução no Mundo e no Brasil. Conceito e divisão, princípios do direito da seguridade social, princípios específicos da previdência social, princípios específicos do custeio, princípios constitucionais gerais. Conteúdo, fontes e autonomia. Aplicação das normas de seguridade social quanto à hierarquia, integração, interpretação e vigência. Regimes Previdenciários: Regime Geral de Previdência Social, Regime Próprio dos Servidores Efetivos, Regime de Previdência Oficial Complementar e Regime de Previdência Privada. Custeio da Seguridade Social. Contribuintes da Seguridade Social. Segurados do Regime Geral de Previdência Social, obrigatórios e facultativos. Prestações e serviços da Previdência Social e da Assistência Social. Acidente do Trabalho e doenças ocupacionais. Prescrição e decadência previdenciária. Competência para as ações previdenciárias. Tendência do Direito Previdenciário.

OBJETIVOS: Oportunizar ao discente conhecimento acerca das relações com a seguridade social, bem como obter uma visão global do Direito Previdenciário, além de proporcionar o conhecimento das diversas fontes e institutos deste ramo do Direito, sob a ótica do eixo transversal dos direitos fundamentais.

Bibliografia Básica:

CASTRO, C. A. P.; LAZZARI, J. B. **Manual de Direito Previdenciário**. 16ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. (14 volumes)

IBRAIM, F. Z. **Curso de Direito Previdenciário**. 21º ed. Niterói: Impetus, 2015. (14 volumes)

SARAIVA, R.; MANFREDINI, A.; SOUTO, R. T. **CLT consolidação das leis do trabalho**. 10º ed. São Paulo: Método, 2014. (5 volumes)

Bibliografia Complementar:

DELGADO, M. G. **Curso de Direito do Trabalho**. 14º ed. São Paulo, LTR, 2015. (3 volumes)

MARTINS, S. P. **Direito do Trabalho**. 30º ed. São Paulo: Atlas, 2014. (10 volumes)

NASCIMENTO, A. M. **Curso de Direito do Trabalho**. 26º ed. São Paulo: Saraiva, 2011. (7 volumes)

NASCIMENTO, A. M. **Iniciação ao Direito do Trabalho**. 36º ed. São Paulo: LTR, 2011. (8 volumes)

41) Contabilidade Ambiental – CH 30h

OBJETIVO: Apresentar aos alunos do curso de Ciências Contábeis os conceitos básicos e os procedimentos sobre a contabilidade ambiental e discutir assuntos referentes ao meio ambiente, educação ambiental e ao desenvolvimento sustentável.

EMENTA: Conceitos e objetivos da Contabilidade Ambiental. Ativo, Passivo, Receita e Despesas ambientais. Adequação da relação empresa-meio ambiente. Considerações gerais sobre a Contabilidade Ambiental. Sistema de Gestão Ambiental. Logística Reversa. Normas e certificações ambientais. Desenvolvimento Sustentável. Relatórios Ambientais.

Bibliografia Básica:

DIAS, R. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2011.

FERREIRA, A. C. S. **Contabilidade Ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável**. 3ed. São Paulo: Atlas, 2011.

KRAEMER, M. E. P.; TINOCO, J. E. P. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2011.

Bibliografia Complementar:

FERREIRA, A. C. S.; SIQUEIRA, J. R. M.; GOMES, M. Z. **Contabilidade e Relatórios Sociais**. São Paulo: Atlas, 2012.

BRAGA, C. **Contabilidade Ambiental: ferramenta para a gestão da sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007.

COSTA, C. A. G. **Contabilidade Ambiental: mensuração, evidenciação e transparência**. São Paulo: Atlas, 2012.

PAIVA, P. R. **Contabilidade Ambiental: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focado na prevenção**. São Paulo: Atlas, 2003.

RIBEIRO, M. S. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2006.

XAVIER, L. H.; CORRÊA, H. L. **Sistemas de logística reversa: criando cadeias de suprimento sustentáveis**. São Paulo: Atlas, 2013.

42) Laboratório de Prática Contábil III – CH 60h

OBJETIVO: Proporcionar aos acadêmicos conhecimentos práticos dos sistemas de informação relacionados à prática contábil a partir de uma visão sistêmica integrada. Conhecer a estrutura de elaboração da declaração do imposto de renda pessoa física.

EMENTA: Sistemas de informação integrados. Níveis de decisão. Qualidade da informação. Sistemas de informações contábeis. Declaração do imposto de renda pessoa física (DIPF).

Bibliografia Básica:

Equipe de Professores da FEA/USP. **Contabilidade Introdutória**. São Paulo: Atlas, 2010.

Manuais de obrigações acessórias. **Receita Federal do Brasil (RFB)** Disponível em www.receita.fazenda.gov.br

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Manual de contabilidade básica: contabilidade básica e intermediária**. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar

MARTINS, Eliseu; *et al.* **Manual de Contabilidade Societária**: Aplicável a todas as Sociedades. São Paulo: Atlas, 2013.

43) Trabalho Final de Graduação II – CH 120h

OBJETIVO: Demonstrar a metodologia de realização de um Trabalho Final de Graduação; Propiciar um momento de revisão, aprofundamento, sistematização e integração de conteúdos já estudados; Proporcionar a oportunidade de colocar em prática os conhecimentos adquiridos durante o Curso, em um trabalho que pode ser teórico ou teórico-prático, dentro de um dos campos de atuação da Contabilidade que o acadêmico mais se identificar, levando-o a aprimorar o seu projeto de vida profissional.

EMENTA: Desenvolvimento do trabalho final de graduação na forma de artigo científico de acordo com orientação, supervisão e acompanhamento individualizados do professor orientador. Estrutura do artigo: resumo, palavras-chave, *abstract*, *key-words*, introdução, referencial teórico, metodologia, apresentação e análise dos resultados, considerações finais e referências. Apresentação do resultado da pesquisa científica em banca de avaliação.

Bibliografia Básica:

BEUREN, Ilse Maria (org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 6ed. São Paulo: Atlas, 2003.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcindo. **Metodologia Científica**. 5º ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

GIL, Antonio C. **Técnicas de pesquisa em economia**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Antonio Benedito. **Métodos e técnicas de pesquisa em Contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2003.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 32º ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 11º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 22º ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia aplicada a Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2003.

44) Ética e Responsabilidade Social do Contador – CH 30h

OBJETIVO: Apresentar aos acadêmicos os princípios da ética e da moral, e sua aplicação na profissão contábil. Estudar e compreender as normas que asseguram a competência e qualidade dos serviços do profissional da contabilidade. Comportamento ético na contemporaneidade, multiculturalismo e inclusão social. Ética no contexto da Responsabilidade Social Criativa como impulso para o desenvolvimento e para uma vida justa para todos.

EMENTA: Conceitos, objeto e objetivo da ética. Atuação e responsabilidade profissional. Legislação da profissão contábil. Código de Ética Profissional. A ética na profissão contábil. Tópicos especiais – o profissional contábil e o marketing pessoal e profissional. Responsabilidade social do contador. Responsabilidade social das empresas.

Bibliografia Básica:

LISBOA, Lázaro Plácido. Ética geral e profissional em contabilidade. São Paulo: Atlas, 2014. (8 exemplares)

VIEIRA, Maria das Graças. A ética na profissão contábil. São Paulo: IOB Thomson, 2006. (3 exemplares)

SÁ, Antônio Lopes de. Ética Profissional. São Paulo: Atlas, 2004. (3 exemplares)

Bibliografia Complementar:

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL.

Código de Ética Profissional. Porto Alegre. 2011. Disponível em:

http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_etica09.PDF

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL.

Princípios de contabilidade e normas Brasileiras de Contabilidade. Porto Alegre, 2014. Disponível em:

http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_principios_normas_v1.pdf?1abb9b

FERREIRA, A. C. S. Contabilidade Ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável. 3ed. São Paulo: Atlas, 2011.

45)Noções de Atuária – CH 30h

OBJETIVO: Demonstrar ao acadêmico os conceitos da ciência atuarial, desenvolver habilidades para melhor compreender e interpretar a dinâmica que envolve o mercado em que estão inseridas as Companhias de Seguro, de Capitalização, as Operadoras de Planos de Saúde e as Instituições de Previdência Privada e Pública.

EMENTA: Caracterização da Ciência Atuarial. Campo de atuação do atuário. Quadro institucional brasileiro. Noções introdutórias de seguridade. Incerteza, risco, previdência e mutualismo. Contrato de seguro: segurador, segurado, prêmio, sinistro e indenização. Pulverização de riscos: resseguro e cosseguro. Planos de Capitalização. Caracterização básica. Aspectos atuariais relevantes. Noções elementares de seguros. Ramo vida. Ramos elementares. Seleção de riscos. Planos de Previdência. Previdência privada: EFPC e EAPC; Previdência Social, Regimes financeiros; Planos de custeio e Planos de benefício.

Bibliografia Básica:

CHAN, Betty L., SILVA, Fabiana L., MARTINS, Gilberto de A. **Fundamentos da previdência complementar:** da atuária a contabilidade. São Paulo: Atlas, 2010.

FANTINEL, Rodrigo Sartori. **Regimes próprios de previdência social:** o papel do controle na manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do sistema. Porto Alegre: 2003.

SOUZA, Silney de. **Seguros:** contabilidade, atuária e auditoria. São Paulo: Saraiva, 2002.

Bibliografia Complementar:

CORDEIRO, Filho Antonio. **Cálculo Atuarial Aplicado**. São Paulo Atlas, 2009.
RODRIGUES, José Ângelo. **Gestão de Risco Atuarial**. São Paulo: Saraiva, 2008.

46)Contabilidade para Entidades Terceiro Setor – CH 30h

OBJETIVO: Identificar o perfil das organizações do terceiro setor no contexto brasileiro, evidenciando o papel social que desempenham, bem como a legislação aplicada, com ênfase para os aspectos tributários, imunidade e isenções.

EMENTA: Identidade e caracterização das entidades sem fins lucrativos no Brasil, aspectos legais gerais aplicados às entidades sem fins lucrativos, normas e práticas contábeis aplicadas às entidades sem fins lucrativos, obrigações fiscais, parafiscais e outros compromissos acessórios das entidades sem fins lucrativos.

Bibliografia Básica:

ARAÚJO, Osório Cavalcante. **Contabilidade para organizações do terceiro setor**. São Paulo: Atlas, 2006.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL.

Terceiro setor guia de orientação para o profissional da contabilidade.

Disponível em: <http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_3setor.pdf>. Acesso em: 26 de jul. 2016.

HUDSON, M. Administrando organizações do Terceiro Setor. São Paulo: Makron Books, 1999. (8 exemplares)

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo do. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos**. São Paulo: Atlas, 2006.

SLOMSKI, Valmor; REZENDE, Amaury José; CRUZ, Cassia Vanessa Olak Alves;

OLAK, Paulo Arnaldo. **Contabilidade do terceiro setor uma abordagem operacional**: aplicável à associações, fundações, partidos políticos e organizações religiosas. São Paulo: Atlas, 2012 (5 exemplares)

Bibliografia Complementar:

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto R. **Manual de Contabilidade Societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Manual de contabilidade básica: contabilidade básica e intermediária**. São Paulo: Atlas, 2009.

47)Contabilidade Rural – CH 30H

OBJETIVO: Abordar conceitos e técnicas de contabilidade gerencial aplicáveis às atividades rurais (agrícolas, pecuárias e agroindustriais), proporcionando ao aluno uma visão prática do tratamento contábil e do processo de gestão econômica dessas atividades.

EMENTA: A empresa rural e seu meio ambiente. A natureza e o ciclo de vida dos ativos. Atividades Rurais. Agricultura, reflorestamento, pecuária, atividades agroindustriais, cultura temporárias e perenes. Ativos (animais e vegetais) utilizados na atividade operacional e para vendas. Aspectos contábeis e legais das atividades rurais. Transações e contas especiais das atividades rurais. Imposto de renda e principais tributos. Cooperativas. Aspectos de custos e preços. Custos fixos e variáveis, cálculo das depreciações, amortizações e exaustões. Alavancagem operacional e ponto de equilíbrio. Planejamento de lucros e simulações. Break even-point na atividade rural. Fluxo de caixa das atividades rurais. Relatórios contábeis

das atividades rurais. Reclassificações necessárias, análises por meio de coeficientes, custo de capital e taxas de retorno, EVA e MVA, valor da empresa. Reflexões sobre a análise das atividades rurais.

Bibliografia Básica:

BATALHA, Mário O. **Gestão Agroindustrial**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CREPALDI, Silvio A. **Contabilidade rural: uma abordagem decisória**. São Paulo: Atlas, 2011.

MARION, José Carlos. **Contabilidade rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária e imposto de renda – pessoa jurídica**. São Paulo: Atlas, 2010.

SANTOS, Gilberto; MARION, José Carlos; SEGATTI, Sonia. **Administração de custos na agropecuária**. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar:

MARION, José Carlos. **Contabilidade da pecuária**. São Paulo: Atlas, 1996.

NEPOMUCENO, Fernando. **Contabilidade rural e seus custos de produção**. São Paulo: IOB – Thomson, 2004.

Ementário – Disciplinas Optativas (Base Curricular 2019)

1) Tópicos Contemporâneos de Contabilidade – CH 30h

OBJETIVO: Proporcionar aos acadêmicos uma reflexão da ciência contábil no contexto mais amplo do conhecimento científico.

EMENTA: Aprofundar os seguintes temas: Balanço Social e Contabilidade Ambiental. Ativos Intangíveis. Balanced Scorecard. Gestão Rural. Pesquisa operacional. Governança Corporativa e a Teoria da Agência. Introdução ao Marketing Profissional. Empreendedorismo.

Bibliografia Básica:

ANDRADE, Adriana; ROSSETTI, José Paschoal. **Governança Corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências**. São Paulo: Atlas, 2004.

BOWERSOX, Donald J.; CLOSS, David J. **Logística empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimento**. São Paulo: Atlas, 2001.

CORRAR, Luiz J.; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Pesquisa operacional para decisão em contabilidade e administração: contabilometria**. São Paulo: Atlas, 2004.

DORNELAS, Jose Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. **Rio de Janeiro: Campus, 2001**.

KROETZ, César Eduardo S. **Balanço Social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

MARION, José Carlos. **Contabilidade rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária e imposto de renda – pessoa jurídica**. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SCHMIDT, Paulo. SANTOS, José L. **Avaliação de Ativos Intangíveis**. São Paulo: Atlas, 2002.

KAPLAN, Robert S. NORTON, David P. **A Estratégia em Ação**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

Bibliografia Complementar:

BALLOU, Ronald H. **Logística empresarial: transportes, administração de materiais e distribuição física**. São Paulo: Atlas, 1993.

BATALHA, Mário O. **Gestão Agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 2001.
 CREPALDI, Silvio A. **Contabilidade rural: uma abordagem decisorial**. São Paulo: Atlas, 2006.
 SANTOS, Gilberto; MARION, José Carlos; SEGATTI, Sonia. **Administração de custos na agropecuária**. São Paulo: Atlas, 2002.

2) Seminário Integrador do Profissional Contábil – CH 30h

OBJETIVO: Integrar conhecimentos apresentados nas demais disciplinas da grade curricular, visando preparar o acadêmico para o Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade e para sua inserção no mercado de trabalho.

EMENTA: Estrutura e funcionamento do Conselho Federal de Contabilidade. Retomar conteúdos relativos ao edital do Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade como reforço à formação acadêmica para o mercado de trabalho.

Bibliografia Básica:

Equipe de Professores da FEA/USP. **Contabilidade Introdutória**. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Eliseu; *et al.* **Manual de Contabilidade Societária**: Aplicável a todas as Sociedades. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Manual de contabilidade básica: contabilidade básica e intermediária**. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Lei 11.638/2007. Disponível em www.planalto.gov.br.

SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo. **Contabilidade Societária**. Atualizado pela Lei nº 10.303/01. São Paulo: Atlas, 2002.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz; GOMES, José Mário Matsumura.

Fundamentos de Contabilidade Intermediária. São Paulo: Atlas, 2004.

3) Libras – CH 30h

OBJETIVO: Levar ao aluno a base conceitual e o conhecimento teórico-prático de libras.

EMENTA: Noções básicas de Libras com vistas a uma comunicação funcional entre ouvintes e surdos no âmbito social.

Bibliografia Básica:

CAPOVILLA, F.; RAPHAEL, V. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue – Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS**. (vol. I e II). São Paulo: EDUSP, 2001.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **LIBRAS em Contexto**. Brasília: SEESP, 1998.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Língua Brasileira de Sinais**. Brasília:

SEESP, 1997. PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação especial. **Falando com as Mãos: LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais)**. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 1998.

Bibliografia Complementar:

QUADROS, Ronice Muller de. Educação de Surdos – **A aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

4) Governança Corporativa – CH 30h

EMENTA: Governança corporativa: conceitos, princípios e práticas. Teoria da agência. Modelos de governança corporativa: *shareholder* e *stakeholder*. Contexto empresarial brasileiro. Parâmetros de avaliação da governança corporativa. Cartilhas e códigos de governança corporativa: CVM e IBGC. Estímulos do BNDES às boas práticas de governança corporativa. Direitos dos minoritários. *Sarbanes-Oxley Act*.

OBJETIVOS: Reconhecer os conceitos e os principais padrões de Governança Corporativa; Identificar os Códigos de Melhores Práticas de Governança; Estabelecer a ponte entre contribuições teóricas e sua prática cotidiana; Conferir ferramentas para que o aluno possa introduzir a Governança na sua atividade profissional; Mostrar as vantagens da adoção de uma conduta amparada nos requisitos da Governança Corporativa; Familiarizar-se com as práticas de ética empresarial e sua integração nas instituições.

Bibliografia Básica:

ASSAF, A. **Finanças Corporativas e Valor**. Atlas, 2003.

BRIGHAN, Eugene F., GAPENSKI, Louis C., Ehrhardt, Michael C. **Administração Financeira – Teoria e Prática – Editora Atlas, 2000.**

IBGC. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. 3ª edição. Campus, Rio de Janeiro, 1996.

Bibliografia Complementar:

BREALEY, Richard A.; MYERS, Stewart C. **Princípios de finanças empresariais**. Makron, 1999.

CAVALCANTE, Francisco. **Mercado de Capitais**. Editora Campus, 2002.

FERREIRA, J. A. Stark. **Finanças Corporativas**. São Paulo: Pearson. 2005.

GALVÃO, A, Aureliano Angel Bressan, Breno de Campos, Cláudio Boechat e outros. **Finanças Corporativas**. Rio de Janeiro: Elsevier. 2008

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.; JAFFE, Jeffrey F.

Administração financeira: corporate finance. 2ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

WESTON, J. Fred; BRIGHAM, Eugene F. **Fundamentos da administração financeira**. São Paulo: Makron Books, 2000.

5) Derivativos e Mercado Futuro – CH 30h

OBJETIVO: Desenvolver visão sistêmica para a Gestão Estratégica de Finanças no Agronegócio.

EMENTA: Administração de Riscos e seus Instrumentos. Derivativos Financeiros. Histórico e Tipos de Derivativos (Termo, Futuros, Swaps e Opções). Mercados de Seguros. Risco no Sistema Agroindustrial. Hedging e cobertura do Risco. O Papel dos especuladores. Securitização como Mecanismo de Alavancagem Financeira. Securitização de Recebíveis Agropecuários e Agroindustriais.

Bibliografia Básica:

BRIGHAM, E. & EHRHARDT, M. **Administração Financeira**. Ed.Thomson. São Paulo. 2006.

SILVA, L. A. N. **Derivativos: Definições, Emprego e Risco**. 4ª edição. Ed Atlas. São Paulo. 2002.

ROSS, S.& WESTERFIELD R. & JAFFE J. **Administração Financeira**. 2ª edição. Ed Atlas. São Paulo. 2002.

Bibliografia complementar:

CAVALCANTE, Francisco; MISUMI, Jorge Yoshio; RUDGE, Luiz Fernando. Mercado de capitais. O que é, como funciona. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier-Campus, 2009.

LOPES, Alexsandro Broedel; LIMA, Iran Siqueira. Contabilidade e controle de operações com derivativos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2003.

SILVA NETO, Lauro de A. Derivativos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

TOLEDO FIHO, Jorge Ribeiro de. Mercado de capitais brasileiro. Uma introdução. 1. ed. SÃO PAULO: Cengage Learning, 2006.

ZVI BODIE, Alan J.; MARCUS, Alex Kane. Investimentos. 8.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2010.

6) Informática para Contadores – CH 60h

OBJETIVO: Propiciar ao acadêmico compreender o vocabulário técnico da área de computação; identificar as próprias necessidades acadêmicas e profissionais em computação e ser capaz de supri-las; conhecer os recursos tecnológicos disponíveis (equipamentos, programas e serviços); ter domínio sobre pesquisas de informações na *web*; usar de modo eficaz os recursos de informática.

EMENTA: Conhecimentos de informática e todos os recursos necessários para sua formação em Direito.

Bibliografia Básica:

CAPRON, H.L.; JOHNSON, J.A. **Introdução à Informática**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

STALLINGS, William. **Arquitetura e Organização de Computadores**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

Bibliografia Complementar:

BIANCHI, Luiz; BIZZOTTO, Carlos Eduardo N. **Curso Prático de Informática Básica**. Blumenau: Acadêmica Publicações, 2000.

FRYE, Curtis. **Microsoft Excel 2002**. São Paulo: Berkeley Brasil, 2002.

JOYCE, Jerry; MOON, Marianne. **Microsoft Word 2002**. São Paulo: Berkeley Brasil, 2002.

MEIRELESS, Fernando de Souza. **Informática: Novas Aplicações com Microcomputadores**. 2.ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 1994.

MEYER, Marily. **Nosso Futuro e o Computador**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

NORTON, Peter. **Introdução à Informática**. São Paulo: Makron Books, 1997.

VELLOSO, Fernando de Castro. **Informática: Conceitos Básicos**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

WARNER, Nancy. **Microsoft Office 2000**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

7) Inglês Instrumental para Contadores – CH 60h

OBJETIVO: Desenvolvimento da leitura crítica e conhecimento dos tipos de discurso.

EMENTA: A leitura crítica. O estudo dos diferentes tipos de discurso. O discurso científico.

Bibliografia Básica:

FUCHS, Marjorie & BONNER, Margaret. **Grammar Express: for Self-Study and Classroom Use**. Addison Wesley Longman, Inc.: 2001.

JONES, Ceri & GOLDESTEIN, Ben. **Framework intro/elementary: level 0/1**. London: Richmond, 2005.

MARTINEZ, Ron. **Como dizer tudo em inglês: fale a coisa certa em qualquer situação**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

TORRES, Nelson. **Gramática Prática da Língua Inglesa: o inglês descomplicado**. São Paulo: Saraiva, 2001.

Bibliografia Complementar:

MURPHY, Raymond. **Essential Grammar in Use**. New York: Cambridge University Press, 1997.

PASSWORD: **English Dictionary for Speakers of Portuguese**. John Parker e Mônica Stahel M. da Silva (Eds.). São Paulo: Martins Fontes Ltda, 1998.

8) Administração e Avaliação de Projetos – CH 60h

OBJETIVO: Capacitar os acadêmicos a analisar as diversas variáveis que compõem um projeto de investimento para o processo de tomada de decisão diante das alternativas de ativos que proporcionem a melhor relação risco e retorno à organização.

EMENTA: Fundamentos de investimentos de capital. Critérios de análise de projetos de investimentos: payback, retorno contábil, VPL, TIR, IL. Risco e Retorno. Métodos de análise de projetos de investimentos sob condição de risco.

Bibliografia Básica:

ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. **Curso de Administração Financeira**. 1a.Ed. São Paulo: Atlas, 2009. ASWATH, D. **Avaliação de Investimentos**. 2a. Ed. São Paulo: Qualitymark, 2010.

BRUNI, A. L. **Avaliação de investimentos**. 1a. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Bibliografia complementar:

ASSAF Neto, Alexandre. **Matemática Financeira e suas aplicações**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2003. BROM, L. G. **Análise de Investimentos e Capital de Giro**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2007

GITMAN, Lawrence J. E JOEHNK, Michael D. **Princípios de Investimentos**. 8a. Ed. São Paulo: Pearson, 2005

HUMMEL, P. e TASCNNER, M. **Análise e Decisão sobre Financiamento e Investimento**. São Paulo: Atlas, São Paulo.

OLIVEIRA, J. A. N. **Engenharia Econômica**. São Paulo:McGraw Hill.

OLIVO, Rodolfo Leandro de Faria. **Análise de Investimentos**. Ed. ALINEA. 2008.

SAMANEZ, Carlos P. **Gestão de investimentos e geração de valor**. 1a. Ed. São Paulo: Pearson, 2007. SAMANEZ, Carlos P. **Matemática Financeira: Aplicações à Análise de Investimentos**. São Paulo: Makron Books, 1995.

SOUZA, A.; CLEMENTE, A. **Decisões Financeiras e Análise de Investimentos: Fundamentos, Técnicas e Aplicações**. 6a Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RAPPAPORT, Alfred; MAUBOSSIN, Michael J. **Análise de Investimentos**. Ed. Campus-Elsiever. 2005.

9) Mercado Financeiro – CH 60h

OBJETIVO: Aprender conceitos, a estrutura do mercado financeiro e modelos presentes no mercado de capitais. Compreender os conceitos, aplicabilidade dos modelos e visão crítica a respeito desses modelos.

EMENTA: Mercado e produtos de renda variável, avaliação de ações. Importância e Estrutura do Mercado de Capitais no Brasil. Introdução a Precificação de Risco. Assimetria de Informação: Moral Hazard e Seleção Adversa. Introdução a Análise Fundamentalista e Grafista. Atividades Práticas e Apresentação das Carteiras com análise de risco e retorno.

Bibliografia Básica:

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. São Paulo: Atlas, 2008.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira na prática: guia para educação financeira corporativa e gestão financeira pessoal**. São Paulo: Atlas, 2010.

MATIAS, Alberto Borges. **Finanças Corporativas de Longo Prazo**. São Paulo: Atlas, 2007.

MELLAGI FILHO, Armando, e ISHIKAWA, Sérgio. **Mercado financeiro e de capitais**. São Paulo: Atlas, 2003.

SANVICENTE, Antonio Zoratto, e MELLAGI FILHO, Armando. **Mercado de capitais e estratégias de investimentos**. São Paulo: Atlas, 1996.

Bibliografia Complementar:

DAMODARAN, Aswath. **Finanças Corporativas Aplicadas**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

FERREIRA, José Antonio Stark. **Finanças Corporativas**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro - Produtos e serviços**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

LUZIO, Eduardo. **Finanças corporativas. Teoria e prática**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

SECURATO, José Roberto. **Decisões Financeiras em Condições de Risco**. São Paulo: Atlas, 1996.

10) Laboratório de Práticas de Gestão – CH 60h ADM

OBJETIVOS: A disciplina prevê a simulação e criação de uma dinâmica de mercado que permite aos alunos aplicar habilidades gerenciais adquiridas ao longo do curso de Administração de Empresas.

EMENTA: Jogos e Técnicas Vivenciais. Produção e operações. Marketing e vendas. Contabilidade e finanças. Recursos Humanos.

Bibliografia Básica:

BARÇANTE, L. C.; NORONHA, F. A. **Jogos, negócios e empresas: Business Game**. São Paulo: Qualitymark, 2007.

BOHLANDER, G. W. **Administração de RH**. São Paulo: Pioneira/Thompson Learning, 2003.

GITMAN, L. **Princípios de administração financeira**. São Paulo: Pearson Education. 12 ed., 2010.

GRAMIGNA, M. R. M. **Jogos de empresas**. 2ed. São Paulo: Pearson Education, 2007.

JALOWITZKI, M. **Jogos e técnicas vivenciais nas empresas**. São Paulo: Madras, 2001.

KOTLER, Phillip. **Marketing**: edição compacta. São Paulo: Atlas, 1996.

SLACK, N.; CHAMBERS, S.; HARLAND, C. et al. **Administração da produção**. São Paulo: Atlas, 1997.

11) Responsabilidade Social e Meio Ambiente – CH 60h ADM

OBJETIVOS: Refletir sobre a importância da responsabilidade social para o desenvolvimento sustentável (DS) do planeta, estimulando uma postura crítica, ética e analítica em relação ao papel do profissional na incorporação da sua atividade na gestão da empresa. Aplicar abordagens e ferramentas de gestão para analisar e decidir como diagnosticar; planejar; implementar e avaliar a atividade de responsabilidade social nas empresas.

EMENTA: Ética Profissional. A responsabilidade socioambiental e a função empresarial. A evolução do conceito e das práticas de responsabilidade socioambiental. Elaboração e avaliação de projetos de responsabilidade socioambiental empresarial. Alinhamento do Modelo de gestão e práticas de responsabilidade socioambiental. Melhores práticas de responsabilidade socioambiental. Tendências da pesquisa sobre responsabilidade socioambiental nos principais periódicos científicos no Brasil e no mundo.

Bibliografia Básica:

FRIEND, GIL. **O segredo das empresas sustentáveis** - A vantagem das estratégias verdes. Centro Atlântico, 2009.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.

Manual **Como as Empresas Podem Implementar Programas de Voluntariado**. São Paulo: Instituto Ethos, 2001.

MARINO, Eduardo. **Manual de avaliação de projetos sociais: uma ferramenta para a aprendizagem e desenvolvimento de sua organização**. São Paulo: Instituto Ayrton Senna, 1998

MCINTOSH, Leipziger, JONES & Coleman **Cidadania Corporativa** - Estratégias bem sucedidas para Empresas Responsáveis. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, Rui Otávio Bernardes; TACHIZAWA, Takeshy; CARVALHO, Ana Barreiros de. **Gestão Ambiental** - Enfoque Estratégico Aplicado ao Desenvolvimento. 2ª edição. São Paulo: Makron Books, 2002.

ARRUDA, Maria Cecília Coutinho de; Whitaker, Maria do Carmo e Ramos, José Maria RODRIGUEZ. **Fundamentos da Ética Empresarial e Econômica**. São Paulo: Editora Atlas, 2001.

ALMEIDA, Fernando. **Experiências Empresariais em Sustentabilidade**. Editora Campus Elsevier, 2009

BARBIERE, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 2. Ed. São Paulo, Saraiva, 2007.

DEMAJOROVIC, Jacques. **Responsabilidade de Risco e Responsabilidade Socioambiental** - Perspectivas para a Educação Corporativa. São Paulo: Editora Senac, 2003.

DONAIRE, Denis. **Gestão Ambiental na Empresa**. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 1999.

12) Agronegócio – CH 60h

OBJETIVO: Propiciar ao aluno o conhecimento de aspectos teóricos e aplicados do agronegócio brasileiro e sua importância para a economia nacional e regional.

EMENTA: Gênese e desenvolvimento do agronegócio no Brasil. A agricultura brasileira no período colonial escravista. A modernização capitalista e a conformação do agronegócio no Brasil. Formas sociais de produção agropecuária no agronegócio brasileiro. Estado e agronegócio no Brasil. Conceitos gerais sobre agronegócio; cadeias produtivas; sistemas agroindustriais. Perspectivas do agronegócio brasileiro e sua inserção na economia nacional e regional. Noções de comercialização agropecuária. Instrumentos de análise financeira.

Bibliografia Básica:

BATALHA, M. Otávio (org.) Gestão Agroindustrial. SP: Atlas, 2007 – Edição revisada – 2 vol.

CALLADO, A. A. Cunha (org). Agronegócios. SP. Atlas, 2005.

NEVES, Marcos Fava. Agronegócios e Desenvolvimento Sustentável: Uma Agenda para a Liderança Mundial na Produção. Atlas, 2007.

OLIVEIRA, Djalma De Pinho Rebouças de. Planejamento Estratégico - Conceitos, Metodologia. Atlas, 2009.

Bibliografia complementar:

ARAÚJO, M. J. Fundamentos de agronegócios. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ARAÚJO, N. B. de; WEDEKIN, I.; PINAZZA, L. A. Complexo agroindustrial: o agribusiness brasileiro. São Paulo: Agrocere, 1990.

BACHA, C. J. C. Economia e política agrícola no Brasil. São Paulo: Atlas, 2004.

BARBOSA, J. S. Administração rural a nível de fazendeiro. São Paulo: Nobel, 2000.

BATALHA, M. O. Gestão Agroindustrial. São Paulo: Atlas, 2001. v.1 e 2.

CALLADO, A. A. C. Agronegócio. São Paulo: Atlas, 2005.

DONAIRE, D. Gestão ambiental na empresa. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

FLORES, A.; W.; RIES, L. R.; ANTUNES, L. M. Gestão rural. Rio de Janeiro: Planejar, 2006.

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. 31. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.

SANTOS, G. J. dos; MARION, J. C.; SEGATTI, S. Administração de custos na agropecuária. São Paulo: Atlas, 2002.

13) Empreendedorismo e Inovação – CH 60h

OBJETIVO: Despertar a compreensão crítica e reflexiva tendo como base as dimensões econômica e social. Motivar a atuação ética, com base em valores e em práticas sustentáveis. Proporcionar a competência de lidar com mudanças e situações de tomada de risco. Incentivar a integração multidisciplinar propiciando um ambiente em que alunos de várias áreas do conhecimento possam interagir. Propor novas dinâmicas de sala de aula. Colaborar com a construção de propostas de soluções empreendedoras e inovadoras contextualizadas e centradas no ser humano e em necessidades sociais.

EMENTA: Estudo teórico e prático das diferentes possibilidades e situações de participação em projetos interdisciplinares. Oportuniza a interação de estudantes de diferentes áreas do conhecimento, a fim de favorecer a aproximação aos diferentes conhecimentos de maneira produtiva, por meio de ensino e aprendizagem

baseados em desafios temáticos, tais como: qualidade de vida, inovação tecnológica, sustentabilidade, entre outros. Reflexão e construção de propostas de soluções para problemas locais contextualizados em âmbito global. Exercícios de empatia, de colaboração, de trabalho em equipe, de comunicação, de criatividade e de solução de problemas, utilizando metodologias ativas.

Bibliografia Básica:

AFUAH, Allan. Business Model Innovation: Concepts, Analysis, and Cases. Routledge, 2014.

BROWN, T. Design Thinking. Harvard Business Review. p.84-95. June, 2008.

BYGRAVE, William D.; ZACHARAKIS, Andrew. (Org.) The portable MBA in entrepreneurship. 4ed. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc., 2010.

DOLABELA, Fernando. Oficina do empreendedor. Sextante, 2008.

Bibliografia complementar:

EBSCO

14) Empreendedorismo – CH 60h

OBJETIVO: A disciplina tem como objetivo fornecer aos acadêmicos os conhecimentos introdutórios para a compreensão do processo de empreendedorismo, apresentar e discutir os aspectos referentes ao perfil do empreendedor, a cultura e suas características.

EMENTA: Conceitos de Empreendedorismo. Origens. Evolução. A Cultura Empreendedora. Atitudes Empreendedoras. Características Empreendedoras.

Bibliografia Básica:

CHÉR, Rogério. **Empreendedorismo na veia: um aprendizado constante**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

JULIEN, Pierre-André. **Empreendedorismo regional e economia do conhecimento**. São Paulo: Saraiva, 2010.

SALIM, C.; SILVA, N. **Introdução ao empreendedorismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

Bibliografia Complementar:

BERNARDI, Luiz Antônio. Manual de Empreendedorismo e Gestão: Fundamentos, Estratégias e Dinâmicas. São Paulo: Atlas, 2003.

BIRLEY, Sue. Dominando os desafios do empreendedor. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando idéias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

DOLABELA, Fernando. O Segredo de Luíza. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

DOLABELA, Fenando. Oficina do Empreendedor. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

GERBER, Michael E. Empreender: fazendo a diferença. São Paulo: Fundamento, 2004.

ANEXO II – Regulamento de Atividades Complementares

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Capítulo I Do Conceito e das Finalidades

Art.1º O presente regulamento tem como finalidade estabelecer as regras para registro das Atividades Complementares do Curso de Ciências Contábeis, conforme exigência do Ministério da Educação (MEC), de acordo com as diretrizes curriculares para os Cursos de Ciências Contábeis instituídas pela Resolução CNE/CES 10 de 16 de dezembro de 2004 e a Resolução do Conselho Universitário Nº 43/2016, de 28 de setembro de 2016 que dispõe sobre o Regulamento de Atividades Complementares da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ.

Art.2º As Atividades Complementares são componentes curriculares obrigatórios aos acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis, e constituem-se em atividades desenvolvidas com a finalidade de flexibilização do currículo pleno dos Cursos Superiores. Contribuem ainda, para o enriquecimento do processo ensino aprendizagem, da formação social e profissional e é apresentada sob múltiplos formatos e de acordo com as Diretrizes Curriculares e atividades específicas de cada curso.

Art.3º As Atividades Complementares do Curso de Ciências Contábeis têm por objetivos:

- I. Desenvolver a autonomia intelectual do acadêmico, através de sua participação em atividades de estudos diversificados que contribuam para a formação e atuação profissional;
- II. Ampliar as habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar;
- III. Promover a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva;
- IV. Incentivar a participação dos acadêmicos em projetos de extensão universitária, tanto acadêmica como comunitária.

Capítulo II Da Carga Horária

Art.4º A carga horária para as Atividades Complementares do Curso de Ciências Contábeis, deverá estar em consonância com o Projeto Pedagógico (PPC) e a grade curricular em que o(a) acadêmico(a) estiver matriculado(a), conforme previsto na Resolução CNE/CES 10 de 16 de dezembro de 2004, sendo que seu cumprimento é requisito obrigatório para a conclusão do Curso.

Parágrafo Único. O Curso de Ciências Contábeis da Unicruz estabelece carga horária mínima de 240 horas para as Atividades Complementares.

Art.5º A análise, julgamento e validação das Atividades Complementares apresentadas pelas(os) acadêmicas(os), serão de responsabilidade do(a) Coordenador(a) do Curso de Ciências Contábeis, juntamente com o Núcleo Docente Estruturante -NDE.

Art.6º Somente serão computadas e validadas, a título de Atividades Complementares, aquelas realizadas a partir do ingresso e durante o(s) período(s) de efetiva matrícula no Curso.

Capítulo III Das Modalidades

Art.7º São consideradas Atividades Complementares do Curso de Ciências Contábeis:

- I. Participação e organização de eventos.
- II. Participação em semana acadêmica.
- III. Atividades de intervenção social ou ação comunitária.
- IV. Atividades como Bolsista e/ou Acadêmico Voluntário de iniciação científica e de pesquisa, de extensão, de inovação tecnológica, e em Operações Nacionais do Projeto Rondon.
- V. Produção científica como publicação de artigos, livros, capítulos de livros e trabalhos publicados em evento científico (trabalho completo, resumo expandido e/ou simples).
- VI. Publicação de notícias ou matérias pertinentes à área contábil em jornais e magazines locais e regionais.
- VII. Apresentação de produção científica em eventos.
- VIII. Atividades de Monitoria, Tutoria e Acadêmico Apoiador.
- IX. Atividades extracurriculares em áreas afins da Contabilidade.
- X. Participação em órgãos colegiados superiores da Fundação e da Universidade de Cruz Alta, como representante do corpo discente e atividades em liderança de turma.
- XI. Visitas e Viagens de Estudo.
- XII. Participação como ouvinte em defesas de trabalhos de conclusão de curso de Graduação e Pós-Graduação, na área de formação.
- XIII. Participação em cursos de línguas.
- XIV. Atividades desenvolvidas em cenários de práticas específicas do curso.
- XV. Disciplinas cursadas em modalidade acadêmica internacional e que não foram aproveitadas no Curso de Ciências Contábeis.
- XVI. Disciplinas eletivas específicas em Direitos Humanos, Educação Ambiental, História Afro-Brasileira e Indígena, Empreendedorismo, Libras e Prática de Extensão e Inovação e Disciplinas eletivas específicas em áreas afins da Contabilidade cursadas em outros Cursos.
- XVII. Participação no Programa Mesário Universitário, mantido em convênio com o Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul.
- XVIII. Participação em Atividades de Voluntariado.
- XIX. Outras atividades específicas do Curso de Ciências Contábeis, aprovadas pelo Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante.

Capítulo IV Da Validação

Art.8º Para validação das Atividades Complementares do Curso de Ciências Contábeis os(as) acadêmicos(as) devem ter ciência que:

- I. As Atividades Complementares devem ser realizadas em no mínimo quatro (04) modalidades diferentes, de acordo com as modalidades definidas no Art. 7º e respeitado as particularidades definidas em cada uma delas.

Parágrafo único: Como modalidades e respectivas cargas horárias, considerar a tabela conforme Anexo A.

Art.9º Somente serão computadas e validadas, a título de Atividades Complementares aquelas realizadas durante o período estabelecido para a integralização do Curso de Ciências Contábeis.

Art.10 A soma da carga horária total das Atividades Complementares não poderá ultrapassar o limite previsto na grade curricular do Curso de Ciências Contábeis.

Art.11 As Atividades Complementares não poderão ser aproveitadas para a concessão de dispensa das disciplinas integrantes da parte fixa do currículo, assim como do quadro de disciplinas optativas e disciplinas de aprofundamento/atualização.

Capítulo V Dos Prazos de Apresentação

Art.12 As Atividades Complementares devem ser realizadas durante o período em que o(a) acadêmico(a) estiver matriculado(a) no Curso de Ciências Contábeis.

Art.13 O cômputo das atividades realizadas pelo(a) acadêmico(a) e o respectivo número de horas será cadastrado pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis após análise realizada pelo Núcleo Docente Estruturante, em dois momentos, conforme prevê o Regulamento Institucional de Atividades Complementares:

I. Decorridos 50% (cinquenta por cento) de integralização do Curso.

II. Após decorridos 90% (noventa por cento) de integralização do Curso.

Capítulo VI Das Comprovações

Art.14 Os comprovantes de realização das Atividades Complementares deverão ser apresentados a(o) Coordenador(a) do Curso Ciências Contábeis em uma via original e outra via entregue em formato digital.

Art.15 Cabe a(o) Coordenador(a) do Curso de Ciências Contábeis informar a Secretaria Acadêmica o cômputo da carga horária das Atividades Complementares dos seus acadêmicos, para registro no histórico.

Capítulo VII

Do Registro e Guarda de Documentos

Art.16 A(O) acadêmica(o) solicitará, através de requerimento próprio, a(o) Coordenador (a)do Curso, o registro e o cômputo de horas como Atividades Complementares, anexando obrigatoriamente ao requerimento:

- I. Certificado e/ou Atestado de participação e/ou organização de eventos ou instrumento equivalente de aferição de frequência ou organização.
- II. Certificado e/ou Atestado de participação em Semana Acadêmica.
- III. Certificado e/ou Atestado de participação em ação comunitária ou intervenção social.
- IV. Certificado e/ou Atestado que comprove as atividades como bolsista e/ou acadêmico voluntário de iniciação científica, de pesquisa, de extensão, de inovação tecnológica, e em operações nacionais do Projeto Rondon.
- V. Cópia da produção científica como publicação de artigos, livros e capítulos de livros, e Anais e/ou cópia de trabalho publicado em evento científico (trabalho completo, resumo expandido, resumo simples).
- VI. Documentação que comprove a publicação de notícias ou matérias pertinentes à área contábil em jornais e magazines locais e regionais.
- VII. Certificado de apresentação de trabalho em evento científico.
- VIII. Certificado de Monitoria, Tutoria e Aluno Apoiador.
- IX. Certificado e/ou Atestado e/ou relatório de participação em atividades extracurriculares.
- X. Documentação (Portaria e /ou atestado) que comprove a participação em órgãos colegiados da Fundação e da Universidade de Cruz Alta, como representante discente e/ou documentação que comprove a participação em atividades de liderança de turma.
- XI. Documentação que comprove participação em visitas e viagens de estudo.
- XII. Documentação que comprove a participação como ouvinte em defesas de trabalhos de conclusão de curso de graduação e pós-graduação, na área de formação.
- XIII. Certificado e/ou documentação que comprove a participação em cursos de línguas.
- XIV. Documentação que comprove a participação em atividades desenvolvidas em cenários de práticas específicas do curso.
- XV. Histórico expedido pela IES de destino, contendo a aprovação na disciplina cursada, no caso de mobilidade acadêmica internacional.
- XVI. Histórico contendo aprovação em disciplinas eletivas específicas em Direitos Humanos, Educação Ambiental, História Afro-Brasileira e Indígena, Empreendedorismo, Libras e Prática de Extensão e Inovação e Disciplinas eletivas específicas em áreas afins da Contabilidade cursadas em outros Cursos.
- XVII. Atestado ou outro documento emitido pela Justiça Eleitoral que comprove a participação no Programa Mesário Universitário, mantido em convênio com o Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul.
- XVIII. Certificados, atestados e/ou comprovantes de participação em atividades de voluntariado.

XIX. Demais certificados, atestados e/ou Declarações que comprovem a participação em Atividades Complementares.

Art.17 A documentação que comprova a realização de Atividades Complementares prevista nesta Resolução, é de responsabilidade e guarda da(o) acadêmica(o).

Art.18 A(o) Coordenador(a)do Curso de Ciências Contábeis cabe a responsabilidade da guarda do arquivo digital dos comprovantes, no servidor do curso.

Capítulo VIII Das Disposições Finais

Art. 19. O presente Regulamento das Atividades Complementares no Curso de Ciências Contábeis poderá ser alterado por proposição do Curso de Ciências Contábeis, do(a) Pró-Reitor(a) de Graduação, ou pela Câmara de Graduação.

Art. 20. Poderá ainda o presente Regulamento das Atividades Complementares ser objeto de atualização em virtude de alterações na legislação vigente ou de norma institucional.

Art. 21. As dúvidas, divergências e casos omissos que surgirem da aplicação do presente Regulamento das Atividades Complementares serão resolvidas pelo(a) Pró-Reitor(a) de Graduação, e, em grau de recurso, pela Câmara de Graduação e pelo Conselho Universitário.

Art. 22. Nos termos da Resolução do Conselho Universitário Nº 21/2013, de 31/07/2013, o presente Regulamento das Atividades Complementares, decorrente de norma institucional, será apreciado pela Câmara de Graduação, devendo ser ajustado à resolução que lhe deu origem.

Art. 23. O presente Regulamento entrará em vigor na data de aprovação do parecer da Câmara de Graduação da Universidade de Cruz Alta, revogando-se as disposições em contrário.

Cruz Alta, ____ de _____ de 2019.

Anexo A

Tabela: Quadro de Atividades Complementares do Curso de Ciências Contábeis

	categorias	C.H Máxima
I	Participação e Organização de Eventos: convalidação cada duas horas vale uma de atividade complementar	
	Participação	100
II	Organização de eventos	
	Participação em Semana Acadêmica	
	Participação em Semana Acadêmica	100
III	Atividades de Intervenção Social ou Ação Comunitária	
	Participação na organização/apoio em atividades de intervenção social ou ação comunitária	30
IV	Atividades de Iniciação Científica, de Pesquisa, de Extensão e Inovação Tecnológica: para período de 12 meses de vigência	
	PIBIC	
	PIBEX	60
	Participação em Operações Nacionais do Projeto Rondon	
V	Produção Científica	
	Publicação de artigo em periódico – 40h	
	Publicação de livro científico – 30h	60
	Publicação de capítulo de livro – 20h	
	Organização de livro científico – 30h	
	Trabalho Completo publicado em anais de eventos – 20h	
	Resumo expandido publicado em anais de eventos - 15h	
Resumo simples publicado em anais de eventos - 10h		
VI	Publicação de Notícias ou Matérias em Jornais e Magazines ou participação em programa da UNICRUZ TV	
	Publicação/apresentação de notícias ou matérias pertinentes à área contábil em jornais e magazines locais e regionais bem como na UNICRUZ TV	30
VII	Apresentação de Produção Científica em Eventos	
	Comunicação Oral – 15h	
	Pôster – 10h	
	Premiação oriundas de apresentações - 20h	
VIII	Atividades de Monitoria, Tutoria e Acadêmico Apoiador	
	Por disciplina de 4 créditos, com atribuição da carga horário pelo professor da disciplina	60
IX	Atividades Extracurriculares	
	Atividades em escritório/setor de contabilidade ou áreas afins a Contabilidade	120
X	Participação em Órgãos Colegiados Superiores como representante discente	
	Fundação Universidade de Cruz Alta	
	Universidade de Cruz Alta	30
	Conselhos Municipais	
	Atividades de Liderança de Turma	
	Reunião com Coordenação de Curso	30
XI	Visitas e Viagens de Estudo	

	Visitas e viagens de estudos realizadas	30
XII	Participação como ouvinte em defesas de trabalhos de Conclusão de Curso	
	Ouvinte em defesa de TCC e Monografia	30
	Ouvinte em defesa de Dissertação e Tese	
XIII	Participação em cursos de língua Estrangeira	
	Cursos de Línguas	30
XIV	Atividades desenvolvidas em cenários de práticas	
	Atividades desenvolvidas em cenários de práticas específicas do Curso	30
XV	Disciplinas cursadas em mobilidade Acadêmica Internacional	
	Mobilidade acadêmica internacional não aproveitadas no Curso de Ciências Contábeis	60
XVI	Disciplinas eletivas	
	Direitos Humanos, Educação Ambiental, História Afro-Brasileira e Indígena, Empreendedorismo, Libras e Práticas de Extensão e Inovação	60
	Disciplinas eletivas específicas em áreas afins da contabilidade cursadas em outros Cursos	
XVII	Participação no programa Mesário Universitário	
	Programa Mesário Universitário do T.R.E	30
XVIII	Participação em Atividades de voluntariado	
	Voluntariado	30
XIX	Outras atividades específicas do Curso de Ciências Contábeis	
	Outros	30

ANEXO III – Regulamento de Trabalho Final de Graduação

REGULAMENTO DE TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Capítulo I – Dos Objetivos

Art. 1º Este Regulamento tem por objetivo estabelecer as normas relativas à elaboração, acompanhamento, orientação e avaliação do Trabalho Final de Graduação – TFG no âmbito do Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Cruz Alta.

Art. 2º O Trabalho Final de Graduação possui os seguintes objetivos:

I-Oportunizar um momento de revisão, aprofundamento, sistematização e integração de conteúdos estudados durante o Curso, com a finalidade de levar o formando a aprimorar seu projeto de vida profissional;

II-Proporcionar ao formando um momento de prática dos conhecimentos adquiridos durante o curso como preparação à vida profissional;

III-Oportunizar um espaço para que, ao final do Curso, o acadêmico possa produzir um trabalho técnico-científico decorrente da teorização de sua prática profissional; de estudos e/ou pesquisas realizadas na literatura especializada do conhecimento contábil; ou ainda, decorrente de observações e análises de situações, hipóteses, dados e outros aspectos contemplados pela prática e pela teoria contábil;

IV-Contribuir para o aperfeiçoamento técnico, profissional e cultural do formando do Curso de Ciências Contábeis;

V-Desenvolver habilidades e capacidades profissionais que possam servir de base para enfrentar os problemas reais nas organizações;

VI-Proporcionar a construção de uma visão sobre as possibilidades do mercado profissional das áreas de interesse e dos negócios das organizações;

VII- Proporcionar o acompanhamento da aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos no decorrer de sua graduação, no cotidiano das organizações;

VIII- Atender aos requisitos estabelecidos no Regimento Geral da Universidade de Cruz Alta

Capítulo II – Da Definição e Finalidades

Art. 3º O Trabalho Final de Graduação TFG, é considerado uma atividade de grande relevância na formação do contador, que a instituição pretende oferecer ao

mercado. É o momento no qual o aluno desenvolve condições de atuar junto a organizações, aplicando conceitos e práticas adquiridos durante o curso.

Art. 4º O Trabalho Final de Graduação TFG, é uma produção científica, que pode ser realizada em forma de monografia e/ou artigo científico, com temáticas relacionadas à formação profissional e tem como princípios:

- I – A investigação como método de conhecimento e de aprendizagem.
- II – A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na formação acadêmica do educando.
- III – A integração entre teoria e prática na produção do conhecimento.
- IV – A produção do conhecimento como prática social historicamente situada.
- V – Interdisciplinaridade na formação acadêmica.

Art. 5º O Trabalho Final de Graduação – TFG do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Cruz Alta está organizado da seguinte forma:

I - O Trabalho Final de Graduação I totalizando 120 horas, prevista no 7º semestre do Curso de Ciências Contábeis, tem o objetivo de orientar o aluno quanto aos procedimentos relativos à elaboração do projeto, das atividades que poderão ser desenvolvidas nas organizações, enfatizando os objetivos a que se propõem, bem como a metodologia de pesquisa a ser adotada. Ainda, nesta disciplina, o aluno deverá fundamentar seu trabalho através de revisão bibliográfica.

II- O Trabalho Final de Graduação II, totalizando 120 horas, prevista no 8º semestre do Curso de Ciências Contábeis, tem a finalidade de orientar o aluno em suas atividades práticas, análises e elaboração do artigo com as considerações finais e conclusões.

Art. 6º Pode matricular-se na disciplina de TFG I o aluno do Curso de Ciências Contábeis que tenha cursado, com aproveitamento, as disciplinas de Contabilidade e Orçamento Público II, Análise das Demonstrações Financeiras, Análise de Custos, Auditoria Contábil e Administração Financeira I.

Art. 7º Na disciplina de TFG II pode matricular-se o aluno que tenha cursado, com aproveitamento, a disciplina de TFG I.

Art. 8º Em razão das atribuições e compromisso de orientação de um TFG o número total de orientandos para cada professor não excederá o máximo de 08 (oito) acadêmicos no semestre letivo, conforme Ato Normativo Conjunto Nº 01/2015, de 13/07/2015, e posteriores renovações.

Capítulo III – Das Atribuições

Art. 9º São Atribuições do Coordenador do Curso:

I – Constituir, juntamente com o seu respectivo NDE, a elaboração e atualização do Regulamento de TFG do curso ao qual coordena, a partir das orientações do Regulamento Institucional.

- II** – Encaminhar a Pró-Reitoria de Graduação a listagem contendo nome dos professores os quais serão orientadores de TFG, bem como o número de orientandos de cada professor no início de cada semestre letivo.
- III** – Manter-se sempre informado quanto às atividades desenvolvidas durante o semestre, irregularidades, dificuldades e necessidades do professor da disciplina de TFG I e II, dos professores orientadores e acadêmicos envolvidos com o TFG.
- IV** – Arquivar os registros, atas e arquivos referentes ao TFG.
- V** – Encaminhar para a Secretaria Acadêmica a listagem dos alunos que tiveram seus TFG finalizados.
- VI** – Tomar, no âmbito de sua competência, todas as medidas necessárias ao efetivo cumprimento deste regulamento.

Art. 10º São Atribuições do Professor da Disciplina de Trabalho Final de Graduação:

- I** – Elaborar, apresentar e discutir o plano de ensino da disciplina, bem como os critérios de avaliação, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis e a grade curricular.
- II** – Acompanhar a elaboração do Planejamento do Trabalho Final de Graduação (TFG) desde a fase do Projeto até a elaboração do artigo científico.
- III** – Colaborar na escolha dos temas e respectivos orientadores na fase inicial da pesquisa.
- IV** – Encaminhar aos alunos Termo de Aceite de Orientação a ser entregue ao Orientador para coleta de sua assinatura.
- V** – Encaminhar aos professores orientadores todos os documentos necessários relativos ao andamento das atividades de TFG.
- VI** – Organizar cronograma de trabalho com respectivas datas de entrega de produtos relativos ao TFG e encaminhar cópia aos professores orientadores, professores membros da banca e aos alunos de TFG.
- VII** – Fornecer as orientações gerais do TFG e do Regulamento de TFG do Curso de Ciências Contábeis aos professores orientadores, durante os semestres vinculados às etapas de sua elaboração.
- VIII** – Planejar e organizar as bancas dos Trabalhos Finais de Graduação (da qualificação do projeto e da defesa de TFG).
- IX** – Divulgar o resultado da avaliação das Bancas Examinadoras (da qualificação do projeto e da defesa de TFG) nos prazos estipulados pelo calendário acadêmico.
- X** – Manter-se sempre informado quanto às atividades desenvolvidas durante o semestre, irregularidades, dificuldades e necessidades dos professores orientadores e acadêmicos envolvidos com o TFG (do projeto e/ou artigo científico).
- XI** – Receber dos alunos os arquivos digitais de TFG em sua versão final.
- XII** – Encaminhar à Biblioteca os arquivos digitais dos TFG para serem publicados no Repositório Institucional da Universidade de Cruz Alta, através do endereço repositorioinstitucional@unicruz.edu.br
- XIII** – Encaminhar a Coordenação do Curso a relação dos alunos concluintes após a entrega da versão final (arquivo digital) do TFG.
- XIV** – Elaborar Certificado de orientação e participação dos professores nas bancas de avaliação.

Art. 11 São Atribuições do Professor Orientador do Trabalho Final de Graduação:

I – Firmar compromisso de orientação mediante assinatura do Termo de Compromisso de Orientação.

II – Orientar e acompanhar o desenvolvimento da pesquisa, em todas as suas etapas, garantindo o ineditismo e autoria do TFG.

III – Comunicar o desligamento do orientando por escrito, se este não comparecer ao mínimo de 03 (três) encontros estabelecidos pelo orientador ou não atender às orientações.

IV – Atender às normas institucionalizadas, mantendo as especificidades do Curso de Ciências da Contábeis.

V – Atender o(s) aluno(s) orientado(s) em horários previamente fixados.

VI – Participar das Bancas Examinadoras da Defesa de TFG de seu(s) orientando(s).

VII – Preencher e assinar, com os membros da Banca Examinadora, a ata final da sessão de apresentação do TFG.

VIII – Revisar os arquivos finais do TFG.

Art. 12 São Atribuições do (a) Orientando (a):

I – Estar matriculado nas disciplinas do TFG, observando os prazos estabelecidos pelo Calendário Acadêmico.

II – Identificar-se junto ao Orientador, mediante Carta de Apresentação.

III – Entregar ao professor da disciplina o Termo de Compromisso assinado pelo professor orientador.

IV – Cumprir as exigências do TFG, observando as normas estabelecidas no Regulamento específico do Curso de Ciências Contábeis.

V – Participar das atividades com o professor orientador, bem como das aulas de TFG.

VI – Observar os cronogramas de trabalho com respectivas datas de entrega de produtos relativos ao TFG definidos pelo professor da disciplina de TFG e/ou orientador.

VII – Apresentar ao professor orientador e à banca material de sua autoria, sob pena de reprovação.

VIII – Comunicar e justificar, com antecedência, ao Professor Orientador, quaisquer alterações das atividades previstas, inclusive da desistência da apresentação do trabalho perante a Banca Examinadora.

IX – Apresentar os resultados do trabalho para a Banca Examinadora e público interessado, em data e horário definidos previamente pelo professor da disciplina do TFG.

X – Encaminhar cópia digital da versão final de TFG (em arquivo versão PDF) nas datas estipuladas pelo professor da disciplina e /ou professor orientador, atendendo ao regulamento específico do Curso.

Capítulo IV – Da Avaliação

Art. 13 A avaliação do TFG seguirá as regras estabelecidas no Manual de Normas e Procedimentos Acadêmicos no item “Organização do Processo Avaliativo”.

Art. 14 Caso o aluno não obtenha média 7,0 (sete), será submetido a exame de acordo com as normas institucionais que regem a matéria.

Capítulo V - Das Bancas

Art. 15 A Banca de avaliação do Trabalho Final de Graduação (TFG) será composta por 03 (três) membros, havendo possibilidade da participação de membros externos na banca, sendo que estes devem possuir formação pertinente à área da pesquisa realizada.

Art. 16. A participação de membros externos na banca examinadora do Trabalho de Final de Graduação (TFG) será permitida desde que não gere ônus financeiro para a instituição.

Art. 17 Os TFG I e II serão avaliados por uma banca composta por 03 (três) professores, que atribuirão uma nota de zero a dez, conforme a ficha de avaliação em anexo, cuja nota final será a média aritmética das três notas individuais.

Art. 18 Os resultados finais, assinados por todos os membros da Banca Examinadora, deverão ser registrados em atas próprias e arquivados na Coordenação do Curso de Ciências Contábeis.

Parágrafo único: Compete ao professor da disciplina cadastrar a nota final do acadêmico no sistema on-line, somente depois da entrega da versão final do TFG no formato digital o qual será disponibilizado no Repositório Institucional.

Art. 19 O aluno que não comparecer no dia, local e horário estipulado para apresentação e defesa do TFG deverá apresentar justificativa escrita no prazo de 48 (quarenta e oito) horas para o professor da disciplina, que ficará sujeita à aceitação ou não pela Banca Examinadora e pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis.

Capítulo VI – Das Disposições Finais

Art. 20 Os casos omissos neste Regulamento deverão ser dirimidos em primeira instância pela Pró-Reitora de Graduação e, em grau de recurso, pelo Conselho Universitário.

Art. 21 O presente Regulamento poderá ser alterado mediante proposição do(a) Reitor(a), do(a) Pró-Reitor(a) de Graduação ou, ainda, pelo plenário do Conselho Universitário.

Cruz Alta, 26 de Agosto de 2019.

ANEXO 01

ATA DE ENCONTROS DO ORIENTANDO COM O ORIENTADOR (CONTROLE DE FREQUÊNCIA)

Acadêmico(a): _____

Orientador

(a): _____

Nº Encontro	Semana	Descrição das atividades (assuntos tratados, problemas surgidos e alternativas de solução)	Assinatura Orientando(a)	Assinatura Orientador(a)
1.	2ª			
2.	4ª			
3.	6ª			
4.	8ª			
5.	10ª			
6.	12ª			
7.	14ª			
8.	16ª			

Apontamentos do Orientador(a):

--

ANEXO 02

PARECER DE ENCAMINHAMENTO PARA A BANCA

Eu, _____
____ professor(a) orientador(a) do Curso de Ciências Contábeis profiro o seguinte parecer de apreciação do
() Projeto – TFG I
() Artigo – TFG II
de _____ autoria _____ do _____ (a) _____ acadêmico _____ (a) _____:

() Apto à banca examinadora
() Inapto à banca examinadora, conforme razões a seguir: _____

Cruz Alta, RS, _____ de _____ de _____.

Assinatura do (a) Orientador (a)

ANEXO 03

**FORMULÁRIO PARA AVALIAÇÃO DO TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Nome do acadêmico:

Data:

Nota Final:

Professor(a) examinador(a):

Título do Projeto/Artigo:

Aspectos a serem avaliados	Peso	Nota
I – Forma (2,0)		
1 – Estrutura do projeto/artigo (normas técnicas)	1,0	
2 – Expressão Escrita (ortografia, concordância)	1,0	
Média 1		
II – Conteúdo (4,0)		
1 – Relevância, inovação e criatividade quanto ao tema	1,5	
2 – Metodologia e Bibliografia	1,5	
3 – Alinhamento entre Tema, Problema e Objetivos	1,0	
Média 2		
III – Defesa Oral (2,0)		
1 – Objetividade/clareza na exposição	1,0	
2 – Domínio do assunto	0,5	
3 – Postura geral	0,5	
Média 3		
IV – Participação e envolvimento (2,0)	2,0	
TOTAL DOS PONTOS	10,0	

IV – Observações: _____

V – Assinatura Prof (a) Avaliador:

ANEXO IV – Plano de Ação do Coordenador de Curso

Plano de Ação da Coordenadora do curso de Ciências Contábeis – 07/10/2019

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	INDICADORES	PRAZOS	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS
Atualizar PPC	Concluir atualização do PPC até 30 de novembro	Revisão semanal de todos os itens juntamente com NDE	1) 30% 2) 35% 3) 35%	1) até 30 set 2) até 30 out 3) até 30 nov	Coordenadora e NDE	PPC atualizado 100%
Efetivar política de egressos	Realizar encontro com egressos	Inclusão da noite de egresso na semana acadêmica	Participação de 04 egressos no evento	Até dia 09 de outubro	Coordenadora	Participação efetiva dos egressos na semana acadêmica
Realizar planejamento estratégico	Concluir planejamento	Encontros com NDE quinzenais	1) 50% 2) 50%	1) 30 dias 2) 60 dias	Coordenadora e NDE	Planejamento estratégico concluído 100%
Revisar atas de reuniões de NDE	Concluir confecção de atas faltantes	Revisão dos encontros já realizados	100%	30 dias	Coordenadora	Atas revisadas 100%
Atualizar bibliografias e ementas	Atualizar todas as bibliografias e ementas da grade	Encontro com assessoria pedagógica e professores na biblioteca	1) 50% 2) 50%	1) 45 dias 2) 90 dias	Coordenadora, NDE, assessoria pedagógica	Ementas e bibliografias atualizadas 100%
Sensibilizar alunos ENADE	Sensibilizar todos os concluintes inscritos a participar das formações gerais e específicas e responderem o questionário do estudante	Acompanhar os alunos às formações; encaminhar e-mails e mensagens incentivando a participação; cobrar o preenchimento do questionário	Manter o conceito 4,0	60 dias	Coordenadora e colegiado	Sensibilizar os alunos a responderem a prova de modo a manter conceito 4,0 no curso
OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	INDICADORES	PRAZOS	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS
Desenvolver o plano de ação do NDE	Enviar o plano de ação à pró-reitoria de graduação	Encontros semanais com NDE	100%	30 de setembro	Coordenadora e NDE	Plano de ação NDE concluído e enviado 100%
Desenvolver política de captação de alunos	Ingresso de 25 alunos no curso presencial em 2019/1	Visitas às empresas para apresentação das propostas do curso	25 ingressantes	Fevereiro 2019	Coordenadora e colegiado	25 ingressantes

ANEXO V – Plano de Ação do Núcleo Docente Estruturante - NDE

Plano de Ação do NDE – CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	INDICADORES	PRAZOS	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS
Implementar metodologias ativas como diferencial no processo de ensino aprendizagem no curso	Realização de Avaliações transversais entre os componentes curriculares até 2019/2	Criar um grupo de estudo em metodologias ativas e PBL do curso	Oferecer a atividade proposta em pelo menos 8 disciplinas em cada semestre	Até 2019/2, ter pelo menos, 16 disciplinas integradas	Professores do curso	Melhoria no processo de ensino aprendizagem, integração entre os alunos e professores
Propor melhorias a partir dos pontos mais relevantes apontados na AI	Melhorar o nível de satisfação dos alunos do curso	Fazer conhecer, tanto no NDE como no colegiado, as fragilidades apontadas na AI e/ou avaliação externa	Reunir-se, pelo menos, 1 vez ao semestre, para apreciar e discutir as questões correlatas a esse assunto	Até o final de cada semestre	NDE e colegiado	Até 2019/2 melhorar o índice de aprovação do curso na AI, comparado ao ano anterior, em todos os indicadores da AI
Desenvolver habilidades e competências para realização da prova do ENADE	Conceito 5	Ofertar na grade a disciplina de Seminário Integrador do Profissional Contábil no sexto período do curso de forma contínua	Numero de alunos matriculados na disciplina com desempenho superior a 80%	Ato contínuo	Colegiado do curso	Conceito 4, pelo menos
Manter o PPC (ementas, bibliografias, plano de ensino e perfil do egresso) em permanente atualização, em consonância com o perfil do egresso e as DCNs e o PDI	PPC atualizado	Criar grupos, por área de conhecimento, dentro do colegiado do curso, aptos a trabalhar nas atualizações pertinentes às suas áreas de atuação	Pelo menos 1 atualização geral por ano	Até 2019/2	Colegiado e NDE	Obter, ao final, um PPC atualizado, considerando a demanda regional por profissionais da área e a proposta das metodologias ativas e as atividades avaliativas transversais
Manter permanentemente atualizado o acervo bibliográfico, impresso e on line, dos componentes curriculares do curso	Aquisição permanente de bibliografias sugeridas pelo colegiado e NDE.	Revisar todas as bibliografias de todos os componentes curriculares até 2019/2	Possuir, na biblioteca física, o acervo indicado a partir da revisão das bibliografias	Até 2019/2	Colegiado e NDE	Possui uma biblioteca física que atenda ao nível do formação curricular correspondente ao perfil do egresso desejado
Socializar o PPC com os alunos ingressantes	Que os alunos estejam familiarizados com a proposta pedagógica do curso	Apresentar na disciplina de Iniciação ao Ensino Superior e Ética Profissional o PPC do curso	Alcançar 90% dos alunos ingressantes do curso	Até 2019/1	NDE e professor da disciplina	Que os alunos estejam cientes da proposta pedagógica do curso e de como ela está articulada com o perfil do egresso desejado pelo curso de Ciências Contábeis
Incentivar os alunos a participação em eventos e pesquisas institucionais e externos em sua área de atuação	Participação efetiva de alunos nos programas PIBIC/PIBEX e Eventos institucionais e externos	Promover conscientização através da divulgação de Editais de Pesquisa e Eventos, bem como inserir nos	Alcançar o maior numero de participantes no Seminário Institucional de Pesquisa, com pelo menos 10 publicações ao ano	Até 2019/2	Coordenador de projetos de pesquisa e extensão/Colegiado do Curso	Promover a cultura de pesquisa e participação em eventos entre os discentes do curso.

ou em áreas correlatas		componentes curriculares a preocupação com estas atividades.				
------------------------	--	--------------------------------------------------------------	--	--	--	--

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	INDICADORES	PRAZOS	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS
Formar um profissional capaz de atuar nas mais diversas áreas, com habilidades e competências voltadas para o mercado de trabalho e atendendo às DCNs	Aproximar o perfil profissional das DCNs e das atuais exigências do mercado de trabalho	A partir do grupo de estudos do NDE e da pesquisa de mercado a ser realizada, ser capaz de atualizar o perfil profissional do egresso desejado pelo curso.	Numero de alunos inseridos e atuando na área contábil.	Até 2019/2	NDE, colegiado e alunos	Oferecer aos discentes um curso que o capacite ao mercado de trabalho e facilite sua colocação profissional no curto prazo.
Desenvolver ações para divulgação, captação e manutenção/permanência dos alunos no Curso de Ciências Contábeis	Manter o ingresso a permanência de pelo menos 30 alunos por ano	Criar um Núcleo de Ação envolvendo os alunos nas ações de divulgação e captação de alunos	Alcançar e manter um fluxo permanente de 120 alunos no Curso	2019/2	NDE e alunos	Garantir a continuidade sustentável do curso.

ANEXO VI- Plano de Carreira Docente

AO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**REQUERIMENTO DE REGISTRO DE ACORDO COLETIVO DE TRABALHO****Nº DA SOLICITAÇÃO: MR019905/2017**

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, CNPJ n. **92.948.389/0001-10**, localizado(a) à Avenida João Pessoa - até 1090/1091, 919, Prédio, Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90040-000, representado(a), neste ato, por seu Membro de Diretoria Colegiada, Sr(a). **AMARILDO PEDRO CENCI**, CPF n. 360.311.430-20, conforme deliberação da (s) Assembléia (s) da Categoria, realizada (s) em 09/11/2016 no município de Cruz Alta/RS;

E

FUNDACAO UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA, CNPJ n. 92.928.845/0001-60, localizado(a) à AGF Duque de Caxias, 56, Rodovia Municipal Jacob Della , Centro, Cruz Alta/RS, CEP 98005-972, representado(a), neste ato, por seu Presidente, Sr(a). **ENEDINA MARIA TEIXEIRA DA SILVA** , CPF n. 494.724.610-34

nos termos do disposto na Consolidação das Leis do Trabalho e na Instrução Normativa nº 16, de 2013, da Secretaria de Relações do Trabalho, reconhecem como válido e requerem o REGISTRO DO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO transmitido ao Ministério do Trabalho e Emprego, por meio do sistema MEDIADOR, sob o número MR019905/2017, na data de 03/04/2017, às 10:56.

_____, 03 de abril de 2017.



AMARILDO PEDRO CENCI
Membro de Diretoria Colegiada

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



ENEDINA MARIA TEIXEIRA DA SILVA
Presidente

FUNDACAO UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA



ACORDO COLETIVO DE TRABALHO

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SINPRO/RS, entidade sindical com sede estadual na Avenida João Pessoa nº 919, bairro Farroupilha, CEP 90040-000, em Porto Alegre, RS, CNPJ nº 92.948.389/0001-10, Registro Sindical nº MTPS 200.075/63, livro 9, fls. 21, ano 1941, Código Sindical nº 01021905891-9, neste ato representado por seu Diretor, Amarildo Pedro Cenci, CPF nº 360.311.430-20, e doravante denominado **SINPRO/RS**,

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA, mantenedora da **UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA – UNICRUZ**, representada pela Professora Ma. Enedina Maria Teixeira da Silva, Presidente da Fundação Universidade de Cruz Alta, com sede na Rodovia Municipal Jacob Della Méa, Km 5,6, Distrito Parada Benito, Cruz Alta, RS, CNPJ nº 92.928.845-0001-60; estabelecem entre si o presente **ACORDO COLETIVO DE TRABALHO (ACT)**, conforme arts. 611 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho, mediante as cláusulas que seguem:

Cláusula Primeira – Da Vigência e da Data-Base

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2019 e a data-base da categoria em 1º de março.

Cláusula Segunda – Da Abrangência

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) Professores, com abrangência territorial em Cruz Alta/RS.

Cláusula Terceira – Do Objeto

Este ACT tem como objeto atender o disposto no art. 53, parágrafo único, inciso. VI, da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), bem como ao previsto no parágrafo 2º, do art. 461, do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) disciplinando o ingresso e progressão dos Docentes, como empregados, na Universidade de Cruz Alta.

§1º. As regras contidas neste instrumento são fruto de amplo processo negocial, no curso do qual as partes, embora tenham feito recíprocas concessões, sempre privilegiaram o atendimento dos anseios dos Professores, representados pelo SINPRO-RS.

§2º. As disposições contidas nas duas normas legais, supracitadas, foram adaptadas e modernizadas as realidades acadêmica e trabalhista, como garantido e facultado pelo disposto no art. 7º, XXVI, da Constituição Federal, com respeito às disposições de ordem públicas ou indisponíveis, de modo a atender ao real interesse das partes.

§3º. Este ACT, consideradas as vantagens concedidas aos Docentes na estruturação do Plano de Carreira Docente tem as seguintes prescrições básicas, cuja observância é condição para enfrentamento e/ou compensação das referidas vantagens:

I – O afastamento da aplicabilidade do disposto no art. 461, da Consolidação das Leis do Trabalho, com a garantia, em contrapartida, do direito a enquadramento e progressão no PCPD.

II – A cessação, a partir da legalização deste Acordo Coletivo de Trabalho, de qualquer possibilidade de equiparação salarial ou observância de qualquer sistema ou plano de classificação de cargos anteriores, a não ser o enquadramento no PCPD ora implantado, observada em qualquer circunstância, a data de início de vigência deste ACT.

§4º. Os Anexos a seguir enumerados são declarados como partes integrantes e indissolúveis deste ACT:

I – Anexo I: Estrutura do Plano de Carreira do Pessoal Docente da Unicruz e Requisitos para En-

quadramento Docente por Admissão e Progressão.
II – Anexo II: Critérios de Pontuação por Desempenho e Produção Acadêmica.

Cláusula Quarta – Da Definição dos Regimes de Trabalho

O pessoal docente da UNICRUZ exerce suas funções nos seguintes regimes de trabalho:

I – Tempo integral – compreende a prestação de 40 horas semanais de trabalho, na instituição, nele reservado o tempo de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) em sala de aula e 50% (cinquenta por cento) para as demais atividades acadêmicas, conforme disposto no Ato Normativo Conjunto Nº 01/2015, de 13/07/2015.

II – Tempo parcial – docentes contratados com 12 (doze) ou mais horas semanais de trabalho, na instituição, nelas, reservados, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) em sala de aula e 25% (vinte e cinco por cento) para as demais atividades acadêmicas, conforme disposto no Ato Normativo Conjunto Nº 01/2015, de 13/07/2015; ou,

III – Horista – docentes contratados pela instituição, exclusivamente, para ministrar horas-aula, independentemente da carga horária contratada.

§1º. O enquadramento de docente em regime de tempo integral ou parcial depende de solicitação do Centro, encaminhada à Pró-Reitoria competente, informando a carga horária e justificando a necessidade desse enquadramento, ou por ato direto da Reitoria.

§2º. O enquadramento do docente é realizado pela Reitoria segundo as normas estabelecidas por este Plano.

§3º. O docente, após enquadrado em regime de trabalho de tempo integral ou parcial, pode perder o direito a este regime:

- a) por solicitação do docente;
- b) se for constatada a improdutividade do docente;
- c) por solicitação do Centro, ou Reitoria, quando o docente não obtiver aprovação através dos Relatórios Administrativos; ou
- d) após encerrar cargo de gestão acadêmica ou administrativa, para cujo exercício o docente foi enquadrado nesse regime.

§4º. Somente poderão exercer atividades de pesquisa, extensão ou administrativas, os professores que aderirem a este plano e ao Ato Normativo Conjunto Nº 01/2016, de 05/04/2016, que trata das Horas-Tarefa da Universidade de Cruz Alta.

Cláusula Quinta – Dos Relatórios Administrativos

O docente com regime de trabalho de tempo integral ou parcial deve cumprir a sua carga horária na Universidade, conforme Ato Normativo proposto pela Reitoria.

§1º. Alterações no horário de permanência do docente na UNICRUZ, bem como sua dispensa eventual para o cumprimento de atividades externas, devem ter o consentimento da Reitoria.

§2º. Mediante consentimento do docente, a Reitoria pode atribuir e/ou substituir atividades administrativas, as quais substituem, proporcionalmente, horas-atividade em ensino, pesquisa e/ou extensão, ou vice-versa.

§3º. Os responsáveis pelo acompanhamento e aprovação das atividades do docente descritas no Relatório Administrativo são as Pró-Reitorias competentes.

Cláusula Sexta – Da Carga Horária

A distribuição da carga horária docente deverá atender aos interesses institucionais, respeitando a seguinte ordem:

I – O regime de trabalho, segundo a ordem dos incisos do art. 9º deste PCPD.

II – A titulação do docente.

III – O enquadramento segundo as classes deste PCPD.

IV – A distribuição das disciplinas do semestre/ano anterior ou período anterior ao seu afastamento para qualificação, atividades administrativas ou gestão.

Cláusula Sétima – Do Programa de Fixação de Doutores

Fica extinta a política institucional denominada Programa de Fixação de Doutores, devendo como contrapartida os professores beneficiados, **após a aprovação de progressão, conforme Edital 62/2016 de 26/10/2016**, serem enquadrados na classe de titular, no mesmo nível que ocupam na categoria de adjunto, conforme disposto no item 12 do Edital supracitado.

Parágrafo Único: Após este enquadramento serão suprimidas as vantagens salariais acessórias decorrentes do referido programa.

Cláusula Oitava – Das Declarações

O SINPRO/RS declara haver observado todas as prescrições legais e as contidas em seus respectivos estatutos, pertinente à celebração de Acordo Coletivo de Trabalho, e a UNICRUZ declara, também, haver observado as regras internas necessárias à celebração deste Acordo Coletivo.

Cláusula Nona – Do Depósito para fins de Registro e Arquivamento

Os acordantes comprometem-se a promover o depósito de uma via do presente ACT, para fins de registro e arquivamento, na Delegacia Regional do Ministério do Trabalho e Emprego, consoante dispõe o art. 614 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Cláusula Décima – Dos Direitos e dos Deveres

As partes acordantes, bem como os empregados beneficiados, deverão zelar pela boa aplicação e observância do disposto neste Acordo.

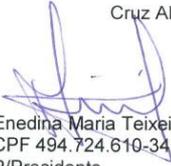
Cláusula Décima Primeira – Da Revisão

Ressalvado o disposto na cláusula seguinte, as demais disposições do presente acordo, findo o prazo de sua vigência, poderão ser prorrogadas ou revistas total ou parcialmente, mediante termo aditivo firmado pelos acordantes, ou, novo Acordo Coletivo de Trabalho.

E, por estarem justos e acertados, e para que produza seus jurídicos e legais efeitos, os convenientes assinam o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, em 04 (quatro) vias.

Cruz Alta, 07 de outubro de 2016.


Amarildo Pedro Cenci
CPF 360.311.430-20
P/Direção Colegiada – Sinpro/RS


Enedina Maria Teixeira da Silva
CPF 494.724.610-34
P/Presidente
Fundação Universidade de Cruz Alta

PLANO DE CARREIRA DO PESSOAL DOCENTE – PCPD

ANEXO I

ESTRUTURA DO PLANO DE CARREIRA DO PESSOAL DOCENTE E REQUISITOS PARA ENQUADRAMENTO DOCENTE POR ADMISSÃO E PROGRESSÃO

O **SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SINPRO/RS**, com sede estadual na avenida João Pessoa, nº 919, bairro Farroupilha, CEP 90.040, Porto Alegre, RS, CNPJ nº 9294389/0001, Registro Sindical nº MTPS 200.075/63, representado por seu diretor Amarildo Pedro Cenci autorizado pela Assembléia geral, e a **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA**, mantenedora da **UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA – UNICRUZ**, representada pela Professora Ma. Enedina Maria Teixeira da Silva, Presidente da Fundação Universidade de Cruz Alta, adiante denominada UNICRUZ, com sede na Rodovia Municipal Jacob Della Méa, Km 5,6, Distrito Parada Benito, Cruz Alta, RS, CNPJ nº 92.928.845-0001-60, por seus representantes signatários, firmam o presente **ACORDO COLETIVO DE TRABALHO**, em conformidade com as disposições do § 1.º do art. 611 da CLT, obrigando-se ao cumprimento das seguintes cláusulas e condições:

OBJETO, FORMA E EMBASAMENTO LEGAL

O presente Acordo Coletivo de Trabalho tem por objeto principal o estabelecimento de regras basilares e adjacentes, voltadas à constituição e implementação do Plano de Carreira do Pessoal Docente da Instituição de Ensino, sendo eleito pelas partes o instrumento jurídico mais adequado à regulamentação de todos os aspectos definidores da evolução na carreira docente e a seus necessários e periódicos aperfeiçoamentos.

A dinâmica que levou a Universidade, por seu Conselho Universitário a conceber e promulgar os Planos de Carreira Docentes atendeu, até o presente, apenas às exigências formais da legislação educacional prevista na LDB nº 9394/96, sem assumir, porém, a formatação adequada e exigida pela legislação trabalhista. Este Acordo Coletivo de Trabalho constitui-se, portanto, no instrumento legal capaz de assegurar eficácia jurídica ao Plano de Carreira Docente adiante normatizado, posto que instituído em conformidade com a norma coletiva da isonomia salarial, assegurada em Convenção Coletiva de Trabalho. Como o presente Plano de Carreira Docente desenvolve-se a partir da preservação da isonomia salarial plena (cl. 21 da CCT/2009), assegurando a todos os docentes um valor único para a hora-aula básica desde a data da admissão, não há que se cogitar da hipótese de quebra da isonomia prevista no artigo 461, parágrafos 2º e 3º, da CLT e, por conseguinte, da exigência dos mecanismos de proteção do Estado condicionados pela Súmula 6 do TST.

PLANO DE CARREIRA DO PESSOAL DOCENTE – PCPD

TÍTULO I – DA DEFINIÇÃO

Art. 1º. O presente Plano de Carreira do Pessoal Docente – PCPD rege o enquadramento e as promoções do pessoal docente da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ.

TÍTULO II – DA IMPLANTAÇÃO, DA COORDENAÇÃO, DA SUPERVISÃO E DO CONTROLE

Art. 2º. A implantação, coordenação, supervisão e o controle do PCPD cabe à Reitoria da UNICRUZ.

TÍTULO III – DAS CLASSES E DOS NÍVEIS

Art. 3º. O corpo docente da UNICRUZ compreende as seguintes classes e níveis:

- I – Professor Auxiliar I, II e III.
- II – Professor Assistente I, II e III.
- III – professor Adjunto I, II e III.
- IV – Professor Titular I, II e III.

TÍTULO IV – DA ADMISSÃO E DA PROGRESSÃO

Art. 4º. Toda admissão de docente é feita pelo Setor de Recursos Humanos da UNICRUZ, mediante autorização da Reitoria, cabendo à Fundação Universidade de Cruz Alta homologação dos nomes propostos.

§1º. O ingresso no PCPD da UNICRUZ dar-se-á mediante habilitação em Processo Seletivo, previsto em Regulamento próprio.

§2º. O Centro ou a Reitoria, ao propor a vaga de docente, mediante Processo Seletivo, deve informar a carga horária e justificar a necessidade da nova admissão.

§3º. O processo de seleção para admissão de docentes será feito de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho e regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (Decreto-Lei Nº 5.452/43).

Art. 5º. O docente, ao iniciar suas atividades, será admitido conforme a titulação, nos seguintes termos:

§1º. O docente portador do título de especialista será admitido na classe de auxiliar nível I.

§2º. O docente portador do título de mestre será admitido na classe de assistente nível I.

§3º. O docente portador do título de doutor será admitido na classe de adjunto I.

Art. 6º. O docente contratado em regime emergencial é enquadrado nos termos do art. 5º do presente PCPD, vedada a alteração de regime de trabalho durante o seu contrato, de um semestre letivo.

§1º. A contratação de docente em regime emergencial não pode ultrapassar o período de 01 (um) semestre letivo, nos termos do Regulamento de Seleção para docentes da UNICRUZ, vedada a prorrogação ou renovação do contrato ou recontração, exceto no caso de abertura de processo seletivo em que não houver candidato inscrito ou aprovado, podendo a Universidade, nessa hipótese, prorrogar o contrato inicial por mais um semestre.

§2º. No término dos contratos por prazo determinado previsto neste artigo, quando não enquadrados nos limites previstos na Convenção Coletiva ou na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, são assegurados aos contratados os direitos decorrentes de contrato por prazo indeterminado.

§3º. Constituem categorias especiais os professores visitantes e colaboradores que atuam nos Programas de Pós-Graduação, regidos por regulamentação específica, não se enquadrando neste PCPD.

Art. 7º. A ascensão do docente às classes e níveis do PCPD da UNICRUZ dá-se nas seguintes condições:

- I – Progride à classe de professor auxiliar nível II, o professor auxiliar nível I, portador de título de especialista que tenha cumprido um tempo mínimo de quatro anos de efetivo exercício da docência na UNICRUZ como auxiliar nível I, mais pontuação por desempenho acadêmico de acordo

com o Anexo II, ou pelo decurso de oito anos como auxiliar nível I.

II – Progride à classe de professor auxiliar nível III, o professor auxiliar nível II, portador de título de especialista que tenha cumprido um tempo mínimo de quatro anos de efetivo exercício da docência na UNICRUZ como auxiliar nível II, mais pontuação por desempenho acadêmico de acordo com o Anexo II, ou pelo decurso de oito anos como auxiliar nível II.

III – Progride à classe de professor assistente nível I, o professor auxiliar que obtiver o título de mestre, independente do tempo de contrato de trabalho com a UNICRUZ.

IV – Progride à classe de professor assistente nível II, o professor assistente nível I, portador de título de mestre que tenha cumprido um tempo mínimo de quatro anos de efetivo exercício da docência na UNICRUZ como assistente nível I, mais pontuação por desempenho acadêmico de acordo com o Anexo II, ou pelo decurso de oito anos como assistente nível I.

V – Progride à classe de professor assistente nível III, o professor assistente nível II, portador de título de mestre que tenha cumprido um tempo mínimo de quatro anos de efetivo exercício da docência na UNICRUZ como assistente nível II, mais pontuação por desempenho acadêmico de acordo com o Anexo II, ou pelo decurso de oito anos como assistente nível II.

VI – Progride à classe de professor adjunto nível I, o professor assistente ou auxiliar que obtiver o título de doutor; ou professor assistente nível III, portador de título de mestre que tenha cumprido um tempo mínimo de quatro anos de efetivo exercício da docência na UNICRUZ como assistente nível III, mais pontuação por desempenho acadêmico de acordo com o Anexo II, ou pelo decurso de oito anos como assistente nível III.

VII – Progride à classe de professor adjunto nível II, o professor adjunto nível I, portador de título de mestre ou doutor que tenha cumprido um tempo mínimo de quatro anos de efetivo exercício da docência na UNICRUZ como adjunto nível I, mais pontuação por desempenho acadêmico de acordo com o Anexo II, ou pelo decurso de oito anos como adjunto nível I.

VIII – Progride à classe de professor adjunto nível III, o professor adjunto nível II, portador de título de mestre ou doutor que tenha cumprido um tempo mínimo de quatro anos de efetivo exercício da docência na UNICRUZ como adjunto nível II, mais pontuação por desempenho acadêmico de acordo com o Anexo II, ou pelo decurso de oito anos como adjunto nível II.

IX – Progride à classe de professor titular nível I, o professor adjunto nível III com regime de tempo integral ou parcial, com titulação de doutor e pertencente ao quadro de docentes dos programas de pós-graduação *stricto sensu* já implementados na Instituição e aprovados pela CAPES, ou dos programas em formação já aprovados nos colegiados superiores da Instituição (Conselho Curador e Conselho Universitário), na forma do parágrafo primeiro deste artigo.

X – Progride à classe de professor titular nível II, o professor titular nível I, portador de título de doutor que tenha cumprido um tempo mínimo de quatro anos de efetivo exercício da docência na UNICRUZ como titular nível I, mais pontuação por desempenho acadêmico de acordo com o Anexo II.

XI – Progride à classe de professor titular nível III, o professor titular nível II, portador de título de doutor que tenha cumprido um tempo mínimo de quatro anos de efetivo exercício da docência na UNICRUZ como titular nível II, mais pontuação por desempenho acadêmico de acordo com o Anexo II.

§1º. A ascensão de que trata o inciso IX se dará a partir de publicação de Edital específico, com abertura de vagas para esta classe.

§2º. Para efeito da ascensão prevista neste artigo, o Programa concluído pelo docente precisa ser reconhecido ou recomendado por órgão governamental competente, ou o título ser convalidado, se obtido no exterior.

§3º. Para os docentes que assumirem cargos de Reitor(a), Pró-Reitor(a) e Presidente do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Cruz Alta, a contagem do tempo de atividade equivalerá à docência.

TÍTULO V – DO REGIME DE TRABALHO

Art. 8º. O pessoal docente da UNICRUZ exerce suas funções nos seguintes regimes de trabalho:

- I – Tempo Integral.
 II – Tempo Parcial.
 III – Horista.

Art. 9º. O docente que for aprovado para cursar doutorado ou pós-doutorado reconhecidos pela CAPES, poderá, nos termos do Plano Institucional de Capacitação Docente – PICD, solicitar bolsa de afastamento.

TÍTULO VI – DA REMUNERAÇÃO

Art. 10. Os valores das horas-aula praticados na Instituição, nas diferentes categorias e níveis, são os seguintes:

	I	II	III
Auxiliar	32,60 E	33,41 E	34,26 E
Assistente	35,87 M	36,79 M	37,69 M
Adjunto	39,46 M/D	40,43 D	41,44 D
Titular	45,38 D	46,49 D	47,66 D

§1º. A atualização da tabela referente aos valores das horas-aulas será atualizada mediante acordo/dissídio coletivo, fazendo parte integrante do presente PCPD.

§2º. O docente em cargos de administração superior, Reitor(a) e Pró-reitores(as), tem sua remuneração fixada de acordo com sua categoria de enquadramento, mais a “verba de representação” fixada pela Fundação.

§3º. Aplica-se o percentual de aprimoramento acadêmico de 11% (onze por cento) para mestres e 15% (quinze por cento) para doutores, sobre o salário base.

§4º. Os valores serão reajustados conforme Convenção Coletiva de Trabalho ou Sentença Normativa.

Art. 11. As atividades e a distribuição de horas dos docentes lotados em cada Centro de Ensino devem ser informadas pela Pró-Reitoria de Graduação ao Departamento Pessoal, até o décimo quinto dia do mês subsequente do início do semestre letivo.

TÍTULO VII - DAS FÉRIAS E DOS BENEFÍCIOS

Art. 12. Ao docente enquadrado no presente PCPD são concedidos 30 (trinta) dias de férias que podem ser gozadas em 01 (um) ou 02 (dois) períodos, tendo o docente, ainda, direito a 15 (quinze) dias anuais de licença remunerada, devendo esta coincidir com o período do recesso escolar.

Parágrafo único. A elaboração e comunicação da escala anual de férias e de licença remunerada de cada docente ao Departamento Pessoal cabe à Pró-Reitoria competente, devendo fazê-lo de forma a não prejudicar o funcionamento da UNICRUZ, salvo a definição de férias coletivas pela Instituição.

TÍTULO VIII – DA QUALIFICAÇÃO

Art. 13. A qualificação docente está regulamentada no Plano Institucional de Capacitação Docente – PICD, aprovado pelas Resoluções CONSUN Nº 05/2015, de 25/03/2015; e Nº 44/2015, de 30/09/2015.

Art. 14. É obrigatória a participação do docente no Programa Institucional de Formação e Desenvolvimento do Profissional Docente, realizadas de acordo com a programação anual definida pela Pró-Reitoria de Graduação.

TÍTULO IX – DA AVALIAÇÃO

Art. 15. Para progressão no plano de carreira, o docente tem seu desempenho avaliado conforme diretrizes e instrumentos aprovados pelo PCPD, considerando produção acadêmica, desempenho satisfatório na docência e participação no Programa de Formação para Docência no Ensino Superior, ou outro que vier a substituí-lo.

§1º. O docente deverá comprovar, para progressão no plano de carreira, a participação de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) no Programa de Formação para Docência no Ensino Superior no período e exercício efetivo ou por decurso de prazo, de acordo com as condições estabelecidas no artigo 7º deste plano de carreira, mais a pontuação por atividades relativas à participação no referido Programa, de acordo com a Tabela 5 do Anexo II.

§2º. A comprovação de participação dar-se-á mediante expedição de Atestado pela Pró-Reitoria de Graduação.

TÍTULO X – DA LICENÇA E DO AFASTAMENTO

Art. 16. O docente que ocupar cargo administrativo - eletivo ou de confiança -, e que absorver tempo integral ou parcial, deverá, ao final de sua gestão, ser automaticamente reintegrado às suas atividades regulares na UNICRUZ, com manutenção de seus vencimentos pelo prazo de 06 (seis) meses, deixando, porém, de perceber a diferença salarial correspondente à função que deixou de exercer.

Parágrafo único. No caso de o docente ter alterado seu regime de trabalho em virtude de assunção de cargo administrativo, a seu término ele é reintegrado no regime anterior, com vencimentos correspondentes a esse regime.

Art. 17. Pode ocorrer o afastamento do docente da UNICRUZ para outros centros nacionais ou estrangeiros, com objetivos, entre outros previstos em lei, de:

I – Realizar curso de pós-graduação *stricto sensu*.

II – Realizar curso ou estágio de aperfeiçoamento ou especialização.

III – Participar de congressos e outras reuniões de natureza científica, cultural ou técnica, apresentando relatório escrito da sua participação.

§1º. Nas hipóteses dos incisos I e II deste artigo, o docente, ao afastar-se, assina um termo de compromisso conforme prevê o regulamento do PICD.

§2º. Nos casos do inciso III, a autorização é concedida pela Pró-Reitoria competente.

Art. 18. Na hipótese do docente pretender cursar pós-graduação *stricto sensu* pode ser concedida licença não remunerada, independente do tempo de serviço, se for de interesse da UNICRUZ.

TÍTULO XI – DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 19. Os processos de progressão serão abertos por meio de edital, uma vez ao ano, sempre no mês de outubro, devendo os efeitos econômicos das progressões iniciarem-se no mês de março do ano subsequente.

§1º. Os docentes que na vigência deste PCPD obtiveram as condições exigidas para progressão

elencadas nos artigos 7º, 14 e 15, poderão solicitar seu reenquadramento, observados os prazos estabelecidos no *caput* deste artigo.

§2º. Ocorrendo a hipótese prevista no parágrafo anterior, o docente deverá solicitar seu reenquadramento, de ofício, à Pró-Reitoria de Graduação.

Art. 20. Os docentes terão preservado o adicional por tempo de serviço limitados ao percentual de 20% (vinte por cento).

Art. 21. O tempo de serviço e a produção acadêmica considerada para progressão, independentemente da classe e nível de enquadramento, serão de, no máximo de 08 (oito) anos, desde que aproveitados uma única vez.

Art. 22. Será composta uma comissão de acompanhamento do plano de carreira, publicação de editais e avaliação dos pedidos de progressão encaminhados pelos docentes.

Art. 23. A comissão de acompanhamento será composta por:

- I – Um membro do Setor de Recursos Humanos.
- II – Um representante da Reitoria, indicado(a) pelo(a) Reitor(a).
- III – Um representante da Fundação Universidade de Cruz Alta, indicado(a) pelo(a) Presidente.
- IV – Um representante dos coordenadores de curso.
- V – Um representante do corpo docente.

§1º. Os representantes dos coordenadores de curso e do corpo docente serão escolhidos dentre os membros do Conselho Universitário.

§2º. O mandato dos membros da comissão de acompanhamento será equivalente ao da vigência do Plano de Carreira, permitida a recondução.

§3º. Os casos de vacância serão preenchidos na forma deste Artigo.

Art. 24. As decisões sobre os casos omissos neste PCPD ficam a critério do CONSUN.

Art. 25. Modificações no presente PCPD só podem ocorrer mediante ACORDO COLETIVO DE TRABALHO aprovado pelos professores em Assembleia Geral do SINPRO/RS, convocada especialmente para este fim, e pelo CONSUN.

Art. 26. As normas do presente Plano de Carreira, tão logo esgotada a vigência do respectivo acordo, restarão provisoriamente incorporadas aos contratos individuais de trabalho até que sejam renovadas e/ou alteradas por novo acordo coletivo de trabalho.

Art. 27. As partes obrigam-se ao estrito cumprimento das normas elencadas neste Plano, que são transcritas em quatro vias de igual conteúdo e forma, para fins de depósito, registro e arquivamento na Delegacia Regional do Trabalho e Emprego, para que surtam os esperados efeitos jurídicos e legais.


Amarildo Pedro Cenci
CPF 360.311.430-20
P/Direção Colegiada – Sinpro/RS

Cruz Alta, 01 de julho de 2015.

Enedina Maria Teixeira da Silva
CPF 494.724.610-34
P/Presidente
Fundação Universidade de Cruz Alta

PLANO DE CARREIRA DO PESSOAL DOCENTE – PCPD

ANEXO II

CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO POR DESEMPENHO ACADÊMICO

Art. 1º. Para obter o direito de progressão, o docente deverá atingir um total de 500 (quinhentos) pontos, observados os demais requisitos constantes nos art. 7º e 15 do Plano de Carreira Docente.

Parágrafo único. Os critérios para a atribuição dos pontos estão regulamentados discriminadamente nas seguintes tabelas:

Tabela 1 – Pontuação relativa à atividade: Produção Bibliográfica, Artística e Cultural

Atividades	Detalhamento	Pontuação
Produção Bibliográfica, Intelectual, Artística e Cultural ⁶	Publicação de resumo simples em evento científico nacional	1,0
	Publicação de resumo simples em evento científico internacional	1,5
	Publicação de resumo estendido em evento científico nacional	2,0
	Publicação de resumo estendido em evento científico internacional	2,5
	Trabalho completo (> 3 páginas) em evento científico nacional	5,0
	Trabalho completo (> 3 páginas) em evento científico internacional	6,0
	Artigo em periódico indexado	Até 40,0 ¹
	Autoria de Livro	Até 35,0 ²
	Autoria de Capítulo de Livro	Até 17,5 ³
	Editoração/Organização de Livro	Até 11,66 ⁴
	Propriedade intelectual (produto, processo, software) com registro ou patente no INPI ou no exterior)	50,0
	Artigo publicado em jornal ou revista (Magazine)	Até 10/ano ⁵
	Elaboração de prova em Concurso	3,0

¹ As publicações em periódicos serão pontuadas com base no QUALIS/CAPES, adotando-se o melhor posicionamento do periódico na referida base de dados, considerando a seguinte pontuação:

A1= 40,0 pontos
 A2 =35,0 pontos
 B1= 30,0 pontos
 B2 = 25,0 pontos
 B3= 20,0 pontos
 B4= 15,0 pontos
 B5= 10,0 pontos
 C = 5,0 ponto

Caso o periódico não conste no QUALIS/CAPES, será adotada a base de índice de impacto do JCR - *Journal of Citation Reports* (ou outro que vier a ser adotado pela CAPES), considerando a seguinte pontuação:

- Fator de impacto $\geq 0,30$: 25 pontos Fator de impacto $< 0,30$: 15,0 pontos.
- As publicações em periódicos não constantes no JCR receberão 2,0 pontos.

² A pontuação relativa à autoria de livros será atribuída em função da editora onde o livro foi publicado, obedecendo à seguinte classificação:

Categoria A: até 35 pontos: Editoras Comerciais com Corpo de Avaliadores
 Categoria B: até 20 pontos: Editoras Universitárias
 Categoria C: até 10 pontos: Editoras Comerciais sem Corpo de Avaliadores

A pontuação dentro de cada categoria será atribuída de acordo com a abrangência da editora e tiragem do exemplar.

³ A pontuação em capítulos de livros será a metade daquela da autoria de livros, de acordo com as categorias do item anterior.

⁴ Item Editoração/Organização de Livro obedecerá às mesmas normas do item que trata da Autoria de Livro, porém a pontuação será 1/3 da pontuação relativa à Autoria de Livro.

⁵ A pontuação máxima neste item será de até 10,0 pontos por ano, distribuídos de acordo com o critério abaixo:

- Circulação local (local e regional): 0,4 pontos por texto.
- Circulação regional (região sul): 2,0 pontos por texto.
- Circulação nacional: 4,0 pontos por texto.
- Circulação Internacional: 6,0 pontos por texto.

⁶ Não haverá divisão na pontuação em trabalhos com até cinco autores pertencentes ao quadro docente da UNICRUZ. Acima deste contingente, a pontuação máxima (cinco vezes a pontuação discriminada para a atividade específica) será dividida pelo número de autores. Somente serão analisados os trabalhos efetivamente já publicados, com cópia fornecida.

Tabela 2 - Pontuação relativa à atividade: Orientação Acadêmica

Atividade	Detalhamento	Pontuação
Orientação Concluída ¹	Estágio de Graduação (EG)	1,5
	Ações/Projeto de Extensão	6,0
	Trabalho de Graduação (TFG/TCC)	3,0
	Iniciação Científica (IC)	6,0
	Fomento Tecnológico DTI (RHAÉ)	8,0/ano ³
	Monografia de Especialização Lato Sensu	20,0
	Dissertação de Mestrado	20,0
	Tese de Doutorado	40,0
	Supervisão de Bolsistas Doutores de Agências Oficiais de Fomento (Recém Doutor, Pós-Doutorado, DCR)	20/ano ³

¹ Orientação de Trabalhos durante a Graduação (EG; TFG;TCC; IC): Apenas o docente responsável pelo trabalho terá computado os pontos. Caso haja substituição de orientador, a pontuação será proporcional ao tempo de orientação.

Orientação em nível *Lato Sensu*: Na eventualidade de existirem dois ou mais orientadores, a pontuação será dividida entre o número de orientadores.

Orientação em nível *Stricto Sensu*: na eventualidade de existirem trabalhos com mais de dois orientadores, a pontuação máxima de cada atividade (duas vezes a pontuação atribuída individualmente a cada atividade) será dividida entre o número de orientadores. Co-Orientação corresponde a metade do valor da orientação.

² A pontuação será proporcional ao número de horas orientadas/1.040 horas. Na eventualidade de existirem dois ou mais orientadores, a pontuação será dividida entre o número de orientadores (As 1.040 horas referem-se a base de 20 horas semanais de orientação em 52 semanas existentes no ano. Logo: $20 \times 52 = 1.040$. Portanto, uma orientação de 20 horas semanais resultaria em 6 pontos para o docente; de 10 horas semanais em 3 pontos e assim sucessivamente).

³ A pontuação será proporcional ao tempo de orientação. Na eventualidade de existirem dois ou mais orientadores, a pontuação será dividida entre o número de orientadores.

Tabela 3 - Pontuação relativa à atividade: Participação em Bancas

Atividades	Detalhamento	Pontuação
Bancas	Estágio de Graduação (EG)	0,2
	Trabalho de Graduação (TFG/TCC)	0,2
	Monografia de Especialização	1,0
	Qualificação de Mestrado	3,0
	Qualificação de Doutorado	10,0
	Dissertação de Mestrado	10,0
	Tese de Doutorado	20,0

Tabela 4 - Pontuação relativa à atividade: Ensino

Atividades	Detalhamento	Pontuação
Ensino	Disciplina ministrada na Graduação por crédito	4,0
	Disciplina ministrada em Programa Lato Sensu por crédito	5,0
	Disciplina ministrada em Programa Stricto Sensu por crédito	10,0

Tabela 5 - Pontuação relativa à atividade: Função Administrativa*

Atividade	Detalhamento	Pontuação/ano
Função Administrativa*	Reitoria	100,0
	Pró-Reitoria	100,0
	Titulares do Conselho Diretor da Fundação	100,0
	Coordenação de Pesquisa	60,0
	Coordenação de Extensão	60,0
	Coordenador da Pós-Graduação	60,0
	Coordenação da Agência de Empreendedorismo, Inovação e Transferência de Tecnologia – START	50,0
	Coordenação dos Núcleos que compõem a START	25,0
	Coordenação de Área da Fazenda Escola	25,0
	Coordenador(a) Pedagógico(a) Institucional	60,0
	Direção de Centro	60,0
	Coordenação de Programa Stricto Sensu	40,0
	Coordenação de Curso de Graduação	30,0
	Coordenação de Comissão Institucional	15,0
	Coordenador Adjunto de Programa Stricto Sensu	20,0
	Coordenação de Cursos de Pós-graduação Lato Sensu	15,0
	Participação no Conselho Universitário – Consun	5,0
	Participação nas Câmaras do Consun	5,0
	Participação nos Conselhos de Centro	5,0
	Participação nos Colegiados de Curso e Núcleo Docente Estruturante	5,0
	Editoração de Revistas Científicas	5,0
	Coordenação/responsabilidade por laboratório	5,0
	Participação no Conselho Curador da Fundação	5,0
	Membro de Comissão Institucional (CPA, CEP)	5,0
	Representante Institucional em Conselhos Externos	5,0
	Membro de Comissão de Sindicância do Consun e do Conselho Curador	1,0

Membro de Comissão Eleitoral do Consun e do Conselho Curador da Fundação	1,0
--------------------------------------------------------------------------	-----

*Atividades cujo período de vigência não coincida com aquele da Avaliação serão pontuadas proporcionalmente.

Tabela 6 - Pontuação relativa à atividade: Pesquisa e Extensão

Atividade	Detalhamento	Pontuação
Pesquisa e Extensão	Coordenação Local ou Geral de Projeto de Pesquisa ou Extensão com fonte de Financiamento Externo à Instituição (Agência ou Órgão de Fomento Nacional ou Internacional, Órgão Público, Iniciativa Privada)	1 ¹
	Participação em Equipe de Projeto de Pesquisa ou Extensão com fonte de Financiamento Externa à Instituição (Órgão de Fomento Nacional ou Internacional, Órgão Público, Iniciativa Privada)	2 ²
	Coordenação em Projeto de Pesquisa ou Extensão aprovados nos editais internos com ou sem fonte de financiamento externa	10,0
	Participação em Equipe de Projeto de Pesquisa ou Extensão aprovados nos editais internos com ou sem fonte de financiamento externa	5,0
	Coordenação de Projeto de Intercâmbio/Cooperação Nacional ou Internacional Aprovado por Agência Oficial de Fomento, com aporte de Recurso Externo à Instituição	10,0
	Participação em Projeto de Intercâmbio/Cooperação Nacional ou Internacional Aprovado por Agência Oficial de Fomento, com aporte de Recurso Externo à Instituição	5,0
	Participação em Atividades de Ação Social (Divulgação de Curso ou Institucional, Feiras, Atividades Comunitárias) (03 por atividade)	12,0/ano
	Curso de extensão, palestra, seminário ou conferência ministrado	3,0
	Participação em Curso de Extensão, Palestra, Seminário ou Conferência	1,0
	Coordenação/Presidência de Evento (Congresso, Mostra, Semana Acadêmica, Ciclo de Palestras e eventos similares)	5,0
	Membro de Comissão de Evento (Congresso, Mostra, Semana Acadêmica, Ciclo de Palestras e atividades/eventos similares)	2,0
	Atuação em Agência Oficial de Fomento (Representante/Coordenação de Área)	10,0
	Atuação em Órgão de Classe e em Comissão/Conselho de Órgão Público (Devidamente registrado e referendado pela Instituição)	3,0
	Membro de Banca/Comissão Examinadora de Ingresso à Carreira Docente – Externo e Interno à Instituição	10,0
	Atuação como Revisor "ad-hoc" em Evento Científico Interno e Externo à Instituição (por evento)	3,0
	Atuação como Revisor "ad-hoc" em Periódico Nacional ou Estrangeiro Indexado (por periódico)	3,0 ³
	Atuação como Assessor "ad-hoc" junto a Órgão de Fomento	8/ano
Atuação em Comitê Editorial de Periódico Indexado	Até 10 ⁴	

¹ Faixa I (até R\$ 50.000,00): 30 pontos
 Faixa II (de R\$ 50.001,00 a R\$ 150.000,00): 50 pontos
 Faixa III (de R\$ R\$ 150.001,00 a R\$ 500.000,00): 70 pontos
 Faixa IV (acima de R\$ 500.001,00): 100 pontos

Os valores dos projetos apresentados acima dizem respeito unicamente ao aporte externo de recursos.

² A pontuação relativa à participação em projetos será a metade daquela atribuída ao coordenador, obedecendo ao seguinte critério de número máximo de participantes.

- Faixa I: 2 participantes (pontuação máxima: 20 pontos);

- Faixa II: 3 participantes (pontuação máxima: 30 pontos);
- Faixa III: 4 participantes (pontuação máxima: 60 pontos);
- Faixa IV: 5 participantes (pontuação máxima: 125 pontos);

Quando o número de participantes exceder o discriminado acima, a pontuação máxima será dividida entre o número de participantes.

³ Somente serão computados os períodos em que o docente revisar trabalhos. A pontuação será atribuída, anualmente, por periódico (e não por trabalho/artigo revisado) que o docente atuar como Revisor.

⁴ A pontuação será atribuída, anualmente e enquanto o docente atuar no Comitê Editorial, de acordo com a classificação dos periódicos apresentada no item Produção Bibliográfica, Artística e Cultural; sendo atribuído o dobro da pontuação relativa à publicação de trabalho no periódico em questão.

Tabela 7 - Pontuação relativa à atividade: Programa de Formação para Docência no Ensino Superior da Unicruz

Atividade	Detalhamento	Pontuação
Permanente	Curso de Especialização	30,0
	Curso de Aperfeiçoamento	15,0
	Semana de Formação Docente (por participação)	5,0
	Formação Pedagógica	10,0
Eventuais	Curso de Formação (por cada curso)	5,0
	Palestras (por cada palestra)	2,0
	Encontros (por cada encontro)	2,0
	Oficinas (por cada oficina)	2,0
	Mesas Redondas (por cada encontro)	2,0
	Acolhida Professores Novos	1,0
	Diálogos Universitários (por cada)	2,0
	Curso de formação em gestão para coordenadores de curso	10,0
Ações para gestores	MBA em gestão universitária	15,0
	Curso de Aperfeiçoamento em Gestão de IES	10,0
	Outro curso de gestão ofertado pela IES	10,0

Cruz Alta, 01 de julho de 2015.


 Amarildo Pedro Cenci
 CPF 360.311.430-20
 P/Direção Colegiada – Sinpro/RS


 Enedina Maria Teixeira da Silva
 CPF 494.724.610-34
 P/Presidente
 Fundação Universidade de Cruz Alta